

PALAVRA puxa PALAVRA

comunicação e gramática dependencial

h.j.heringer
j.pinto de lima



ICALP

IDENTIDADE
LÍNGUA PORTUGUESA

A importância e oportunidade de debater os problemas da língua portuguesa, tanto no quadro geral da comunicação, como no específico do seu uso (simultaneamente causa e efeito da identidade nacional) vão dar corpo e sentido a este outro vector da colecção «Identidade».

Assim, em complemento da série «cultura portuguesa» iniciada com uma antologia da obra de Vitorino Nemésio, começa agora a série «língua portuguesa».

Tem por objectivo problematizar os problemas da língua e facultar, especialmente para os nossos leitores no estrangeiro, livros de texto adequados ao ensino do português.

E com esta nova série se formula o voto de que a construção da «pátria da língua» se realize, simultaneamente, no respeito pelo património do passado e na lucidez realista de adequação ao presente e futuro de novos usos para novas necessidades.

FERNANDO CRISTOVÃO
Presidente do ICALP

IDENTIDADE

SÉRIE LÍNGUA PORTUGUESA

PALAYRA рука **PALAYRA**

HANS JÜRGEN HERINGER
JOSÉ PINTO DE LIMA

PALAVRA PUXA PALAVRA

COMUNICAÇÃO

E

GRAMÁTICA DEPENDENCIAL



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
E CULTURA
1987

Título

PALAVRA PUXA PALAVRA

Comunicação e Gramática Dependencial

1.ª Edição 1987

INSTITUTO DE CULTURA E LÍNGUA PORTUGUESA
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

© Instituto de Cultura e Língua Portuguesa
Divisão de Publicações

Praça do Príncipe Real, 14-1.º — 1200 LISBOA

Direitos de tradução, reprodução e adaptação reservados para todos os países

Tiragem

5000 exemplares

Capa

Reprodução de um painel de azulejos policromos dos finais do século XVII do Palácio Fronteira em Benfica, Lisboa. Arranjo gráfico de Maria Fernanda Carvalho.

Composto e impresso

Minerva do Comércio, de Veiga & Antunes, Lda.

Trav. da Oliveira à Estrela, 10 — LISBOA

Ao Professor Fernando de Mello Moser,
que soube entender que na vida, tal como nos estudos linguísticos,
tudo o que é verdadeiramente importante gira à volta de duas palavras:
interpretar, compreender.

Os autores:

Hans Jürgen Heringer é professor catedrático de linguística na Universidade de Augsburg (República Federal da Alemanha). Publicou, entre outras, as seguintes obras: «Theorie der deutschen Syntax» («Teoria da sintaxe alemã»), Hueber, München, 1970 (2.ª ed., 1973); «Formale Logik und Grammatik» («Lógica Formal e Gramática»), Niemeyer, Tübingen, 1972; «Praktische Semantik» («Semântica Prática»), Klett, Stuttgart, 1974 (edição em inglês: «Practical Semantics», Mouton, The Hague, 1978); «Wort für Wort» («Palavra por Palavra»), Klett-Cotta, Stuttgart, 1978 (livro que serviu de base à presente versão livre e alargada para a língua portuguesa); (com outros:) «Syntax: Fragen — Lösungen — Alternativen» («Sintaxe: Questões — Soluções — Alternativas»), Fink, München, 1980. A publicar em 1987: «Lesen, lehren, lernen — Eine rezeptive Grammatik des Deutschen» («Ler, ensinar, aprender — Uma gramática de recepção do alemão»), Niemeyer, Tübingen.

José Pinto de Lima é assistente de linguística na Faculdade de Letras de Lisboa. É o organizador literário do volume «Linguagem e Acção — Da Filosofia Analítica à Linguística Pragmática», Apáginastantas, Lisboa, 1983.

Índice

Introdução 12

1. Linguagem Humana 16

As línguas humanas são essencialmente diferentes das chamadas linguagens animais. Os homens seguem regras sociais no seu agir linguístico. Estas regras não são inatas: apenas a capacidade para a sua aprendizagem o é. As regras são adquiridas pelo indivíduo à medida que evolui em interacção com os outros. Também historicamente se verifica uma evolução das regras, que é indissociável da cultura e da tradição.

2. Gramática para quê? 21

Qualquer falante domina as regras gramaticais da sua língua. Contudo, só tem necessidade de as formular quando se encontra frente a problemas de comunicação. Quando, por exemplo, tem de justificar o que quis dizer com as suas palavras ou quer ensinar a sua língua a outrem.

3. Frase e Desvio 26

As regras da língua determinam o que é uma frase e o que não é. As frases erradas ou desviantes são expressões que nunca podem ser usadas como frases. Mas também se dá o mesmo nome a cadeias de palavras cujo uso só é desviante em certas situações ou para alcançar determinados fins.

4. Constituição da Frase 34

Uma frase é geralmente constituída por partes. Cada falante domina as regras com as quais pode, por um lado, construir frases a partir dessas partes e, por outro, analisar frases em partes. Essas regras permitem-lhe, a partir de partes já conhecidas, construir e compreender frases inteiramente novas. O falante domina, portanto, um sistema sintáctico de unidades elementares e de regras combinatórias.

5. Operações e Relações Sintácticas 40

As frases caracterizam-se pela sua estrutura. Dada uma frase, esta estrutura manifesta-se na relação que as suas partes mantêm entre si e na relação dessa frase com outras. Estas relações, de tipo sintáctico, são dominadas por todos os falantes da língua, conforme o demonstram as estruturas das frases que enunciam, mesmo que a maior parte deles não tenha consciência desse domínio. Por meio de algumas operações sintácticas, é possível pôr em relevo estas relações e fazer delas um uso prático e consciente.

6. Partes-de-frase 52

É sobretudo das frases decomponíveis que a sintaxe trata. Aos membros maiores destas frases — que resultam de uma primeira decomposição — chamamos partes-de-frase. Para cada parte-de-frase, há um pronome interrogativo que pode estar em vez dela: numa pergunta, por exemplo. A pergunta e a parte-de-frase que constitui a resposta estruturam um estado de coisas.

7. Predicados e Complementos 59

As partes-de-frase básicas são os predicados e os complementos. O predicado rege os complementos e estes, juntamente com aquele, constituem uma frase nuclear. A falta de complementos numa frase pode levar a mal-entendidos ou frases desviantes. Há vários tipos de complementos e de predicados, conforme o número e a espécie de complementos exigidos pelo predicado.

8. Suplementos 70

O predicado, juntamente com os respectivos complementos, constitui uma frase nuclear. Esta pode ser alargada por meio de suplementos. Os suplementos são elementos livremente adicionáveis, mas isso não quer dizer que sejam desnecessários ou menos importantes. A sua falta pode originar problemas de comunicação quando os interlocutores não detêm o saber comum necessário para se entenderem ou quando um deles faz suposições erradas sobre o saber do outro.

9. Padrões Frásicos 82

Cada língua tem a sua estrutura própria. O número e o tipo das categorias sintácticas diferem de língua para língua. Deste modo, cada língua tem a sua classificação de partes-de-frase, que lhe confere uma estrutura básica específica. Estas estruturas básicas são representáveis por meio de padrões frásicos, cujo domínio é um elemento essencial da nossa capacidade linguística.

10. Formas do Predicado 94

Nós falamos sobre o mundo do seguinte modo: com certas expressões referimo-nos aos objectos (introduzimo-los como assunto de comunicação) e com outras dizemos algo sobre esses objectos (i.e., predicamos algo deles). O primeiro tipo de expressões são os complementos; o segundo, os predicados. Os predicados são uma classe complexa e, segundo a sua construção, podemos distinguir: predicados simples, predicados nomino-adjectivais e predicados de ligação.

11. Formas do Complemento: Grupos Nominais 108

Na comunicação, a referência aos objectos é feita por meio de complementos. Neste campo, surgem inúmeros problemas de comunicação e mal-entendidos. Para compreender a referência, o interlocutor tem de compreender vários aspectos nela envolvidos. A cada um destes aspectos corresponde uma parte específica do grupo nominal.

12. Formas do Complemento: Pronomes e Orações-complemento 125

Para além dos grupos nominais, também os pronomes e as orações-complemento podem funcionar como complementos. A referência às coisas por meio de pronomes está fortemente dependente da situação e do contexto em que o acto de fala toma lugar. Os pronomes pessoais são particularmente importantes para a comunicação: são eles que estruturam a situação comunicativa e permitem uma referência relativamente imediata, sem pressupostos.

13. Morfemas e Outras Classes de Monemas 131

Uma língua humana não representa um estado de coisas como se fosse um quadro. Uma frase não consiste de palavras maciças, sem estrutura interna. Pelo contrário: as palavras são constituídas por elementos mais pequenos. De entre estes elementos têm especial importância os morfemas, que organizam as palavras em diversas categorias e que contribuem para que elas possam desempenhar diferentes funções sintácticas.

14. Formas do Suplemento 137

Os suplementos operam sobre frases nucleares. De acordo com a sua constituição, podem ser classificados em suplementos adverbiais, suplementos nominais e orações-suplemento. Há uma multiplicidade de suplementos adverbiais de diferentes significados. A expansão adverbial pode, por exemplo — contrariamente à pura e simples frase nuclear —, servir para exprimir a atitude do falante e para modificar o compromisso de verdade deste relativamente ao que diz.

15. Atributos 146

Os atributos são meios para sermos mais precisos ao comunicar. Eles restringem a extensão da referência e asseguram o êxito desta, porque permitem ao ouvinte procurar o objecto de que se fala adentro de um campo mais reduzido. Outra função dos atributos é a de serem comentários acerca do objecto de que se fala.

16. Conversões e Alterações de Valência 157

São frequentemente usadas no discurso as formas impessoais, bem como as omissões de partes-de-frase. Estes processos podem ser manipuladores se com eles se priva o interlocutor do saber necessário para uma correcta compreensão. Se a relação entre a frase explícita e a frase omissa assenta em características constantes do significado do predicado, então esta relação deve ser descrita na gramática. Esta descrição faz-se por meio de operadores semânticos, como, por exemplo, as conversões, o aumento da valência, a redução da valência, o passivo e o causativo.

17. Operadores Semânticos: Implicação 168

O significado de uma frase consiste na sua relação com outras frases. Esta relação apresenta duas variedades fundamentais: a implicação e a incompatibilidade. Ambas são representáveis como operadores. A implicação, que está na base das nossas deduções e argumentações quotidianas, encontra-se portanto condicionada linguisticamente: certos factos só implicam outros graças ao significado das frases usadas para os descrever.

18. Operadores Semânticos: Incompatibilidade 175

A par da implicação, uma segunda relação de significado fundamental é a incompatibilidade. É contemplada na gramática pelo operador INC. Este operador possibilita, por um lado, a exploração de certos aspectos do significado das frases e, por outro, o esclarecimento de determinados problemas elementares de comunicação que têm a sua raiz em contradições e paradoxos.

19. Actos Linguísticos e Tipos de Frases 184

Ao enunciarmos uma frase, praticamos outras acções para além da própria acção de a enunciar: nós afirmamos, perguntamos, juramos, acusamos, pedimos, etc. Cada frase presta-se portanto à execução de um certo número de actos linguísticos. A situação de enunciação e o contexto tornam compreensível qual o acto entendido pelo falante. Os diversos actos linguísticos têm um reflexo na estrutura frásica, mais concretamente no facto de existirem vários tipos de frases. A gramática deve por isso mostrar quais as relações entre os actos linguísticos e os tipos de frases. Um estudo destas relações revela que a classificação tradicional das frases em quatro tipos é insuficiente e inadequada para explicar a multiplicidade dos actos linguísticos.

20. Junção de Orações: a Coordenação 198

Na prática da comunicação, as frases compostas desempenham um papel fundamental. As orações que as integram mantêm entre si vários tipos de relações. Uma destas relações é a coordenação. O estudo das estruturas de coordenação faz-se com base nos operadores IMPLIC e INC, bem como numa investigação sistemática do comportamento das conjunções que ligam as orações. Deste estudo, é defensável concluir que a chamada parataxe é um recurso linguístico tão importante como a hipotaxe, apesar desta ser por vezes mais considerada.

21. Junção de Orações: as Orações-complemento 210

Os relatos das acções linguísticas de outras pessoas exigem que indiquemos qual a acção praticada e o seu conteúdo. A acção é indicada pelo predicado e o conteúdo por uma oração-complemento. O conjunto reflecte a estrutura básica de todo o acto linguístico. Sob o ponto de vista comunicativo é especialmente relevante a relação entre o predicado e a oração-complemento: por vezes o indivíduo que relata tem de exprimir a sua própria posição relativamente ao estado de coisas relatado; pode acontecer que o faça sem se aperceber disso, mas também sucede fazê-lo intencionalmente.

22. Junção de Orações: as Orações-suplemento 217

As orações-suplemento mantêm uma relação accidental com o predicado da oração principal. Isto equivale a dizer que o significado deste predicado não exige necessariamente a sua presença. Podemos acrescentá-las a uma oração ou não, consoante os nossos objectivos ao comunicarmos. Um desses objectivos é a justificação. Muitas vezes, não pretendemos apenas dizer uma coisa mas, também, justificar o que dizemos. A subjunção-suplemento que normalmente serve para o acto linguístico da justificação é *porque*. Esta subjunção liga, portanto, uma oração principal a uma oração-suplemento, constituindo todo o conjunto uma oração maior. Há ainda outras subjunções que introduzem orações-suplemento. As relações de implicação entre as orações maiores e as respectivas orações parciais variam conforme o significado da subjunção usada. O desrespeito pelo significado destas subjunções leva a problemas comunicativos: o uso desviante de *porque*, por exemplo, acarreta justificações defeituosas ou justificações que verdadeiramente não o são.

23. Bosquejo Histórico da Gramática Dependencial 226

O que temos dito sobre comunicação e estrutura gramatical tem raízes em duas tradições: a chamada gramática dependencial por um lado e, por outro, a lógica e a filosofia analítica da linguagem. A gramática dependencial fornece os métodos para uma análise operacional e estrutural da língua e possibilita representações estruturais. A filosofia analítica da linguagem conduz-nos aos fundamentos da comunicação humana e da estrutura das línguas naturais, bem como aos métodos da análise comunicativa.

Abreviaturas 231

Introdução

... sem aquilo a que hoje se chama gramática não há clareza de linguagem, e sem aquilo a que hoje se chama sintaxe não há coordenação de pensamento.

(Eça de Queirós)

A maior parte dos problemas do mundo tem origem gramatical.

(Montaigne)

Foi a gramática da Serpente que primeiro ensinou os homens a conjugar Deus no plural.

(Trapp)

Não é em dicionários e gramáticas (aí só se encontram os materiais e as regras de construção) que se revela a sua [da língua] beleza enérgica, mas sim no seu uso vivo e na sua constituição.

(Herder)

A gramática é a arte de soerguer as dificuldades de uma língua; mas é preciso que a alavanca não seja mais pesada do que o fardo.

(Rivarol)

A gramática vingam-se daqueles que a desprezam.

(Lutero)

São controversas as opiniões sobre a função e a utilidade da gramática e já duram há muitos séculos. Ultimamente as divergências têm-se acentuado ainda mais, visto que foram inventados novos tipos de gramática, mais formais, que por isso parecem ser de mais difícil compreensão e ter menos aplicação.

Os autores não duvidam de que a gramática tem um papel importante a desempenhar. Se assim não fosse, que razão haveria para terem dispendido tanto trabalho com este livro? O livro tem precisamente como finali-

dade alertar-nos para o sentido e a importância das teorias gramaticais. Assim, serão observados os seguintes princípios:

— O sentido de uma teoria assenta na sua aplicação prática. As teorias da comunicação devem por isso ajudar-nos a melhorar a nossa capacidade comunicativa.

— O valor de uma teoria consiste em representar os factos de forma sistemática e geral. O carácter generalizante da teoria permite a sua aplicação não só aos casos factuais, mas também a casos inéditos.

Defendemos a tese segundo a qual uma teoria gramatical é parte de uma teoria comunicativa. Por isso, servir-nos-emos de problemas de comunicação e tentaremos, com base neles, mostrar a validade desta tese. Cada uma das unidades em que o livro está dividido começa por colocar-nos perante um problema comunicativo. Numa segunda parte da unidade explicita-se a natureza do problema e esboçam-se possibilidades de solução: nesta parte, mostra-se qual o fenómeno gramatical que está na origem do problema comunicativo. Na terceira parte, apresenta-se de forma sistemática o referido fenómeno gramatical. Esta sistematização ultrapassa os limites do caso particular e não pode ser justificada por meio dele. O conjunto das terceiras partes das diferentes unidades constitui uma descrição coerente (ainda que não completa) da gramática portuguesa. Deste modo, pode ser usada como gramática prática e escolar.

Este desejável uso prático do livro pelo não-especialista levou à adopção de uma atitude flexível relativamente à questão do que incluir nestas terceiras partes. Por vezes, o que nelas se expõe não pertence exclusivamente aos campos da morfologia e da sintaxe: antes abrange também muitos conceitos do foro da semântica e de outra área mais recente, a pragmática. A inclusão de tais conceitos justifica-se, porém, duplamente: em primeiro lugar, porque uma gramática baseada na análise de problemas comunicativos não os poderia dispensar; em segundo lugar, porque uma gramática, enquanto manual de consulta, deve fornecer ao leitor todas as noções básicas que lhe permitam perspectivar melhor o fenómeno da comunicação verbal, independentemente do problema de decidir em que área cabem tais noções.

Poder comunicar pressupõe um conhecimento intuitivo das regras gramaticais. Este conhecimento assegura a compreensão, que surge sem a necessidade de qualquer esforço da nossa parte. Os problemas comunicativos aparecem precisamente quando não se dá a compreensão ou quando uma má compreensão toma o lugar da correcta. Neste caso são necessários métodos que permitam o acesso à

boa compreensão. É necessário interpretar. E para interpretar são desejáveis conhecimentos gramaticais explícitos. Na medida em que uma teoria gramatical se orienta para problemas comunicativos, ela deve estar também integrada numa teoria da interpretação.

É a necessidade desta integração que justifica o relacionamento, por nós procurado, entre os textos-exemplo e as partes teóricas do livro. Não nos contentámos com as tradicionais frases-exemplo; um exemplo para cada fenómeno gramatical. É que qualquer texto, qualquer frase mesmo, é exemplo de uma série de fenómenos gramaticais que lhe são externos. A pertinência de uma análise gramatical não tem só a ver com o que foi dito ou escrito e não se esgota nesse estudo. Qualquer fenómeno gramatical, bem como a sua análise, têm um papel único a desempenhar na boa compreensão de um texto. A análise gramatical pode, por exemplo, trazer à luz um mal-entendido indesejável; ou pode servir para a formulação de princípios comunicativos. Só perante questões de interpretação se revela o sentido que fazem as aplicações comunicativas da análise gramatical.

Interpretar é uma capacidade dos homens. Tal como outras capacidades, adquirimo-la através do ensino, da imitação, do exercício, etc. Para saber interpretar não necessitamos estar de posse de uma descrição gramatical exaustiva do português. Na prática, os problemas de comunicação têm sempre a ver com fenómenos particulares bem determinados. Por isso se justifica que seja partindo de exemplos que apresentemos um método de descrição dos fenómenos gramaticais. O falante pode assim tornar as regras gramaticais, que já conhece intuitivamente, tão explícitas quanto o problema comunicativo que tem em mãos o exige. Não faz sentido falar na completa e exaustiva explicitação de um fenómeno gramatical. O mesmo é válido dos próprios problemas comunicativos: também a respeito destes não se pode falar de análise total. Alguns serão mesmo, neste livro, propostos de forma abreviada ou não resolvida para motivar o leitor a procurar as suas próprias soluções. Não se

trata de encontrar a solução, mas *uma* solução.

A abordagem comunicativa que adoptámos subscreve o princípio segundo o qual falar é tomar parte numa actividade regida por regras sociais. E, mesmo, que as regras de gramática são em geral um tipo de regras sociais. É nítida neste ponto a influência da noção de regra tal como foi formulada por Ludwig Wittgenstein. (O leitor que queira saber mais sobre este assunto é aconselhado a consultar desde já a Unidade 23). O conceito de significado — tão importante nos estudos linguísticos — pode relacionar-se com o de regra do seguinte modo: o significado de uma expressão linguística é a regra para o seu uso. Este ponto de vista sobre o significado fundamenta a perspectiva pragmática sob a qual se encara aqui o que sejam gramática, frase e todas as outras noções.

No que respeita ao problema mais concreto da descrição das estruturas da língua, deu-se preferência ao chamado modelo dependencial da gramática (também designado por alguns como «teoria das valências», embora esta teoria seja apenas uma parte do modelo dependencial). Na adopção deste modelo vêem os autores várias vantagens: por um lado, o leitor pode familiarizar-se com um modelo de análise ainda pouco divulgado entre nós; por outro lado, as próprias características da gramática dependencial tornam-na acessível aos requisitos de uma abordagem didáctica e pedagógica, conforme se prova pelo êxito que tem conseguido a sua aplicação nos países de língua alemã.

Contudo, não deve pensar-se que o livro interessa apenas a alunos e professores. Muito pelo contrário, ele foi concebido para toda e qualquer pessoa que pretenda ir um pouco mais além na compreensão de como funcionam comunicação e língua, e queira deste modo melhorar a sua própria prática comunicativa. Assim, tentou-se, na exposição dos assuntos, ir sempre ao encontro das intuições linguísticas dos falantes e respeitar o seu prévio saber gramatical: como a língua é um instrumento de uso quotidiano, é inevitável que os seus utentes reflectam sobre ela e dela te-

nam certos conhecimentos mesmo antes da chegada do gramático. Todos os portugueses por ex., usam correntemente termos como *palavra, nome, frase* e em geral têm certas ideias sobre a que coisas devem chamar *adjectivo, verbo, pronome*, etc. Esta introdução à gramática portuguesa intende servir-se daquilo que os falantes já sabem e encara a sua função como sendo a de basear e aprofundar um pouco este saber gramatical colectivo e historicamente herdado.

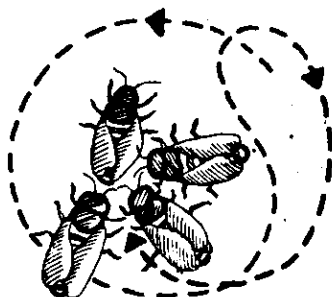
Consequentemente, a terminologia escolhida é, sempre que possível, a tradicional. O neologismo é introduzido quando o saber colectivo se afasta da realidade linguística ou é insuficiente para a explicar.

É muito antiga a ideia do valor fundamental da gramática. Deve contudo mostrar-se que isso afinal significa.



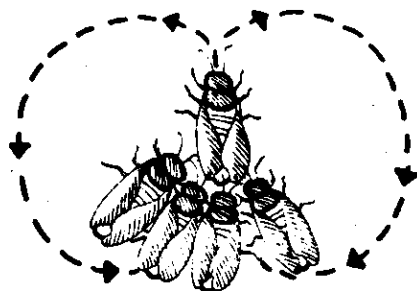
Três Virgens, todas diferentes na aparência,
 assentam noutra, que lhes serve de esteio.
 A primeira é a nua e simples História, luz dos tempos e sua guardiã.
 Como mãe da Verdade, é ela quem concede fama e fortuna.
 Desconhece a clemência, contraria os seus próprios afectos.
 Não julga ninguém: deixa que outros passem a sentença.
 Por ela, apenas relata sucessos, seguindo a devida ordem.
 À direita está a Retórica, mais faladora, parece.
 Leva ao juiz a inesgotável fiada dos conflitos
 e passeia-se envolta na longa toga.
 Cuida de levar a melhor a sua causa no tribunal,
 onde posa com ornamentos coloridos.
 Na mão, segura a lança com que luta,
 mas não rijamente, antes com persuasiva pressão.
 Segue-se-lhe a crua Dialéctica, no trajar não muito aprimorada.
 Procura a verdade com minúcia, mesmo no poço mais profundo.
 Ama a luta corpo a corpo: agarra o adversário fortemente
 e não é de livre vontade que desiste do Direito.
 Zomba dos outros, quer reinar só pela razão
 e o fio da malha com que prende, também asfixia.
 A luz de Febo é muitas vezes comparada,
 porém, sem a Gramática, nada vale.
 Pois é a Gramática que sustenta toda a obra sólida
 e quem a desconhece, labuta em vão.

Uma abelha encontra uma fonte de açúcar. Suga um pouco dele e regressa à companhia das outras abelhas da colmeia. Aqui, realiza uma dança-de-roda:



As outras abelhas observam-na e, por fim, dançam com ela. Além disso, provam o alimento trazido pela companheira. Depois saem e voam até ao local do alimento.

Se o local do alimento for longe, a abelha informadora tem que indicar igualmente a distância. Para isto, serve-se da dança-de-cauda:



Linguagem Humana

As línguas humanas são essencialmente diferentes das chamadas linguagens animais. Os homens seguem regras sociais no seu agir linguístico. Estas regras não são inatas: apenas a capacidade para a sua aprendizagem o é. As regras são adquiridas pelo indivíduo à medida que evolui em interacção com os outros. Também historicamente se verifica uma evolução das regras, que é indissociável da cultura e da tradição.

A distância a que está o local do alimento é indicada pela velocidade da dança: quanto mais longe, mais lenta a dança. A direcção do local do alimento é comunicada pela abelha informadora através da direcção da dança. Quando a dança-de-cauda é executada frente à colmeia, as outras abelhas apercebem-se da direcção por meio da posição do Sol e voam directamente para o local do alimento.

As abelhas não precisam de aprender estas danças. Se, imediatamente após o nascimento, afastarmos uma abelha da sua colmeia e a criarmos separadamente, ela é capaz, apesar disso, de dançar e de achar locais de alimento por meio de danças.



A abelha A vai à cozinha



Ambos estes textos oferecem exemplos de casos que muitos de nós considerariam como sendo de comunicação ou de uso de uma língua. Contudo, perante o primeiro texto temos a sensação de que o comportamento das abelhas é bastante diferente do nosso, enquanto no segundo caso elas surgem-nos como se fossem homens disfarçados. As razões para encarar os dois casos como equivalentes ou semelhantes são as seguintes:

— Há, no primeiro caso, uma relação estreita entre o comportamento de uma abelha e o das suas companheiras, tal como há, no segundo caso, uma relação lógica entre o que a abelha A diz e o que a abelha B seguidamente faz.

— Tanto a dança como a fala não são, em

si mesmas, fins. Em ambos os casos parecem antes ser meios de actuar sobre o próximo.

— A dança das abelhas faz parte integrante do seu comportamento geral, tal como falar faz parte das acções de A e B.

Porém, há também uma série de diferenças. A primeira e mais importante, que põe em causa a própria validade da comparação dos dois casos, é a seguinte: ambos os textos são da autoria de um homem que escreve na língua que nós compreendemos. No primeiro texto, ele toma o lugar de um observador, que nos descreve o comportamento das abelhas e dele dá ao mesmo tempo uma interpretação. No segundo texto, o autor também descreve o que A faz, mas reproduz igualmente o que A e B dizem. E isto nós compreendemos ime-

diatamente por compreendermos a língua de ambas. Mas no caso das verdadeiras abelhas temos de nos contentar, tal como o autor, com observações e suposições. Não podemos saber se as abelhas de facto querem transmitir algo, se são movidas por razões ou motivos, etc. Não estamos sequer na situação de um investigador que estivesse numa ilha distante, habitada por pessoas das quais desconhecesse a língua e a cultura e que, por isso, levantasse hipóteses, eventualmente falsas, sobre as acções e os motivos dessas pessoas. É que este investigador teria a possibilidade de aprender a língua e de vir a compreender as acções dos nativos, caso permanecesse tempo suficiente na ilha a viver com eles. No caso das abelhas isto é impossível: estamos sempre do lado de fora, somos sempre apenas observadores que têm de renunciar à evidência imediata da compreensão.

Geralmente partimos do princípio de que o comportamento dos animais é determinado por causas. Pelo contrário, admitimos que os homens se podem decidir por esta ou aquela acção. O comportamento da abelha é-lhe inato, ela tem capacidade para ele sem ter que o aprender. É por isso que as abelhas não se enganam ao dançar, nem modificam a regularidade do seu comportamento. As companheiras de uma abelha que, em virtude de qualquer defeito, dance de uma forma não normal, não retiram a sua confiança nela. Não encaram o seu comportamento como hipócrita ou mentiroso. Um homem, pelo contrário, reage de forma muito diferente quando o seu próximo se afasta do comportamento normalmente esperado: pode tentar interpretar o outro, pode supor que o outro quer praticar outra acção, ou a mesma de outra forma, ou pode ainda simplesmente pensar que o outro se desvia do normal, isto é, que se engana.

Explicamos estas diferenças dizendo que o agir humano não é determinado por causas, mas sim guiado por regras sociais, mutáveis historicamente.

Pode ainda encontrar-se mais uma diferença: podemos interpretar a dança das abelhas como um informar as outras sobre a fonte

do alimento ou como um exortar as outras à sua busca. Também no diálogo estão presentes acções semelhantes, nomeadamente exortações e perguntas de A. Em face delas, B pode reagir com uma nova pergunta, por exemplo, o que, no caso das abelhas, está fora de questão, visto que as suas possibilidades de reacção são fixas e rígidas: ou entram na dança ou procuram a fonte de alimento. As abelhas têm portanto uma forma de comunicação muito limitada e uma linguagem muito reduzida — se é que de comunicação e linguagem podemos falar. Elas não estão aptas, por ex., a fazer promessas, contar histórias, fazer poemas, dar entrevistas, participar em discussões. Estas limitações são reveladoras de um salto qualitativo da abelha para o homem, que podemos comprovar com os nossos exemplos. A exige de B uma justificação para o facto de não haver mel no armário. Não é imaginável a possibilidade de tal exigência entre abelhas. Por um lado, porque não sabemos nada sobre as razões das abelhas e, por outro, porque as abelhas não podem dar razões para o seu comportamento. Que fariam as abelhas se, durante a dança, lhes tirássemos a água açucarada? Pediriam responsabilidades à abelha informadora? E que fariam as outras abelhas se a abelha informadora se abstivesse de dançar? Ser-lhe-á sequer possível abster-se de dançar? Em caso algum é concebível que as abelhas lhe possam exigir uma justificação. Porque, para fornecer razões, o indivíduo tem que estar em situação de poder fazer afirmações e de se referir a regras gerais. Isto não está previsto no comportamento das abelhas. Para a convivência entre os homens, contudo, tais potencialidades são decisivas, visto que só através delas são possíveis a justificação das acções e a responsabilidade.

Para além de se servirem de línguas muito superiores e francamente mais diferenciadas que os sistemas animais, os homens possuem ainda outra vantagem. Podem, por assim dizer, «conservar» os seus actos linguísticos: podem preservar, por meio da memória, tudo o que é dito. Graças a esta acumulação directa, não genética, de saber, adquirem um ascendente notável sobre os outros seres vivos.

Língua Humana

Uma língua humana é um sistema de regras sociais que possibilitam a convivência numa comunidade.

Não devemos imaginar um sistema desta ordem como algo de perfeitamente proporcionado e absolutamente simétrico. Uma língua é comparável a uma velha cidade. Um emaranhado de ruelas, travessas e pracetas, casas velhas e novas, e ainda edifícios com acréscimos de diversas épocas; tudo isto rodeado por uma série de subúrbios modernos, de avenidas geométricas, com prédios todos iguais.

A sistemática da língua repousa em relações de interdependência. Quando se diz que uma língua é um sistema, isso significa que há várias regras que se delimitam e condicionam mutuamente. Na língua, nada está isolado.

Regra

As regras são usos que, ao longo da história, foram surgindo dentro de uma comunidade. Só as regras permitem aos membros da comunidade compreender o que vale como uma acção e o que não vale, o que é praticar esta ou aquela acção.

É evidente que estas regras diferem das regularidades das leis naturais, pois estas são imutáveis. Para além disso, há que notar que nós nos podemos desviar das regras mas não das leis naturais. A natureza não faz erros. Se uma pessoa descrever, por ex., uma lei natural sobre o movimento de uma estrela e mais tarde notar que a estrela se move de modo diferente, não dirá que a estrela fez um erro. Assumirá, sim, que a sua descrição era falsa. Pelo contrário, quando uma pessoa descreve uma regra da acção humana e há alguém que não age da forma prevista, então existe ainda a possibilidade de dizer que esse alguém se desviou da regra. Os homens não são coagidos por regras como as estrelas por leis naturais. Podem desviar-se das regras, agir de acordo com outras regras e modificar as regras.

Ao traçarmos a diferença entre simples regularidade e regra, estabelecemos simultaneamente a distinção entre o comportamento animal e o agir humano. Os homens, com as suas acções, querem atingir determinados objectivos e têm motivos para agirem como agem. O critério para esta distinção é a compreensão: só reconhecemos as acções dos outros quando as compreendemos. Isto quer dizer, por ex., que nós atribuímos ao agente certos fins e motivos e que só o compreendemos quando lhe atribuímos os verdadeiros, isto é, os que ele tem. Muito diverso é o que se passa com o comportamento animal, do qual nós também fazemos uma interpretação, mas em que não se pode falar de compreensão, porque não estão nenhuns motivos em jogo. Vemos, por ex., como se comportam os ratos, mas não podemos deduzir nada sobre os seus fins ou motivos — nem tão-pouco que os há.

Outra característica das regras é poderem ser aprendidas. Suponhamos que um indivíduo, A, não sabe distinguir as cores vermelha e verde e que outro indivíduo, B, quer ensiná-lo. A maneira mais simples de o fazer consiste na demonstração: B tem um conjunto de fichas vermelhas e verdes e vai-as separando umas das outras, até formar dois montes, um de vermelhas, outro de verdes. Mas mesmo este simples ensino demonstrativo pressupõe já compreensão por parte de A: este tem, por ex., que compreender que B quer mostrá-lhe qualquer coisa, que não separa as fichas só por separar, que não está a brincar, etc. Se A não compreender isto, isso não significa que não compreendeu nada: supondo que A e B são capazes de falar um com o outro e que B exorta A a fazer o mesmo, então A pode compreender algo pela expressão: «fazer o mesmo». Pode pensar, por ex., que tem de fazer a mesma cara pensativa de B ou algo do género. Assim, para fazer o mesmo que B, A tem de desprezar tudo o que é irrelevante e, portanto, saber o que é irrelevante. E ao considerarmos certas coisas irrelevantes já nos estamos a reportar à acção pretendida: certas coisas são irrelevantes em relação à acção de distinguir as cores vermelha e verde ou à de separar as fichas respectivas. Vemos assim

que as acções não se aprendem de um momento para o outro. Muito pelo contrário, é necessária uma prolongada interacção de A e B, durante a qual B corrige A, que age segundo hipóteses provisórias sobre o tipo de acção a praticar. Desta forma, A vai construindo uma regra para a acção, que se aproxima gradativamente da regra a aprender. Isto lembra-nos um outro ponto importante. Quando A age tentativamente, B passa a encontrar-se na situação em que A começou por estar. Também B tem de compreender o que A faz. Tem de notar, por ex., que A faz a mesma cara pensativa que ele tinha feito e que pensa que isso é relevante. Tem de lhe fazer notar que não é assim. Por tudo isto, a condição essencial do agir comum, bem como do ensinar e do aprender, é a compreensão mútua. Compreender uma acção não é empreender uma interpretação posterior; a compreensibilidade está contida na própria acção. Compreender a acção de outrem não é, em si, uma acção; tal como não o é a intenção de alguém ao agir.

Há duas espécies de regras fundamentais para as línguas humanas: as regras da primeira espécie têm a ver com o enunciar das expressões linguísticas. São regras para o agir fónico (sob uma forma secundária, regras para a escrita). As regras da segunda espécie regulam tudo o mais que um falante faz ao enunciar uma expressão linguística: se com ela faz uma determinada afirmação, se faz uma pergunta, se pede algo, etc. Costuma dizer-se que reside nisto o significado de uma acção fónica. As regras para fazer um pedido, por ex., estão condicionadas pelas regras que determinam as nossas outras acções. Deste modo, um pedido define-se por aquilo que o interlocutor pode fazer subsequentemente. Um determinado pedido tem um certo lugar no sistema de todas as acções possíveis. Quando A, por exemplo, faz um pedido a B, estão abertas a este último várias hipóteses de acção e outras estão-lhe vedadas. É o conjunto das hipóteses abertas a B que constitui o significado do pedido de A. A dirá que B compreendeu o seu pedido se a reacção de B estiver de acordo com alguma destas hipóteses. O que não quer dizer

que a hipótese escolhida por B tenha que ser a que A desejava. Ao contrário de um animal, B pode, por ex., abster-se de praticar a acção pedida, o que continua de acordo com o significado do pedido e só é possível se B o tiver compreendido.

O significado das acções linguísticas determina-se portanto pelas actividades com as quais estão interligadas: as actividades que as precedem, as que podemos praticar a seguir e aquelas de que nos podemos abster. Por isso, todo o sistema de regras linguísticas está dentro de uma forma de vida, isto é, de um sistema de acções linguísticas e não-linguísticas.



Gramática para quê?

Qualquer falante domina as regras gramaticais da sua língua. Contudo, só tem necessidade de as formular quando se encontra frente a problemas de comunicação. Quando, por exemplo, tem de justificar o que quis dizer com as suas palavras ou quer ensinar a sua língua a outrem.

(1) A personagem A engana a personagem B, porque lhe diz que as cobras sabem bem e como ela come o que sabe bem também come cobras, e com a história do "saber bem" conseguiu baralhar-lhe de tal maneira que a personagem A acabou por comer cobras, porque sabem bem.

(2) Eu acho que o rapaz conseguiu enganar a rapariga porque, ele ao primeiro diz-lhe que as cobras aos chineses sabem bem, e ele depois afirmou que ela comia o que sabia bem e ela não negou, até afirmou que ela comia o que sabia bem. Então ele disse se ela comia o que sabe bem, ela comia cobras, porque as cobras sabem bem. Isto tudo para que ele sabe jogar com as falácias.

(3) Ele conseguiu dar a volta (ou fazê-lo dizer que comia cobras), na medida em que, disse ~~que~~ "aos chineses as cobras sabem bem", e se os chineses são pessoas, tal como os europeus, americanos, etc. ele também podia comer cobras, porque sabia bem. Ele também lhe disse que, ele comia o que lhe sabia bem, então podia comer cobras.

(4) A A engana a B baralhando-a maravilhosamente. Como a rapariga enganou o rapaz. A A tenta arranjar uma história com lógica, baseando-se na comida exótica dos chineses e na pouca esperteza da B.

A primeira vista as cobras não sabem bem mas os chineses gostam, portanto as cobras sabem bem aos chineses, acontece que a B não gosta de cobras porque não lhe sabem bem. E as pessoas gostam do que lhes sabe bem.

Em toda a gente gosta do mesmo.

(5)

O A, para teócar as verbas à B, diz-lhe que as cobras sabem bem aos chineses. Ele conclui daí que as cobras sabem bem a toda a gente. Mas só porque elas são um petisco para os chineses, isso não significa que sabem bem. O que sabe bem a uns, pode não saber bem a outros. Só que a B fica tão confusa que esquece completamente que a questão é: se as cobras lhe sabem bem a ela é não aos chineses.

Quando as pessoas comunicam, fazem-no segundo regras das quais não estão conscientes no momento da acção. Uma reflexão permanente e um pôr em causa constante das regras da comunicação tornaria esta impossível. Para além disso, pressupomos, no nosso agir linguístico, que o nosso parceiro segue as mesmas regras que nós, o que muitas vezes não é o caso. Contudo, para alcançar a compreensão basta geralmente que as regras sejam semelhantes em pontos fulcrais.

Quando surge porém um problema na comunicação, então torna-se necessário trazer à luz do dia as regras que serviram de base à comunicação, i.e., fazer delas o assunto da discussão. A banda desenhada que apresentamos ilustra um problema destes. Trata-se de uma aposta em que um dos participantes leva ilegitimamente a melhor sobre o outro, graças à exploração abusiva de uma regra comunicativa. Sobre esta banda desenhada foram convidados a pronunciar-se alguns alunos. As suas respostas revelam bem qual a sua capacidade para resolver problemas comunicativos. Mais concretamente, os critérios para avaliar essa capacidade passam por saber como (ou se) as suas respostas contemplam os seguintes aspectos:

— O aluno é capaz de detectar a existência de um problema na comunicação?

— O aluno é capaz de descrever adequadamente a comunicação?

— O aluno é capaz de indicar onde reside o problema?

— O aluno é capaz de formular as diferenças entre a regra de comunicação seguida e a regra corrente?

Comentários:

Resposta (1): este aluno nota que a aposta é ganha em virtude duma armadilha, mas não discerne em que consiste esta, nem chega a dar sequer uma descrição correcta da comunicação, porque afirma que «A acabou por comer cobras», o que não pode ser consequência da aposta.

Resposta (2): este segundo aluno fornece uma descrição da comunicação que é aceitável, mas não consegue dar uma explicitação dos processos ardilosos do rapaz, limitando-se a apostar que são de carácter verbal («... ele sabe jogar com as palavras»).

Resposta (3): mais uma vez, estamos perante uma descrição imperfeita, porque a aposta consiste em provar que a rapariga come cobras e não que as podia comer. Ao nível da explicitação do problema comunicativo, o aluno cai em contradição, porque por um lado dá a entender que A se serviu de um processo de persuasão ilícito («dar a volta») e por outro que a conclusão a que A alegadamente chega (que B podia comer cobras) é afinal lícita, pelo simples facto de os chineses serem pessoas e B também.

Resposta (4): por esta resposta revela-se que o quarto aluno está consciente do ponto em que reside a falácia de A, mas não apresenta qualquer explicação para a ilegitimidade da conclusão deste. Afirmar que os gostos das

peçoas podem ser diferentes não basta como explicação da ilegitimidade da conclusão.

Resposta (5): o quinto aluno é o único que parece dar uma análise adequada e completa do problema comunicativo. Chama a atenção para a origem da falácia: da afirmação segundo a qual as cobras sabem bem aos chineses, não se pode concluir que elas sabem bem a todos e, portanto, à rapariga. Nenhuma das respostas anteriores oferece uma justificação explícita da razão pela qual a conclusão do rapaz é ilícita. Em nenhuma delas se formula a regra geral pela qual se pode mostrar que, neste caso particular, se faz uma dedução errada. Mas a explicação da falácia e a consequente resolução do problema comunicativo tornam necessário o recurso a uma regra geral, pois só assim se pode explicar ao interlocutor por que razão esta forma de concluir não é correcta em português. A regra geral cujo não cumprimento ocasionou a falácia é uma regra gramatical do português.

Gramática de uma Língua

A gramática de uma língua é uma parte do sistema de regras dessa língua. Esta parte caracteriza-se por só conter regras gerais sobre o uso das expressões.

A gramática de uma língua é algo de complicado. Uma descrição de toda a gramática seria uma coisa tão vasta que se tornaria inútil para fins práticos. Descrever uma gramática com a finalidade de resolver problemas comunicativos seria, além de tudo o mais, impossível, primeiro porque não existe nada a que se possa chamar a gramática de uma língua e, em segundo lugar, porque os problemas comunicativos surgem precisamente quando as regras que os interlocutores seguem não são as mesmas. Ninguém pode, porém, descrever todas as regras possíveis e a descrição de um único sistema de regras seria um parcialismo injustificável. Também nos devemos interrogar sobre a importância ou necessidade

da descrição de uma gramática. Se é um facto que todos nós seguimos sem hesitar as regras da nossa língua, para quê ter o trabalho de as descrever?

É que, como o nosso agir não é determinado causalmente, surgem frequentemente problemas comunicativos quando não temos a certeza de qual a regra ou quais as regras que o nosso interlocutor está a seguir. São os casos em que se levantam questões como

— O que é que o meu interlocutor quis dizer?
— Será acertado o que o meu interlocutor disse?

— Porque é que eu não compreendo isto?
— Porque é que o meu interlocutor se comporta de forma tão estranha?

Nestes casos, de pouco servem «receitas» vindas do exterior. Os interlocutores envolvidos no problema é que devem procurar um diagnóstico adequado. Devem descobrir onde estão as incoerências, saber explicar e justificar as suas próprias acções, bem como basear, completar ou rever as suas regras. Para fazer uma tal análise, contudo, nenhum dos interlocutores precisa de uma descrição preestabelecida e exaustiva da língua. O que precisa é de ser capaz de reconhecer certas e determinadas regras (precisamente as que interessam para o problema em questão) e de as formular ou explicitar.

Formulação de uma Regra

A formulação de uma regra consiste em uma ou mais frases em que se indica como normalmente se realiza esta ou aquela acção ou em que se diz o que significa agir desta ou daquela forma.

Devemos, portanto, distinguir a formulação de uma regra da própria regra, tal como distinguimos a palavra *cão* do *cão*. Muitas vezes não damos atenção a este aspecto. É por isso que se vê frequentemente a palavra *gramática* ser empregada para designar indiferentemente ora as regras ora os livros em que essas regras são formuladas ou descritas.

Para uma pessoa agir de acordo com uma regra, não é absolutamente essencial que seja capaz de a formular. É sabido que muitas pes-

soas conhecem as formulações de certas regras gramaticais de línguas estrangeiras e não são capazes de falar essas línguas, isto é, não são capazes de seguir as regras. O conhecimento que não é acompanhado pela prática pode levar a fracos resultados. Contudo, ao aprender ou ensinar uma regra, o recurso à formulação pode ser útil. Quando um diálogo se centra no que foi comunicado ou no próprio acto de comunicação que está a decorrer, então a formulação das regras é fundamental, já que são elas o tema do diálogo. Os falantes do português deveriam por isso, com base em exemplos escolhidos, adquirir a capacidade de formular regras gramaticais, relacionando-as sempre com problemas de comunicação, para cuja solução a formulação das regras contribui. Certas capacidades linguísticas — fundamentais para o falar humano e, como tal, virtualmente presentes em todos os falantes — devem ser aperfeiçoadas e desenvolvidas de forma sistemática. É este, aliás, o objectivo geral de toda a educação linguística.

No caso particular do ensino de uma segunda língua, a questão das formulações de regras adquire especial importância: há muito que se discute se a gramática — tomada como um corpo de formulações de regras — vem em auxílio do aluno ou lhe é prejudicial. A este respeito, as posições tendem para o extremismo. De um lado estão os que dizem: aprender gramática é indispensável. Porque sem regras gramaticais o que se aprende é uma espécie de «pidgin», uma língua ultra-simplificada e indiferenciada, que só serve para fins triviais e não permite uma comunicação eficaz na maior parte das situações. Do outro lado temos a posição que diz que uma língua deve ser aprendida através da comunicação. Só assim se pode motivar o aluno a aprendê-la. E só assim se aprende a língua tal como ela é falada. É uma aprendizagem natural.

Qualquer das posições tem uma certa razão, mas não toda a razão. O perigo reside no exagero e na radicalização. Não há dúvida que uma segunda língua se aprende para comunicar e, sobretudo, se aprende ao tentar comunicar através dela. Pela prática da comunicação, treinamo-nos a seguir as regras gramati-

cais automaticamente e sem reflexão. Mas quem aprende uma segunda língua já não é uma criança pequena e — por muito que se queira — a aprendizagem já não é natural. O aprendiz de uma segunda língua precisa de reflectir sobre essa língua, mesmo que as suas reflexões sejam apenas um estágio da aprendizagem e ele as volte a esquecer. O conhecimento de certas formulações de regras é-lhe muito útil porque muito económico:

— Pode construir muitos exemplos a partir de uma só regra. A regra é uma espécie de reserva linguística a que se pode sempre recorrer.

— Pode controlar o seu próprio discurso: pode detectar os seus próprios erros e corrigi-los segundo a regra.

Frase e Desvio

As regras da língua determinam o que é uma frase e o que não é. As frases erradas ou desviantes são expressões que nunca podem ser usadas como frases. Mas também se dá o mesmo nome a cadeias de palavras cujo uso só é desviante em certas situações ou para alcançar determinados fins.

Composição: A minha descoberta

- (1) Aconteceu no dia 25 de Dezembro. Estava sentada na minha cadeira de baloiço, quando bateram à porta. Levantei-me e fui abrir. Era um cientista que trazia uns óculos pequeninos da ponta do nariz. Apresentou-se e convidou-me a ir com ele descobrir novas Galaxias. Eu desejei saber de seu respeito. Então ele disse-me que era o famoso cientista ⁽¹⁰⁾ Herary Miles, que tinha ouvido falar no meu sonho de viagem viajar no espaço. Então, resolvi ir até porque o professor Miles me disse que a viagem já estava paga. Fui de comboio para Cabo Kennedy. Quando lá cheguei, o professor apresentou-me ao pessoal da estação espacial. Fui muito recebida por todos. Depois, eu, o professor e os pilotos fomos para dentro do foguetão. Começou a contagem decrescente: "10, 9, 8, 7, 6, 5, 4, 3, 2, 1. Fogo!" Finalmente, tínhamos partido! No espaço tudo era escuro. De repente, ouve-se o sinal de emergência! al- guna coisa está a correr mal! pensei eu. 6 professor disse que tínhamos de aterrar para reparar um estrago que um meteorito tinha feito; eu concordei, mesmo porque não havia outra hipótese. Depois da aterragem, todos estávamos cansados e deixamo-nos dormir mesmo ali. Quando (20) acordei no dia seguinte, estava um tempo maravilhoso, não me recordei onde estava, mas recordei-me, acordei o professor e os pilotos, estes repararam a nave, e eu e o professor fomos

explorar a terra desconhecida.

(30) Era bonita, tinha muita vegetação. Entramos numa floresta e ouvimos um guinchido, como que a pedir socorro. Aproximamo-nos do local, e então reparamos que era um animal, parecia um urso, com misturas de cão. Pegamos nele, e só

(35) então reparamos que ele tinha a perna a ditar sangue. Tratamos-lhe logo. Depois, como vimos que estava com fome, demos-lhe as sanduíches do nosso almoço e um litro de ^{leite} Vigor. O urso agradeceu, ladando. Mas logo a seguir, fugiu. Já

a vegetação também ^{tem} vida! (40) sabíamos que havia vida naquele planeta, mas mesmo assim demos um nome ao planeta, chamava-se "Uracão". Ficamos mais um dia e depois regressamos para Terra. Nos jornais trazia a notícia da viagem ao planeta. Portanto, o professor

(45) Henry tornou-me sua assistente. Depois desta viagem, fizemos muitas outras viagens e muitas mais descobertas.

A aprendizagem de qualquer regra é sempre um processo de interacção entre dois indivíduos, em que um deles tenta agir de acordo com a regra e o outro o corrige quando necessário. A aprendizagem não procede de uma imposição cega, nem é uma espécie de condicionamento, como acontece com os animais. Pelo contrário, o acto de correcção é um acto de comunicação como outro qualquer, entre dois agentes livres que se reconhecem mutuamente como tal; por outras palavras: entre parceiros. Como qualquer acto de comunicação, o acto de correcção pressupõe compreensão: o professor tem de compreender o que o aluno queria fazer com a sua tentativa e qual a regra que tentou seguir. Só deste modo conseguirá uma alteração da regra. Assim, quando a autora da composição escreve *um litro de Vigor* e o professor a corrige (linha 38), não é de supor que o professor não a compreendeu, nem que estamos perante um verdadeiro erro. O professor faz esta correcção por ser de opinião que neste contexto (ou seja, no uso da língua escrita) não se deve dizer assim. A aluna não se desviou portanto das regras do português, mas infringiu apenas certos preceitos normativos ou regras de um grupo limitado de falantes. Para fazer ver isto à aluna, é aconselhável não falar simplesmente de erro, mas em desvio em relação a uma determinada regra. A vantagem desta terminologia reside no facto de ela tornar necessária a formulação da regra por parte do professor. Por outro lado, enquanto *desvio* pressupõe gradação (há desvios maiores ou menores), a palavra *erro* tende a ser associada a uma lógica binária totalizante (uma coisa está certa ou errada) e a uma posição autoritária face ao saber (o professor sabe tudo e bem), que é a própria negação do acto de correcção como acto comunicativo normal entre dois interlocutores, a qualquer dos quais se exige que compreenda o outro. No acto de correcção, o professor também pode ter dificuldades de compreensão, que muitas vezes não são superadas quando a via de comunicação entre professor e aluno é a língua escrita.

Um exemplo disto é a correcção que na composição se faz de *havia vida* (linha 40). O professor supõe que, com a palavra *vida*, a aluna se está a referir apenas ao urso e que ela não considera a vegetação anteriormente mencionada como uma forma de vida. Isto deve-se ao facto de a expressão *havia vida* vir imediatamente a seguir à descrição do urso e ser introduzida por *já*. No entanto, o significado da palavra *já* não é tão estrito que nos obrigue a esta compreensão do texto: como neste a referência à vegetação é imediatamente anterior ao episódio do urso, também é admissível supor que a aluna considera as duas coisas como formas de vida. Se foi esse o caso, a correcção do professor não tem cabimento. Ele não teria atentado no princípio básico que diz: corrigir pressupõe compreender!

O professor deve portanto, antes de corrigir uma expressão, tentar ver quais as interpretações a que ela se presta porque a interpretação que ele prefere pode não ser a que o aluno tinha em mente. E compreender o aluno é precisamente saber qual é esta interpretação. O professor, neste contexto, não está numa situação de privilégio, mas antes na mesma situação que qualquer participante num acto de comunicação, que pode dar às palavras do outro uma interpretação que não corresponde ao que ele quis dizer. É certo que geralmente certas interpretações são mais plausíveis do que outras. Quando uma interpretação é implausível, o professor deve mostrá-lo ao aluno, mas — mais uma vez — só através da comunicação isso se consegue, até porque aquilo que um considera implausível pode não o ser para o outro. A ninguém se pode ordenar que compreenda como nós. Por isso — e porque a compreensão é o fim de toda a comunicação — devemos, ao comunicar, ter em conta as seguintes máximas:

— Parte sempre do princípio de que o teu interlocutor, ao enunciar uma expressão, quer dizer qualquer coisa, mesmo quando a expressão te pareça desviante!

— Reflecte sobre o que o teu interlocutor quer dizer, i.e. tenta descobrir porque razão age de forma eventualmente inesperada para ti!

Um falante sabe intuitivamente o que é uma frase da sua língua. Isso advém do facto de ele conhecer as regras da língua e saber quais as acções linguísticas que se podem praticar com o enunciar de uma dada frase.

Frase

Uma frase é a mais pequena unidade linguística com a enunciação da qual se pode realizar uma acção linguística completa.

Com esta definição põem-se em relevo duas características da frase que a distinguem de outras unidades linguísticas: limitar a frase à unidade mais pequena é necessário porque há unidades linguísticas mais extensas com as quais também se podem praticar acções linguísticas completas. Tal é o caso dos textos ou de certas sequências de frases, como, por exemplo, uma discussão sobre um tema ou uma entrevista. Por outro lado, há unidades linguísticas mais pequenas do que as frases com as quais não é possível praticar acções linguísticas completas. De acordo com a nossa definição, a exclamação *Fogo!*, na composição que atrás apresentámos (linha 16), é uma frase, porque com esta expressão se pode dar uma ordem. Em *Naquela rua rebentou um fogo*, porém, a expressão *fogo* já não é uma frase, pois ela só por si não basta para realizar uma acção linguística completa. Mas tomando a expressão no seu conjunto (*Naquela rua rebentou um fogo*) voltamos a ter uma frase, já que com esta expressão praticamos a acção linguística de afirmar algo.

A exigência de que a acção linguística seja completa é necessária, porque uma dada expressão pode ser enunciada para fins totalmente diferentes em certos contextos. A palavra *fogo*, por ex., pode ser pronunciada como exercício de fonética. Pode-se também, ao enunciar a palavra, estar a corrigir um estrangeiro que a tenha pronunciado mal. Como nestes casos qualquer tipo de expressões pode estar em causa (inclusive sons vocálicos ou consonânticos isolados), eles não devem ser considerados para definir frase. Por «acções

linguísticas completas» entendemos coisas como afirmar, perguntar, responder, ordenar, predir, etc.

De acordo com a definição, uma expressão como *Em Viseu* pode ser uma frase, desde que enunciada em certas situações, nomeadamente como resposta à pergunta *Onde nasceste?* O falante faz com ela uma afirmação: a mesma que faria com *Eu nasci em Viseu*, embora o uso desta frase mais longa como resposta fosse, naquela situação, quase desviante. Temos portanto em certas situações a possibilidade de abreviar as frases, i.e., de as tornar elípticas. (*Em Viseu* é uma frase elíptica relativamente a *Eu nasci em Viseu*). Contudo, estas abreviações de frases obedecem também a determinadas máximas comunicativas, que assentam na nossa tendência de não dizermos o que é supérfluo:

— Não digas o que, no contexto em causa, já foi dito!

— Não digas o que se deduz claramente da situação de comunicação!

Desvio sintáctico

Diz-se que uma expressão linguística é sintacticamente desviante quando, independentemente da situação em que é enunciada, não se possa praticar com ela qualquer acção linguística completa, de acordo com as regras da língua.

Embora estas expressões não cheguem a ser frases de acordo com a nossa definição, há quem lhes chame frases sintacticamente desviantes. Tal designação explica-se porque muitas vezes acontece que, na comunicação, elas surgem em lugar de frases correctas. Um exemplo é, na composição, a expressão *Tratamos-lhe logo* (linha 36), que ocorre em vez da frase aceitável *Tratámos dele logo*. Convencionou-se identificar as expressões desviantes antepondo-lhes um asterisco (*). As expressões que na composição apresentam desvios sintácticos representam-se portanto assim:

- (1) * *Tratamos-lhe logo*. (linha 36)
- (2) * *Eu desejei saber a seu respeito*. (l. 6-7)
- (3) * *Eu concordei, mesmo porque não havia outra hipótese*. (l. 21-23)

- (4) * *Fui muito recebida por todos.* (l. 13-14)
 (5) * *Nos jornais trazia a notícia da viagem ao planeta.* (l. 43-44)

Geralmente, quando um falante enuncia uma frase desviante, o interlocutor é apesar disso capaz de o compreender. Isso quer dizer que há uma frase (pelo menos) sintacticamente aceitável que corresponde à frase desviante e que o interlocutor consegue reconstituir. Para os exemplos dados, elas podem ser por exemplo:

- (6) *Tratámos dele logo.*
 (7) *Eu desejei saber mais a seu respeito.*
 (8) *Eu concordei, mesmo porque não havia outra hipótese.*
 (9) *Fui muito bem recebida por todos.*
 (10) *Os jornais traziam a notícia da viagem ao planeta.* (Ou: *Nos jornais lia-se a notícia da viagem ao planeta.*)

Uma frase pode ser mais ou menos desviante. O exemplo seguinte ilustra diversos graus crescentes de desvio, a partir de uma frase aceitável:

- (11) *Toda a gente aplaudiu a descoberta de vida no planeta.*
 (12) ? *Toda a gente aplaudiu a descoberta no planeta de vida.*
 (13) * *A descoberta no planeta de vida aplaudiu toda a gente.*
 (14) * *Toda a gente de vida aplaudiu a descoberta no planeta.*
 (15) * *A descoberta toda aplaudiu a gente no planeta de vida.*
 (16) * *A planeta a toda aplaudiu vida de descoberta no gente.*

Em todas as frases ocorrem as mesmas palavras; de frase para frase só se altera a ordem por que ocorrem. As primeiras frases apresentam desvios relativamente pequenos e ser-nos-ia possível, se surgissem na comunicação, compreender o que o falante teria querido dizer. O desvio da frase (12), por ex., é diminuto ou mesmo inexistente, segundo alguns falantes. Quando, como neste caso, não há unanimidade entre os falantes sobre o carácter desviante de uma frase, os gramáticos costumam antepor-lhe o símbolo «?». As duas últimas frases, por sua vez, são fortemente desviantes sintacticamente

e, a serem enunciadas, tornariam a comunicação impossível.

Mas a comunicação também pode ser dificultada por desvios de outro tipo, que têm a ver de perto com o significado das expressões usadas e que por isso se chamam desvios semânticos.

Desvio semântico

O uso de uma expressão é semanticamente desviante quando não está de acordo com o significado habitual dessa expressão.

Uma frase que apresenta um desvio semântico contém uma ou mais expressões semanticamente desviantes.

Uma frase semanticamente desviante não se pode usar em situações normais sem que se corra o risco de o interlocutor não compreender o que se quis dizer com ela.

Em situações normais, por ex., a frase da composição

- (17) *O urso agradeceu, ladrando.* (l. 38-39)
 é semanticamente desviante. Nela se faz um uso semanticamente desviante de duas expressões, i.e., um uso que vai contra o seu significado habitual: *agradeceu* designa uma acção humana e social e como tal não pode normalmente ser predicada de um urso; *ladrando* designa o comportamento de um cão e assim também não é predicável de um urso. Porém, no contexto de uma composição como a que transcrevemos, em que a fantasia é admitida, tal frase pode ser considerada não desviante: em tais situações de escrita, justifica-se que os animais pratiquem acções e até que os ursos ladrem, desde que a explicação para isso seja sugerida no texto (era «um urso com misturas de cão»).

Um outro exemplo de desvio semântico é dado pela frase das linhas 26-27:

- (18) *Não me recordei onde estava, mas recordei-me.*

Aqui, o desvio reside no uso de *mas*. Normalmente, usa-se *mas* para ligar duas frases que, de um modo ou de outro, o falante encara como estabelecendo uma oposição entre si. Contudo, o significado de *mas* não permite

que esta oposição seja de contradição absoluta entre as duas frases, como é o caso em (18). Um outro exemplo do mesmo uso desviante de *mas* seria

(19) *Ele não estava em casa, mas estava em casa.*

porque as frases que *mas* liga são contraditórias entre si. Tal desvio desaparece se acrescentarmos, por ex., indicações temporais que tornem as frases já não contraditórias:

(20) *Ele não estava em casa ao meio-dia, mas meia hora depois estava em casa.*

Pelo mesmo processo se pode obstar ao desvio semântico de (18):

(21) *A princípio não me recordei onde estava, mas depois recordei-me.*

Um terceiro exemplo de desvio semântico que ocorre na composição é dado pela frase das linhas 44-45:

(22) *Portanto, o professor Henry tornou-me sua assistente.*

Geralmente, usa-se *portanto* para indicar que a frase que se lhe segue pode ser logicamente inferida de outra ou outras que estão antes. Neste caso, porém, não se percebe como é que do simples facto de os jornais trazerem a notícia da viagem ao planeta se pode inferir que o professor Henry tornaria a autora sua assistente. Estamos assim perante um uso semanticamente desviante de *portanto*. A explicação provável para este desvio é que a aluna pensou escrever uma frase antes da frase com *portanto*, mas, por falta de atenção, não o fez. Com esta frase, deixaria de haver desvio:

(23) *Os jornais traziam a notícia da viagem ao planeta. Diziam óptimas coisas da equipa espacial, principalmente do meu trabalho. Portanto, o professor Henry tornou-me sua assistente.*

Na maior parte dos casos, os desvios semânticos surgem por nós nos afastarmos de certas máximas comunicativas, como por exemplo:

— Dá todas as informações necessárias e não mais do que essas!

Estas máximas comunicativas estão na base de toda a comunicação normal e determinam a nossa compreensão dos actos comunicativos. Não as devemos confundir com

certas normas ou prescrições que nada têm a ver com a possibilidade de compreensão, como por exemplo a norma segundo a qual não se devem repetir muitas vezes no mesmo texto as mesmas expressões. Uma norma deste género não tem nada a ver com a possibilidade de compreensão de um texto porque, mesmo que não a sigamos, o texto pode ser compreendido pelo interlocutor e não apresenta desvios semânticos, embora haja quem faça crer isso e tente impor tais normas como universalmente indispensáveis.

Falsidade

É falsa a frase com a qual se faz uma afirmação falsa (i.e., que não corresponde aos factos) ou aquela com a qual só se podem fazer afirmações falsas. As frases falsas não são sintacticamente desviantes.

Na composição, o professor considera a frase

(24) *Fui de comboio para Cabo Kennedy.*

(linha 11)

como falsa, porque supõe que a aluna quis dizer que foi a Cabo Kennedy a partir do nosso país. Com base nesta suposição e ainda na suposição que coisas inverosímeis deste tipo não se devem afirmar, mesmo em histórias de ficção, é justo tomar a frase por falsa. Mas partindo de outras suposições, ela poderia ser verdadeira. O mesmo se passa com muitas outras frases: em geral, uma frase não é falsa ou verdadeira em si mesma. Tudo depende do uso que se lhe dá: numa situação pode ser falsa e noutra verdadeira. Há contudo frases que são sempre verdadeiras e outras que são sempre falsas, independentemente da situação em que são enunciadas. As primeiras chamamos analiticamente verdadeiras e às segundas analiticamente falsas, porque basta a análise do seu significado para provar que são verdadeiras ou falsas. São exemplos de frases analiticamente verdadeiras:

(25) *Henry Miles é Henry Miles.*

(26) *Ou está a chover ou não está.*

São analiticamente falsas frases como:

(27) *Não é verdade que Afonso Henriques seja Afonso Henriques.*

(28) *Está a chover e não está a chover.*

A frase (19), acima comentada, também é analiticamente falsa. As frases que podem ser falsas ou verdadeiras consoante a situação chamamos sinteticamente falsas ou sinteticamente verdadeiras. Exemplos:

(29) *Está a chover.*

(30) *Não é verdade que Afonso Henriques seja o primeiro rei de Portugal.*

Esta última frase é falsa, mas — ao contrário de (27) — sinteticamente falsa, porque o significado das expressões nela contidas não chega para nos mostrar a sua falsidade: temos, além disso, que recorrer aos factos históricos. Se a história tivesse decorrido de outro modo (se, por ex., tivesse havido um rei antes de Afonso Henriques ou se Afonso Henriques nunca tivesse chegado a ser rei), poderíamos não estar agora em situação de dizer que é falsa e ela poderia muito bem ser verdadeira.

Constituição da Frase

Uma frase é geralmente constituída por partes. Cada falante domina as regras com as quais pode, por um lado, construir frases a partir dessas partes e, por outro, analisar frases em partes. Essas regras permitem-lhe, a partir de partes já conhecidas, construir e compreender frases inteiramente novas. O falante domina, portanto, um sistema sintáctico de unidades elementares e de regras combinatórias.

Paulo	Mãe
Mamã	Já vou
o(lh)a o(lh)a	
Mamã papá mamã	
Rum, rum. Que é.	É um carro.
Carro.	Queres ver?
Ver	
Carro mamã.	Onde está o carro?
Mamã vai.	
Papá vai.	Claro.
Bola dá.	Não tenho a bola!
Dá dá.	
Mamã vai.	Pois, a mamã vai buscar a bola.
Bola dá. Dá.	
Buscar bola.	
Buscar neco.	O Paulo vai buscar o boneco.

Uma criança normal aprende a falar uma língua em pouco tempo e de forma relativamente perfeita. Pode aprender qualquer língua: a língua que aprende não depende da sua constituição rática mas pura e simplesmente da comunidade linguística em que cresce. É esta característica humana, este tipo de capacidade para a linguagem, que marca a fronteira entre nós e outras espécies animais, como os macacos. As crianças aprendem a língua na prática da comunicação com os pais ou com outras pessoas que as educam. Isto significa que não só aprendem uma dada língua (português, por ex.) mas que aprendem igualmente as peculiaridades linguísticas de quem as ensina. Assim, no nosso diálogo, é uma característica linguística do falar da mãe a substituição das palavras *eu* e *tu* pelos nomes dos interlocutores, provavelmente porque pensa que o uso dessas palavras é demasiado difícil para uma criança. É um procedimento vulgar no diálogo com crianças e, até certo ponto, justifica-se, porque o emprego de nomes próprios é mais simples. Porém, se tal procedimento fosse constante e sistemático teria como consequência que a criança nunca conseguiria aprender essas palavras por nunca ter sido confrontada com o seu uso. Felizmente, a capacidade da criança para a aprendizagem da língua é tal que ela não necessita de uma amostra muito grande de casos em que uma palavra é usada para dominar a regra para o uso dessa palavra, nem tão-pouco é preciso que essa amostra contenha apenas usos correctos. É espantoso como as crianças conseguem aprender o uso correcto das palavras e expressões apesar dos erros que os adultos fazem propositadamente ao falar com elas.

A concepção básica que hoje se tem da aprendizagem das regras linguísticas pelas crianças é a seguinte: a criança aprende segundo protótipos. Escolhe padrões gerais que hipoteticamente correspondem a séries de fenómenos particulares e usa-os como regras. Ao princípio, as regras que a criança aprende são simples e indiferenciadas. Com o tempo, as regras vão sendo cada vez mais específicas, seja porque a criança aprendeu entretanto no-

vas condições para o agir de acordo com uma dada regra, seja porque faz duas regras a partir de uma, etc.

A aprendizagem das regras que vão permitir à criança construir frases e (re)conhecer o seu significado é gradual. O primeiro estágio dessa aprendizagem é aquele em que a criança emprega apenas frases de uma só palavra ou holófrases, como, por ex., a frase *Mamã* no nosso diálogo. A mesma holófrase pode corresponder a diversos significados:

- pedido: Mamã, vem!
 - pergunta: Onde está a mamã?
 - afirmação: Eis a mamã.
- A mamã vem aí.

Contudo, a hipótese de estarmos perante diferentes significados da frase *Mamã* já vai longe demais, porque na linguagem da criança estas diferenças não são formuláveis, não existem paráfrases para elas. Será por isso preferível dizer apenas que a criança segue uma regra global e indiferenciada e não estabelece ainda da mesma forma que nós as diferenças entre os diversos usos.

O estágio seguinte caracteriza-se pelo uso de frases de duas palavras. No nosso diálogo, interpretamos a expressão *Mamã vai* como uma frase deste tipo. Mas por que razão dizemos que a própria criança também a encara como sendo constituída de duas partes? Pelo que nos diz respeito, são a entoação, as pausas e o significado que lhes atribuímos — de acordo com as nossas regras de adultos, claro — que nos induzem à conclusão de se tratar, não de duas holófrases, justapostas, mas sim de uma frase com duas partes. Se uma criança também a encara como decomponível, é impossível saber com segurança: apenas podemos fazer suposições mais ou menos fundamentadas.

O Paulo enuncia nesta comunicação 14 frases (repetições não incluídas). Dentre elas, as frases decomponíveis são:

- | | | |
|-----|-------------------|--------------------|
| (1) | <i>Carro mamã</i> | <i>Bola dá</i> |
| | <i>Mamã vai</i> | <i>Buscar bola</i> |
| | <i>Papá vai</i> | <i>Buscar neco</i> |

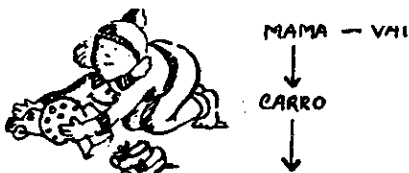
Se ao Paulo elas surgissem como indecomponíveis, ele teria que as ter aprendido todas de cor, uma após outra. Quanto mais frases dominasse, mais teria que ter aprendido de

cor. Mas há um outro processo de aprendizagem, que consiste em saber dividir as frases: desta forma, o Paulo só necessitaria aprender de cor os elementos indivisíveis e um processo (eventualmente dois ou três, para maior diferenciação) que lhe dissesse como compor uma frase a partir de dois elementos quaisquer. Se ele (como supomos) aprendeu por este processo, então é competente de construir muitas mais frases para além das que ocorrem no diálogo, como por exemplo:

- | | | |
|-----|------------------|---------------------|
| (2) | <i>Carro vai</i> | <i>Buscar carro</i> |
| | <i>Bola vai</i> | <i>Buscar mamã</i> |
| | <i>Neco vai</i> | <i>Buscar papá</i> |
| | etc. | etc. |

Vê-se claramente até que ponto as aptidões linguísticas de uma criança aumentam quando começa a ser capaz de dividir as frases. Os pedagogos levantaram a hipótese de que muitas crianças retardadas não passam a esta fase na idade das outras e que durante algum tempo continuam a aprender as frases como se fossem palavras gigantes, dispondo por isso de um inventário limitado, que não usam de forma criativa para a construção de novas frases.

Que razões temos nós para acreditar que o Paulo aprendeu a língua por este segundo processo? Antes do mais, é de crer que a semelhança evidente entre algumas das frases que ele enunciou o leve a dar-se conta do facto de umas se poderem obter a partir das outras por substituição de um dos elementos:



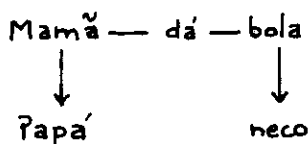
Mas também isto não passa de uma hipótese. Relativamente à expressão *que é*, por ex., não podemos concluir com base nos enunciados do Paulo se ele está apto a construir mais frases por substituição de um dos elementos desta expressão. Todavia, se o Paulo pronunciar a frase *Bola vai* e nós soubermos que ele nunca a tinha ouvido nem pronunciado, sere-

mos obrigados a admitir que ele próprio a construiu. E só é possível manter esta hipótese se aceitarmos como real o segundo processo de aprendizagem. Como, porém, é sabido que todos os falantes de uma língua constroem e compreendem constantemente frases novas, nunca antes enunciadas, então é porque procedem de acordo com este esquema e devem tê-lo aprendido numa dada altura da sua vida. Chegamos assim à justa suposição que o aprenderam no momento em que começam a fazer uso de frases decomponíveis e que o Paulo também domina este esquema nos seus traços gerais.

O esquema consiste em três pontos:

- (i) Decomposição das frases em partes mais pequenas.
- (ii) Classificação das partes segundo diversas categorias.
- (iii) Processos para combinação das partes atendendo às suas categorias.

Pensamos que o Paulo só domina o esquema de forma rudimentar, porque ainda não usa frases com três elementos, como as do exemplo seguinte:



○ agir linguístico dos homens manifesta-se no enunciar de frases. As chamadas línguas naturais (i.e., as que empregamos no quotidiano e que aprendemos em crianças como

membros de uma dada comunidade) não são, porém, simples conjuntos de frases já feitas e prontas a serem usadas. Pelo contrário, o que numa língua é prévio ao uso é apenas um certo número de padrões (modelos) de construção de frases que o falante pode utilizar a qualquer momento para produzir frases novas, inéditas, sem que a língua fique modificada por isso. Pela mesma ordem de ideias, os utentes de uma língua podem compreender frases que nunca antes tinham ouvido ou lido.

Estes padrões de construção podem ser concebidos como conjuntos de regras para a construção de frases. Estas regras assentam no facto de as frases serem cadeias unidimensionais de partes que se podem combinar por outra ordem (ou por outras ordens) de modo a obter novas frases. Por exemplo, de acordo com os padrões de construção do português, podem construir-se, com as seis partes *a mamã, o papá, o Paulo, a bebé, adora, beija*, mais de vinte frases:

- (3) *A mamã adora o papá*
O papá adora o Paulo
O Paulo adora a mamã
O Paulo adora a bebé
O papá beija a mamã
A mamã beija o papá
A bebé beija o Paulo
 etc.

A sintaxe como disciplina científica da linguagem estuda quais as combinações de partes que, numa língua, formam frases. Descreve assim uma capacidade que o falante normal dessa língua possui. Os objectos da teoria sintáctica devem portanto ser os seguintes:

- (i) Dividir as frases em partes mais pequenas com significado.
- (ii) Classificar as partes de acordo com diversas categorias.
- (iii) Descrever as regras de combinação dessas partes em frases.
- (iv) Descrever de que modo o significado das frases se obtém do significado das suas partes.

Ao dividir as frases, não podemos proceder de forma arbitrária, estabelecendo cortes em quaisquer pontos da cadeia frásica. Pelo con-

trário, as frases devem ser divididas de modo a que a divisão possa servir como base para a descrição do significado dessas mesmas frases, conforme prevê o objectivo (iv) acima. É de supor que este princípio seja também seguido por qualquer falante que esteja a aprender a construir frases, porque a divisão correcta da frase é condição essencial para compreender o seu sentido. Na prática da comunicação, acontece por vezes ser importante saber descrever ou justificar uma dada divisão, porque muitas cadeias frásicas permitem mais do que uma, como, por ex., a seguinte:

(4) *Telefonou um cliente do Porto.*

Esta cadeia frásica admite duas divisões. Uma delas é

(5) *(Telefonou) (um cliente) (do Porto).*

De acordo com esta divisão, a cadeia frásica significa que um cliente telefonou a partir do Porto. A outra divisão possível é

(6) *(Telefonou) (um cliente do Porto).*

De acordo com esta segunda hipótese, a cadeia frásica significa que um cliente que é do Porto telefonou. A possibilidade das duas divisões indica que (4) representa o enunciado de duas frases diferentes. O domínio da correcta divisão de frases e da sua justificação é portanto essencial em todas as ocasiões de comunicação, mas muito especialmente no ensino da língua materna às crianças ou no ensino da escrita, em que já é dada a divisão da cadeia frásica em palavras e em que uma divisão errada pode dificultar a compreensão:

(7) *Visitá mos osari mais nojar dímzoo lógico.*

Por este motivo, uma ortografia só é boa quando reflecte a divisão natural das expressões da língua.

Segmentação e Monemas

Chamamos segmentação a uma divisão das frases que possa servir de base a uma descrição adequada das mesmas. A segmentação de uma frase só está completa quando se chega às partes mais pequenas que possuem ainda significado. Estas unidades mínimas com significado são os monemas.

Um exemplo: se segmentarmos a frase

(8) *Nós exploramos as raízes da nossa gramática.*

obteremos os seguintes monemas:

Nós - explora - mos - a - s - raíz - es - d - a -
- noss - a - gramátic - a.

Algumas destas unidades parecem, à primeira vista, não ter significado: é o caso de *- mos*, *- es* ou *- a*. Mas o seu significado revela-se se atentarmos em oposições como

(nós)	explora - mos	raíz - es	noss - a
(tu)	explora - s	raíz	noss - o

Onde há oposição sistemática, há diferença de significado e, portanto, um novo monema.

A relação de significado entre as diferentes partes de uma cadeia frásica não é homogênea. Sob o ponto de vista do significado, certas partes podem estar mais intimamente relacionadas entre si do que outras: assim, na frase em observação, *nossa* relaciona-se mais estreitamente com *gramática* do que com *exploramos*. É por isso que, ao segmentar uma frase, devemos considerar diversos níveis, até chegarmos ao nível dos monemas:

Nós	exploramos	as	raízes	da	nossa	gramática
Nós	exploramos	as	raízes	da	nossa	gramática
Nós	exploramos	as	raízes	da	nossa	gramática
Nós	exploramos	as	raízes	da	nossa	gramática
Nós	exploramos	as	raízes	da	nossa	gramática
Nós	exploramos	as	raízes	da	nossa	gramática

Sintagma

Chamamos sintagma a qualquer elemento que resulte de uma segmentação, seja qual for o nível a que esta for feita.

Entre outros, temos na frase em análise os sintagmas *a nossa gramática*, *as raízes*, *da nossa gramática*, *exploramos*, *as raízes da nossa gramática*, *as*, *nossa*. Noutras frases: *os carros*, *para ti*, *ao sair de casa*, *dois e dois*, etc.

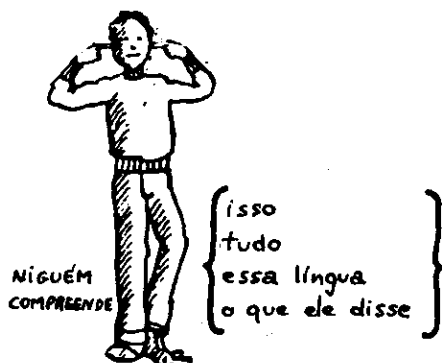
Os monemas também são sintagmas, embora muito simples, porque não são divisíveis noutros sintagmas. Os sintagmas que, numa dada frase, se podem substituir uns pelos outros (e que contribuem todos, portanto, de forma algo semelhante para o significado da frase) pertencem à mesma categoria sintáctica.

Categoria Sintáctica

Uma categoria sintáctica é o conjunto de todos os sintagmas que numa frase se podem substituir entre si, contribuindo de forma semelhante para o significado desta.

Os sintagmas *isso*, *tudo*, *essa língua*, *o que se disse*, por ex., da figura ao lado, pertencem à mesma categoria sintáctica. Como vemos, os elementos de uma mesma categoria sintáctica podem apresentar estruturas muito diversas. Por outro lado, o mesmo sintagma pode pertencer a mais de uma categoria sintáctica.

As categorias sintácticas do nível mais baixo de segmentação contêm apenas monemas. Chamam-se categorias lexicais.



Categoria Lexical

Uma categoria lexical é uma categoria sintáctica cujos elementos são monemas.

São exemplos de categorias lexicais os nomes (*Raul, raiz, ...*), os adjektivos (*grande, simples, ...*), os verbos (*explora-, interessa-, ...*), os advérbios (*bem, devagar, ...*), as preposições (*por, de, ...*), os morfemas verbais (*-mos, -s, ...*), etc.

De todas as categorias lexicais, há duas especialmente importantes porque englobam todas as outras: são a categoria dos lexemas e a dos morfemas.

Morfemas e Lexemas

Os monemas subdividem-se em duas grandes categorias lexicais, os morfemas e os lexemas, que se caracterizam pelo seguinte: (i) os lexemas são susceptíveis de ocorrência isolada; os morfemas têm em geral ocorrência presa; (ii) os lexemas têm significado pleno; os morfemas, significado estrutural; (iii) os lexemas constituem uma lista aberta; os morfemas, uma lista fechada.

Explicuemos cada um destes três pontos:

Ponto (i): enquanto os lexemas podem aparecer isoladamente, são independentes, os morfemas ocorrem geralmente só na presença de outros monemas. Por exemplo, em *exploramos* e *raízes*, *explora* e *raiz* podem, noutras frases, ocorrer isoladamente, mas *mos* e *es* (morfemas) só ocorrem junto aos primeiros (*exploramos*, *raízes*) ou a outros monemas.

Ponto (ii): o significado dos lexemas remete-nos para o que está para além da língua, para o mundo real (ou mundos possíveis). Os lexemas servem directamente para nos referirmos às coisas e delas predicarmos propriedades. O significado dos morfemas remete-nos, pelo contrário, para própria estrutura gramatical da língua. Na lista seguinte, por ex.,

<i>exploramos</i>	gramática
<i>estudava</i>	torres
<i>adoeces</i>	peixes

os morfemas (em itálico) indicam fenómenos gramaticais como o tempo, o modo e a pessoa dos verbos ou o número e o género dos no-

mes; os lexemas, pelo contrário, remetem para acções (*explorar, estudar*), processos (*adoecer*) e objectos no seu sentido mais vasto (*gramática, torre, peixe*).

Ponto (iii): como é com os lexemas que nos referimos a todas as coisas do mundo, o seu número é grande e indefinido. Indefinido porque todos os dias entram palavras novas na língua (*ovni, video*) e outras deixam de usar-se. Os morfemas, pelo contrário, são em número reduzido e fixo: não é todos os dias que se cria uma nova terminação verbal!

As outras categorias lexicais incluem-se ou na categoria dos lexemas ou na dos morfemas: verbos, nomes, adjektivos, por ex., são lexemas; as terminações verbais (indicadoras de tempo, modo e pessoa), bem como as terminações de nomes e adjektivos (indicadoras de género e número) são morfemas.

Operações e Relações Sintáticas

As frases caracterizam-se pela sua estrutura. Dada uma frase, esta estrutura manifesta-se na relação que as suas partes mantêm entre si e na relação dessa frase com outras. Estas relações, de tipo sintáctico, são dominadas por todos os falantes da língua, conforme o demonstram as estruturas das frases que enunciam, mesmo que a maior parte deles não tenha consciência desse domínio. Por meio de algumas operações sintáticas, é possível pôr em relevo estas relações e fazer delas um uso prático e consciente.

As cadeiras de armar

O mobiliário do nosso piquenique consistia de uma imponente mesa de armar, uma confortável cadeira de armar com braços, uma cadeira de armar sem braços, dois bancos de armar que funcionavam e um que não funcionava.

A Marília e o Henrique ocupavam alternadamente a confortável cadeira de armar com braços e a cadeira de armar sem braços; o João, a Paula e eu ocupávamos alternadamente os dois bancos de armar que funcionavam e o que não funcionava. Quando a Marília estava na cadeira de armar com braços, eu sentava-me no banco de armar que não funcionava, o João e a Paula sentavam-se nos bancos de armar que funcionavam e o Henrique ocupava a cadeira de armar sem braços. Quando o Henrique ocupava a cadeira de armar com braços, o João sentava-se no banco de armar que não funcionava e a Paula e eu sentávamo-nos nos bancos de armar que funcionavam e a Marília na cadeira de armar sem braços. A Paula ia para o banco de armar que não funcionava se acaso perdesse uma meia ou entornasse o vinho ou teimasse em não comer o «pâté». Mas no dia em que ela perdeu uma meia, não tínhamos levado o material de campismo, e quando uma vez entornou o vinho, o João e eu tínhamos virado a mesa, o que foi uma desgraça muito maior, e quando uma vez não quis comer o «pâté», o Henrique disse-lhe: se não queres comer o «pâté», para a próxima vez ficas no banco de armar que não funciona. Desta maneira, a ordem das coisas ficou toda alterada para os piqueniques seguintes e a situação que teria tornado necessária uma mudança das cadeiras de armar com e sem braços entre o Henrique e a Marília em virtude de uma mudança paralela dos bancos de armar que funcionavam e do que não funcionava entre o João, a Paula e eu, ficou apenas como hipótese para o caso de a Paula perder uma meia no momento do piquenique, de entornar o vinho quando o João e eu não tivéssemos anteriormente virado a mesa e de não querer comer o «pâté» quando não houvesse possibilidade de aplicar

o castigo, ou seja, quando tivesse recusado a dose de «pâté» no penúltimo piquenique.

Este caso já se deu no penúltimo piquenique. Mas então não sabíamos que combinação adoptar, se a Marília devia ficar na cadeira de armar com braços e o Henrique na cadeira de armar sem braços, enquanto o João e eu ficávamos nos bancos de armar que funcionavam e a Paula no que não funcionava, ou se o Henrique devia ir para a cadeira de armar com braços e a Marília para a cadeira de armar sem braços.

Então eu disse que, se logo de princípio tivesse ficado assente que a Paula se sentava no banco de armar que não funcionava quando a Marília ocupasse a cadeira de armar com braços, o Henrique a cadeira de armar sem braços e o João e eu os bancos de armar que funcionavam, que eu me sentava no banco de armar que não funcionava quando a Marília se sentasse na cadeira de armar com braços, o Henrique na cadeira de armar sem braços e a Paula e o João nos bancos de armar que funcionavam, que o João se sentava no banco de armar que não funcionava quando a Marília ficasse na cadeira de armar com braços, o Henrique na cadeira de armar sem braços e a Paula e eu nos bancos de armar que funcionavam, que a Paula se sentava no banco de armar que não funcionava quando o Henrique se sentasse na cadeira de armar com braços, a Marília na cadeira de armar sem braços e o João e eu nos bancos de armar que funcionavam, que eu me sentava no banco de armar que não funcionava quando o Henrique se sentasse na cadeira de armar com braços, a Marília na cadeira de armar sem braços e o João e a Paula se sentassem nos bancos de armar que funcionavam, que o João se sentava no banco de armar que não funcionava quando o Henrique se sentasse na cadeira de armar com braços, a Marília na cadeira de armar sem braços e a Paula e eu nos bancos de armar que funcionavam, e se nós tivéssemos respeitado esta ordem de forma consequente, não estaríamos agora nestes apuros.

A Paula disse: o tio Silvadassilva é um homem muito sério e muito intelectual.

Nesse dia houve «pâté» à camponesa, presunto da Lorena com azeitonas, «choucroute» guarnecida, «camembert» e duas garrafas de Bordéus tinto de 14°.

A Paula não foi obrigada a comer o «pâté».

— Adaptação de: Ludwig Harig, *Die Reise nach Bordeaux* (A viagem a Bordéus).

vem navio

vai navio

vir navio

ver navio

ver não ver

vir não vir

vir não ver

ver não vir

ver navios

— de: Haroldo de Campos, *Xadrez de Estrelas*.

Estes textos são exemplos do experimentalismo em literatura. Ambos se caracterizam por um tratamento construtivo e lúdico do material linguístico. Mais especificamente, este tratamento consiste em substituir de forma sistemática certas partes de frases por outras partes de modo a que surjam novas frases. A operação da substituição é um dos processos habituais deste experimentalismo. No texto de Harig adicionou-se-lhe ainda outro elemento que consiste em proceder à substituição das cinco partes da frase de forma cíclica. Se considerarmos

1 = cadeira de armar com braços

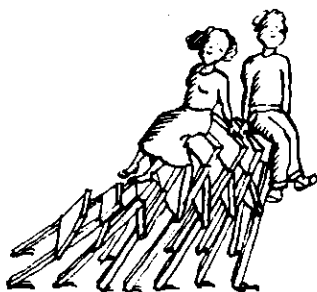
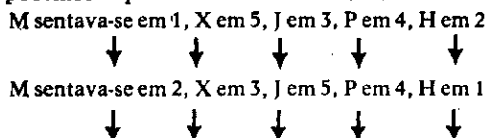
2 = cadeira de armar sem braços

3 = banco de armar que funciona

4 = banco de armar que funciona

5 = banco de armar que não funciona

podemos representar a ciclicidade assim:



O texto adquire a estrutura que tem em virtude da aplicação em série deste processo, que resulta na produção de todas as combinações possíveis dos nomes com os elementos 1, 2, 3, 4 e 5.

O que nos espanta nesta forma construtiva de lidar com frases é que — ao contrário do que se passa na comunicação normal — o autor não se deixa guiar por aquilo que quer dizer, mas sim pelas próprias operações que realiza sobre as palavras. A finalidade desta literatura não é portanto ser a expressão de um sujeito ou a descrição de factos. É um tipo de experimentação com a língua que não privilegia a frase que descreve um facto, mas põe esta a par daquelas que resultam das outras combinações dos mesmos elementos e que apontam, não para factos, mas para possibilidades: não para o que foi, mas para tudo o que poderia ter sido. Neste aspecto, a literatura aproxima-se da lógica, a qual também não se ocupa do factual, mas dos seus limites, não das coisas, mas de todas as possíveis relações entre elas.

Estas formas criativas de manipular o material linguístico têm interesse na medida em que nos deixam entrever conexões que, de outro modo, nos escapariam. Mas não serão um passatempo para momentos de ócio? Não o cremos, porque o recurso a estes processos é importante para muitos outros fins, entre os quais a própria elaboração de uma teoria sin-

táctica. (Historicamente, pode até ter-se dado o caso de alguns escritores se terem servido, para a feitura dos seus textos, de operações sobre a língua desenvolvidas por linguistas). Também no dia-a-dia, a operação linguística da substituição encontra emprego: como falantes de uma língua, é frequente termos que encarar o problema de encontrar uma formulação para as nossas frases que reflecta exactamente o que queremos dizer. A expressão a escolher é uma entre muitas semelhantes. Por isso, a posição que ela ocupa no sistema da língua e as relações que mantém com as outras são de uma importância fundamental. Em caso de dúvida, é aconselhável levar em conta as alternativas a esta expressão e proceder experimentalmente. A experiência consiste precisamente em substituir a expressão, por ex. *diz*, por outras aparentadas, obtendo assim um campo semântico (i.e., um conjunto de expressões caracterizadas por partilharem um dado traço de significado):

(1) Ele	$\left\{ \begin{array}{l} \text{diz} \\ \text{promete} \\ \text{avisa} \\ \text{afirma} \\ \text{acha} \end{array} \right\}$	que a mulher vem aí.
(2)		
(3)		
(4)		
(5)		

É certo que normalmente este processo não é aplicado de forma totalmente explícita, mas é um facto que, em casos de dúvida, nós escolhemos uma expressão por contraste, observando qual a sua posição adentro do campo constituído por ela e pelas suas semelhantes.

O interesse prático da substituição não se limita ao lado do falante. Também como ouvintes temos que saber como é que um falante utiliza uma dada expressão e porquê. A forma como uma dada expressão é utilizada, porém, constitui o seu significado. Por isso, torna-se necessário saber alguma coisa sobre o significado que a expressão tem para o falante. Para esse fim servem certas perguntas, como a seguinte, feita depois de alguém ter enunciado (2):

(6) *Alguém pode prometer que outrem fará uma coisa?*

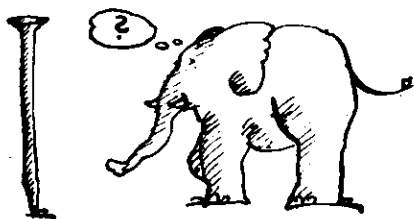
Embora à primeira vista possa não parecer, esta pergunta é sobre o significado de *promete*.

Ou de outra forma: se (11) não for verdade, então (10) também não pode ser, pelo menos atendendo ao significado que as expressões *prometeu* e *disse* têm normalmente.

Um outro emprego comunicativo importante da substituição consiste na delimitação de um campo por meio da relação pergunta-resposta:

(12) *Para pregar
pôso usar*

o quê?
um martelo.
a mão.
um alicate.
uma coisa pesada.
uma coisa comprida.
uma bengala.
uma coisa inquebrável.



Parte-se de uma pergunta a dá-se uma série de respostas possíveis, obtidas por substituição da expressão interrogativa. O que define o que é uma resposta possível é determinado exclusivamente pelo sistema da língua, sem influências externas nem preconceitos. A vantagem deste procedimento é evitar que limitemos a nossa atenção a apenas certas alternativas e obrigar-nos a ter vistas largas para as mais diversas possibilidades. Aguçe a nossa concepção do que é a possibilidade e é um exercício criativo.

Como uma teoria sintáctica é uma descrição de certas relações gerais entre expressões linguísticas, é de esperar que ela utilize de forma experimental operações — como a de substituição — que permitam constatar quais as relações que se verificam numa língua. Se é verdade que nada se encontra isolado na língua, deve ser possível, por meio de certas operações, estabelecer a sua gramática a partir de um número limitado de frases. Mas que operações são estas?

Tudo leva a crer que, para a descrição de uma língua, basta ter em conta um número reduzido de operações e relações. Introduziremos aqui as operações sintáticas da comutação e da permutação e as relações sintáticas da exclusão, da determinação e da dependência. Em unidades posteriores acrescentaremos algo mais.

Comutação

Dada uma frase F e um sintagma X dessa frase, dizemos que um outro sintagma Y comuta (é comutável) com X quando a substituição de X por Y não acarreta que a frase se torne desviante. Os sintagmas que comutam entre si constituem uma categoria sintáctica. Por isso também se diz: comutação é substituição dentro da mesma categoria sintáctica.

Fórmula: Y em vez de X.



Quando substituímos numa frase um sintagma por outro, fazemos o chamado teste da comutação. Testamos assim se os dois sintagmas pertencem à mesma categoria sintáctica. Se da substituição resultar uma frase desviante, tal não é o caso. Na frase seguinte, substituímos o sintagma *em três perguntas* por outros sintagmas:

(13) *O teste
consiste*

*em três perguntas
nisso
na substituição de elementos
em ler à distância
por isso
à entrada*

E verificamos que todos comutam com ele, à excepção dos dois últimos, dos quais resultam frases desviantes:

(14) * *O teste consiste por isso.*

(15) * *O teste consiste à entrada.*

Uma outra operação importante para a descrição linguística baseia-se no carácter linear da fala humana. Quando falamos, pronunciamos os elementos linearmente ou em cadeia, uns a seguir aos outros. A frase toma a forma de uma cadeia frásica, em que os sintagmas se sucedem numa ordem temporal, cada um ocupando a sua posição. É este facto que possibilita a operação de permutação.

Permutação

Dada uma frase F e um sintagma X dessa frase, dizemos que X permuta (é permutável) dentro da frase se for possível alterar a posição que nela ocupa sem que isso torne a frase desviante. Pode dizer-se mais simplesmente: permutação é alteração da ordem dos sintagmas numa frase.

Um caso especial da permutação é aquele em que dois sintagmas, X e Y, trocam mutuamente de posição: X troca com Y e Y troca com X.

Para este caso, a fórmula é: X com Y.

(16) *O Sol contorna a Terra.*

A Terra contorna o Sol.



O teste da permutação é particularmente útil quando queremos segmentar adequadamente uma frase. Assim, um argumento a fa-

vor da segmentação em três sintagmas da frase *Nós exploramos as raízes da nossa gramática*, que fizemos na Unidade 4, é dado pelo teste da permutação, que revela serem altamente permutáveis os elementos *nós, exploramos e as raízes da nossa gramática*:

(17) *Nós exploramos as raízes da nossa gramática.*

Exploramos nós as raízes da nossa gramática?

Nós, as raízes da nossa gramática, exploramos.

As raízes da nossa gramática exploramos nós.

O teste da permutação ajuda inclusivamente a distinguir, na frase, quais as sequências de monemas que são sintagmas das que o não são. As sequências *exploramos as* ou *raízes da*, por ex., não são permutáveis, o que induz a concluir que não são sintagmas:

(18) *Nós exploramos as raízes da nossa gramática.*

* *Nós raízes da nossa gramática exploramos as.*

* *Exploramos as nós raízes da nossa gramática.*

* *Nós exploramos as nossa gramática raízes da.*

* *Raízes da nós exploramos as nossa gramática.*

Não é só da permutação que devemos socorrer-nos para segmentar correctamente uma frase em sintagmas: a comutação também desempenha o seu papel. Deste modo, uma razão pela qual se justifica a segmentação de *da nossa gramática* em *de* e *a nossa gramática* advém do facto desta última sequência poder comutar com muitas outras sequências:

(19) *(as raízes) d*

a nossa gramática
isso
outros povos
as velhas tradições

Uma sequência tem tanto mais possibilidades de ser um sintagma quanto mais permutável é e quanto maior for o número de outras sequências que com ela comutam. Por isso, ao tentar ver se uma dada sequência X, numa frase F, é um sintagma, devemos colocar-nos

as seguintes questões: (i) X é muito permutável em F (e noutras frases) ou não? (ii) X comuta com muitas outras seqüências em F (e noutras frases) ou não? Se a resposta for afirmativa nos dois casos, X tem boas hipóteses de ser um sintagma. As operações de permutação, comutação e segmentação têm portanto isto em comum: as duas primeiras servem a boa realização da última.

A cada uma destas três operações sintáticas, corresponde uma relação diferente entre dois sintagmas X e Y. Para a segmentação temos a relação: Y é parte (ou constituinte) de X; para a comutação: Y pode estar em vez de X; para a permutação: Y pode trocar com X. Exemplificando com *muitas pessoas vieram*:

— *muitas* é parte de (constituente de) *muitas pessoas*. Porque a segmentação processa-se assim:

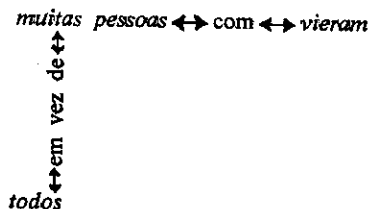
<i>muitas</i>	<i>pessoas</i>	<i>vieram</i>
<i>muitas</i>	<i>pessoas</i>	<i>vieram</i>
<i>muitas</i>	<i>pessoas</i>	<i>vieram</i>

etc.

— *todos* pode estar em vez de (comuta com) *muitas pessoas*. Porque *todos vieram* é uma frase aceitável.

— *muitas pessoas* pode trocar com (permuta com) *vieram*. Porque *vieram muitas pessoas* é uma frase aceitável.

Costuma dizer-se que a permutação opera na horizontal e a comutação na vertical. Isto significa que a permutação tem a ver com elementos presentes na frase e a comutação com um elemento presente e outro ausente, que lá podia estar:



Numa frase, cada sintagma ocupa um dado lugar (posição). Os lugares podem ser identificados pelo nome da categoria sintáctica a que

o respectivo sintagma pertence. Assim, na gramática tradicional, diz-se que na frase

(20) *a flor abriu*,

a flor ocupa o lugar do sujeito e *abriu* o lugar do predicado.

Exclusão

Os sintagmas da mesma categoria sintáctica excluem-se mutuamente no mesmo lugar (posição) de uma frase. Para poderem ocorrer na mesma frase, é preciso introduzir nesta mais lugares do mesmo tipo, tantos quantos os sintagmas.

Exemplo:

(21) *a flor abriu, quando o dia amanheceu*. Nesta frase, introduziram-se dois lugares de sujeito (um para *a flor* e outro para *o dia*) e dois lugares de predicado (um para *abriu* e outro para *amanheceu*). No mesmo lugar da frase, os dois sintagmas de cada par excluem-se mutuamente:

(22) **a flor abriu amanheceu*.

**a flor o dia abriu*.

Para além desta restrição geral relativa à ocorrência de sintagmas em frases, há ainda restrições mais particulares relativas à ocorrência de dois monemas numa frase: é o que se passa quando a ocorrência de um é determinada pela ocorrência de outro.

Determinação

Quando um monema Y só pode ocorrer numa frase se também ocorrer um outro monema X, diz-se que Y está determinado por X (ou que X determina Y).

Isto significa que qualquer frase em que Y ocorra sem X é desviante. Um exemplo característico de determinação: X = *abre*, Y = *muito*.

<i>a flor</i>	<i>abre</i>		X	
<i>a flor</i>	<i>abre</i>	<i>muito</i>	X	Y
* <i>a flor</i>		<i>muito</i>		

Muito, portanto, está determinado por *abre*. Uma restrição ainda maior à ocorrência de monemas é a determinação mútua.

Determinação Mútua

Quando um monema X só pode ocorrer numa frase se outro monema Y também ocorrer e se, inversamente, Y só puder ocorrer se X ocorrer, dizemos que X e Y se determinam mutuamente (ou estão em relação de determinação mútua).

X e Y determinam-se mutuamente quando X está determinado por Y e Y está determinado por X. São, portanto, desviantes as frases em que X ocorre sozinho e aquelas em que Y ocorre sozinho. Exemplo: X = *abri*, Y = *u* (monema que indica o passado).

* a flor	abri-	-u	Y	X
* a flor	abri			
* a flor		u		

As relações de determinação e determinação mútua definem restrições não acidentais à ocorrência de monemas em frases: estas restrições têm antes a ver com o próprio significado das frases, de tal forma que, ao descrevermos por meio destas relações a estrutura sintáctica das frases, estamos ao mesmo tempo a contribuir para uma descrição do seu significado. Contudo, determinação e determinação mútua não chegam para dar conta de todas as conexões sintáticas e de significado dentro de uma frase. Assim, por ex., é sabido que o próprio significado dos verbos condiciona o tipo e o número das categorias sintáticas que com eles podem ocorrer. Isto pode ilustrar-se com os três verbos seguintes:

(23) [O Carlos] morreu

quem? o quê?

(24) [Nós] exploramos [as raízes da nossa gramática]

quem? o quê?

(25) [O condutor] afastou [o carro] [do passeio]

quem? o quê? de quê?

As respostas às perguntas feitas com os verbos dão boas indicações sobre o significado destes e sobre a estrutura sintáctica das frases que os contêm: elas revelam que as cate-

gorias sintáticas admitidas por cada verbo variam em número e tipo, o que se confirma pelo facto de a troca das perguntas tornar as respostas impossíveis:

(26) [O Carlos] morreu [?]

quem? o quê?

(27) [Nós] exploramos [as raízes da nossa gramática] [?]

quem? o quê? de quê?

(28) [?] afastou [?]

a quem? em quê?

Estas restrições impostas pelos verbos à ocorrência de certas categorias sintáticas ultrapassam contudo o âmbito da determinação: em primeiro lugar, porque a determinação é uma relação entre monemas e, em segundo lugar, porque ela é uma relação entre um elemento e outro elemento, e aqui temos uma relação entre um elemento e vários (verbo e várias categorias sintáticas por ele exigidas). Precisamos, por isso, de uma nova relação sintática mais geral: a dependência.

(29) [Nós] $\xrightarrow{\text{exploramos}}$ [as raízes da nossa gramática]

(30)

```

      exploramos
     /         \
  [Nós]         [as raízes da nossa gramática]
  
```

A primeira representação é chamada representação dependencial por feixes de setas e toma a forma geral

$X \xrightarrow{\quad} Y$

que se lê: «Y depende de X» ou, se quisermos, «X rege Y». A segunda representação é a representação dependencial por árvores. As árvores são constituídas por ramos. Um ramo é uma linha que une dois pontos, os chamados nós. Em cada ramo, o nó superior é ocupado pelo sintagma regente e o nó inferior pelo sintagma dependente. Assim, uma árvore como

```

      X
     / | \
    Y  S  Z
  
```

ler-se-á: «Y, S e Z dependem de X» (ou «X rege Y, S e Z»). Como a relação de dependência é mais geral que a determinação e a determinação mútua, ela vai permitir-nos reduzir estas últimas a ela. No que toca à determinação, a regra geral é a seguinte: se Y está

Graças a esta relação, podemos dizer que cada verbo faz depender de si certas categorias sintáticas, cujo número e tipo ele fixa. Retomando como exemplo a frase *Nós exploramos...* e baseando-nos na análise em sintagmas já feita na Unidade 4, afirmaremos que *nós* e *as raízes da nossa gramática* estão dependentes de *exploramos*. Graficamente, há duas maneiras de representar isto:

determinado por X, então Y depende de X. Na frase em análise, por ex., pode considerar-se que, em *raízes*, *-es* está determinado por *raiz* e, em *as*, *-s* está determinado por *a*, porque há contextos em que *a* e *raiz* podem ocorrer sem *-s* ou *-es*, mas não o contrário. Isto pode ser descrito em termos de dependência e representado graficamente assim:

(31) $a \xrightarrow{\quad} s$ $raiz \xrightarrow{\quad} es$

No que respeita à determinação mútua, o caso é mais complicado, porque se X e Y estão mutuamente determinados, então o gramático tem de decidir se vai fazer X depender de Y ou Y depender de X. Por exemplo, em *gramática*, *gramátic-* e *-a* determinam-se mutuamente. É *gramátic-* que depende de *-a* ou *-a* que depende de *gramátic-*? Normalmente, isto não pode ser decidido sem atender a critérios que se prendem com o significado dos dois monemas. No caso em discussão, verifica-se que *gramátic-* pertence à categoria dos lexemas e *-a* à dos morfemas. Isso dá-nos um argumento para considerar *-a* dependente de *gramátic-*. A solução é tanto mais razoável quanto é sabido que, nos casos em que entre lexema

e morfema existe uma relação de determinação, é geralmente o lexema que determina o morfema e não o inverso. Em princípio, portanto, adopta-se a regra: se X e Y se determinam mutuamente e X é um lexema e Y um morfema, então Y depende de X. Estamos agora em situação de dar uma definição geral de dependência (e de regência):

Dependência / Regência

Dados dois sintagmas ou categorias sintácticas X e Y, diz-se que Y depende de X, se Y é uma função de X, i.e., se há uma regra que subordina Y a X. Inversamente também se pode dizer: X rege Y.

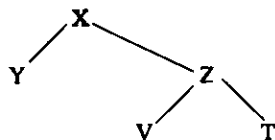
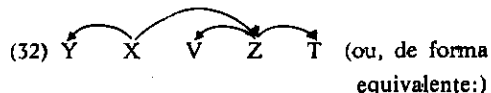
A regra para o estabelecimento da dependência orienta-se por certos critérios gerais, como: (i) se um sintagma ou categoria sintáctica X condiciona de forma inequívoca o número e o tipo de sintagmas ou categorias sintácticas Y, S, Z, ... que com ele podem ocorrer (é o caso dos verbos, por ex.), então estes últimos estão dependentes de X; (ii) se Y está determinado por X, então Y depende de X; (iii) se X e Y se determinam mutuamente e X é um lexema e Y um morfema, então Y depende de X.

Para descrever a estrutura sintáctica de qualquer frase, a relação de dependência fornece-nos um meio extremamente simples de o fazer, porque — como veremos — desde que se parta de uma segmentação correcta, basta-nos descrever quais as relações de dependência entre os monemas da frase. As relações de dependência entre sintagmas maiores não necessitam de ser descritas directamente, porque essas relações podem ser definidas através das relações entre os monemas. Para tanto convém contudo ter em conta as seguintes definições relativas à dependência:

Monema Regente / Monema Dependente

Um monema regente é todo aquele que rege um ou mais monemas. Monema dependente é todo aquele que depende de outro monema.

Exemplo: dados os monemas Y, X, V, Z e T, entre os quais existem as seguintes relações de dependência:

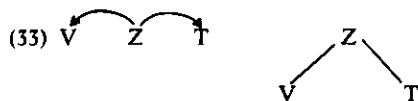


dizemos que os monemas X e Z são regentes e os monemas Y, Z, V e T são dependentes. (Um monema pode ser, portanto, simultaneamente regente e dependente, como Z). Para além disto, convém notar que as relações de dependência entre monemas podem ter um carácter directo ou indirecto. Assim, relativamente ao nosso exemplo, podemos dizer que Y depende directamente de X (e Z também); V depende directamente de Z (e T também). Mas, por seu lado, V depende indirectamente de X — bem como T — porque há um elemento (Z) que está entre eles e X. (Mas não se pode dizer, por ex., que V depende indirectamente de Y!).

Feixe (Árvore)

Chama-se feixe (ou árvore, consoante a representação gráfica) à estrutura constituída por qualquer monema regente e todos os monemas que dele dependem, directa ou indirectamente. Diz-se também: cada monema regente define um feixe (árvore).

No exemplo (32), todo o conjunto é um feixe (árvore). Mas o subconjunto



também é. O feixe (árvore) (32) é definido pelo monema X; o feixe (árvore) (33) é defi-

nido por Z. Um feixe (árvore) que não faz parte de outro maior chama-se feixe (árvore) total. O feixe (árvore) (32), por ex., é total. Um feixe (árvore) que faz parte de outro chama-se feixe (árvore) parcial. O subconjunto (33) é um feixe (árvore) parcial.

O monema que define uma árvore total é necessariamente só regente, i.e., não pode depender de outro. No nosso exemplo, o monema X, que define a árvore total, é só regente. O monema que define uma árvore parcial é simultaneamente regente e dependente. No nosso exemplo, o monema Z, que define uma

árvore parcial, é regente e dependente. Na análise dependencial, as frases são representadas por árvores totais. A representação (32), por exemplo, podia ser a representação da estrutura de uma frase. Uma árvore parcial, por seu lado, dá a estrutura de um sintagma.

Exemplifiquemos o que temos vindo a dizer com a análise da estrutura dependencial da frase que já segmentámos na Unidade 4. Procederemos por etapas. Em primeiro lugar, consideremos as relações de dependência que parecem mais óbvias à luz do que até aqui foi dito:

(34) nós explora mos a s raiz es d a noss a gramátic a

Estas relações de dependência, só por si, já indicam qual a estrutura interna dos sintagmas *exploramos*, *as raízes* e *a nossa gramática*. Indicam nomeadamente que *raiz-* é o monema regente do sintagma *as raízes* e *gramátic-* o monema regente do sintagma *a nossa gramática*. Isto vai ser importante para o resto da análise.

O passo seguinte será analisar quais as relações de dependência que o monema *de* mantém com os outros. Para tal, notemos que a nossa análise deverá reflectir os seguintes factos: (i) que *de* deve estar relacionado com *a nossa gramática*, porque a sequência *da nossa gramática* é também um sintagma; (ii) que este sintagma é dependente do sintagma *as raízes* — conforme ilustra o teste da pergunta (que atrás aplicámos aos verbos):

(35) [as raízes] [da nossa gramática]

— e que é *raiz-* que condiciona a ocorrência da preposição *de* em detrimento de outras (**as*

raízes pela nossa gramática ou **as raízes à nossa gramática*, por ex., são desviantes). Para dar conta destes factos, não é difícil ver que a análise dependencial adequada é

(36) (as) raiz(es) d(a nossa) gramátic(a)

Justifiquemos. A segunda seta lê-se: «*de* rege *gramátic-*». Como *gramátic-* é o monema regente do sintagma *a nossa gramática*, então, indirectamente, esta seta relaciona *de* com todo o sintagma *a nossa gramática*; indica, por outro lado, que *da nossa gramática* também é um sintagma, cujo monema regente é precisamente *de*. Desta forma, dá-se conta do facto (i). A primeira seta, por sua vez, lê-se: «*raiz-* rege *de*». Como *raiz-* é o monema regente do sintagma *as raízes* e *de*, como vimos, o monema regente do sintagma *da nossa gramática*, esta seta indica, indirectamente, que *as raízes* rege *da nossa gramática*. Dá-se assim conta do facto (ii).

A inscrição das relações de dependência de *de* em (34), dá-nos a seguinte estrutura:

(37) nós explora mos a s raiz es d a noss a gramátic a

Para além do que já apontámos, esta análise diz-nos que o monema *raiz-* rege directa ou indirectamente todos os outros monemas

da sequência *as raízes da nossa gramática*: o mesmo é dizer que define esta sequência como um sintagma. Isto vai permitir-nos dar

conta de um facto já mencionado atrás: a saber, que *nós*, por um lado, e *as raízes da nossa gramática*, por outro, dependem do verbo. Para tanto, basta fazer partir de *explora* as seguintes relações de dependência:

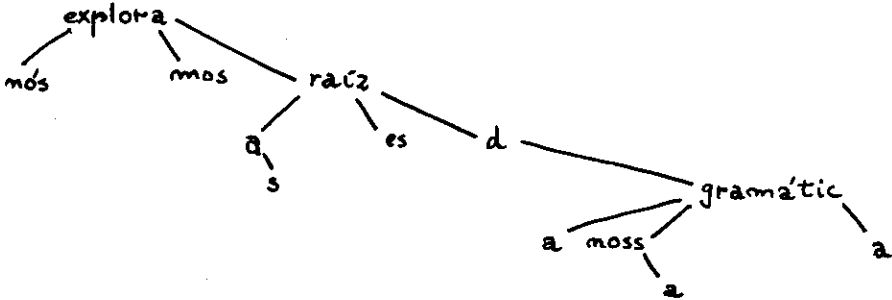
(38) *nós* *explora* *raiz*

(39)

nós *explora* *mos* *a* *s* *raiz* *es* *d* *a* *nossa* *a* *gramática* *a*.

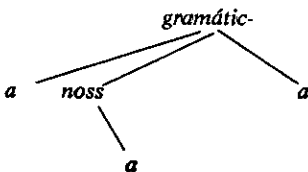
A representação por árvore equivalente é:

(40)



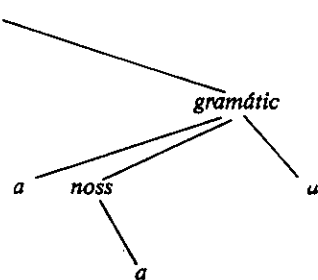
Como estamos perante uma frase, a representação toma a forma de um feixe (árvore) total, definido pelo monema *explora*. E conforme dissemos, a cada feixe (árvore) parcial corresponde um sintagma da frase. De tal modo que esta análise informa não só sobre a estrutura dependencial da frase, como também sobre os sintagmas que a constituem e que representámos no nosso esquema de níveis da Unidade 4. Por ex.: ao feixe (árvore) parcial definido por *gramatic*:

(41)



vai corresponder o sintagma *a nossa gramática*; e ao feixe (árvore) parcial definido por *de*:

(42) *d*



vai corresponder o sintagma *da nossa gramática*.

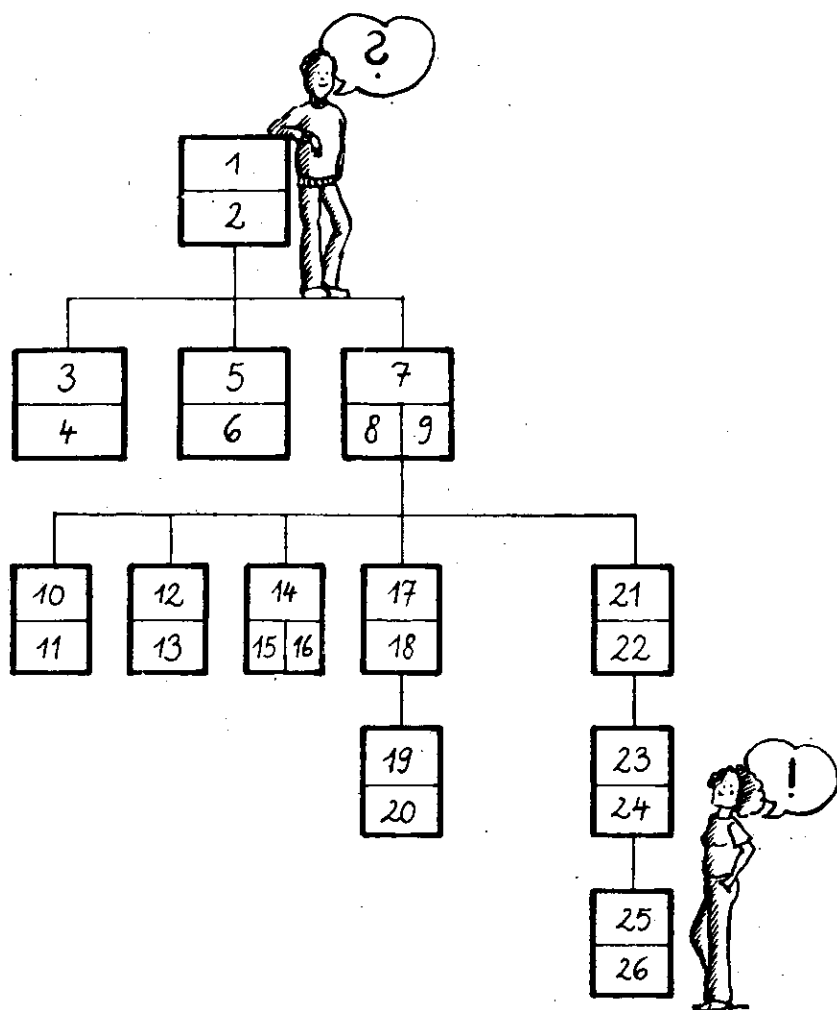
Partes-de-Frase

É sobretudo das frases decomponíveis que a sintaxe trata. Aos membros maiores destas frases — que resultam de uma primeira decomposição — chamamos partes-de-frase. Para cada parte-de-frase, há um pronome interrogativo que pode estar em vez dela: numa pergunta, por exemplo. A pergunta e a parte-de-frase que constitui a resposta estruturam um estado de coisas.

-
- (1) O que é que se passou?
 - (2) Foi cometida uma série de assassinios.
 - (3) Quem cometeu os assassinios?
 - (4) Diversos indivíduos.
 - (5) Esses indivíduos assassinaram quem?
 - (6) Sylvia Lennox, o Sr. Wade e a Sra. Wade.
 - (7) Como foram assassinadas essas três pessoas?
 - (8) Sylvia Lennox e o Sr. Wade foram abatidos a tiro.
 - (9) A Sra. Wade tomou uma dose excessiva de soporíferos.
 - (10) Onde é que a Sra. Lennox e o Sr. Wade foram mortos?
 - (11) A Sra. Lennox em Encino e o Sr. Wade em Idle Valley.
 - (12) Com que arma foram mortos?
 - (13) Com uma pistola de calibre 38.
 - (14) Quando é que a Sra. Lennox e o Sr. Wade foram mortos?
 - (15) A Sra. Lennox foi morta depois de uma hora de amor.
 - (16) O Sr. Wade, enquanto dormia, depois de ter bebido demais.
 - (17) Porque é que a Sra. Lennox e o Sr. Wade foram mortos?
 - (18) Porque a Sra. Wade tinha ciúmes.
 - (19) Ela tinha ciúmes de quem?
 - (20) Da Sra. Lennox e do Sr. Wade.
 - (21) Porque é que a Sra. Wade tomou uma dose excessiva de soporíferos?
 - (22) Porque se supôs ter sido ela quem matou a Sra. Lennox e o Sr. Wade.
 - (23) Quem supôs isso?
 - (24) Phillip Marlowe.
 - (25) Quem é Phillip Marlowe?
 - (26) Um detective particular.
-

Este diálogo é uma comunicação do tipo pergunta-resposta. O interrogador obtém certas informações ao fazer perguntas ao seu interlocutor de forma sistemática. O seu método de interrogar, que vai estruturar o texto, assenta em duas constantes: (1) o interrogador espera que o seu parceiro construa, a partir da frase interrogativa, uma nova frase, por meio da substituição do pronome interrogativo por um

outro sintagma. Note-se que não lhe interessa uma qualquer das respostas possíveis, isto é, das alternativas, mas sim a resposta correcta, a qual ele supõe que o parceiro sabe; (2) as perguntas do interrogador referem-se sistematicamente às diferentes posições de uma frase que lhe serve de ponto de partida e aplica o mesmo método a algumas frases-resposta. Desta forma, cria-se um diálogo com a seguinte estrutura:



Esta estrutura mostra que o interrogador não pergunta por todas as posições de uma frase da mesma forma, mas que se deixa guiar por certos interesses. Se assim não fosse, não teria desenvolvido umas ramificações mais do que outras. O método da pergunta-resposta é bastante curioso. Não só porque permite ao interrogador chegar — através de um dado caminho ao longo da estrutura — a uma determinada frase-resposta (eventualmente a solução do problema), mas também porque toda a estrutura pode ser vista como representação do estado de coisas em questão, isto é, todas as perguntas e respostas contribuem para explicitar o estado de coisas de que se está a falar. Por esse motivo, os conhecedores do género podem reconhecer aqui o enredo de um famoso romance policial. Na medida em que neste caso o estado de coisas é determinado comunicativamente, ele está sujeito a todas as possíveis imperfeições da actividade humana: o diálogo pode eventualmente conter contradições ou outras incoerências.

O nosso texto-exemplo está concebido a partir das respostas certas. Desta forma, não ilustra completamente o que é uma pergunta. As perguntas com pronome interrogativo podem ser entendidas como uma solicitação ao parceiro para que este substitua o sintagma interrogativo por outro sintagma. Mas, de uma forma mais geral, o sentido da pergunta consiste em poder abarcar diversas possibilidades. Qualquer pergunta tem a função de abrir as portas a um dado conjunto de alternativas possíveis. O homem que pergunta põe muitas vezes em causa — apenas pelo simples facto de perguntar — velhas crenças, velhas certezas: ousa abandonar o campo fechado das ideias feitas, dos pressupostos, para se lançar no campo aberto de todas as coisas possíveis. Embora a pergunta não o deixe numa abertura total, sem qualquer orientação. A pergunta imprime à nossa busca uma dada direcção. Ela já implica uma escolha adentro da infinidade de possibilidades. Uma pergunta errada é portanto aquela que resulta de uma escolha errada e nos leva numa direcção também errada. As perguntas erradas ou dúbias não nos conduzem às respostas pretendidas.

O nosso exemplo é pois uma representação de parte de uma estrutura mais vasta que apresenta em cada nó um conjunto aberto de respostas alternativas. De cada um destes conjuntos abertos, só uma resposta foi escolhida. Mas assim como uma resposta é sempre uma entre muitas possíveis, ela pode também ser resposta a muitas perguntas. Por isso, só compreende bem um texto aquele que sabe ao que o texto é suposto responder.

Desta forma, como as informações devem ser encaradas como respostas a perguntas, estas são, numa certa medida, prioritárias em relação às informações, mesmo quando não são feitas explicitamente. As perguntas possíveis a um dado estado de coisas vão precisar os seus diversos aspectos e são por isso os meios apropriados para estruturar a representação desse estado de coisas. Pela mesma ordem de ideias, o método da pergunta é um meio apropriado para a divisão em partes de um texto ou de uma frase, não só porque oferece a possibilidade de uma estruturação geral de textos ou frases informativas, tal como as cinco perguntas «sacramentais» dos jornalistas (O quê? Quem? Quando? Como? Onde?) ou as perguntas da «inventio» retórica (Quem? O quê? Onde? Com quê? Porquê? Como? Quando?), mas também, de forma menos geral, porque serve para a orientação do interlocutor, indicando-lhe quais os aspectos de que trata o texto e por que ordem.

No nosso exemplo não são utilizadas todas as possibilidades do perguntar, já que não são colocadas perguntas em todas as posições possíveis: só são feitas perguntas às quais se pode responder por inclusão de sintagmas de nível mais alto. Para cada uma das categorias que se obtêm por substituição, existe, digamos assim, uma partícula interrogativa característica. Contudo, não se pode dizer que a partícula interrogativa determine a que categoria pertence o sintagma-resposta, como queria o método tradicional de determinação das partes da oração: com *quem?* perguntamos pelo sujeito, com *o quê?* pelo complemento directo, etc. Pelo contrário, esta possibilidade só existe na exacta medida em que existem possibilidades de substituição que não conduzem a mu-

danças na categoria sintáctica. Por outras palavras: é só porque *quem* também é sujeito que os sintagmas-resposta são sujeitos. Isto mostra que a categoria em si é determinada de outra maneira.

De todas as expressões que podem ser frases, algumas há que não podemos encarar como sendo constituídas por partes. Há diálogos, por ex., em que *Olá* surge como frase, embora *Olá* não possa ser analisada em partes com significado. Esta particularidade parece pôr em causa o valor das operações e relações sintácticas. Também foi ela que certamente conduziu à posição radical de recusar peremptoriamente a tais expressões o estatuto de frases. Parece-nos contudo mais adequado e frutuoso limitar a possibilidade de análise sintáctica a uma subclasse das frases, cuja característica especial reside no facto de podermos explicar outras classes a partir dela. Assim, distinguimos entre:

1. Frases de palavra única ou holófrases: *Avante; Upa; Olá; Não.*
2. Frases decomponíveis: *Eu cumprimento o homem.*
3. Frases elípticas: *Nunca mais; Em Lisboa; A herança.*

As frases de palavra única não podem ser divididas em partes com sentido nem complementadas de modo a tornarem-se frases decomponíveis. Embora — como a maior parte das frases — não possam ser usadas isoladamente na comunicação, elas são relativamente independentes das frases que as precedem ou seguem. Não existe por exemplo qualquer ligação estrutural entre elas e as outras frases no que toca à sua forma ou conteúdo. É evidente que uma teoria sintáctica deve incluir as frases de palavra única, mas elas não são analisáveis.

As frases decomponíveis constituem o cerne da análise sintáctica. É comum a todas elas poderem servir para se falar de alguém ou de alguma coisa. Podemos considerar que apre-

sentam uma divisão binária elementar: ao enunciar uma frase decomponível, referimo-nos à coisa de que queremos falar e dela predicamos algo. Por exemplo: através da enunciação da frase *Marlowe sorri*, referimo-nos a Marlowe através da expressão *Marlowe* e dele predicamos que sorri através da palavra *sorri*. Os actos de referência e predicação no seu conjunto são a base para a prática dos outros actos linguísticos: afirmar, perguntar, pedir, etc. Para, por ex., afirmar que Marlowe sorri, perguntar se ele sorri, ou pedir-lhe que sorria, temos que praticar sempre os mesmos actos de referência e predicação:

referência	predicação
(1) <i>Marlowe</i>	<i>sorri.</i>
(2) <i>Marlowe</i>	<i>sorri?</i>
(3) <i>Marlowe</i>	<i>sorri!</i>

Só a prática conjunta dos actos de referência e predicação nos permite dizer que, ao enunciar palavras, exprimimos algo. Aquilo que exprimimos é uma proposição. No caso vertente, as frases (1), (2) e (3) exprimem todas a mesma proposição. Uma proposição não é, portanto, o mesmo que uma frase. Por outro lado, uma proposição também não é um facto, porque, ao enunciarmos qualquer das frases acima, estamos sempre a exprimir a mesma proposição, quer se verifique o facto de Marlowe estar a sorrir quando as enunciamos, quer não. O melhor será dizer simplesmente que a cada proposição cabe a propriedade de lhe poder corresponder um facto. Exprimir uma proposição é também, evidentemente, um acto: o acto proposicional — como é chamado — é constituído pelos actos parciais da referência e da predicação.

A possível confusão entre proposições e factos resulta de as frases decomponíveis se caracterizarem, por um lado, por expressarem proposições e, por outro, por ser com elas que nós nos fazemos entender sobre o que para nós são factos, i.e., sobre o que consideramos ser o mundo. Entendimento sobre o que é o mundo é uma condição necessária para qualquer outro entendimento: sem dúvida que nos podemos cumprimentar através de *Olá*, mas a possibilidade de agir desta forma só existe

porque nos entendemos previamente sobre o mundo em que vivemos. Um homem que dominasse apenas frases decomponíveis seria capaz de viver e desenvencilhar-se no nosso mundo. A maneira de lidarmos com ele seria talvez intrincada, mas não impossível. Por seu lado, não seria possível um homem dominar apenas frases de palavra única e elípticas e conseguir chegar a algum lado só com essas capacidades.

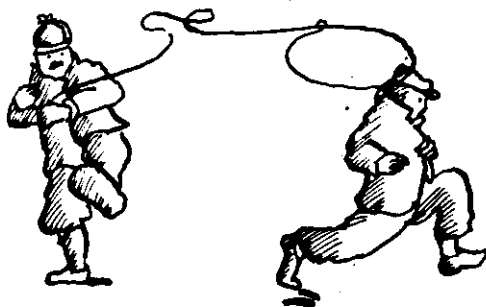
As frases elípticas assemelham-se muito às frases decomponíveis. Elas podem — por vezes um pouco artificialmente — ser complementadas até se obterem frases mais longas e decomponíveis, o que não significa que sejam frases incompletas. São frases perfeitamente normais, com determinadas regras de uso, passíveis de emprego conforme os contextos e, também conforme os contextos, complementáveis de modos diversos. As expressões a acres-

centar às frases elípticas não fazem parte do significado destas e não se podem por isso deduzir delas. Só o contexto nos diz o que falta em cada caso. Muitas vezes, uma frase elíptica só é compreensível quando se sabe o que se passou na comunicação antes dela ser enunciada.

A tarefa principal de uma teoria sintáctica é a análise das frases decomponíveis. A descrição das frases elípticas pode ser derivada posteriormente a partir das frases decomponíveis. Por conseguinte, iremos, no que segue, tratar quase exclusivamente destas últimas. Quando falarmos de frases, estaremos a referir-nos a frases deste tipo.

As frases decomponíveis são susceptíveis de segmentação. As unidades que se obtêm numa primeira segmentação (ao nível mais alto, portanto) chamam-se partes-de-frase. São, assim, as unidades imediatamente inferiores às frases:

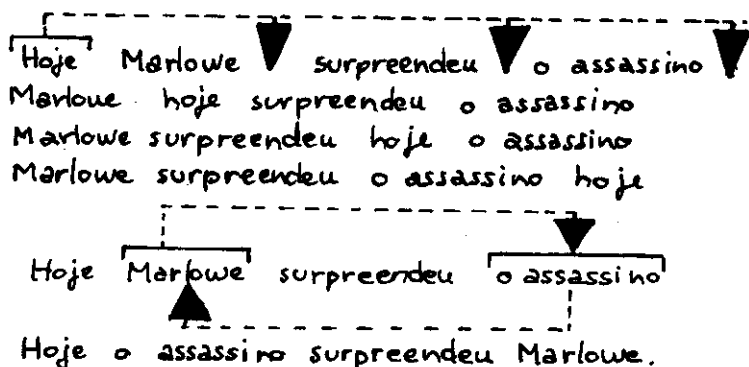
<u>Quando?</u>	<u>Quem?(o que é que...?)</u>		<u>Quem?</u>
Hoje	Marlowe	surpreendeu	o assassino
0 mês passado	ele	decepcionou	a polícia
Uma ocasião	a acção de Marlowe	despiستou	-nos
.	a declaração da testemunha	aborreceu	.
.	ela	intrigou	.
.	.	.	.
.	.	.	.
.	.	.	.



Estas frases são constituídas por quatro partes, cada uma das quais pode comutar livremente com as outras partes que estão dentro da mesma chaveta, de modo a formar novas

frases com a mesma estrutura. A possibilidade de comutação é um critério para decidir quantas partes tem uma frase, como se pode dedu-

zir do que sobre ela dissemos na Unidade 5. Outro critério é a possibilidade de permutação:



Hoje é permutável para muitas posições dentro da frase e as suas possibilidades de colocação quase por si sós bastariam para determinar quais as partes da frase. *Marlowe* e *o assassino* também são permutáveis, a saber, uma pela outra. Neste caso, permutar estes elementos implica que a frase passa a ter outro significado. Isto acontece porque, nas duas últimas frases, *Marlowe* e *o assassino* desempenham diferentes funções sintáticas.

Podem distinguir-se três tipos de partes-de-frase: os predicados, os complementos e os suplementos. Os predicados são as partes-de-frase centrais, com carácter verbal. Na frase acima, por ex., o predicado é *surpreendeu*. Os complementos são aquelas partes-de-frase, geralmente de carácter nominal, que a própria natureza do predicado evoca; são, portanto, específicos de cada verbo. No exemplo: *Marlowe* e *o assassino*. Os suplementos, pelo contrário, embora possam ter carácter nominal, não são específicos de cada verbo: em princípio, podem adicionar-se livremente a qualquer frase, independentemente do verbo desta. No exemplo, *hoje* é um suplemento. *Predicado*, *complemento* e *suplemento* não devem todavia ser tomados como nomes de categorias sintáticas, porque cada um destes tipos pode englobar diversas categorias sintáticas: há, por ex., várias formas de complemento.

A doutrina das partes-de-frase é elemento fundamental da teoria gramatical há já mais

de dois mil anos. A divisão básica tem-se mantido até hoje: a parte com a qual indicamos aquilo de que queremos falar e a parte com a qual dizemos algo acerca daquilo de que queremos falar. A primeira destas partes chama-se muitas vezes tema e à segunda rema (ou também tópico e comentário). Porém, como as frases decomponíveis podem conter mais de duas partes, é impossível identificar pura e simplesmente o tema com o sujeito e o rema com o predicado. Uma tarefa essencial da sintaxe é portanto relacionar a estrutura comunicativa das frases decomponíveis com a sua estrutura sintáctica, constituída pelas diversas partes-de-frase e seus elementos.

Predicados e Complementos

As partes-de-frase básicas são os predicados e os complementos. O predicado rege os complementos e estes, juntamente com aquele, constituem uma frase nuclear. A falta de complementos numa frase pode levar a mal-entendidos ou a frases desviantes. Há vários tipos de complementos e de predicados, conforme o número e a espécie de complementos exigidos pelo predicado.

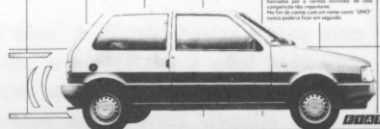
1

Muitos prometem
Eanes cumpre



**MUITOS
PARTICIPAM.
UNO GANHA.**

Este anúncio não procura de qualquer forma
promover o Fiat Uno, ou qualquer outro carro.
O objetivo é apenas chamar a atenção para a
participação em concursos de escolha de
carros para a frota da Fiat Uno, que tem
sido a escolha de muitas empresas e
organizações. A escolha de um carro para
a frota da Fiat Uno é um trabalho muito
difícil, pois envolve a escolha de um carro
que seja adequado para o uso da empresa
e que também seja seguro.



**FIAT UNO.
CARRO DO ANO 1984**

2

3



A propaganda é sem dúvida um dos fenómenos mais característicos do mundo de hoje. Numa sociedade de massas, a propaganda preenche essencialmente duas funções: informar as massas e influenciar as suas acções. Para sermos mais precisos, a finalidade prioritária da propaganda é influenciar as acções; a informação é objectivo secundário, ministrada apenas na exacta medida em que é necessária para alcançar o primeiro objectivo.

Até aqui, temos falado da propaganda como fenómeno ou então atribuímos-lhe poderes comparáveis aos do homem: a propaganda «informa», a propaganda «influencia», a propaganda «tem objectivos». É preciso, porém, atentar criticamente nesta maneira de falar porque, embora por um lado seja indesmentível que a propaganda é um fenómeno, por outro lado não é verdade que seja um ser humano, capaz de objectivos, e muito menos um ser onipotente e onipresente, como também por vezes se pretende fazer crer. Contudo, a metáfora da propaganda como ser humano devia motivar-nos a procurar a razão da própria metáfora, que é esta: se a propaganda não é um ser humano, são-no contudo os que a usam como meio de persuasão. Deste modo, esvai-se a nuvem de mistério e onipotência que costuma envolver a propaganda a ela surge-nos na sua verdadeira dimensão: a de instrumento de comunicação, criado por alguns homens e destinado a outros.

Para a lenda da propaganda como ser todo-poderoso e sobre-humano há todavia uma boa razão, que advém do tipo de comunicação que a propaganda é: nela, como em toda a comunicação, há uma entidade A que emite e uma entidade B que recebe, mas B está aparentemente numa posição de desvantagem na medida em que não pode por seu turno emitir, não pode responder. É certo que, se um

cartaz propagandístico não agradar a B, ele é livre de escrever um protesto nas paredes, mas esta forma de acção comunicativa não tem as probabilidades de sucesso da propaganda, porque: (i) não é certo que a mensagem de B alcance A; (ii) a mensagem de B não atingirá certamente tanta gente quanta a que A atingiu recorrendo à propaganda.

Esta vantagem em que se encontram os emissores de propaganda esconde, todavia, um lado desfavorável: como o receptor de propaganda não pode reagir, ele também não pode pedir esclarecimentos ao emissor da propaganda, caso não compreenda o que o emissor quer dizer com o seu texto. Por isso, o emissor de propaganda que quer suscitar no receptor a interpretação correcta do texto propagandístico, deve guiar-se pelo seguinte princípio básico:

(i) O texto deve ser o menos equívoco possível (i.e., o texto deve, em virtude do seu próprio significado, permitir o menor número possível de interpretações).

Quando estamos perante um texto equívoco, a solução é torná-lo mais explícito. Um título de jornal como

(4) *Amanhã, a América escolhe.*

é bastante o equívoco. Quem escolhe? Toda a América? Uma nação da América? O que é que escolhe? Um novo plano económico? A guerra ou a paz? Etc. A passagem a um título mais explícito evita interpretações não intencionadas pelo emissor:

(5) *Amanhã, os E.U.A. escolhem o novo presidente.*

Um texto é portanto tanto menos equívoco quanto mais explícito. Contudo, um texto mais explícito tende também a ser mais longo — e isto vai contrariar os objectivos do emissor de propaganda. A este, de facto, não interessa um texto longo porque a sua leitura é mais difícil e mais demorada. A propaganda vive do

texto instantâneo e o propagandista tenta consequentemente obedecer também a um segundo princípio básico:

(ii) O texto deve ser o mais breve possível. Infelizmente, um texto breve não pode ser simultaneamente explícito. Quanto mais breve é um texto, menos explícito. Os princípios que o propagandista pretende seguir conduzem-no assim a uma contradição:

(i) O texto deve ser o menos
equivoco possível; logo:
explícito.

(ii) O texto deve ser o mais
breve possível; logo:
não-explícito.

Os três cartazes de propaganda que reproduzimos são casos em que a contradição foi resolvida com êxito, sem que o propagandista abdicasse de textos breves. Logo, em princípio, mais equivocados. No texto (1), a equivocabilidade advém do facto de faltarem dois complementos do predicado *prometem* e um de *cumprir*, conforme revelam as perguntas que qualquer leitor naturalmente fará:

(6) *Muitos prometem o quê? A quem?*
Eanes cumpre o quê?

Das respostas que o leitor der a estas perguntas depende a sua interpretação do texto. O propagandista, portanto, deve assegurar-se de que todos (ou a maioria) dos leitores dará as mesmas respostas e que estas são precisamente as que ele tinha em mente. Para atingir este objectivo, ele parte dos seguintes pressupostos:

(a) embora o número de respostas possíveis seja enorme, o número de respostas plausíveis é muito reduzido;

(b) o leitor sabe um certo número de coisas (sobre a sua própria língua, sobre o mundo, sobre a situação em que surge o cartaz de propaganda, etc.);

(c) o leitor é capaz, com base neste saber e por exclusão de partes, de eliminar as respostas possíveis que não são plausíveis.

Em primeiro lugar — e relativamente ao saber linguístico — o propagandista pressupõe que o leitor sabe que o significado das palavras *prometer* e *cumprir* está relacionado de tal forma que (i) para cada promessa há um cumprimento e (ii) um cumprimento pode ser

o cumprimento de uma promessa, de um dever, de uma obrigação, etc. Como, porém, no texto, a palavra *cumprir* está antecedida de *prometem*, o propagandista espera que o leitor infira precisamente que o que Eanes cumpre é uma promessa (e não um dever ou uma obrigação, por ex.). Ainda graças à proximidade *prometem / cumpre*, o propagandista espera do leitor que ele conclua que o objecto da promessa de muitos e o do cumprimento de Eanes é o mesmo: i.e., que aquilo que muitos prometem é o que Eanes promete e cumpre. Por último — em virtude do próprio significado de *prometem* — surge inevitavelmente a questão de saber qual a posição dos que são referidos por *muitos* relativamente ao cumprimento do que prometem: a resposta a que o propagandista licitamente espera que o leitor chegue é que não cumprem (ou, pelo menos, não é certo que cumpram), porque a alternativa (*Muitos prometem e cumprem*) implicaria que todos os indivíduos a que o texto se refere prometeriam e cumpririam, o que seria contrário à oposição que se pretende estabelecer entre muitos e Eanes e que se revela linguisticamente no facto de o texto apresentar duas frases individualizadas. Esta interpretação é ainda reforçada por um elemento proveniente, já não do saber linguístico do leitor, mas do seu saber geral acerca de promessas e que se formula em expressões como

(7) *Muitos prometem, mas poucos cumprem.*
De boas intenções está o inferno cheio.
etc.

Resumindo: o propagandista tem boas razões para esperar que o leitor, baseando-se no seu saber linguístico e num pouco do seu saber geral interprete (1) no sentido de restringir a gama dos complementos possíveis de *prometem* e *cumprir* evocados pela pergunta *o quê* àqueles que satisfazem os seguintes pontos:

- (i) o que Eanes cumpre é uma promessa;
- (ii) o que Eanes promete e cumpre é o que muitos prometem e
- (iii) não é certo que cumpram.

O caminho das subseqüentes restrições às interpretações a dar a (1) passa por um terceiro tipo de saber: o saber da situação. Nomeadamente, o propagandista pressupõe que o leitor

sabe: (i) que era tempo de eleições nacionais para a presidência à data da emissão do cartaz; (ii) que Eanes e outros são os candidatos. Juntamente com o conhecimento linguístico segundo o qual aquilo que se promete é algo em benefício do destinatário da promessa (caso contrário, estaríamos perante uma espécie de ameaça), ficam naturalmente excluídos complementos do tipo:

(8) *Muitos prometem* $\left\{ \begin{array}{l} \text{instabilidade política} \\ \text{subida de preços} \\ \text{estagnação económica} \\ \text{salários em atraso} \end{array} \right\}$

(10) *Muitos prometem* $\left\{ \begin{array}{l} \text{paz social} \\ \text{democracia} \\ \text{progresso económico} \end{array} \right\}$

cumpram. Eanes promete o mesmo e cumpre.

Textos deste tipo, contudo, têm a desvantagem de serem demasiado longos para fins de propaganda e a vantagem de serem mais explícitos não compensa, porque, como vimos, o leitor pode sempre reconstruí-los a partir de textos breves. Além disso, a explicitude total é um mito. Em (10), por exemplo, deixa-se ainda em aberto qual o referente de *muitos*. Mas mesmo uma formulação mais explícita, como *muitos candidatos*, continua a admitir explicitações posteriores (*muitos candidatos a quê?*) sem que se possa decidir onde vão acabar. A certa altura, temos simplesmente que parar nas explicitações e esperar que o interlocutor compreenda. A explicitude total seria — digamos assim — a do texto que dispensasse a compreensão do interlocutor. Mas o que define precisamente um texto (ou uma frase) é ser objecto de compreensão.

Os outros dois exemplos de textos propagandísticos assemelham-se em muitos pontos ao já comentado e pressupõem para a sua interpretação as mesmas estratégias. O texto (2), por ex., é idêntico a (1) na estrutura da

No que respeita ao complemento de *prometem* evocado por *a quem?* é também com o saber da situação que o propagandista conta para que sejam excluídas respostas como:

(9) *Muitos prometem X* $\left\{ \begin{array}{l} \text{aos franceses} \\ \text{aos filhos} \\ \text{aos sesimbrenses} \end{array} \right\}$

Como os conhecimentos que o texto da propaganda pressupõe no leitor não são grandes nem complexos, é de esperar que por este processo ele chegue ao campo das interpretações intendidas, das quais algumas formulações mais explícitas seriam:

$\left\{ \begin{array}{l} \text{aos portugueses} \\ \text{aos votantes} \end{array} \right\}$ *mas não é certo que*

referência: na primeira frase deixa indefinido um grupo de indivíduos; na segunda, refere-se a um deles. A predicação também apresenta a mesma estrutura nos dois cartazes: o que se predica do grupo, implícita-se do indivíduo:

(11) *Muitos prometem: Eanes também.*

Muitos participam: Uno também.

mas o que se predica do indivíduo, não se implícita do grupo; antes se implícita o contrário:

(12) *Eanes cumpre: os outros não.*

Uno ganha: os outros perdem.

Uma terceira semelhança advém da identidade de complementos entre a primeira e a segunda frase de cada par: assim como o que muitos prometem é o que Eanes cumpre, também aquilo em que muitos participam é o que Uno ganha. E uma posterior explicitação do que é que Uno ganha consegue-a o leitor observando que Uno é um carro:

(13) *Muitos participam na corrida.*

Uno ganha-a.

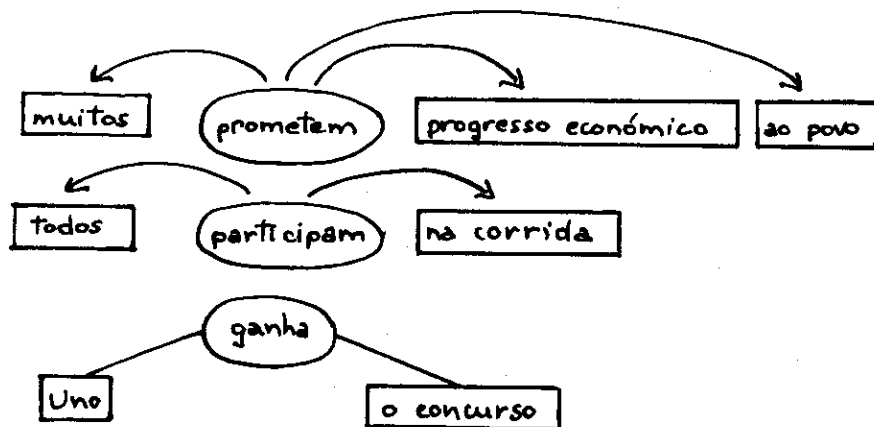
Se o leitor atentar no texto em letra minúscula que está por baixo das frases-choque,

verá afinal que a sua interpretação não era a correcta: no texto explica-se que se trata, não de uma corrida, mas de um concurso para eleger o «Carro do Ano». Contudo, não preocupa o propagandista que o leitor não chegue à interpretação que corresponde à verdade. Um texto terá sempre, de uma forma ou de outra, várias interpretações. O que o preocupa é que as interpretações a que o leitor chegue sejam as plausíveis. E ele velará para que as plausíveis lhe sejam favoráveis.

O cartaz (3) tem em comum com (1) o ser eleitoral. Isso só por si permite-nos inferir que o tipo de complementos intencionados para *vamos conseguir* é o mesmo que se tinha em mente para *prometem* em (1). Eventualmente, outros complementos poderão estar em causa, que têm a ver com a diferente situação histórica em que surge (3): *sair da crise, entrar na CEE*, etc. A estrutura da referência nos dois cartazes, porém, é diferente: em (1) colocam-se em oposição duas entidades (*muitos, Eanes*); em (3), o próprio significado de *juntos* indica que também estamos perante duas entidades, mas em cooperação. Uma das entidades (indica-nolo a imagem) é Soares ou o PS. Que a outra são os votantes, conclui o leitor em virtude do que sabe sobre a própria essência das eleições (jogo de antagonismos) e que torna cómicas interpretações como:

(14) *Juntos, nós, o PCP, o PSD e o CDS, vamos conseguir uma saída para a crise.*

(16)



Uma parte central da gramática dependencial, a chamada teoria das valências, baseia-se na distinção entre dois tipos de partes-de-frase: os predicados e os complementos.

Os complementos são as partes-de-frase com as quais nos referimos às coisas. O predicado é a parte-de-frase com a qual exprimimos algo sobre as coisas a que nos referimos com os complementos. Com a frase

(15) *Uno ganha a corrida.*

referimo-nos a Uno e à corrida respectivamente por meio das partes-de-frase *Uno* e *a corrida* (complementos) e o que exprimimos sobre a relação entre estas coisas fazemo-lo por meio de *ganha* (predicado). Como a categoria lexical que serve por excelência para nos referirmos às coisas é a dos nomes, os complementos têm carácter nominal (i.e., são partes-de-frase que incluem um ou mais nomes, ou que comutam com partes-de-frase que incluem nomes). Os predicados, por seu turno, têm carácter verbal, porque a categoria lexical que serve normalmente para exprimir relações entre as coisas a que nos referimos é o verbo.

Sob o ponto de vista sintático, o predicado rege os complementos. Isto representa-se graficamente — como já sabemos — por meio de feixes de setas ou de árvores. Para além desta convenção, é útil por vezes recorrer a outra, segundo a qual os predicados são enquadraados por círculos e os complementos por retângulos:

A ideia de que é o predicado que rege os complementos não é necessariamente evidente, mas há bons argumentos para que assim seja. Um deles passa pelo facto de ser o próprio significado do predicado que determina qual o número e o tipo de complementos da frase, conforme já comentámos na Unidade 5. Se quisermos explicar a alguém o significado de *prometer*, por ex., não podemos deixar de dizer que na acção de *prometer* estão envolvidas três entidades, o que se traduz na possibilidade de frases como

(17) *Alguém promete algo a alguém.*

(18) *Quem promete o quê a quem?*

Não devemos todavia pensar que, nestas frases, *alguém*, *algo* e *a alguém* (ou *quem*, *o quê* e *a quem*) são, por assim dizer, «palavras-chave» que nos revelam qual o número e o tipo de complementos de um predicado. Elas próprias já são complementos. São contudo complementos muito úteis, porque são muito gerais. Uma das maneiras de mostrar que é o predicado que condiciona o número e o tipo dos seus complementos consiste precisamente em formular frases gerais como estas para diferentes predicados e verificar o que acontece quando se trocam os complementos de uma frase pelos de outra. Dadas as frases

(19) *Quem ri?*

(20) *Quem cumprimenta quem?*

(21) *Quem promete o quê a quem?*

e colocando, por ex., os complementos de (20) em (19), os de (21) em (20) e os de (20) em (21), obtemos só frases desviantes:

(22) * *Quem ri quem?*

(23) * *Quem cumprimenta o quê a quem?*

(24) * *Quem promete quem?*

Este resultado é precisamente consequência do facto de ser o predicado a entidade responsável pelo número e pelo tipo dos complementos. Aparentemente, há casos que contrariam este tese: por ex., o predicado *participa* admite não só o número e o tipo de complementos que apresenta em (16), a que corresponde a frase geral

(25) *Quem participa em quê?*

como também os complementos gerais seguintes:

(26) *Quem participa o quê a quem?*

Dir-se-ia, assim, que, pelo menos no caso de *participa*, o predicado é incapaz de determinar de forma unívoca os seus complementos. Mas uma análise mais atenta mostra que *participa* em (25) não tem o mesmo significado de *participa* em (26): o primeiro quer dizer *toma parte*, o segundo significa *dá a conhecer*. Consequentemente, não estamos perante um predicado único, mas dois diferentes. Daí que admitam diferentes complementos e o que podia contrariar a nossa tese vem afinal confirmá-la.

Predicado

O predicado (abreviatura: P) é a parte-de-frase com a qual exprimimos algo sobre aquilo a que nos referimos com os complementos. O predicado é verbal.

O predicado rege um ou vários complementos.

Cada predicado condiciona o número e o tipo dos complementos que rege.

Complemento

O complemento (abreviatura C) é a parte-de-frase com a qual nos referimos àquilo sobre que exprimimos algo com o predicado.

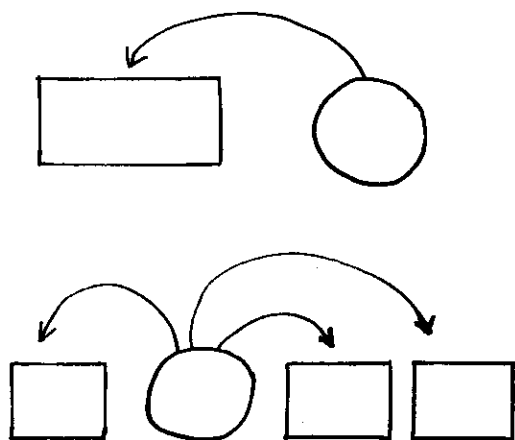
O complemento é nominal (ou comuta com partes-de-frase de carácter nominal).

O complemento depende do predicado.

Os complementos de um dado predicado constituem, juntamente com ele, uma frase.

Como diferentes predicados condicionam diferente número de complementos, podemos classificar os predicados consoante o número de complementos. Dizemos assim que há predicados de um lugar (*ri*, *nasceu*), de dois lugares (*cumprimenta*, *ganha*), de três lugares (*prometem*, *dão*). Com mais de três lugares, são relativamente raros em qualquer língua. Em português, um possível candidato seria *tradu-*

zir (alguém / traduz / algo / de x / para y). Cada uma destas classes de predicados pode (27)



Para além do número, os complementos dos diferentes predicados variam em tipo.

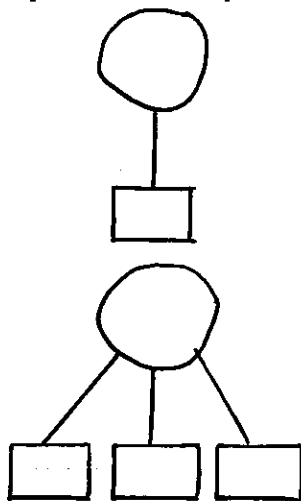
Tipos de complemento

Existem em português quatro tipos de complemento:

- Complemento sujeito; abreviatura: C1.
- Complemento directo; abrev.: C2.
- Complemento indirecto; abrev.: C3.
- Complemento preposicional; abrev.: C4.

Para identificar estes tipos de complemento numa frase, existem vários critérios. Um deles faz apelo à posição que eles ocupam relativa-

representar-se por meio de círculos e rectângulos não preenchidos. Exemplos:



mente ao predicado. Temos assim as seguintes posições típicas:

- (i) o complemento sujeito ocorre à esquerda do predicado.
- (ii) o complemento directo ocorre imediatamente à direita do predicado.
- (iii) o complemento indirecto ocorre à direita do complemento directo ou, caso este não exista, à direita do predicado.
- (iv) o complemento preposicional ocorre o mais à direita possível, i.e., à direita de qualquer dos dois complementos anteriores ou, caso eles não existam, à direita do predicado.

Exemplos:

(28) Muitos prometem progresso económico ao povo.

C1 P C2 C3

Todos participam na corrida.

C1 P C4

Uno ganha o concurso.

C1 P C2

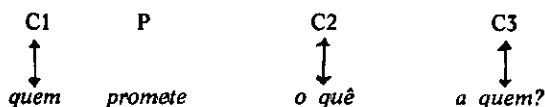
O juiz condenou o réu a um ano de prisão.

C1 P C2 C4

Este critério, embora seja aceitável para a identificação do complemento sujeito, não nos ajuda muito no caso dos três complementos à direita, porque só nos indica a posição de qualquer um se já tivermos identificado pelo menos um dos outros dois.

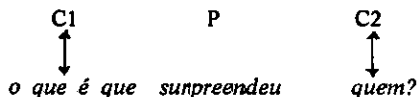
Um segundo critério para a identificação dos complementos consiste em ver quais os pronomes interrogativos (ou expressões com pronomes interrogativos) que com eles comutam em perguntas gerais:

(29) *Muitos prometem progresso económico ao povo.*

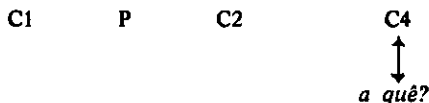


Diz-se tradicionalmente que o complemento sujeito é aquele que comuta com o pronome interrogativo *quem*; o complemento directo, o que comuta com a expressão *o quê* ou *o que* (*é que*); o complemento indirecto, o que comuta com *a quem*; e o complemento preposicional, o que comuta com uma expressão composta por uma preposição seguida de pronome interrogativo (*com quem*, *de quê*, etc.). Infelizmente, este critério não é válido universalmente, porque não é sempre a mesma expressão interrogativa que comuta com um dado tipo de complemento nas perguntas gerais. A frase seguinte, por ex., fornece um contra-exemplo:

(30) *A paisagem surpreendeu os visitantes.*



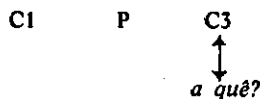
(32) *O juiz condenou o réu a um ano de prisão.*



Um critério mais eficaz para a identificação dos tipos de complemento consiste em substituir o complemento cujo tipo queremos identi-

Não sendo infalível, o tipo de complemento que este critério melhor identifica é o complemento indirecto, pois ele quase invariavelmente comuta com *a quem*. Mas mesmo neste caso não é esta expressão interrogativa a única que com ele comuta. Em algumas frases, a expressão é *a quê*:

(31) *Todos obedecem à lei.*

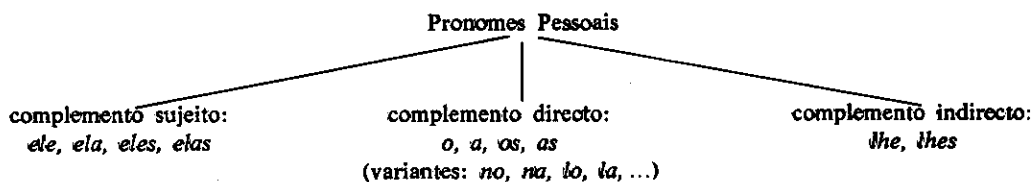


Isto significa que para o complemento indirecto este critério também não é suficiente porque não nos permite distinguir os complementos indirectos a que corresponde a pergunta *a quê* dos complementos preposicionais que são introduzidos pela preposição *a* e que comutam igualmente com *a quê*:

ficar pelo pronome pessoal correspondente, porquanto é sabido que os pronomes pessoais tomam diferentes formas consoante desempe-

nham na frase as funções de complemento sujeito, complemento directo ou complemento

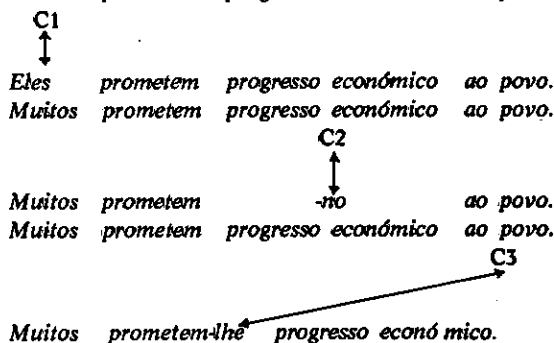
indirecto. Para a terceira pessoa, por ex., temos o seguinte quadro:



Com base nestas formas dos pronomes, podemos estabelecer o seguinte critério para identificação de tipos de complemento: (i) quando um complemento se pode substituir por *ele, ela, eles, elas*, é um complemento sujeito; (ii) quando um complemento se pode substituir por *o, a, os, as* (ou variantes) é um complemento directo; (iii) quando um complemento

se pode substituir por *lhe, lhes* é um complemento indirecto; (iv) quando um complemento não é substituível por nenhum dos pronomes anteriores, então é um complemento preposicional e é introduzido por uma preposição. Exemplos:

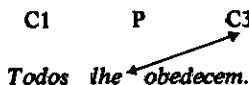
(33) Muitos prometem progresso económico ao povo.



Os complementos preposicionais são facilmente reconhecíveis pela preposição que os introduz. Contudo, quando a preposição introdutória é *a* podem confundir-se, como já vimos, com complementos indirectos. Nestes casos, também o critério da substituição por pro-

nomes pessoais se revela útil porque só os complementos indirectos são substituíveis por *lhe* ou *lhes*. Tratando-se de complementos preposicionais, tal substituição dá azo a frases desviantes:

(34) Todos obedecem à lei.



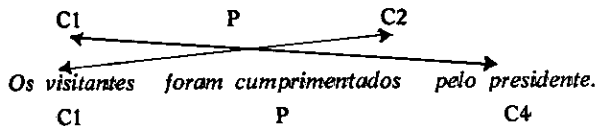
O juiz condenou o réu a um ano de prisão.



Há que mencionar um último critério que diz respeito fundamentalmente aos complementos sujeito e directo. É o chamado critério da frase passiva, que se pode formular assim: (i) é complemento sujeito de uma frase activa aquele que toma a forma de um com-

plemento preposicional introduzido por *por* (*pel'*) na frase passiva correspondente; (ii) é complemento directo de uma frase activa aquele que é complemento sujeito da frase passiva. Exemplo:

(35) O presidente cumprimentou os visitantes.



A distinção entre número e tipo de complementos permite agrupar os predicados em diferentes classes. Uma classe será a dos predicados de um lugar que só exigem um C1. Outra a dos predicados de dois lugares que exigem um C1 e um C2. Uma terceira a dos predicados de dois lugares que exigem um C1 e um C4. Outra ainda a dos predicados de três lugares que exigem um C1, um C2 e um C3. Etc. Para darmos nome a estas classes de predicados, usamos a abreviatura para predicado (P), seguida dos números que indicam os tipos de complementos que eles exigem. As classes de predicados que mencionámos, por ex., têm os seguintes nomes: P1, P12, P14, P123. Quando dois predicados pertencem à mesma classe, diz-se que têm a mesma valência.

Valência de um predicado

Cada predicado tem uma valência, i.e., exige um determinado número e tipo de complementos. Dois predicados têm valência diferente quando o número ou o tipo de complementos que um exige não é o mesmo que o outro exige.

Exemplo: os predicados *tossiu*, *ouviu*, *emprestou*, *colaboram* têm todos valências diferentes — a saber: 1, 12, 123, 14 — conforme mostram as frases

(36) A miúda tossiu.

(37) O Henrique ouviu a miúda.

(38) O Henrique emprestou o casaco à miúda.

(39) Alguns colaboram com os mais novos.

Por tudo o que foi dito, vê-se que o conjunto de todos os predicados não constitui uma categoria sintáctica única, mas que há tantas categorias de predicados quantas as valências.

A designação dos predicados através de algarismos permite indicar qual o número máximo de complementos que um predicado pode ter. Numa frase, não podem ocorrer mais complementos do que a valência do predicado determina. Como *nasceu* é um P1, seria desviante uma frase em que este predicado ocorresse com um complemento directo:

(40) *O miúdo nasceu o pai.

A valência do predicado, por outro lado, não determina qual o número mínimo de complementos necessários para formarem uma frase. Na comunicação surgem frases aceitáveis com menos complementos do que a valência do predicado determina. *Empresta*, por ex., é um P123, mas é aceitável a frase seguinte, sem a presença do C3 (*a quem?*):

(41) O Dinis empresta tudo.

A elisão de um complemento não pode ser prevista pela valência do predicado porque, em princípio, pode elidir-se qualquer complemento que não seja considerado importante para a comunicação. A elisão de complementos obedece assim mais a razões de ordem comunicativa do que sintáctica. Estas razões podem formular-se em duas máximas comunicativas. Quando um falante elide um complemento, está a seguir ou uma ou outra:

- (i) Elide os complementos portadores de informações que não interessam para a comunicação!

- (ii) Elide os complementos portadores de informações já conhecidas mutuamente de ti e do teu interlocutor!

Particularizando com o nosso exemplo, podemos dizer que o falante que enuncia (41) elide o C3 porque crê numa de duas coisas: ou que a informação importante é que o Dinis empresta tudo (a quem, não interessa); ou que ele e o ouvinte já sabem a quem é que o Dinis empresta tudo.

Como é a situação comunicativa que determina quando um complemento pode ser elidido, não é muito pertinente uma classificação rígida dos complementos em obrigatórios e não-obrigatórios. Há contudo alguns que parece terem um elevado grau de obrigatoriedade, porque é difícil conceber uma situação em que pudessem ser elididos. É o que acontece com o C4 exigido pelo predicado *morar*, cuja elisão parece dar invariavelmente origem a frases desviantes:

- (42) * *O Dinis mora.*

Suplementos

O predicado, juntamente com os respectivos complementos, constitui uma frase nuclear. Esta pode ser alargada por meio de suplementos. Os suplementos são elementos livremente adicionáveis, mas isso não quer dizer que sejam desnecessários ou menos importantes. A sua falta pode originar problemas de comunicação quando os interlocutores não detêm o saber comum necessário para se entenderem ou quando um deles faz suposições erradas sobre o saber do outro.

Onde fica a Atlântida?

Já vem do tempo dos antigos filósofos gregos a preocupação com o continente perdido da Atlântida: foi precisamente Platão, com o seu famoso relato sobre a Atlântida, que desde então tem animado muitos investigadores a darem uma resposta a esta pergunta. A mais remota notícia da existência da Atlântida proviria de um velho sacerdote egípcio, que a teria descrito ao grego Sólon. As passagens onde Platão menciona a Atlântida encontram-se em dois diálogos seus, o *Timeu* e o *Crítias*. Seguidamente, apresentamos um extracto do *Timeu* (onde o sacerdote egípcio começa por louvar, perante Sólon, Atenas, a cidade deste último, pela resistência oferecida contra a Atlântida), dois do *Crítias* (que completam a descrição da Atlântida iniciada no *Timeu*) e um mapa de um geógrafo grego, sensivelmente contemporâneo de Platão, e que revela bem qual a concepção do mundo que então se tinha.

Conservamos aqui por escrito muitos grandes feitos realizados pela vossa cidade, que causam admiração; mas um há que todos supera em grandeza e heroísmo. Com efeito, dizem os testemunhos escritos que a vossa cidade destruiu outrora uma imensa potência que marchava insolentemente sobre toda a Europa e a Ásia, vinda de um mundo situado no Oceano Atlântico. Nessa altura, podia atravessar-se este Oceano; porque, frente ao estreito a que vós chamais Colunas de Hércules na vossa língua, encontrava-se uma ilha. Esta ilha era maior que a Líbia e a Ásia juntas. A partir dela podia passar-se então às outras ilhas e destas alcançar todo o continente que está frente a elas e tem à sua volta aquele mar, nome que verdadeiramente merece. Pois tudo o que está para cá do referido estreito parece um porto de apertada entrada, enquanto que tudo o que fica para lá forma um verdadeiro mar e a terra à sua volta tem de facto todos os atributos para ser chamada continente.

Ora nesta ilha da Atlântida houve reis que formaram uma grande e admirável potên-

cia, que estendia o seu domínio sobre toda a ilha, bem como sobre muitas outras ilhas e partes do continente. Além disso, para cá do estreito, do nosso lado, estes reis eram senhores da Líbia até ao Egipto, e da Europa até à Tirrénia. Um dia, esta potência, reunindo todas as suas forças, tentou subjugar de um único assalto o vosso país, o nosso e todos os povos do lado de cá do estreito. Foi então, Sólon, que o poder da vossa cidade revelou aos olhos do mundo o seu valor e a sua força. Como ultrapassava todas as outras em coragem e nas artes da guerra, foi ela que comandou os Gregos; mas, reduzida unicamente às próprias forças pelo abandono das outras e assim conduzida à mais crítica situação, venceu os invasores, elevou um troféu, evitou a escravatura dos povos que ainda não tinham sido submetidos e deu generosamente a liberdade a todos aqueles que, como nós, habitam deste lado das Colunas de Hércules. Porém, no tempo que se seguiu, houve terremotos e inundações extraordinárias e, no período nefasto de um só dia e uma noite, todos os vossos combatentes foram engolidos de uma vez pela terra e a ilha da Atlântida também se afundou no mar e nele desapareceu. E daí que ainda hoje esse mar não se possa navegar nem explorar, porque, já a baixa profundidade, o impede o lodo que a ilha, ao afundar-se, deixou.

MAPA DE HECATEU DE MILETO
(c. 500 anos a.C.)



... Poséidon, cabendo-lhe a ilha da Atlântida, nela instalou os filhos que tivera duma mortal, num local desta ilha que vou descrever. Do lado do mar, estendia-se, a meio de toda a ilha, uma planície, que passa por ter sido a mais bela de todas as planícies e fértil por excelência. A beira desta planície, a cerca de cinquenta estádios em direcção ao centro da ilha, elevava-se uma montanha, toda ela de fraca altitude. Lá em cima habitava um daqueles homens que, no princípio, tinham, nessa região, nascido da terra. Chamava-se Evenor e vivia com uma mulher chamada Leucipe; ambos tinham uma única filha, Clito de seu nome. Quando a rapariga chegou à idade de casar, morreram-lhe o pai e a mãe; Poséidon, porém, tendo-se afeiçoado a ela, uniu-se-lhe e fortificou a colina onde ela vivia, cortando toda a zona à volta, fazendo alternadamente anéis de mar e de terra, primeiro mais pequenos e depois maiores, nomeadamente dois de terra e três de mar, traçando-os em círculo a partir do meio da ilha, de tal forma que a montanha era inacessível aos homens; pois que barcos e navegação ainda não os havia nesta época. Ele próprio embelezou a ilha central, coisa fácil para um deus. Fez brotar do solo duas fontes, uma de água quente e outra de água fria, e fez com que a terra produzisse alimentos variados e abundantes.

Engendrou cinco pares de gémeos do sexo masculino, criou-os e, tendo dividido toda a ilha da Atlântida em dez partes, deu ao mais velho do primeiro par a casa materna e o terreno à volta, que era o mais vasto e o melhor; fê-lo rei de todos os irmãos e, destes, fez soberanos, dando a cada um muitos homens como súbditos e um vasto território. A todos deu nomes. O mais velho, o rei, recebeu o nome que servia para designar toda a ilha e o mar que se chama Atlântico, porque o primeiro rei a governar naquele tempo chamava-se Atlas.

Em primeiro lugar, foi-me dito que toda aquela terra estava a grande altura e a pique sobre o mar, mas que à volta da cidade se estendia uma grande planície que a envolvia e que, por seu lado, estava cercada de monta-

nhas que desciam até ao mar; era uma planície lisa e regular, oblonga na sua forma geral, medindo mais de três mil estádios de comprimento e tendo de largura, a partir do mar, mais de dois mil estádios. Esta região estava, a todo o comprimento da ilha, exposta ao sul e ao abrigo dos ventos do norte. Elogiavam-se então as montanhas que a envolviam, dizendo-se que ultrapassavam em número, grandeza e beleza todas as que agora existem. Tinham elas muitas e ricas aldeias, das gentes que à volta viviam; havia rios, lagos e prados, que forneciam pasto abundante para todos os animais domésticos e selvagens, e numerosos bosques, que, graças à sua extensão e variedade de madeiras, davam a matéria-prima bastante para toda a espécie de trabalhos e todos os fins.

Primeiro que tudo, dizia-se, ficava uma região que era toda ela muito elevada e a pique sobre o mar, como que cortada à faca, se atendermos à descrição. Todavia, a zona em torno à cidade era uma planície, cercada por montanhas que iam até ao mar. A terra propriamente dita constituía uma superfície lisa e regular, que, no seu conjunto, apresentava uma forma alongada. De um lado ao outro estendia-se esta região por 3000 estádios; e a meio, a partir do mar, por 2000 estádios. Esta parte da ilha estava disposta no sentido norte-sul e ficava no norte.

Onde ficava a Atlântida afinal? Quem se propõe responder à pergunta, pressupõe pelo menos que ela existiu e que o relato de Platão não é inventado ou fictício. Platão assegura-nos tratar-se de uma história absolutamente verdadeira, mas de que serve isso quando vem da boca de um irónico? Mesmo aqueles que acreditaram na história de Platão e procuraram uma resposta para esta questão, não a levaram totalmente a sério: modificaram as indicações relativas a alguns locais e ainda outras coisas. Deste modo, foram-se formando várias hipóteses sobre o local da Atlântida. Onde estaria situada a misteriosa ilha? Tratar-se-ia da Córsega ou ficaria no Mar do Norte,

face a Helgoland? Seria porventura a Creta minóica ou encontrar-se-á no Atlântico, a 3000 m de profundidade, em frente dos Açores?

Modernamente, duas hipóteses foram desenvolvidamente analisadas: a hipótese de Helgoland e a hipótese minóica. A hipótese de Helgoland baseia-se nas indicações geográficas de Platão e discute exaustivamente as suas possíveis correspondências actuais, atendendo à situação e características. Mais especificamente, as indicações de Platão a que os defensores desta hipótese prestam maior atenção são as seguintes:

- (i) Os Atlantes vinham de muitas ilhas e zonas do continente que existiam no oceano.
- (ii) Estas ilhas e terras litorais ficavam no norte.
- (iii) A Atlântida encontrava-se para lá das Colunas de Hércules.
- (iv) Frente à costa da Atlântida e a pouca distância dela, ficava uma ilha rochosa, de grande altura, e cujas costas eram muito escarpadas.

Além destas, existem outras descrições que se ajustam à região de Helgoland, como por exemplo a do mar de lodo. Pensam alguns ter definitivamente demonstrado a verdade desta hipótese desde o momento em que se descobriu no fundo do mar, frente a Helgoland, um chão de pedra, i.e., um monte de grandes lajes de formas artificiais, dispostas numa certa ordem. Seriam os restos da antiga capital da Atlântida que se teria afundado.

A chamada hipótese minóica fundamenta-se numa apreciação muito diversa do relato platónico. As indicações geográficas são interpretadas como apontando para uma ilha não muito distante, nomeadamente Creta. O primeiro passo a dar é encontrar uma cultura com um nível de desenvolvimento semelhante. Depois, mostra-se que as indicações de Platão sobre o local desta cultura se tornam inteligíveis caso expliquemos a maior partes delas como mal-entendidos compreensíveis.

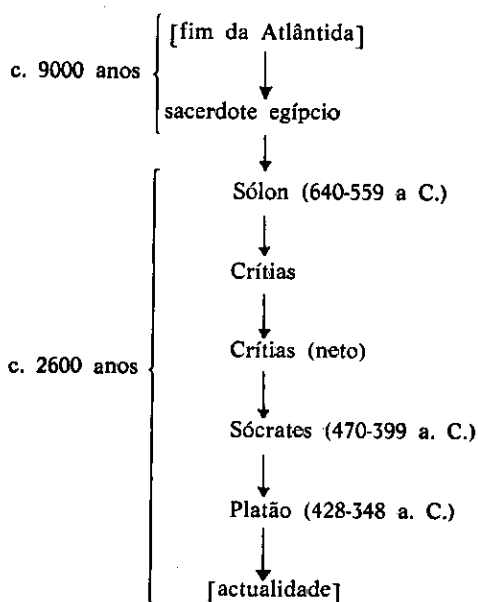
O ponto de partida é, neste caso, o afundamento da Atlântida aquando de uma catástrofe de proporções gigantescas. Encontra-se assim

um paralelo com o brusco desaparecimento da cultura minóica. Este desaparecimento é explicado — por meio do método acrobolístico de quem resolve um «puzzle» — como a consequência da erupção dum vulcão na ilha de Tera (ao norte de Creta) e das vagas levantadas por um monstruoso maremoto. A isto pode aduzir-se uma série de descrições de Platão que correspondem à ilha de Creta, como a da costa escarpada e a da cor das rochas da ilha. As indicações geográficas, contudo, deixa de poder dar-se uma interpretação directa.

Isso parece plausível, já que o relato chegou a Platão por interpostas pessoas. Como vimos, este apresenta-o como tendo a sua origem num sacerdote egípcio, que o teria transmitido de viva voz a Sólon; este tê-lo-ia introduzido na Grécia, onde, ainda por via indirecta, chegou a Platão. Tomando em conta o ponto de vista dos egípcios, podem dar-se outras explicações para as indicações geográficas. A expressão *em face das Colunas de Hércules*, por ex., pode ter surgido para querer dizer apenas que os egípcios supunham a Atlântida bastante para oeste, o que para os gregos, que já tinham viajado mais longe, teria que ser interpretado como um local que ficasse para lá do que hoje é Gibraltar. A indicação *no norte*, que, na hipótese de Helgoland, parece referir-se ao Mar do Norte, seria contudo correcta para os egípcios, se se referisse a Creta (Creta fica a norte do Egipto). Um grego que tivesse ouvido a descrição a um egípcio deveria preocupar-se em saber não apenas qual o sentido (ao norte) mas também qual a distância para norte. Por fim, também para esta segunda hipótese é verdade dizer que se chegava da Atlântida ao continente através de muitas ilhas.

Porque será tão difícil obter qualquer coisa de seguro sobre a localização da Atlântida? Parece estranho afirmá-lo, mas não há dúvida do seguinte: trata-se de um problema de comunicação. O que hoje resta para nos guiar nas nossas pesquisas são apenas enunciados linguísticos provenientes de uma tradição interrompida e que — ainda por cima — não nos eram destinados. O relato que hoje possuímos esteve sujeito não só às vicissitudes que ocor-

reram entre o suposto fim da Atlântida e a tomada de conhecimento deste facto pelo mencionado sacerdote egípcio — período de cerca de nove mil anos, a acreditar nos diálogos platónicos, e do qual nada sabemos — como também a todos os eventuais acidentes desde que o sacerdote egípcio contou a história a Sólon até aos nossos dias. Sobre este período sabemos mais alguma coisa, mas muito pouco mesmo assim. Não sabemos sequer de fonte segura como foi que Platão soube do relato, i.e., qual o percurso deste do sacerdote egípcio até Platão. As únicas pistas são o que o próprio Platão diz nos seus diálogos: Sólon, tendo ouvido o relato ao padre egípcio, tê-lo-ia confiado a Crítias; este, por sua vez, tê-lo-ia transmitido a um neto do mesmo nome, que o teria dado a conhecer a Sócrates. Pode assim supor-se que teria sido através deste que Platão soubera da história da Atlântida. O percurso da história desde o fim da Atlântida é passível de ser esquematizado assim:



Este esquema não dá, apesar de tudo, a ideia de todos os problemas que se levantam a quem procura a verdade neste caso: um desses problemas consiste nas sucessivas traduções de língua para língua que o relato foi

sofrendo e que, muito possivelmente, o terão desvirtuado. Quantas traduções (seja de textos escritos ou orais) teria havido durante os mais de nove mil anos que precederam a época de Platão? Nos diálogos referem-se duas: os nomes dos locais e das pessoas tinham sido traduzidos pelos egípcios para a sua língua e Sólon tinha-os traduzido para o grego. Mas houve certamente muitas mais.

Percebe-se agora com mais clareza por que razão dissemos ser o problema da localização da Atlântida um problema de comunicação: o simples facto de sermos capazes de levantar a questão da sua existência pressupõe uma cadeia de interlocutores em diálogo, desde a época da Atlântida até aos nossos dias, acontece, porém, que

(1) é provável que cada interlocutor não tenha transmitido a notícia ao seguinte exactamente da forma como a recebera do precedente, seja por simples erro seja por falsa interpretação;

(2) os interlocutores nem sempre se encontraram face a face: um interlocutor e o seguinte podiam estar afastados muitos anos e muitos quilómetros, o que implica terem formas de vida e tradições diferentes, dificultadoras da compreensão;

(3) em muitos casos, falavam línguas diferentes (o que é simplesmente revelador de formas de vida diferentes).

Por todas estas razões, não podemos esperar compreender os enunciados que nos chegaram do modo como os primeiros destinatários (os «verdadeiros» destinatários, num certo sentido) os compreenderam. Talvez a mensagem já tivesse até deixado de ser compreensível para os interlocutores intermédios. A questão pode ser equacionada assim: um local, cuja situação e características são fornecidas no sistema de um determinado mundo, é procurado por pessoas pertencentes a outro sistema e outro mundo. Parte-se do princípio que a sua situação não se alterou significativamente, enquanto as suas características podem ter-se modificado substancialmente. Falar de uma situação idêntica, porém, só faz sentido adentro de um super-sistema que abranja os sistemas dos dois diferentes mundos, um super-sistema que, neste

caso, poderia consistir numa continuidade histórica comprovável. E é precisamente essa continuidade que não existe.

A primeira coisa que temos de procurar para compreender as indicações geográficas é um ponto fixo que seja, por assim dizer, comum aos dois sistemas e nos permita aferir as outras indicações por referência a ele. Esse ponto fixo parecem ser as Colunas de Héracles, o actual Estreito de Gibraltar. Poder-se-iam relacionar com ele todas as indicações: por exemplo, que a Atlântida lhe ficava em face, no Atlântico. Mas as várias quebras na tradição de dar nomes às coisas fazem também vacilar este ponto fixo. Segundo uma tradição lendária muito antiga, Atlas teria dado a guardar umas «colunas do céu» a Héracles e pensa-se que estas seriam as colunas do céu do Mar do Norte, no país dos Hiperbóreos. É portanto possível pensar que esta indicação geográfica se baseia numa tradição mediterrânica arcaica e que Sólon ou Platão a teriam entendido apenas no seu sentido grego mais moderno. O mesmo se passa com outros potenciais pontos fixos, como o Oceano Atlântico, que é identificado por muitos como sendo o actual Atlântico, mas que poderia afinal ter sido outro mar: tudo depende do sítio a atribuir a Atlas e à Atlântida.



Como é que um ponto fixo se pode afinal determinar com segurança? Isso só é possível quando existe uma tradição comunicativa ininterrupta, baseada num saber comum. A nossa certeza é função de um emprego igual de determinadas expressões linguísticas, usadas em frases consideradas verdadeiras. A certeza de um ponto fixo só se alcança quando se

consegue restaurar uma tradição. Isto, porém, só é viável se incluirmos no nosso estudo outros relatos onde aparecem as mesmas indicações e se conseguirmos identificar certos povos, acontecimentos e lugares nos vários relatos. Esta identificação pode fazer-se através da atribuição de certas características: no nosso exemplo, a costa escarpada e a cor da rocha, que infelizmente tanto se adequam a Helgoland como a Creta.

Um outro problema na determinação de um local diz respeito ao que poderíamos chamar indicações geográficas relativas. No relato platónico, a expressão *no norte* é uma indicação relativa porque só se refere a um local quando interpretada em relação a um ponto fixo. No caso presente, isto é duplamente interessante: em primeiro lugar, no que toca à hipótese de Helgoland, porque não se pensa por um momento que é a própria Atlântida o ponto fixo a partir do qual se deve compreender a indicação e que esta afinal nada diz sobre a situação da Atlântida; em segundo lugar, relativamente à hipótese minóica, o relativismo da indicação *no norte* vem fortalecê-la, visto que os gregos poderiam ter sido induzidos em erro pela expressão, não tendo notado que uma região a norte do Egipto não tem necessariamente que ficar a norte da Grécia e que essa região poderia muito bem ser Creta. Para compreender o sentido de uma indicação espacial como *X fica ao norte* ou *X fica ao norte de Y* temos não só que compreender esta expressão, mas também saber onde fica o local relativamente ao qual a expressão se aplica, i.e., onde fica Y. Geralmente, o falante pressupõe que o interlocutor sabe isto.

O problema comunicativo reside portanto no facto de não sermos decerto nós os destinatários do relato e de ele ter sido pensado apenas para certos destinatários. Temos aqui uma espécie muito pouco vulgar de comunicação, já que um historiador não pode ser responsabilizado por certas faltas de conhecimento dos seus futuros interlocutores, nem pelo facto de a informação ter passado por muitas mãos. O «puzzle» reside na longa e complexa história comunicativa que envolve o texto que nos chegou às mãos.



Também no dia-a-dia surgem problemas comunicativos que têm muito de semelhante com o da Atlântida. É o que acontece nesta banda desenhada. Nela ocorrem duas questões que já tinham estado em causa na história da Atlântida: (1) a da maior ou menor exactidão de uma indicação espacial; (2) a do saber do in-

terlocutor ou — mais precisamente — a do saber necessário a um interlocutor para compreender o outro e para se dar a compreender ao outro.

As questões de exactidão ou precisão têm muita importância quando se trata de dar ou compreender indicações espaciais (e não só

nestes casos). Um mesmo local pode ser referenciado de forma mais ou menos precisa. Eis uma série de expressões, apresentadas por ordem decrescente do grau de precisão: *aqui, ao pé da garrafa, sobre a mesa, na sala de jantar, na nossa casa, em Lisboa, em Portugal, na Europa, na Terra*, etc. Há quem pense que os problemas que surgem de indicações espaciais imprecisas podem ser evitados se se tiver o cuidado de dar sempre indicações espaciais precisas. Isto é, bastaria seguir a máxima:

Dá sempre indicações espaciais precisas!

Mas isto é inadequado. Primeiro, porque não se pode definir de uma vez por todas o que seja uma «indicação espacial precisa»: sempre que encontramos uma bastante precisa, verificamos sem grande esforço que é possível encontrar outra que o é ainda mais. Em segundo lugar, porque as questões de exactidão não têm tanto a ver com as expressões empregues como com aquilo que os interlocutores sabem (ou julgam saber) um do outro. A inadequação da máxima anterior pode ver-se através de um exemplo. Suponhamos dois irmãos (A e B): vivem na mesma casa e qualquer deles sabe que o outro conhece bem os seus hábitos, nomeadamente onde põe as suas coisas (roupa, livros, correspondência, etc.). Saem de um café, onde estiveram a conversar. A estava de dar uma carta a B. A seguinte troca de palavras toma lugar:

A — *Esqueci-me da carta!*

B — *Por acaso faz-me falta. Onde a deixaste?*

A — *Na 'papeleira que está em cima da secretária, no escritório, ao fundo do corredor da nossa casa.*

A última intervenção de A pode ser uma indicação espacial muito precisa, mas é completamente inadequada. Se A sabe que B conhece o sítio onde ele põe geralmente as cartas, basta-lhe-ia ter dito *Em casa*. Ser exacto não é, portanto, dar uma indicação espacial muito extensa e complexa. Ser exacto é sim fazer uma avaliação correcta do que o nosso interlocutor sabe e dizer exactamente o que ele quer saber. Não dizer nem mais nem menos do que o pretendido. A máxima comunicativa a seguir nestes casos é portanto

Sê informativo!

O que significa que se deve dizer o que baste para a desejada continuação da comunicação. No caso da banda desenhada, podia acontecer que a primeira indicação dada pela mulher bastasse. Se, por exemplo, o homem soubesse onde ficava a Rua de Camões. Portanto, quando estão à disposição de um interlocutor várias expressões com as quais ele pode indicar o mesmo lugar, ele deve escolher a que for adequada para se fazer compreender pelo parceiro. A escolha da expressão depende da situação e, muito especialmente, do saber do interlocutor.

Os exemplos seguintes ilustram precisamente a importância deste saber na comunicação:





Em (1), A não teria problemas se soubesse que a chave estava sempre numa certa gaveta, no caso de estar no quarto. É geralmente este tipo de saber que as pessoas casadas assumem que os cônjuges possuem. Na conversa telefónica (2), o mal-entendido dá-se porque A pressupõe como óbvio que o interlocutor B está a falar da casa do António, enquanto que B sabe não ser esse o caso, mas pressupõe, por seu lado, que A sabe isso. Tanto A como B partem de pressupostos errados. Em (3) mostra-se que até mesmo uma indicação espacial pode ser uma resposta adequada a uma pergunta com *quando* (o «normal» seria pensar que só uma indicação temporal serviria): a resposta de A, *em Setúbal*, é relevante porque o interlocutor sabe em que altura A esteve em Setúbal. O exemplo (4) mostra uma estratégia típica usada para nos assegurarmos de que uma indicação espacial vai ser compreendida. Consiste em nos certificarmos — antes de darmos a indicação espacial — de que o parceiro

possui um determinado saber, necessário à compreensão.

Um lugar pode ser indicado com as mais diversas expressões. Mas, na prática da comunicação, só determinadas expressões são adequadas: precisamente aquelas que o interlocutor pode compreender. E quais são elas? Isso depende daquilo que ele sabe ou daquilo em que acredita.

Portanto, se A quer ser entendido por B, deve levar em conta o que B sabe ou pode ser que saiba. Devemos distinguir dois casos: (a) A baseia-se num saber geral, i.e., num saber que se pressupõe presente em todas as pessoas de um determinado grupo. Por exemplo: pressupomos que o nosso interlocutor reside na cidade onde nos encontramos e perguntamos-lhe onde fica a Rua de Camões; (b) A baseia-se num saber específico, que só podemos pressupor ou saber existir no interlocutor graças a experiências comuns. Infracções a (a) ou a (b) são patentes nos casos em que nós somos os únicos a poder saber certas coisas, como por ex. o sítio onde nos encontramos quando telefonamos.

Enquanto que para um interlocutor basta atentar no que o parceiro pode saber, uma descrição sistemática da comunicação deve contemplar o saber dos dois interlocutores. Deste modo, as indicações espaciais pressupõem muitas vezes que

- (i) A sabe onde B está.
- (ii) B sabe onde A está.
- (iii) A crê que B sabe onde A está.
- (iv) B crê que A sabe onde B está.

Muitas expressões, como *aqui*, *ali*, *longe*, *este*, *esse*, *aquele*, *à esquerda*, *atrás*, etc., só podem ser usadas e compreendidas quando estas condições estão satisfeitas.

Quando, a um predicado, adicionamos o número previsto de complementos, obtemos uma frase nuclear. As frases nucleares podem ser alargadas com mais partes-de-frases, chamadas suplementos. Embora os suplementos

tenham muitas vezes uma construção idêntica aos complementos, eles podem e devem distinguir-se destes. Isto porque com os suplementos não dizemos do que é que estamos a falar, mas acrescentamos indicações (espaciais ou temporais, por ex.) que vão determinar mais particularmente aquilo a que a frase nuclear se refere. Neste capítulo temos comentado precisamente vários casos de indicações espaciais, que são dadas na comunicação sob a forma de suplementos, como *para lá das colunas de Hércules, a norte, em Setúbal*, etc.

Suplemento

Um suplemento (abreviatura: S) é uma parte-de-frase com a qual damos indicações acessórias em relação àquilo que está expresso na frase nuclear. Os suplementos dependem dos predicados.

Esta definição não nos deve levar a pensar que os suplementos são de interesse secundário para a comunicação. Muitas vezes, o suplemento é mais importante do que a frase nuclear, nomeadamente quando a frase nuclear não traz nenhuma informação nova. O carácter acessório dos suplementos em relação aos C evidencia-se especialmente nos dois fenómenos seguintes:

(i) Muitos C são necessários (i.e., interdependentes em relação a P). Se os retirarmos

da frase, esta fica sintacticamente desviante: * *Eles atendem*. Em certos casos, a eliminação de um C é possível, mas só quando já se sabe qual seria o C a incluir ou no caso de um complemento perfeitamente geral como *alguém, qualquer coisa*, etc. Os S, pelo contrário, são geralmente dispensáveis. Assim, se retirarmos à frase

(5) *Eles atendem os clientes diligentemente.*

C1	P12	C2	S
----	-----	----	---

o suplemento, continuamos a obter uma frase não desviante:

(6) *Eles atendem os clientes.*

(ii) Uma diferença fundamental entre os C e os S reside no facto de cada predicado exigir um número e um tipo de C bem determinados. Assim, a partir de um P12, obtém-se uma frase desviante se lhe adicionarmos um C1 e um C4: * *A costureira coseu de uma saia*. Um complemento C3 também não pode incluir-se. Algo muito diferente se passa com os suplementos. Estes não estão ligados a determinados predicados e, por isso, podem em princípio ser introduzidos livremente em qualquer frase nuclear, independentemente do tipo de predicado desta. As frases seguintes — que já conhecemos da Unidade anterior — têm todas diferentes tipos de predicados, que exigem diferentes complementos, mas um suplemento como *por várias razões* pode acrescentar-se a qualquer delas:

(7) *Muitos prometem progresso económico ao povo por várias razões.*

C1	P123	C2	C3	S
----	------	----	----	---

(8) *Todos participam na corrida por várias razões.*

C1	P14	C4	S
----	-----	----	---

(9) *Uno ganha o concurso por várias razões.*

C1	P12	C2	S
----	-----	----	---

(10) *O juiz condenou o réu a um ano de prisão por várias razões*

C1	P124	C2	C4	S
----	------	----	----	---

Um mesmo sintagma pode numa dada frase ser complemento e noutra suplemento. Isso acontece frequentemente com os sintagmas preposicionais. É fácil ver, contudo, que o mesmo

sintagma preposicional traz contributos muito diferentes para o significado da frase caso tenha a função de complemento ou de suplemento; é nisso que se baseia a seguinte piada:

«Com que é que os economistas contam no próximo ano?» «Com calculadoras». A expressão *com que* da pergunta é um C4, mas (como se vê pela resposta) também podia ser um S. Outro exemplo. Comparando as frases *O presidente reside em Belém* e *O presidente condecorou o primeiro-ministro em Belém*, verifica-se que o sintagma *em Belém* é um C4 exigido pelo predicado na primeira das frases, sem o qual ela ficava desviante (**O presidente reside*); mas, na segunda frase, *em Belém* é um S, que se pode livremente adicionar ou retirar (não é desviante *O presidente condecorou o primeiro-ministro*). Estes factos

induzem a concluir que os nomes «complemento» e «suplemento» não designam no fundo categorias sintácticas mas antes aquilo a que poderíamos chamar «funções sintácticas». Dizer coisas como «o sintagma X é um C1» ou «o sintagma Y é um S» é cómodo, mas não muito correcto. Melhor será dizer: «o sintagma X é um C1 na frase F» (ou «na frase F, o sintagma X tem a função de C1») porque X pode, noutras frases, ser um C3, ou um S, etc. Nas frases seguintes, por ex., o sintagma *um dia inteiro* desempenha respectivamente as funções de C1, C2 e S:

(11) *Um dia inteiro* basta.

C1 P1

(12) *O trabalho* durou *um dia inteiro*.

C1 P12 C2

(13) *Ele* ouviu *esse barulho* *um dia inteiro*.

C1 P12 C2 S

Sob o ponto de vista do significado, podem distinguir-se diversos tipos de suplementos. Cada tipo desempenha na frase uma dada função temática, que em geral só surge uma única

vez. A frase seguinte, por ex., é desviante porque nela se encontram dois suplementos com a mesma função temática (que é a indicação do motivo):

(14) **Ele fez isso por amor por causa do orgulho ferido.*

S S

Normalmente, dois suplementos do mesmo tipo só podem estar na mesma frase se forem coordenados (por *e*, *ou*, etc.):

(15) *Ele fez isso por amor e por causa do orgulho ferido.*

S S

É contudo possível — ao contrário do que se passa com os complementos — que uma mesma

função temática ocupe várias posições na frase sem que estas estejam ligadas por coordenação:

(16) *Em 1984, no dia 20 de Setembro, partimos daqui às três.*

S S S

Mas nestes casos trata-se de indicar um único lugar ou ocasião e os diversos suplementos espaciais ou temporais mantêm entre si relações de significado muito específicas, como a relação de subordinação:

Ano → Mês → Dia → Hora

Vamos considerar dez grandes tipos de suplementos. A seguir aos seus nomes, colocaremos expressões interrogativas com as quais se pode perguntar por eles (mas que não são necessariamente as únicas).

Tipos de Suplementos

Espaciais	{ situacionais (<i>onde?</i>): <i>em tua casa, debaixo da ponte.</i>	
	{ direccionais (<i>para onde? aonde? por onde?</i>): <i>para a vila, até aí, pelo atalho.</i>	
	{ de origem (<i>donde?</i>): <i>da montanha, desde Paris.</i>	
Temporais	{ pontuais (<i>quando?</i>): <i>às sete, esta semana, agora, o ano passado.</i>	
	{ frequentativos (<i>de quanto em quanto tempo?</i>): <i>todas as semanas, dia sim dia não, às sextas-feiras.</i>	
	{ durativos (<i>quanto tempo?</i>): <i>todo o dia, duas horas.</i>	
	{ direccionais (<i>até quando?</i>): <i>até à meia-noite, até amanhã.</i>	
Causais	{ de origem (<i>desde quando?</i>): <i>desde ontem, a partir das 3.</i>	
	{ de causa natural (<i>porquê? por causa de quê? de quê?</i>): <i>por chover, devido ao sol, de frio.</i>	
	{ de motivo	{ retrospectivos (<i>porquê? por que motivo?</i>): <i>por ciúmes, de tristeza, por estar só.</i>
		{ prospectivos (<i>porquê? para quê?</i>): <i>para enriquecer, para o progresso nacional, por vingança.</i>
Modais	{ (<i>como?</i>): <i>rapidamente, sem ajuda, depressa.</i>	
Instrumentais	{ (<i>com quê?</i>): <i>com o martelo, com a mão.</i>	
Mediativos	{ (<i>por meio de quê? através de quê?</i>): <i>por meio de um empréstimo, através do estudo, vendendo livros, a trabalhar.</i>	
Condicionais	{ (<i>em que condições?</i>): <i>em caso de roubo, com chuva, se voltar cedo.</i>	
De atitude	{ (<i>apesar de quê?</i>): <i>apesar do calor, infelizmente, talvez.</i>	
Comitativos	{ (<i>com quem?</i>): <i>com o Carlos, comigo.</i>	
Destinativos	{ beneficiativos (<i>por quem?, para quem?</i>): <i>(vou fazer isso) por ele, para a proprietária.</i>	
	{ prejudicativos (<i>a quem? contra quem?</i>): <i>a ela (fez-lhe isso), contra mim.</i>	

Convém notar, relativamente aos suplementos destinativos, que eles podem assumir as formas do pronome pessoal *lhe* e *lhes*, constituindo assim uma excepção ao critério geral segundo o qual estas expressões e as que com elas comutam seriam C3. Frases ambíguas como

(17a) *O António comprou um andar ao sobrinho.*

(17b) *O António comprou-lhe um andar.*

ilustram exemplarmente o que acabámos de dizer. Numa dada interpretação, os sintagmas *ao sobrinho* e *lhe* designam o indivíduo que beneficia com a compra do andar. Neste caso,

ao sobrinho e *lhe* têm a função de suplementos destinativos beneficiativos. Mas, noutra leitura, estas expressões designam a própria pessoa a quem o António comprou o andar (o sobrinho do António ter-lhe-ia vendido um andar): quando assim é, *ao sobrinho* e *lhe* são os C3 de um predicado (*comprou*) que é um P123. Só quando estas expressões são suplementos é que podem ser substituídas por *para o sobrinho* e *para ele*.

Dissemos que os suplementos podem adicionar-se (ou retirar-se) livremente de uma frase, mas há diferenças quanto ao grau de adiciona-

bilidade no que respeita aos vários tipos. Assim, os suplementos temporais e espaciais são geralmente adicionáveis a qualquer frase nuclear. Mas mesmo assim há algumas que não os admitem. É por isso que os diálogos seguintes nos dão uma sensação de estranheza:

(18) 13 vezes 87 são 1131.

Onde?



Nas chamadas frases atemporais, como (18) ou (19), os suplementos espaciais ou de tempo são desnecessários ou não fazem sentido. O caso de (20) é diferente: aqui o que acontece é que, geralmente, quando alguém nos pergunta as horas, pressupomos que ele quer saber as horas «aqui» e «agora», mas parece não ser o que se passa em (20) e daí a nossa sensação de estranheza. Quer isto dizer que em certas situações faz sentido dar indicações mais precisas de tempo e lugar, embora normalmente o «aqui» e o «agora» sejam para nós o princípio primordial de um sistema de coordenadas que serve para nos orientarmos.

Padrões Frásicos

Cada língua tem a sua estrutura própria. O número e o tipo das categorias sintáticas diferem de língua para língua.

Deste modo, cada língua tem a sua classificação de partes-de-frase, que lhe confere uma estrutura básica específica. Estas estruturas básicas são representáveis por meio de padrões frásicos, cujo domínio é um elemento essencial da nossa capacidade linguística.

Os padrões frásicos do alemão.

Podem considerar-se doze padrões frásicos no alemão:

1. Complemento-nominativo + Predicado.

- a. *Der Mann hustet.*
(O homem tosse.)
- b. *Er arbeitet.*
(Ele trabalha.)
- c. *Die Kuh kalbt.*
(A vaca pariu vitelinhos.)

2. Complemento-nominativo + Predicado + Complemento-acusativo.

- a. *Maria liebt den Mann.*
(A Maria ama o homem.)
- b. *Er sieht ihn.*
(Ele vê -o.)
- c. *Mein Vater überlebte meine Mutter.*
(O meu pai sobreviveu à minha mãe.)

3. Complemento-nominativo + Predicado + Complemento-dativo.

- a. *Das Buch gehört dem Mann.*
(O livro pertence ao homem.)
- b. *Die Reise gefällt ihm.*
(A viagem agrada -lhe.)
- c. *Sie folgt ihm.*
(Ela segue -o.)
- d. *Sie glaubt ihm.*
(Ela acredita nele.)

4. Complemento-nominativo + Predicado + Complemento-genitivo.

- a. *Wir bedürfen des Mannes.*
(Nós precisamos do homem.)
- b. *Ich spotte seiner.*
(Eu troço dele.)
- c. *Ich gedenke seiner.*
(Eu recordo -o.)
- d. *Sie enträt deiner Hilfe.*
(Ela dispensa a tua ajuda.)

5. Complemento-nominativo + Predicado + Complemento preposicional.

- a. *Er denkt an den Mann.*
(Ele pensa no homem.)
- b. *Das Mädchen wartet auf ihn.*
(A rapariga espera por ele.)
- c. *Wir achten auf ihn.*
(Nós vigiamo -lo.)

6. Complemento-nominativo + Predicado + Complemento-dativo + Complemento-acusativo.

- a. Die Presse widmete dem Ereignis viele Leitartikel.
(A imprensa dedicou ao acontecimento muitos artigos de fundo.)
- b. Du zeigst ihm die Stadt.
(Tu mostras -lhe a cidade.)
- c. Peter schenkt ihn dem Vater.
(O Pedro oferece -o ao pai.)
- d. Ich melde ihm den Unfall.
(Eu informo -o do acidente.)

7. Complemento-nominativo + Predicado + Complemento-acusativo + Complemento-genitivo.

- a. Mein Bruder beschuldigt den Jungen des Mordes.
(O meu irmão culpa o rapaz do assassinio.)
- b. Ich bediene mich deines Vorschlags.
(Eu sirvo -me da tua sugestão.)
- c. Der Kerl beraubte ihn des Ringes.
(O tipo roubou -lhe o anel.)

8. Complemento-nominativo + Predicado + Complemento-acusativo + Complemento-preposicional.

- a. Er befreite ihn von seinem Verfolger.
(Ele libertou -o do seu perseguidor.)
- b. Paul ermutigte seinen Freund zu dieser Tat.
(O Paulo encorajou o amigo a esta acção.)
- c. Wir baten ihn um einen Besuch.
(Nós pedimos -lhe uma visita.)

9. Complemento-nominativo + Predicado + Complemento-acusativo + Complemento-acusativo.

- a. Der Kritiker nannte den Maler einen großen Meister.
(O crítico chamou ao pintor um grande mestre.)
- b. Er lehrte ihn Deutsch.
(Ele ensinou -lhe alemão.)
- c. Das kostete ihn sein Leben.
(Isso custou -lhe a vida.)

10. Complemento-nominativo + Predicado + Complemento-dativo + Complemento-preposicional.

- a. Einige dankten ihm für seine Arbeit.
(Alguns agradeceram -lhe pelo seu trabalho.)
- b. Wir gratulierten ihm zum Geburtstag.
(Nós felicitámos -lo pelos anos.)
- c. Der Alte drohte ihm mit der Entlassung.
(O velho ameaçou -o com o despedimento.)

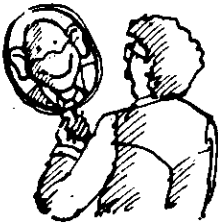
11. Complemento-nominativo + Predicado + Complemento-preposicional + Complemento-preposicional.

- a. *Er sprach zu den Journalisten über die politische Lage.*
(Ele falou com os jornalistas sobre a situação política.)
- b. *Sie kämpften für ihre Rechte gegen die Männer.*
(Elas lutavam pelos seus direitos contra os homens.)
- c. *Der Minister verhandelt mit ihm über den Friedensvertrag.*
(O ministro negocia com ele o tratado de paz.)

12. Complemento-nominativo + Predicado + Complemento-acusativo + Complemento-preposicional + Complemento-preposicional.

- a. *Der Feind verwandelte die Stadt durch die Bomben in einen Trümmerhaufen.*
(O inimigo transformou a cidade com as bombas num monte de destroços.)
- b. *Er sagte zu uns etwas Neues über ihn.*
(Ele disse -nos algo de novo sobre ele.)
- c. *Er übersetzt das Buch aus dem Portugiesischen ins Deutsche.*
(Ele traduz o livro do português para o alemão.)

Há uma maneira ingénua de encarar a tradução que está intimamente relacionada com uma maneira igualmente ingénua — embora muito corrente — de encarar as línguas. E que é esta: as frases de uma língua espelham o



mundo objectivo. Todas as estruturas linguísticas são, segundo este ponto de vista, projecções das estruturas do mundo, que está estruturado de uma dada forma. Sendo assim, existem, para cada elemento e para cada relação vigentes no mundo, exactamente um elemento e uma relação na língua. Verifica-se um homomorfismo, como alguns dizem. E como, de acordo com este modo de ver, cada língua representa da mesma forma a mesma realidade, a tradução é tarefa fácil, consistindo tão-só num processo de substituição unívoco ou numa recodificação das unidades, categorias e estru-

turas de uma língua nas de outra. Na base desta mecânica está simplesmente aquilo a que se poderia chamar uma chave-de-tradução. As correspondências são estabelecidas a partir da estrutura do mundo.

As pessoas que já fizeram traduções sabem que esta maneira de encarar as coisas é falsa. Para começar, as palavras de uma língua não têm correspondência exacta nas palavras de outra. Mas há diferenças ainda mais gerais: muitas das dificuldades e dos erros das traduções, bem como da aprendizagem de uma segunda língua têm a sua origem no facto de a segunda língua possuir outras estruturas e outras categorias. Normalmente, temos três tipos de correspondências entre as regras de duas línguas, que podemos esquematizar assim:

Língua 1	Língua 2
R ₁ —————	nenhuma correspondência
R ₂ —————	R ₂ correspondência aproximada
R ₃ —————	R ₄ várias regras para uma correspondência
	R ₅

É evidente que a comparação das regras de duas línguas exige uma análise pormenorizada

das regras de cada uma dessas línguas. Só depois é que a comparação é possível. A comparação gramatical deixa-nos entrever traços comuns na estrutura e nas categorias de ambas as línguas. Baseia-se na constituição de pares de frases, em que cada par é formado por duas frases de línguas diferentes e que são a tradução uma da outra. A finalidade da comparação é uma descrição ordenada e geral das relações entre as duas línguas.

A análise de frases alemãs, por ex., mostra que em alemão o número e o tipo dos complementos da frase deve ser diferente do que se passa em português. Isto resulta essencialmente da existência, em alemão, de casos (i.e.,

terminações flexionais dos substantivos, adjetivos, pronomes e artigos) que, devido à sua constância, permitem que determinemos os tipos de complementos de acordo com eles. Os casos são quatro: nominativo, acusativo, dativo e genitivo. Pode dar-se uma ideia das diferenças entre eles partindo da expressão nominal *der Mann* (o homem), que ocorre nos primeiros grupos de frases acima, e vendo como a sua forma varia consoante o caso. O pronome pessoal masculino da 3.ª pessoa do singular (correspondente à expressão *der Mann*), que surge igualmente nas frases-exemplo, oferece também uma boa ilustração do que é o caso:

Caso:	Expressão nominal:	Pronome pessoal:
nominativo	<i>der Mann</i> (frase 1a.)	<i>er</i> (frase 1b.)
acusativo	<i>den Mann</i> (frase 2a.)	<i>ihn</i> (frase 2b.)
dativo	<i>dem Mann</i> (frase 3a.)	<i>ihm</i> (frase 3b.)
genitivo	<i>des Mannes</i> (frase 4a.)	<i>seiner</i> (frase 4b.)

Assim, os padrões frásicos do alemão são obtidos do seguinte modo: cada predicado ocorre com um certo número de complementos que, ou se encontram em determinados casos, ou incluem preposições; desta forma, é possível classificar os complementos em complemento-nominativo, complemento-acusativo, complemento-dativo, complemento-genitivo e complemento preposicional; de acordo com o tipo de complementos solicitado pelo predicado, assim se estabelecem os diversos padrões frásicos.

Tem-se tentado fazer corresponder os complementos do alemão aos do português, com a óptima intenção de facilitar a aprendizagem daquela língua. O complemento-nominativo, diz-se, seria equivalente ao complemento sujeito do português, o complemento-acusativo ao nosso complemento directo, o complemento-dativo ao complemento indirecto, etc. No entanto, se de facto estas comparações são lícitas numa certa medida, elas não devem ser

vistas como a tal chave universal para a solução de todos os nossos problemas. Para começar, o complemento-genitivo não tem correspondente em português, o que leva, na maior parte dos casos, a traduzir os complementos-genitivo por complementos preposicionais (geralmente com a preposição *de*: ver, por ex., a frase 4a.); o âmbito daquilo a que se chama «complemento preposicional» torna-se, portanto, diferente em português e alemão. Em segundo lugar, mesmo nos outros casos, nem sempre tais generalizações são válidas. A que parece menos criticável é:

Complemento-nominativo $\longleftrightarrow$ Complemento sujeito

Mas já a generalização:

Complemento-acusativo $\longleftrightarrow$ Complemento directo

está longe de ser adequada. Ela verifica-se nas frases 2a, 2b, 6a, 6b, 6c, 7a, 7b, 8a, 8b, 9b, 9c, 12a, 12b, 12c; contudo, pode acontecer que a um complemento-acusativo em

alemão corresponda um complemento indirecto em português (caso das frases 2c, 7c, 8c, 9a, 9b, 9c) ou um complemento preposicional (frase 6d), etc. Também a generalização:

Complemento-dativo ↔ Complemento indirecto
só em alguns casos é acertada (frases 3a, 3b, 6a, 6b, 6c, 10a), porque noutros corresponde ao complemento-dativo um complemento directo (frases 3c, 6d, 10b, 10c) ou um complemento preposicional (frase 3d) e outros casos são imagináveis. A partir do complemento-genitivo — dada a inexistência de um correspondente em português, como vimos — torna-se difícil fazer uma generalização; é todavia concebível a seguinte:

Complemento-genitivo ↔ Complemento preposicional com *de*
e ela verifica-se em alguns casos (frases 4a, 4b, 7a, 7b) mas não noutros, pois o complemento genitivo pode traduzir-se, por ex., por um complemento directo (frases 4c, 4d, 7c). A última generalização possível seria:

Complemento preposicional ↔ Complemento preposicional
e, embora satisfeita em muitos casos (pelo menos quando formulada de modo assim muito geral, porque se especificássemos as preposições veríamos que a cada preposição do alemão correspondem várias em português e vice-versa), também noutros se observa que o complemento preposicional do alemão pode ter como correspondente um complemento directo (frases 5c, 8c, 11c), ou um complemento indirecto (frase 12b). Pode mesmo suceder que um complemento numa língua não tenha contrapartida na outra, como se mostra no exemplo 1c, onde ao complemento directo português não corresponde nenhum complemento em alemão, visto que o simples predicado *kalbte* já contém tudo o que se quer exprimir com *pariu vitelinhos*.

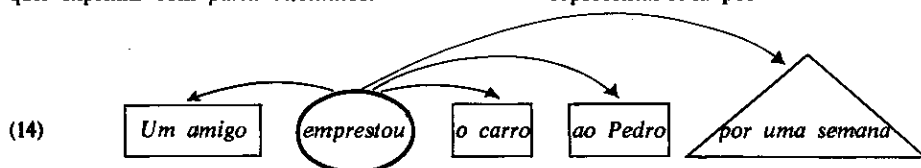
É fácil concluir que seria insensato considerar que o português e o alemão apresentam os mesmos padrões frásicos. Uma das línguas sairia inevitavelmente mal descrita. Pior ainda é tomar uma língua (que se pensa injustificadamente ser superior) como modelo de todas as línguas. Isto foi o que fizeram os velhos gramáticos com o latim, acabando por dar uma descrição distorcida das estruturas das outras línguas.

Se cada língua tem os seus próprios padrões frásicos, isso significa que aquele que aprende a língua contrastivamente não pode aspirar a uma regra geral de tradução, mas tem que aprender, para cada predicado, qual o padrão frásico que lhe cabe. O aluno necessita, portanto, de várias descrições contrastivas. Uma lei universal de tradução não existe. Daí a dificuldade do método contrastivo. Como o sistema frásico do português é bastante menos diferenciado que o do alemão, é natural supor que o falante português que aprende esta língua tenha mais dificuldades.

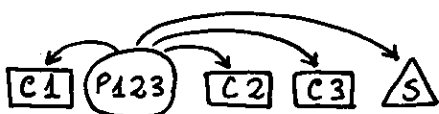
Até agora, usámos dois processos de representação da estrutura frásica: por feixes de setas e por árvores. Para qualquer dos casos vimos ainda duas variantes de representação: numa, que corresponde ao nível mais alto de segmentação, as setas (ou ramos) mostram as relações de dependência entre as partes-de-frase; noutra, que corresponde ao nível mais baixo de segmentação, as setas indicam as relações dependenciais entre os monemas da frase. De acordo com a primeira destas variantes, a estrutura da frase

(13) *Um amigo emprestou o carro ao Pedro por uma semana.*

representar-se-ia por



em que o círculo e os rectângulos enquadram respectivamente o predicado e os complementos, e o triângulo — convenção que só agora introduzimos — enquadra um suplemento. Esta forma de representação serve apenas para esta frase. Há, contudo, a possibilidade de representações mais abstractas, em que as setas (ou os ramos) não ligam partes-de-frase, mas os nomes das funções que estas desempenham: (15)



A uma representação deste tipo dá-se o nome de feixe abstracto (árvore abstracta), por oposição à representação (14), o chamado feixe concreto (árvore concreta). Os feixes abstractos são mais gerais porque representam a estrutura de um número muito grande de frases. Assim o feixe (15) representa não só a estrutura de (13), mas também a de frases como

(16) *O teu irmão dá-nos hoje a prenda.*

(17) *Esta noite os ladrões roubaram-me a casa.*

Já na Unidade 5 tínhamos dado vários exemplos de feixes concretos. Quando estes feixes concretos indicam as relações de dependência entre partes-de-frase, correspondem-lhes feixes abstractos do tipo de (15). E quando os feixes concretos indicam as relações dependenciais entre os monemas da frase, como o da página 51? Será possível fazer-lhes corresponder um feixe abstracto? Sim. Para tal, basta substituir, no feixe concreto, cada monema pelo nome da categoria lexical a que pertence. Nas próximas Unidades daremos exemplos deste tipo de feixes abstractos.

Os feixes abstractos a nível das partes-de-frase são especialmente importantes porque através deles podem determinar-se quais os padrões básicos a que pertencem as frases de uma língua, de acordo com a valência dos predicados destas frases. Os suplementos, por seu turno, como são livremente incluíveis ou excluíveis, não interessam para a classificação dos padrões frásicos.

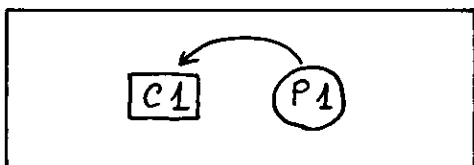
Padrão Frásico

Um padrão frásico é a representação abstracta (por árvores ou por setas) da estrutura de uma frase nuclear segmentada apenas ao seu primeiro nível, i.e., ao nível das partes-de-frase.

Os padrões frásicos (PF) de uma língua são determinados pelos tipos de predicados dessa língua. Mais concretamente: se, por ex., um predicado rege um C1 e um C2, i.e., se tem a valência 12, então as frases que contenham tal predicado pertencem a um padrão frásico que designaremos por PF12. Da mesma forma, um predicado 123 determina o PF 123, etc. É preciso levar em conta que nem todas as combinações possíveis de C são admissíveis: o PF34, por ex., não existe.

Os padrões frásicos do português são os seguintes:

PF1: *O miúdo acordou.*

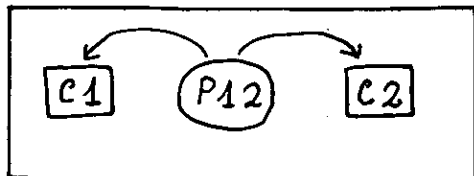


Mais exemplos: *Ele tosse.*

Os rapazes adormeceram.

O Carlos gagueja.

PF12: *Ele vê-o.*



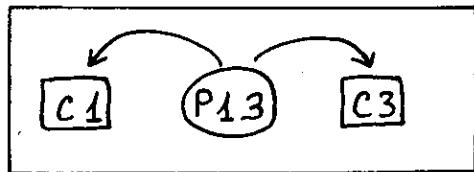
Mais exemplos: *O cão engoliu a pedra.*

O homem alcançou a meta.

Ela ultrapassou a outra.

A modista faz vestidos.

PF13: *O animal obedece-lhe.*

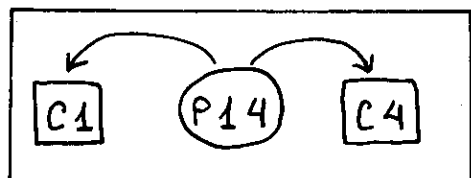


Mais exemplos: O homem sobreviveu à mulher.

Ninguém pertence a ninguém.
Ele sucedeu ao irmão.

A verdade interessa a todos.

PF14: Ela cuida do filho.

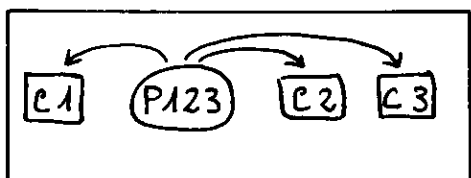


Mais exemplos: Eu desisto disso.

Os meus amigos protestaram
contra a guerra.

Alguns moram em Sintra.
Tu concorraste à vaga.

PF123: O vizinho emprestou o carro ao filho.



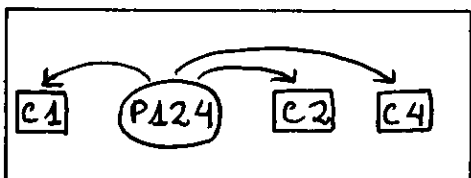
Mais exemplos: Ela deu-lhe um abraço.

Ela deu-lho.

Alguém mostrará Lisboa ao
turista.

A Teresa promete-o à mãe.

PF124: Ele substituiu as velas por lâmpadas.



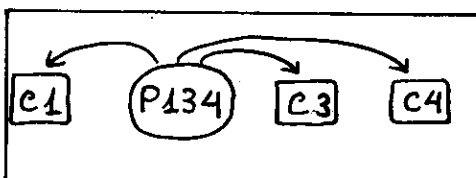
Mais exemplos: Esse homem livrou-o da prisão.

O Mário desafia os outros
para a luta.

O professor dispensou-nos
disso.

Uns indivíduos avisaram-me
do perigo.

PF134: A rapariga perguntou-lhe pelo pai.

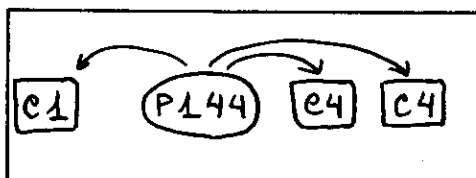


Mais exemplos: Ela falou ao chefe dessa questão.

Você sai à sua tia no feitiço.

Os estrangeiros agradeceram-
nos por tudo.

PF144: Ele conversou com ela sobre isso.



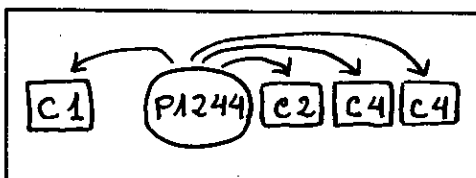
Mais exemplos: Este produto rivaliza com esse em qualidade.

Este amigo discordou do co-
lega nesse ponto.

A Inglaterra negociou com a
Espanha sobre Gibraltar.

Ele intercedeu pelo outro
junto do juiz.

PF1244: Ele traduziu o texto desta língua para essa.



Mais exemplos: O director transferiu-o da secção A para a secção B.

A mulher mudou os móveis
da sala para o quarto.

Ela desloca-o daqui para ali.

Eu apostei com ele muito di-
nheiro na tua vitória.

As frases de que nos servimos para exem-
plificar os padrões frásicos apresentam, em

relação às que ocorrem na prática da comunicação, duas grandes idealizações. A primeira é que nenhuma delas é composta, i.e., nenhuma delas contém mais de um predicado. Todavia, convém notar que as frases compostas são talvez tão frequentes quanto as simples, mas a sua estrutura obedece a princípios gerais semelhantes. A frase composta caracteriza-se por ter mais de um predicado, sendo que cada um deles rege os seus próprios complementos e, eventualmente, suplementos:

P12

P13

(18) *Uns visitaram-no e outros telefonaram-lhe.*

A cada uma destas expressões da frase composta chama-se oração (abreviatura: O). As orações apresentam portanto uma estrutura paralela à das frases simples e, tal como elas, são classificáveis dentro dos vários padrões frásicos. Contudo, a distinção entre frase e oração é pertinente porque muitas orações — ao contrário do que dissemos na Unidade 3 para as frases — não podem ser usadas isoladamente para a prática de actos linguísticos completos. Assim, por ex., se eu apenas enunciar a expressão

(19) *Logo que entrei no edifício.*

não pratiquei ainda qualquer acto linguístico; tal expressão não é portanto uma frase, embora possa ser uma oração, se estiver incluída numa frase:

(20) *Eu chamei a Rita logo que entrei no*

O

edifício.

Dentro da frase composta, as orações apresentam-se sob várias formas. Por exemplo: (i) podem ser independentes, como em (18); (ii) suplementos, como em (20); (iii) complementos, como na frase seguinte:

C1 P12

C2

(21) *Ele disse que nós o incomodávamos.*

O

Ao contrário do que geralmente se passa com as frases, as orações podem não apresentar o verbo na sua forma finita: este pode vir no infinitivo, no gerúndio ou no participio passado:

(22) *Eu fiz isso sem partir nada.*

(23) *Eu andei por aí perguntando por ele.*

(24) *Acabada a aula, saí.*

A segunda idealização de que lançámos mão nas frases-exemplo reside no facto de todas elas se apresentarem com todos os seus complementos. Já vimos porém na Unidade 7 que, na prática da comunicação, um ou mais complementos podem faltar. Assim, para tomar como exemplo a última frase das que exemplificam os PF, poderiam surgir em vez dela (e conforme as situações) frases como

(25) *Apostei muito dinheiro.*

Apostei com ele na tua vitória.

Eu apostei.

Mas a possibilidade de elidir complementos nada altera em relação ao padrão frásico: estas frases também pertencem ao PF1244.

Quando, na comunicação, pretendemos reconstruir um complemento elidido pelo nosso interlocutor, podem em geral dar-se dois casos: (i) a situação comunicativa e o contexto apresentam características particulares tais que nos permitem inferir um complemento específico; (ii) a situação e o contexto são, por assim dizer, «neutros», não se podendo inferir deles nada sobre o complemento elidido. Se, por ex., estivermos perante uma frase como

(26) *Eu vejo bem.*

e nos encontrarmos numa situação e contexto do tipo (i), o complemento elidido — um C2 — é muito específico e depende da situação: pode ser *o homem que me apontaste, a outra margem do rio, a tua avó*, etc. Se, porém, estivermos perante a mesma frase numa situação do tipo (ii), então o complemento elidido tem um carácter geral: é *tudo*, ou *seja o que for*, ou *qualquer coisa*, etc. Mas há ainda um terceiro tipo de casos. Temo-lo na frase

(27) *Esse homem bebe.*

Se ela for dita numa situação «neutra», o C2 que inferimos não é absolutamente geral, como *tudo* ou *seja o que for*: o significado do predicado *bebe* condiciona a nossa interpretação do complemento que falta no sentido de o seu significado ter a ver com o de *álcool*; possíveis C2 seriam assim:

(28) *Esse homem bebe*

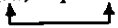
<i>bebidas com álcool</i>
<i>álcool</i>
<i>bebidas alcoólicas</i>



Não se trata portanto em (27) de um novo predicado *bebe*, com valência 1, porque o seu significado mantém-se e há um complemento C2 que pode ser reconstruído.

A elisão de complementos é, em português, especialmente notória no caso dos pronomes pessoais em função de C1 (*eu, tu, ele, ...*). Geralmente, estes pronomes são elididos pela simples razão de que o contexto ou o morfema verbal tornam evidente qual o pronome possível:

(29) (*eu*) Apostei.



Quando o pronome está presente na frase, isso é em geral indício duma particular relevância comunicativa:

(30) A: O Rui apostou em mim.

B: Não, não. *Eu* apostei em ti.

Um fenómeno um pouco diferente oferecem as frases com os chamados verbos meteorológicos (*chove, neva, anoitece, ...*). Nestas frases, não ocorre vulgarmente em português qualquer sintagma a que se possa atribuir a função de C1, de modo que poderíamos pensar que elas não deveriam ser classificadas no padrão frásico PF1. Contudo, há argumentos para esta classificação: (i) em certas variedades do português ocorre ocasionalmente de facto a partícula *ele* (*ele chove, ele nevava, ...*); (ii) o predicado destas frases apre-

senta-se com as terminações verbais típicas da 3.ª pessoa do singular, o que permite postular uma concordância entre elas e a respectiva forma do pronome pessoal:

(31) (*ele*) Choveu.



Este *ele* não tem significado pleno, pois não possibilita a referência a qualquer objecto (não deveríamos até considerá-lo um verdadeiro pronome), mas podemos atribuir-lhe realidade morfológica e sintáctica.

Acontece por vezes que duas (ou até mais) frases com o mesmo verbo podem apresentar complementos em número e/ou tipo diferentes. Considerámo-nos, por ex., a frase acima *Os estrangeiros agradeceram-nos por tudo* como pertencente ao padrão frásico PF134. Pode todavia dizer-se, sem substancial alteração de significado,

(32) *Os estrangeiros agradeceram-nos tudo.*

Onde tínhamos um C4 na primeira frase, passámos a ter um C2 na segunda. Poderíamos assim ser tentados a incluir as frases com *agradecer* em dois padrões, PF134 e PF123. Mas como o significado de *agradecer* permanece o mesmo, melhor será dizer que estamos perante duas variantes do mesmo padrão. Afimar-se-á que, relativamente a *agradecer*, o PF134 tem como variante o PF123, e vice-versa. Podemos também, para representar o padrão frásico a que pertencem ambas as frases, usar uma nova convenção: PF[134,/12,3]. O índice *i* serve para mostrar qual a parte-de-frase que muda de função de uma variante para a outra. Notemos contudo que fórmulas como esta não têm validade geral mas são relativas apenas aos verbos que apresentam as respectivas variantes.

Um outro caso de variantes surge em pares do tipo

(33) O médico relacionou uma coisa com a outra.

C1 P124 C2 C4

(34) O médico relacionou as duas coisas.

C1 P12 C2

As coisas a que nos referimos com duas partes-de-frase com as funções de C2 e C4, respectivamente, na primeira frase passam a ser referidas por meio de uma só parte-de-frase com a função de C2 na segunda frase. As frases com *relacionar* pertencem a um padrão frásico de duas variantes, que se representa por PF[12,4_j/12,3_i]. Os índices *i* e *j* indicam que as referências que na primeira frase eram veiculadas por duas partes-de-frase separadas (C2 e C4) passam a ser veiculadas por uma só (um C2).

As variantes dos tipos que temos vindo a comentar são livres: em relação às frases com estes verbos, o falante pode escolher arbitrariamente qualquer delas. Há todavia casos de variantes cujo uso depende de certas condições. As chamadas variantes condicionadas podem sê-lo geograficamente, por exemplo. O português de Portugal e certas variedades do português do Brasil oferecem várias instâncias disto:

C1	P124	C2	C4
(35)	<i>Você avisou</i>	<i>a mulher</i>	<i>disso.</i>

(36)	<i>Você avisou</i>	<i>isso</i>	<i>para a mulher.</i>
------	--------------------	-------------	-----------------------

C1	P124	C2	C4
----	------	----	----

Com *avisar*, o C2 da frase portuguesa passa a C4 na brasileira e o C4 da portuguesa passa a C2 na brasileira. Pode assim dizer-se que o padrão frásico das frases com *avisar* apresenta duas variantes condicionadas geograficamente, que representamos por PF[12,4_j/12,4_j]. Neste caso, os índices *i* e *j* indicam respectivamente que a parte-de-frase com função de C2 na primeira variante tem função de C4 na outra e que a parte-de-frase que é C4 na primeira variante passa a ser C2 na segunda. (Notemos que esta análise só é válida se partirmos do princípio de que o português de Portugal e o do Brasil são de facto muito próximos e que, por conseguinte, os complementos começados por *para* são C4 tanto em Portugal como no Brasil; há contudo boas razões para supor que, no português do Brasil, os C3 também podem ser introduzidos pela preposição *para*; o sintagma *para a mu-*

lher seria, assim, um C3 e as variantes seriam PF[12,4_j/12,3_i]; a maior plausibilidade de uma ou outra análise é assunto demasiado vasto para poder ser discutido aqui; todavia, o leitor pode notar desde já a constância com que C3 portugueses começados pela preposição *a* correspondem a sintagmas brasileiros introduzidos por *para*: *disse à amiga / disse para a amiga*).

O fenómeno linguístico da variância deve distinguir-se de um outro, que se verifica também entre frases de significado semelhante, como

C1	P12	C2
----	-----	----

(37) *O João faz esqui.*

C1	P1
----	----

(38) *O João esquia.*

Aqui não se pode falar de variância porque os verbos (e, consequentemente, os predicados) das duas frases são diferentes. Devemos portanto, considerar (37) e (38) como pertencendo a dois padrões frásicos diferentes: PF12 e PF1. A relação entre (37) e (38) exemplifica a chamada incorporação de complementos. Fala-se em incorporação de complementos quando aquilo que numa frase se exprime por um predicado e um complemento se pode exprimir noutra frase apenas por um predicado, morfologicamente relacionado com o complemento da primeira frase (*esqui/esquia*). No nosso exemplo, foi incorporado um C2 e nada mais se modificou. Noutros casos, a incorporação de um complemento acarreta alterações relativamente às funções de outras partes-de-frase. Nos exemplos seguintes, foram incorporados os C2 das primeiras frases e, além disso, os C3 destas primeiras frases passaram a C2 nas segundas:

P123

(39) *A prestou apoio a B*

P12

A apoiou B

P123

(40) *A ponte deu beleza à cidade*

P12

A ponte embelezou a cidade

A incorporação de suplementos também é possível:

P12

S

(41) *O operário cortou a tábua com a serra*

P12

O operário serrou a tábua

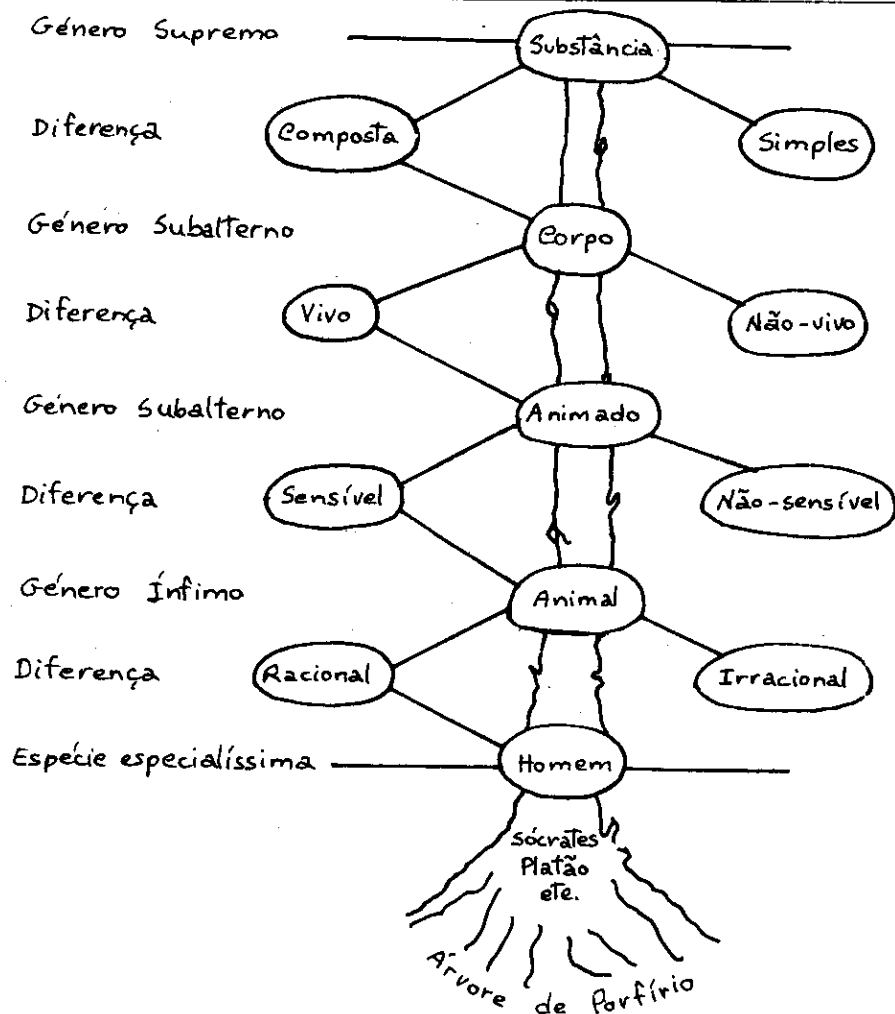
Ao falar, não empregamos todos os padrões frásicos com a mesma frequência. O padrão PF12 é sem dúvida o mais comum. Outros bastante frequentes são o PF14, o PF1, o PF124 e o PF123. Relativamente pouco frequente é, por ex., o PF1244.

Embora as diferentes valências dos predicados tenham a ver com o significado destes, não é possível dar definições semânticas dos padrões frásicos. Pensou-se, por exemplo, que as frases com predicados de um só complemento designavam *processos ou acontecimentos* (i.e., coisas em que as nossas intenções não intervêm como em *Ele adoeceu*) e que as frases do padrão PF12, por seu lado, designavam *acções* (onde está presente a intenção do sujeito, como em *Ele lava as mãos*). Mas é fácil rebater estas generalizações com contra-exemplos. A frase *Ele gesticula* não indica um processo e *Ele trabalha* tão pouco; o melhor contra-exemplo é precisamente *Ele age!* Por outro lado, *Ele ultrapassou os cinquenta anos*, embora pertença ao PF12, não designa uma acção. Estas tentativas têm inevitavelmente que fracassar porque a nossa língua não possui, a par destas estruturas, expressões que fossem tão gerais que pudessem descrever o significado geral destas estruturas.

Formas do Predicado

Nós falamos sobre o mundo do seguinte modo: com certas expressões referimo-nos aos objectos (introduzimo-los como assunto de comunicação) e com outras dizemos algo sobre esses objectos (i.e., predicamos algo deles). O primeiro tipo de expressões são os complementos; o segundo, os predicados. Os predicados são uma classe complexa e, segundo a sua construção, podemos distinguir: predicados simples, predicados nomino-adjectivais e predicados de ligação.





Qual é a composição do mundo? Eis uma pergunta que sempre interessou os homens, que gostam de analisar as coisas e dar-lhes uma ordem. Considera-se geralmente que pôr ordem nas coisas é agrupá-las em gêneros e, depois, ordenar os gêneros. Um gênero é caracterizado por uma dada propriedade, comum a todas as coisas desse gênero.

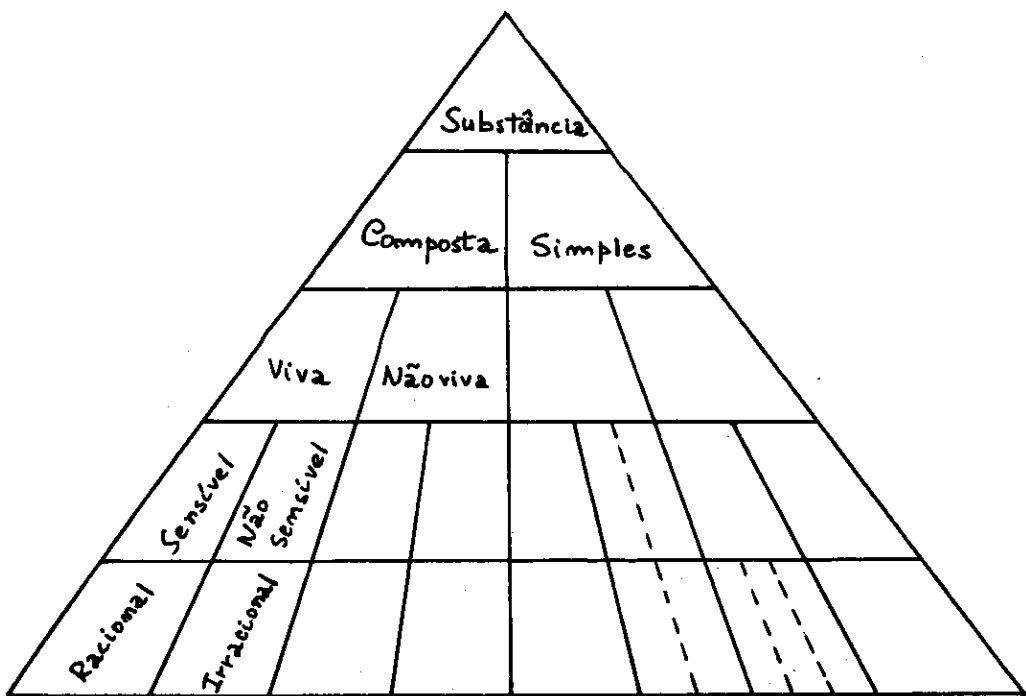
Mas como é que se ordenam os gêneros? De acordo com diferentes critérios. Nos nossos exemplos encontramos a ordenação do tipo «partes-de-um-todo»: a pessoa humana é vista na gravura sob a perspectiva das suas componentes fantasia, razão e sentidos. Ou

então encontramos uma ordenação hierárquica: ainda na gravura, temos o arquétipo e as ideias, que pairam sobre todas as coisas. Também é possível uma ordenação em conceitos, que parte de dois princípios: (1) Para qualquer objecto, é sempre possível dizer se um dado conceito lhe diz respeito ou não («a uma pedra é atribuível o conceito «corpo», mas não o conceito «racional»). (2) Por sua vez, se a um objecto é atribuível um conceito que é particular em relação a outro, então este outro é também atribuível ao objecto («a Platão é atribuível o conceito «homem»; este é um conceito particular em relação a «animal»; logo,

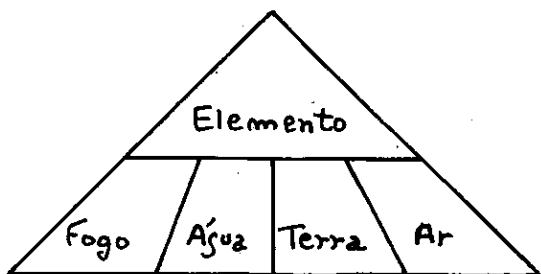
a Platão pode atribuir-se o conceito «animal»). A possibilidade de ordenação de conceitos do mais geral para o mais particular animou o filósofo Porfírio, quando interpretava a obra de Aristóteles, a procurar uma ordenação universal. Daí a famosa árvore de Porfírio: segundo este autor, ela ilustra, para o caso dos homens, quais os conceitos que lhes são aplicáveis, do absolutamente mais geral ao absolutamente mais particular. O conceito mais geral que se pode aplicar a Platão, por exemplo, é o de «substância». Isto é: o que de mais geral se pode dizer de Platão é *Platão é substância* ou *Platão é substancial*. O que se pode dizer de mais particular é *Platão é homem* ou *Platão é humano*, atribuindo-lhe portanto o conceito «homem». Certos conceitos intermédios são-lhe também aplicáveis, como «animado». A cada conceito corresponde um género ou uma espécie. Um género é caracterizado por poder abranger espécies e a espécie por pertencer a um género. Assim, a substância é um género, mas não é espécie,

porque, sendo a categoria mais geral, ela não é abrangida por nenhum outro género: é o género supremo. O corpo é espécie da substância e género do corpo animado. O corpo animado é espécie do corpo e género do animal. O animal é espécie do corpo animado e género do homem. O homem, por fim, é espécie do animal, mas não é género, porque, sendo a categoria mais particular, não abrange outras espécies: é a espécie especialíssima. A característica que nos permite distinguir uma espécie dentre todas as outras possíveis do mesmo género é a diferença. Ser racional, por exemplo, é a diferença que distingue a espécie homem de outras espécies do género animal. (Por outras palavras, o conceito «racional» é apenas atribuível a alguns dos seres que caem sob o conceito «animal»: são exactamente aqueles a que se aplica o conceito «homem»).

Também há quem represente a ordenação que Porfírio deu às coisas de um outro modo: usando a chamada pirâmide dos conceitos, equivalente à árvore:



Esta ordenação parte de dois pressupostos: (i) O mundo pode ser fraccionado sistematicamente em pirâmides ou mesmo numa só pirâmide; (ii) são os conceitos que fraccionam o mundo. Ambos os pressupostos são, contudo, bastante problemáticos. É fácil mostrar, por exemplo, que nós hoje fraccionamos o mundo de um modo completamente diferente do apresentado na gravura antiga. Segundo esta, os elementos eram quatro e podiam ser representados pela pirâmide:



Mas a nossa actual concepção do mundo é muito diferente. As diferenças podem ser tão profundas que nós por vezes evitamos dizer que se trata do mesmo mundo com diferentes construções, mas preferimos afirmar que vivemos num outro mundo. Estas diferenças, ainda para mais, não são só entre as diferentes épocas: pessoas diferentes dividem o mundo de modo diferente. Um árabe dividi-lo-á da mesma forma que um esquimó? O pele-vermelha da mesma maneira que o colono europeu? As divisões podem ser as mais diversas: o que numa pirâmide ocupa um lugar, ocupa vários noutra, e vice-versa; em certas pirâmides pode até haver espaços em branco; noutras, o mesmo conceito pode aparecer em vários locais («baleia», por ex., pode aparecer sob «mamífero» e sob «peixe»), etc.

Consideremos agora o segundo pressuposto: os conceitos dividem o mundo. Isto é uma maneira simplista de falar. Porque, independentemente do que sejam conceitos, não há dúvida de que não podem praticar acções e, portanto, não podem dividir nada. Melhor seria dizer: nós dividimos o mundo por meio de conceitos. Mas como?

O mundo é o conjunto de todos os factos. Os factos, porém, só nos são acessíveis através de frases. Um facto é aquilo que existe quando a afirmação da frase que o exprime é verdadeira. A afirmação de uma frase exige várias acções parciais, nomeadamente — como já vimos — as seguintes: referir-nos a um objecto e deste objecto predicar qualquer coisa.

Estas acções elementares estão relacionadas com determinadas partes-de-frase: o referir com um complemento (ou vários), o predicar com o predicado; e a única maneira de distinguir os objectos consiste em praticá-las. Vejamos: distinguir objectos é agrupá-los em determinados géneros; mas conferir um género a um objecto pressupõe a existência de um predicado que se lhe possa justamente atribuir. Por exemplo: nós podemos referir-nos a um dado objecto, Platão, (estamos a tomar «objecto» num sentido lato) e dele predicar que é humano, ou um corpo animado; diremos então:

- (1) *Platão é humano*
- (2) *Platão é um corpo animado*

Conferimos assim a Platão a pertença ao género humano e ao género dos corpos animados; mas isso só é possível graças às expressões linguísticas *humano* ou *um corpo animado*, que fazem parte do predicado. Temos agora a resposta à pergunta atrás formulada «Como é possível dividirmos o mundo por meio de conceitos?»: em última análise, através de certas expressões linguísticas que fazem parte do predicado. Não devemos dizer que elas *são* o predicado, porque, para termos um predicado completo, é preciso adicionar-lhes por vezes uma forma verbal como *é* (caso das duas frases acima) ou então outros monemas gramaticais como *o em brinco*, etc.

Porém, nem sempre estas expressões linguísticas, a que podemos chamar expressões qualificativas, são parte do predicado. Elas podem igualmente ocorrer como complementos ou partes de complementos. Comparemos:

- (3) *Platão é filósofo*
- (4) *O filósofo Platão descreve a Atlântida*

Estas duas frases têm em comum o facto de, ao serem afirmadas, nós atribuímos a Platão o conceito «filósofo» por meio da expressão *filósofo*; mas esta palavra é, em (3), parte do

predicado, enquanto que em (4) ela é parte do complemento o filósofo Platão.

A capacidade que as expressões qualificativas têm de servir de instrumento do ordenação ou divisão das coisas advém das relações que elas mantêm entre si. Tanto nas pirâmides de conceitos como na árvore de Porfírio, estas relações estão representadas pelo lugar que as expressões ocupam: tudo o que está na mesma linha, exclui-se mutuamente; tudo o que está por baixo está contido no que está por cima. Contudo, estas relações entre expressões qualificativas não são primárias. São derivadas das relações entre frases em cujos predicados essas expressões ocorrem. Assim, o facto de «racional» e «irracional» se excluírem mutuamente é consequência do facto de as frases da forma *X é racional* e *X é irracional* se excluírem mutuamente.

Qual é a composição dos predicados em português? De uma forma geral, os predicados simples portugueses são constituídos por um, dois ou três monemas. Os predicados seguintes, por exemplo, são constituídos por três monemas, que agruparemos nas categorias A, B e C:

- (5)
- | | A | | B | | C |
|---------|------------|---|---------|---|--------|
| (tu) | ↑
dança | — | ↑
va | — | ↑
s |
| | ↓ | | ↓ | | ↓ |
| | canta | — | ria | — | s |
| (nós) | lava | — | ria | — | mos |
| | perdê | — | sse | — | mos |
| (vocês) | parti | — | sse | — | m |

Outros predicados apresentam só dois monemas, como

- (6)
- | | A | | B |
|-------|-----------|---|---------|
| (ela) | ↑
casa | — | ↑
va |
| | ↓ | | ↓ |
| (ele) | vende | — | rá |
| (eu) | fugi | — | ra |
| | come | — | r |

que integram monemas das categorias A e B. As categorias A e C também podem formar predicados de dois monemas:

- (7)
- | | A | | C |
|--------|----------|---|--------|
| (tu) | ↑
ama | — | ↑
s |
| | ↓ | | ↓ |
| (eles) | tece | — | m |
| (nós) | subi | — | mos |

Existem, por fim, predicados de um só monema. Estes são sempre formados com a categoria A:

- (8)
- | | A |
|--------|------------|
| (ele) | ↑
manda |
| | ↓ |
| (ela) | bebe |
| (você) | tosse |

Os monemas da categoria A (*dança*-, *canta*-, *perde*-, *tece*-, *parti*-, etc.) são os verbos (V). Os monemas das categorias B e C (*va*, *ria*, *sse*, *s*, *mos*, *m*, etc.) designamo-los por morfemas verbais (MV). Os morfemas verbais, de acordo com a própria definição do morfema, estão dependentes de outros monemas e nunca ocorrem sem eles; o morfema *mos*, por ex., jamais aparece isolado: surge só na presença de um outro monema (um verbo), do qual depende (*sorrimos*, *andámos*, ...). Os verbos, pelo contrário, são lexemas, porque podem ocorrer isoladamente, não dependendo portanto de qualquer outro monema: sozinhos, podem formar predicados, como já vimos.

Os monemas da mesma categoria excluem-se mutuamente:

- (9) * *mostra* — *mos* — *m*
 * *brinca* — *va* — *rá*
 * *rompe* — *mora* — *r*

Dos morfemas verbais voltaremos a falar na Unidade 13. Acerca dos verbos, vamos acrescentar algo mais. Diremos, para começar, que não chega agrupá-los numa única categoria. É que — tal como os exemplos da Unidade 9 mostram claramente — o verbo é responsável pela valência do predicado a que pertence. Portanto, partimos do princípio que cada verbo tem também uma valência e que os verbos podem assim, conforme a valência, classificar-se em várias categorias lexicais:

Verbos

- V1 {acorda-, tossi-, adoce-, gagueja-,
morre-, nasce-, desmaia-, dormi-,
sorri-, chove-, amanhece-, ...}



- V12 {engoli-, z!cança-, urapassa-, vê-,
faze-, ama-, bebe-, perde-, abri-,
aprende-, descobri-, construir-,
senti-, acaba-, ...}

- V13 {obedece-, sobrevive-, sucede-,

- V14 {cuida-, desisti-, protesta-, mora-,
concorre-, condize-, assisti-,
reagi-, duvida-, consisti-, ...}

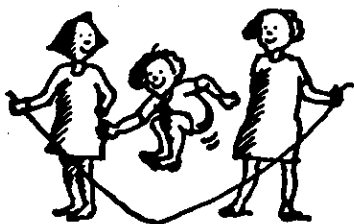


- V123 { *empresta-, da-, mostra-, pr. mete-,
oferece-, pedi-, aconselha-, ...* }

- V124 { substitui-, livra-, desafia-, dispensa-,
avisa-, salva-, afasta-,
convence-, impedi-, protege-, ... }

- V134 {pergunta-, fala-, sai-, agradece-, ...}

- V144 { *conversa-, rivaliza-, discorda-, negocia-, intercede-, concorda-, divergi-, discuti-, ...* }



- V1244 {traduzi-, transferi-, muda-,
desloca-, apostar-, ...}



Em português, é costume enunciar os verbos na sua forma infinitiva (diz-se geralmente *amar, ceder, pedir*, e não *ama-, cede-, pedi-*). Esta forma tradicional de nos referirmos aos verbos não apresenta inconvenientes, desde que nos lembremos que, ao enunciá-los assim, estamos a incluir um morfema de infinitivo:

- (10) Verbo Morfema de

↑ infinitivo

1

$$ama - r$$

code — r

Tal como já fizemos para os padrões frásicos na Unidade 9, também podemos considerar que existem verbos com variantes. É o caso de *aconselha*:

- (11) Nós aconselhámos isso ao Carlos
- Nós aconselhámos o Carlos a isso.
- C1 C2 C3
C1 C2 C4

Nós aconselhámos o Carlos a isso.

Adaptando aos verbos as fórmulas para as variantes dos padrões frásicos, podemos escrever $V[12,3_j / 12,4_i]$ para indicar as duas variantes de *aconselha*. Só se pode falar de variantes de um verbo quando este mantém o seu significado. Quando há alterações semânticas, estamos perante dois verbos diferentes, só que com idêntica fonia:

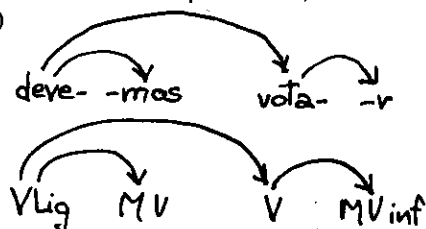
- (12) A avó contou-nos essa história
C1 C3 C2
Nós contamos com você!
C1 C4

Nós contamos com você!

Temos aqui dois verbos *conta-*. Um pertence à categoria V123; o outro é um V14.

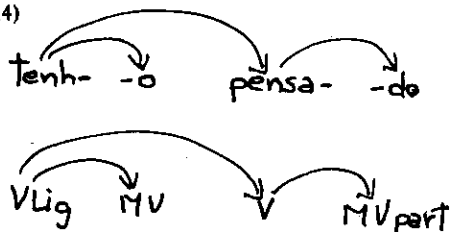
A diferença entre verbo e predicado nem sempre é tida em conta: isso acontece, por ex., quando se designa por verbo todo o predicado. A distinção é todavia importante, porque os predicados mais complexos podem conter dois ou mais verbos, como *devemos votar*. Estes predicados contêm uma categoria especial de verbos, os chamados verbos de ligação (V Lig), que, juntamente com um outro verbo em forma não conjugada (infinitivo, por ex.), podem constituir um predicado. Eis a representação da estrutura dependencial de um predicado deste género (designamos o morfema verbal de infinitivo *r* por MV inf):

(13)



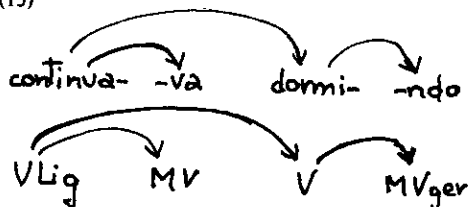
Dentro da classe dos verbos de ligação há por sua vez várias categorias. A par dos verbos que, como *deve*, exigem um morfema de infinitivo no verbo dependente, outros há que ocorrem com um morfema verbal de participio passado (MV part), como *tenho pensado*:

(14)



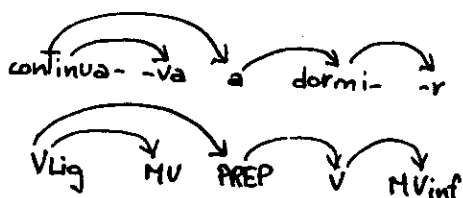
Ainda outros verbos de ligação exigem a presença de um morfema verbal de gerúndio (MV ger) no verbo dependente, como acontece em *continuava dormindo*:

(15)



Finalmente, há verbos de ligação que exigem a existência de uma preposição e de um verbo no infinitivo; neste caso, a preposição estabelece a ponte entre o verbo de ligação e o verbo no infinitivo. Muitos dos predicados com gerúndio são equivalentes a predicados destes com a preposição *a*. *Continuava dormindo*, por ex., equivale a *continuava a dormir*:

(16)



Podemos distinguir assim quatro classes de verbos de ligação; vamos listá-los e apresentar exemplos do seu uso:

Verbos de ligação

| V Lig inf { *deve*, *pode*, *i(r)*, ... }

Exemplos: *deves obedecer*
podíamos nadar
irá trabalhar

| V Lig part { *te(r)*, *sø(r)*, *have*, ... }

Exemplos: *temos estudado*
serás recompensado
havia dito

| V Lig ger { *esta*, *fica*, *continua*, *anda*, *i(r)*, *vi(r)*, ... }

Exemplos: *estava nevando*
ficámos sabendo
continuaste cantando
anda comprando
ia fazendo
vinha dizendo

| V Lig prep { *esta*, *fica*, *continua*, *anda*, *vi(r)*, *te(r)*, *acaba*, *começa*, *para*, *deixa*, *have*, ... }

Exemplos:
estava { *a ver*
de trazer
por fazer
para partir
em crer

ficou	{	a saber
	{	de arranjar
	{	por construir
continuará	{	a ler
	{	por organizar
anda	{	a preparar
	{	por lavar
virá	{	a compreender
temos	{	a acrescentar
	{	de trabalhar
	{	que vencer
acabar	{	de sair
	{	por confessar
começar	{	a falar
	{	por reagir
pára	{	de comer
deixou	{	de escrever
havia	{	de ver

É preciso cuidado com estes predicados complexos porque há certas frases em que eles parecem ocorrer, mas onde uma análise atenta detecta tratar-se de um predicado simples seguido de um complemento ou suplemento. Assim, *acabas a vender*, por ex., não é um predicado complexo, nem *acaba-* é um verbo de ligação na frase *Tu acabas a vender cautelas*, porque esta frase pode ser uma forma elíptica de uma frase com a seguinte estrutura:

(17) *Tu acabas (a vida) a vender cautelas*
C1 P12 (C2) S

Aqui, *acaba-* é um V12 e *a vender* faz parte de um suplemento modal (*como acabou ele?*). Outro caso: *parava para ajudar* também não é um predicado complexo, nem *para-* um verbo de ligação em *Ele parava para ajudar*, que tem a seguinte análise:

(18) *Ele parava para ajudar.*
C1 P1 S

Aqui, *para-* é um V1 e *para ajudar* um suplemento causal (*Parava para quê?*). Vamos dar um exemplo em que o segundo verbo não faz parte de um predicado complexo, mas sim de um complemento:

(19) *Ele pretende sair.*
C1 P12 C2

Pretende sair não é, portanto, um predicado complexo. *Sair* é um C2 exigido pelo verbo *pretende-* (O que é que ele pretende? *Sair.*).

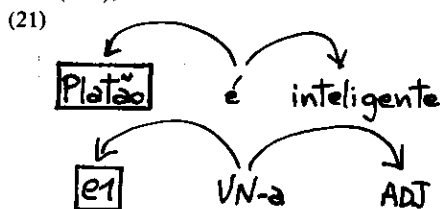
Que este verbo é um V12 é também fácil de ver através do seguinte esquema:

(20) *Ele pretende* { *sair*
C1 P12 { *a tua atenção*
 { *qualquer coisa*
 { *isso*
 { -o
 C2

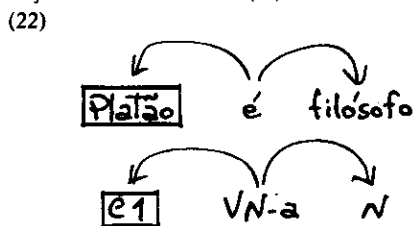
O mesmo acontece em construções onde entram *exigi-*, *promete-* (*exijo ver*, *prometi pagar*), etc.

Podemos concluir assim que os complementos e os suplementos também podem incluir verbos. Nesses casos, esses complementos ou suplementos são geralmente orações: nos nossos exemplos, os suplementos *a vender cautelas*, *para ajudar* e o complemento *sair* são as chamadas orações infinitivas, por terem o verbo no infinitivo. Falaremos mais destas questões nas Unidades 21 e 22.

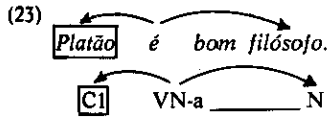
A par dos predicados de ligação há ainda outro tipo de predicados complexos. Na sua forma mais primária, são constituídos por um verbo de uma classe particular, a que se chama verbo nomino-adjectival (VN-a), e um adjectivo (ADJ):



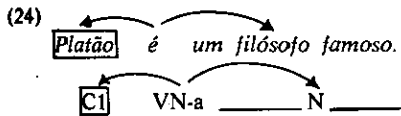
O predicado desta frase é *é inteligente*: compõe-se de um VN-a (*é*) e de um ADJ (*inteligente*). É um P1, porque exige apenas um complemento sujeito (C1) — que é *Platão* — para formar uma frase. Estes predicados podem também ser compostos por um verbo nomino-adjectival e um nome (N):



O predicado da frase é *é filósofo*. Mais uma vez, trata-se de um P1. Outra possibilidade ainda para este tipo de predicados é serem compostos por um verbo nomino-adjectival e um sintagma do qual faça parte um nome, como em



ou em



Nestas frases, os predicados são, respectivamente, *é bom filósofo* e *é um filósofo famoso*. Vemos agora a razão por que chamámos a um verbo como *é* nomino-adjectival: ele forma predicado juntamente com um adjectivo (*inteligente*, por ex.) ou uma expressão nominal (*filósofo*, *bom filósofo*, *um filósofo famoso*, ...). Mas porque não considerar *é* como um verbo normal e *um filósofo famoso* não como parte do predicado mas sim como um vulgar complemento — um C2, talvez. De facto, não há dúvida de que *um filósofo famoso* é um C2 por ex., em:

(25) Ele admira um filósofo famoso
C1 C2

A isto há a responder que esta expressão, na frase (24), não satisfaz as condições habituais para ser considerada um C2; ela não pode ser por ex. sujeito da passiva:

(26) *Um filósofo famoso é sido Platão

Além disso, a expressão *um filósofo famoso* em (24) apresenta uma característica importante que não é típica de um C2: ela comuta, como vimos, com adjectivos como *inteligente*; o mesmo não se passa quando essa expressão é um C2, como em (25); se comutarmos *um filósofo famoso* com *inteligente* em (25), obtemos uma frase desviante:

(27) *Ele admira inteligente

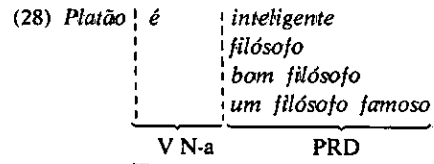
Tudo isto nos leva portanto a não considerar expressões nominais com estas características como C2 mas sim como constituindo, junta-

mente com um verbo nomino-adjectival, um predicado composto de tipo especial, chamado predicado nomino-adjectival. Aos adjectivos ou expressões nominais que, juntamente com verbos nomino-adjectivais, constituem predicados nomino-adjectivais, chamamos predicativos (PRD).

Predicativo

Um predicativo (PRD) é um adjectivo ou uma expressão nominal que, juntamente com um verbo nomino-adjectival (e os morfemas verbais), constitui um predicado nomino-adjectival.

Reunindo os exemplos anteriores, arranjamos vários exemplos de PRD:

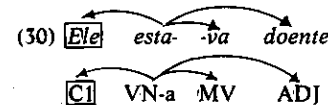


Predicados nomino-adjectivais

Devemos também dar exemplos de outros verbos nomino-adjectivais para além de *ser*: alguns dos mais comuns são *esta*-, *fica*-, *permanece*-, *continua*-, que entram em predicados como:

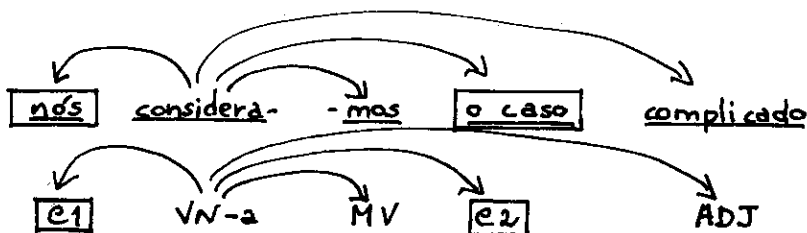
(29) estava doente
está uma linda moça
ficaste bom
permaneceria imutável
permanece ministro
continuam floridos
continuou funcionário público

Estes predicados são P1, o que significa que os verbos nomino-adjectivais que neles entram exigem apenas um complemento, um C1:



Há contudo verbos nomino-adjectivais que exigem mais que um complemento. *Considera*-, por ex., exige um C1 e um C2, o que faz com que os predicados de que este verbo faz parte sejam P12:

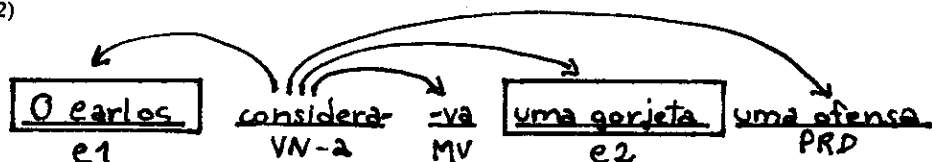
(31)



É fácil ver que *o caso* é um C2: ele é sujeito da frase passiva (*O caso foi considerado por nós complicado*). Também através do teste da

passiva é possível distinguir o C2 do predicativo, quando este é uma expressão nominal; para justificar a correcção da seguinte análise:

(32)



basta mostrar que, enquanto *uma gorjeta* pode ser sujeito da frase passiva, a expressão *uma ofensa* no lugar do sujeito torna a frase passiva desviante; podemos dizer:

(33) *Uma gorjeta era considerada pelo Carlos uma ofensa*

mas não

(34) **Uma ofensa era considerada pelo Carlos uma gorjeta*

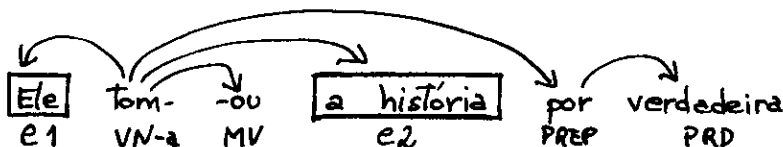
Outros verbos nomino-adjectivais que também regem um C1 e um C2 são *elege-*, *nomea-*, *designa-*, *julga-*, *acha-*, *torna-*:

(35)

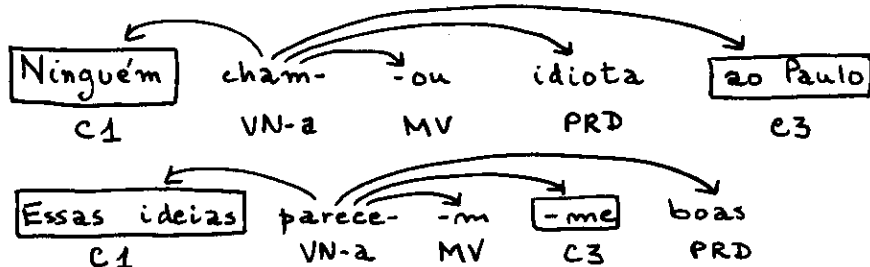
	C1	VN-a	MV	C2	PRD
A assembleia	elege-	-u		o Gomes	presidente
O director	nomea-	-ou	-te		chefe de secção
Eles	designa-	-m		o outro	gerente
Eu	julga-	-va	-te		um bom nadador
Alguns tipos	acha-	-m		esse filme	interessante
Nós	torna-	-mos		as coisas	simples

As vezes, estes verbos empregam-se com uma preposição antes do predicativo, como em:

(36)



Existem ainda verbos nomino-adjectivais que regem um C1 e um C3, como *chama-* e *parece-*: (37)



Podemos agora listar os verbos nomino-adjectivais:

Verbos nomino-adjectivais

VN-a	<i>ser, esta-, fica-, permanece-, continua-, considera-, acha-, julga-, toma-(por), elege-, nomea-, designa-, torna-, chama-, parece-,...</i>
------	---

Antes de acabar este capítulo, convém mencionar ainda uma propriedade muito importante dos verbos de ligação: um verbo de ligação pode reger não só um verbo simples, mas também outro ou outros verbos de ligação. Em

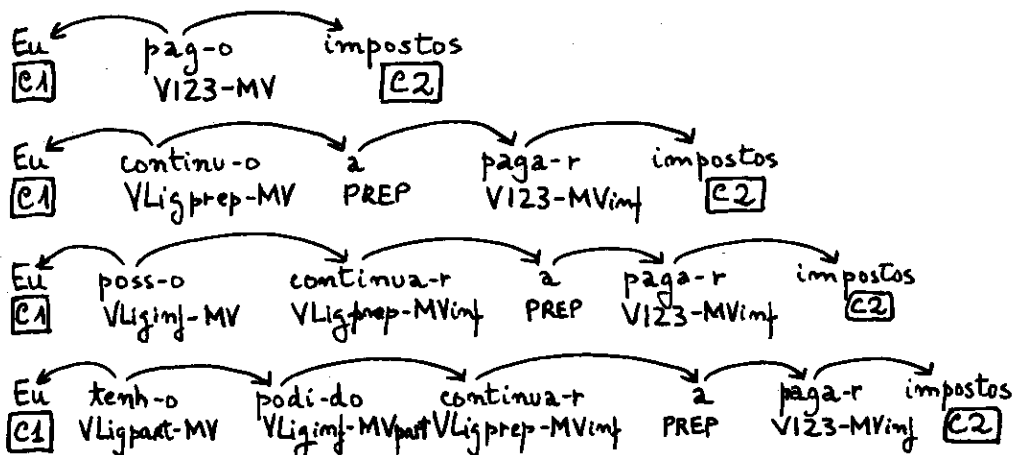
geral, em português, a regra para este género de construções é: o verbo de ligação mais à esquerda rege o verbo de ligação mais à direita; o verbo de ligação mais à direita de todos rege o verbo simples. A estrutura deste tipo de predicados complexos pode ser ilustrada pela análise das seguintes frases, das quais a primeira não tem verbo de ligação e a quarta frase tem três:

(38) *Eu pago impostos.*

Eu continuo a pagar impostos.

Eu posso continuar a pagar impostos.

Eu tenho podido continuar a pagar impostos.



(Para simplificar a representação, não indicámos as relações de dependência dos morfemas verbais). Convém observar duas coisas a propósito das estruturas acima. A primeira é que — paralelamente ao que vimos para a

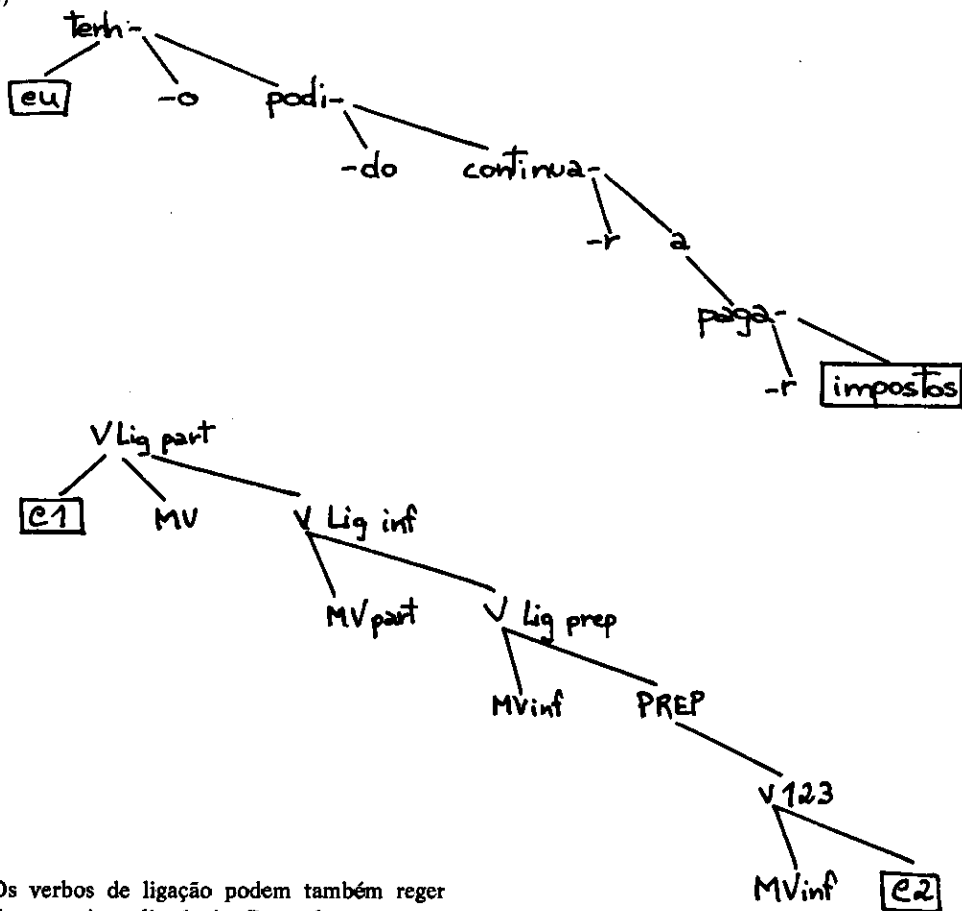
relação entre frase e padrão frásico — um verbo não deixa de pertencer a uma dada categoria por surgir numa frase em que não ocorrem todos os complementos que exige: *paga-*, por ex., é sempre um V123, embora nas fra-

ses acima tenha sido omitido o C3, por ser óbvio (*ao Estado*). O segundo ponto a notar é que, enquanto nas frases só com verbo simples (como a primeira) é este que rege todos os complementos, nas frases com verbo de ligação o C1 passa a ser regido pelo verbo de ligação mais à esquerda. Isto explica-se porque é o morfema verbal deste verbo que concorda em pessoa e em número com o C1:



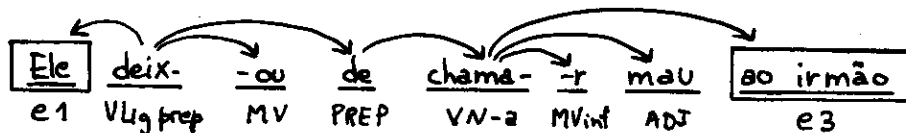
Para as quatro análises acima poderíamos, como é sabido, ter usado árvores em vez de setas. Eis as árvores concreta e abstracta da quarta frase:

(40)



Os verbos de ligação podem também reger verbos nomino-adjectivais. Exemplo:

(41)



Frases como as que temos vindo a observar — com o aparecimento repetido de elementos da mesma categoria lexical que se regem uns aos outros (no nosso caso, aparecimento repetido de verbos de ligação) — são vulgares mas tornam-se por vezes difíceis de compreender. Geralmente são tanto mais difíceis quanto maior o número de repetições. Outra razão por que a compreensão é dificultada

deve-se ao facto de um elemento de uma dada categoria lexical reger um elemento da *mesma* categoria (verbo de ligação rege verbo de ligação, por ex.). A propriedade que uma categoria lexical tem de se reger a si própria chama-se recursividade.

Esquematizemos os três tipos de predicados que focámos:

Predicados		
simples	nomino-adjectival	de ligação
verbo simples, com morfema ou morfemas verbais.	verbo nomino-adjectival, com morfema ou morfemas verbais, e adjectivo ou expressão nominal.	verbo de ligação, com morfema ou morfemas verbais, e verbo simples no infinitivo, particípio passado, gerúndio ou infinitivo regido por preposição.

Formas do Complemento: Grupos Nominais

Na comunicação, a referência aos objectos é feita por meio de complementos. Neste campo, surgem inúmeros problemas de comunicação e mal-entendidos. Para compreender a referência, o interlocutor tem de compreender vários aspectos nela envolvidos. A cada um destes aspectos corresponde uma parte específica do grupo nominal.

(1)

DESCRIÇÃO DO ACIDENTE (referir em especial se: estava parado — ultrapassava — mudava de direcção — sinalizou a manobra — havia sinais de trânsito — limite de velocidade no local)

Fiquei sem visão devido ao sol e quando se deu a origem dum atropelamento quando atravessava a passadeira».

(Transcrição: «Fiquei sem visão devido ao Sol e quando se deu a origem dum atropelamento quando atravessava a passadeira».)

(2)

DESCRIÇÃO DO ACIDENTE (referir em especial se: estava parado — ultrapassava — mudava de direcção — sinalizou a manobra — havia sinais de trânsito — limite de velocidade no local)

Ao Mudar de direcção da Avenida do Infante para a Rua do Favela o Veículo terceiro aproximou-se pela direita e esbateram no lado direito à frente.

(3)

DESCRIÇÃO DO ACIDENTE (referir em especial se: estava parado — ultrapassava — mudava de direcção — sinalizou a manobra — havia sinais de trânsito — limite de velocidade no local)

O veículo A transitava na Auto-estrada N.º 1 Trans. Lisboa e num cruzamento surgiu o veículo B atravessando-se a frente obrigando o veículo A a uma manobra que foi embater no veículo B.

(4)

Senhora Professora:

A porca da minha filha vai ser morta na quarta-feira, por isso não pode ir à escola.

(5)

N.B.: Isto é uma tristeza! Hoje em dia tudo quer ser doutor, parece que é uma obrigação passar pela Universidade. No meu tempo nada disto era assim! Nessa altura não era qualquer parvo que estudava. Na minha terra eu era o sábio.

Dr. B. Teixeira

SR. Director:

- (6) Não foi a miúda filha que empurrou a irmã dessa aluna contra ela. Uma colega dela é que a empurrou a ela !!

Os autores dos textos aqui reproduzidos têm problemas ao escrever. Mais concretamente: ou não é claro a quem se querem referir, ou então a referência é ambígua, podendo dar lugar a interpretações que eles próprios considerariam indesejáveis. As dificuldades ao nível da referência surgem quando o utente da língua (escrita ou oral) não reflecte o suficiente sobre as circunstâncias da sua comunicação e não avalia correctamente o seu interlocutor: não tenta localizar a fronteira entre aquilo que o interlocutor pode já saber e aquilo que vai precisar de saber. Escapá-lhe assim uma estimativa realista de quais são os pressupostos que o interlocutor traz para a comunicação. Em geral, nos nossos exemplos, o problema é precisamente que esta estimativa foi feita por defeito: o autor não se dá conta de que certas coisas que ele sabe sobre a situação que quer descrever, o interlocutor não sabe e não pode, por conseguinte, pressupô-las. O autor parece pensar, muito pelo contrário, que o interlocutor sabe quase tanto como ele acerca da situação a descrever. Isto dá azo por vezes a que o próprio objecto a que se quer referir não seja sequer introduzido na comunicação — como em (1) — ou então a que a referência seja indefinida, permitindo interpretações falsas — como em (2), em que o autor diz que foi ao mudar de direcção que o veículo terceiro se apresentou pela direita, mas não indica quem mudou de direcção.

O curioso neste tipo de textos é que o ouvinte nota que o falante quer dizer algo diferente do que habitualmente estaria a dizer se respeitasse as regras da referência. E nota isto porque com tais enunciados — se forem

interpretados de acordo com as regras normais da referência — se está a dizer coisas notoriamente invulgares, improváveis ou impossíveis. Como o ouvinte ou leitor não tem razões para crer que são coisas deste tipo que o falante ou escrevente tinha em mente, ele vai interpretar os enunciados precisamente como o falante queria.

Os trocadilhos e mal-entendidos que podem surgir ao usarmos complementos são de tal modo frequentes e caricatos que os falantes aprendem, na prática da comunicação, a conhecê-los e a evitá-los. Mas nem sempre o conseguem, como o mostra o nosso texto (6). Ele é uma tentativa desesperada de evitar um mal-entendido: infelizmente com a consequência tragicómica de o poder agravar. A razão para todos estes problemas reside na complexidade do acto de referência e na sua extrema importância para o bom êxito de qualquer comunicação.

O papel fundamental dos complementos consiste no seguinte: como é por intermédio da sua enunciação que se pratica a acção básica da referência, eles são necessários para introduzirmos na comunicação aquilo de que queremos falar. Quando a referência às coisas por meio dos complementos não é bem sucedida, quando o falante não conseguiu definir perante o ouvinte o universo do seu discurso, toda a conversa subsequente é em vão. A prática de outros actos linguísticos fica inibida: não vale a pena nessa situação fazermos, por ex., afirmações ou perguntas porque, sendo a referência imperfeita, o ouvinte não sabe quais são as coisas das quais queremos afirmar algo ou sobre as quais queremos fazer perguntas. Sem dúvida que em casos pontuais um acto

linguístico pode ser bem sucedido sem que previamente o acto de referência o tenha sido, se o interlocutor puder discernir com boa vontade e imaginação de que é que se está a falar. Mas isto também só é possível se o ouvinte tiver como base a referência normal e mesmo assim há sempre uma margem de insegurança. A variedade de problemas comunicativos que uma referência defeituosa suscita está exemplificada nos nossos textos.

Uma diagnose destes problemas só é possível graças a uma análise do acto comunicativo da referência e das expressões linguísticas empregues para o realizar. Por comparação com o acto de predicar, o acto de referir é bastante mais dependente da situação em que se comunica: desempenham um papel importante os pressupostos dos interlocutores, a localização temporal e espacial, o liame social entre os interlocutores.

Para que a referência não dê lugar a mal-entendidos, o falante deve proceder de modo a facultar ao interlocutor a resposta a certas perguntas fundamentais relativas às coisas a que se quer referir, como:

- (1) *quantas?*
- (2) *quais?*
- (3) *de que espécie?*

A cada uma destas três perguntas vai corresponder um aspecto diferente da referência, aspecto esse que se mantém constante independentemente da natureza das coisas a referir (pessoas, estados de coisas, objectos, ideias, etc.). Estes aspectos materializam-se linguisticamente nas várias partes do chamado grupo nominal, a categoria sintáctica que preferencialmente funciona como complemento. Ex.: *todos estes livros*.

- (4) *quantas (coisas)?* *quais?* *de que espécie?*

↑ *todos* ↑ *estes* ↑ *livros*

Partimos assim do princípio de que o significado dos grupos nominais deve conter várias componentes, que correspondem às perguntas. A resposta à pergunta (3), por ex., delimita o domínio a que pertencem as coisas de que se quer falar; a resposta a (2) situa essas coisas relativamente aos interlocutores; e a resposta a (1) informa sobre a sua quantidade.

Quando pensamos em grupos nominais (ou sintagmas nominais) portugueses, ocorrem-nos exemplos como

- (5) *Os homens.*
O carro.
Uns amigos.
As janelas brancas.
Uma história curiosa.
Os operários especializados.

isto é, construções onde surge um nome (*homens, carro, etc.*), acompanhado por uma ou duas palavras que de algum modo o determinam ou restringem, geralmente os chamados artigos e os adjectivos: assim o grupo nominal *o carro* resulta do nome *carro* pela adjunção do artigo *o*, que vem restringir o âmbito das coisas que se têm em mente: o falante que emprega o artigo *o* não está a falar de um carro qualquer mas de um certo carro que esse falante pressupõe que o ouvinte também sabe qual é; os adjectivos vêm contribuir ainda mais para esta restrição: por comparação com *o carro*, o grupo nominal *o carro azul* reduz a classe dos carros identificáveis por falante e ouvinte à classe dos carros azuis identificáveis por ambos, de tal forma que, na comunicação, as possibilidades de confusão diminuem na passagem de *o carro* a *o carro azul*. As classes de palavras que, junto do nome, servem para delimitar aquilo de que se está a falar não são apenas artigos e adjectivos: há outras, como os possessivos (*o meu carro*), os demonstrativos (*este carro*), os numerais (*três carros*), etc. Por vezes, aparecem membros de várias classes num mesmo grupo nominal, o que torna este bastante longo:

- (6) *Esses seus dois carros azuis.*

Todos os meus outros parentes afastados. Seguidamente (página 112) apresentamos uma série de grupos nominais, muitos dos quais propositamente longos (embora possíveis), para que possamos contemplar as classes de palavras que podem integrar um grupo nominal e qual a ordem por que surgem nele.

Esta lista apresenta sete classes de palavras que podem ocorrer à esquerda do nome num grupo nominal e uma que pode ocorrer à direita (o adjectivo).

11 Formas do Complemento: Grupos Nominais

PRÉ-ART	ART	POS-ART (1)	POS-ART (2)	POS-ART (3)	POS-ART (4)	POS-ART (5)	N	ADJ
1) Todos	esses	seus		outros			operários	especializados
2) Ambas	essas	minhas	tais				primas	algarvias
3)	Os	meus		outros	três		livros	encadernados
4)	Aquela	minha	tal				amiga	
5)	Aqueles	meus			cinco	primeiros	dias	
6)	A	sua	tal			segunda	esposa	
7)	Esses				dois	terceiros	prêmios	
8)	Estes	teus			quatro		instrumentos	antigos
9)	Estas	tuas			três	últimas	aquisições	
10)	As	nossas			poucas		riquezas	
11) Todas	as	suas			muitas		obras	
12)	Uns	meus		outros	poucos		sonhos	
13)	Um			outras	tantas		respostas	acertadas
14)	Uns	seus	tais	outros			parentes	
15)	Um				quantas		sugestões	úteis
16)	Essa	sua			muita		coragem	
17)	Um		certo				desejo	
18)			certas	outras			coisas	boas
19)	Nenhuma	minha		outra			ambição	
20)	Algum						facto	notável
21)	Nenhumas			outras			chávenas	
22)	O	meu					trabalho	
23)	A	vossa					ideia	

Debrucemo-nos primeiramente sobre as sete classes à esquerda. A divisão em sete classes obtém-se atendendo às posições que essas classes de palavras tipicamente ocupam no grupo nominal. Para as determinar, atendemos — como é habitual — aos testes da permutação, exclusão e comutação. Deste modo, pode chegar-se à conclusão de que os elementos de uma das classes — a que chamamos artigos (ART) — operam uma divisão nos elementos que podem ocorrer à sua esquerda e à sua direita. Vejam-se os pares seguintes:

(7) *Todos os cadernos.*

* *Os todos cadernos.*

Os meus filhos.

* *Meus os filhos.*

Os tais casos.

* *Tais os casos.*

As cinco atrizes.

* *Cinco as atrizes.*

Por isto, é lícito denominar como pré-artigos (PRÉ-ART) os elementos que só ocorrem à esquerda dos artigos e como pós-artigos (PÓS-ART) os elementos que nunca ocorrem à esquerda dos artigos. Dentro dos pós-artigos, algumas classes são mais flexíveis do que outras e podem eventualmente admitir mais do que uma posição. É o que se passa com PÓS-ART (2) e PÓS-ART (3), que podem permutar entre si: os grupos nominais

(8) *Esse tal outro filme.*

Esse outro tal filme.

equivalem-se sensivelmente, embora se possa admitir que o segundo grupo nominal tem uma aceitabilidade um pouco menor. Outros pares de classes passíveis de permutação são PÓS-ART (1) / PÓS-ART (2), PÓS-ART (1) / PÓS-ART (3), PÓS-ART (3) / PÓS-ART (4) e PÓS-ART (4) / PÓS-ART (5):

(9) *Esse meu tal plano.*

Esse tal meu plano.

Aquele meu outro plano.

Aquele outro meu plano.

As outras três questões.

As três outras questões.

Os cinco primeiros dias.

Os primeiros cinco dias.

É devido a esta mobilidade das classes à direita dos ART que lhes atribuímos o nome comum de PÓS-ART. Uma condição geral para a pertença de dois elementos à mesma categoria é que se excluam mutuamente:

(10) * *Todos ambos os amigos.*

* *As estas prendas.*

* *Esses alguns programas.*

Por outro lado, os elementos da mesma categoria podem comutar:

(11) *Os outros vinhos.*

Alguns outros vinhos.

Uns outros vinhos.

Alguns elementos podem ocorrer não só à esquerda, mas também à direita do nome. Estão neste caso os chamados possessivos [PÓS-ART (1)]:

(12) *Essas tuas ideias.*

Essas ideias tuas.

Nenhuma minha outra ambição.

Nenhuma outra ambição minha.

A posição à direita pode até ser a única aceitável: isso acontece por ex., na presença de elementos como *certos*:

(13) * *Meus certos receios.*

Certos receios meus.

A classificação apresentada tem um fundamento sintáctico. Contudo, se atendermos ao significado dos diversos elementos, podemos estabelecer uma divisão de outra natureza, onde se vislumbram basicamente duas classes: a dos quantificadores (QUANT) e a dos determinantes (DET). Os quantificadores permitem ao falante, que escolheu um conjunto de coisas de que quer falar, referir-se a esse conjunto sob o ponto de vista da quantidade: pode referir-se à totalidade dessas coisas (*todos, nenhum, ...*), a parte delas (*alguns, uns, poucos, ...*) ou a um certo número delas (*um, dois, vinte, ambos, ...*). Os quantificadores são susceptíveis ainda de outras classificações consoante os diversos modos da referência: a referência à totalidade, por ex., é possível pelo lado negativo (*nenhum*) e pelo positivo (*todos*). Os determinantes servem também para precisar a coisa ou coisas a que nos queremos refe-

rir, mas de uma forma diferente da dos quantificadores: podemos, com eles, dar a entender ao interlocutor que se trata de coisas que supomos conhecidas de ambos (essa função cabe aos artigos definidos *os, as, ...*) ou precisar essas coisas relativamente à distância a que se encontram de nós (*este, esse, aquele, ...*), ou precisá-las consoante tenham a ver connosco, com o interlocutor ou com outros (*meu, teu, seu, ...*), etc. Comentemos agora as diferentes classes, servindo-nos da divisão sintáctica:

PRÉ-ART: já acima falámos dos elementos desta classe, que são os quantificadores *todo, todos, ...* e *ambos, ...*, que é, num certo sentido, um numeral, pois o seu uso aproxima-se do de *dois*.

ART: esta categoria integra os artigos definidos (*o, a, ...*), os indefinidos (*um, ...*), os demonstrativos (*este, ...*) e dois dos chamados pronomes indefinidos (*algum, ...; nenhum, ...*). O uso do artigo definido, ao qual já nos referimos acima, é posto em evidência quando comparamos uma expressão que o contém com outra que inclua o artigo indefinido: a diferença entre *uma casa* e *a casa* consiste em que, com a primeira expressão, fornecemos como única indicação o facto de não se tratar de mais de um objecto e, com a segunda, não só facultamos esta indicação como chamamos a atenção do falante para que se trata de um objecto que supomos identificável por ambos (geralmente, um objecto já anteriormente referido na comunicação). Os demonstrativos costumam ser caracterizados em termos de distância espacial relativamente aos parceiros na comunicação: *este livro* é o livro que está perto do falante, *esse livro*, o que está mais perto do interlocutor, e *aquele livro*, o que está distante de ambos. Contudo, não são só estes os usos dos demonstrativos, como podemos ver:

- (14) *Os jogadores rejubilaram; o treinador também. Tanto este como aqueles não esperavam a vitória.*

Aqui, *este* não indica proximidade do falante, mas sim referência à pessoa mencionada imediatamente antes; *aqueles*, por sua vez, indica referência a pessoas que, no discurso, foram mencionadas há mais tempo. E há ainda outros

usos para os demonstrativos. *Algum, ...*, e *nenhum, ...*, por sua vez, são quantificadores; por isso, não permitem a co-ocorrência dos **PRÉ-ART**:

- (15) **Todos alguns estavam bons.*

POST-ART (1). Esta classe é constituída pelos possessivos (*meu, minha, teus, sua, nosso, ...*). Esta terminologia não é muito feliz porque pode levar a pensar que as coisas às quais nos podemos referir com os possessivos são necessária e exclusivamente aquelas que possuímos. Contudo, não é isso que se passa. Com a expressão *o meu barco*, por ex., pode-se querer dizer de facto «o barco que possuo» mas também «o barco que habitualmente apanho», ou «o barco onde trabalho», ou «o barco que construí», etc. Com uma grande parte dos nomes é até difícil imaginar que o possessivo indique uma relação de posse. *A minha mulher*, por ex., não é a mulher que eu possuo (os tempos da escravidão vão longe) mas a mulher que está casada ou vive comigo. Que dizer de *o meu corpo*? Poderei dizer que o corpo é uma coisa que possuo? Quem seria eu se me desfizesse dele? A expressão *as minhas doações* remete flagrantemente não para coisas que possuo mas para coisas que deixei de possuir. Outros bons exemplos são *as tuas faltas* ou *as suas carências*. O que poderemos em geral dizer é que os possessivos se aplicam a coisas que se encontram numa dada relação com o falante (*meu, ...*) com o ouvinte (*teu, ...*) ou terceiros (*seu, ...*), relação essa que pode ser de vários tipos.

POS-ART (2): Esta classe inclui *tal, tais*. Esta palavra tem muitas vezes função semelhante à dos demonstrativos, na medida em que pode servir para dar a entender ao interlocutor que o objecto a que nos queremos referir já foi anteriormente mencionado no discurso. É por isso que — quando ocorre com o demonstrativo — lhe cabe frequentemente uma função meramente enfática: compare-se *esse rapaz* com *esse tal rapaz*. Mas pode ter outras funções: uma delas torna-se particularmente visível quando esta palavra vem precedida pelo artigo indefinido e seguida de nome próprio:

- (16) *Um tal Carlos.*

Quem assim fala dá a entender estar, de um certo modo, impossibilitado de determinar mais precisamente o indivíduo a que se quer referir. A palavra *certo* (...), que também inclui-mos nesta classe, é passível de vários usos. Quando no plural, desempenha por vezes uma função comparável à de *alguns* (...). Ao contrário do adjectivo homófono *certo*, o pós-artigo *certo* está longe de poder ser usado com o significado de *exacto*: quem diz

(17) *Uma vez houve um certo indivíduo que me disse isso.*

pode até estar a dar a entender que não quer ou não é capaz de identificar mais exactamente o indivíduo.

PÓS-ART (3): Pertence a esta classe *outro*, *outros*, ... As condições gerais para o emprego deste determinante são duas: (i) a comunicação diz respeito a um conjunto de coisas, parte das quais já foram referidas; (ii) a expressão *outro*, *outros*, ... permite a referência a objectos da parte restante:

(18) *No testamento contemplou os filhos e os sobrinhos; os outros parentes ficaram de fora.*

PÓS-ART (4): Esta categoria inclui quantificadores. Por um lado, temos os numerais cardinais (*três*, *vinte*, ...), cujo uso pressupõe a possibilidade de uma contagem. Por outro lado, temos palavras cujo uso se prende antes com outro tipo de pressuposições. Dizemos, por ex., que temos *poucos livros* quando o seu número é inferior em relação a uma bitola por nós estabelecida e que se prende geralmente com as nossas expectativas. O número dos livros fica contudo — ao contrário do que se passa com os cardinais — indeterminado na comunicação. O mesmo acontece com *quantos* e *tantos*. Esta última palavra, porém, pode exprimir mais do que *quantos*:

(19) *Fiz-lhe umas quantas perguntas; obtive outras tantas respostas.*

Não sabemos quantas foram as respostas: mas sabemos apesar de tudo que o seu número é igual ao das perguntas. Se soubéssemos o número das perguntas, a palavra *tantas* (associada a *outras*) dar-nos-ia o número das respostas, o que não acontece com *quantas*:

(20) *Fiz-lhe dez perguntas; obtive outras tantas respostas.*

Fiz-lhe dez perguntas; obtive umas quantas respostas.

PÓS-ART (5): Esta classe de determinantes engloba os numerais ordinais (*primeiro*, *segundo*, *terceiro*, ...) e outras palavras como *último*, *penúltimo*, etc. Ao usá-las, pressupomos uma série ou ordem e determinamos aquilo de que queremos falar pela posição que ocupa nessa série. Como a maior parte dos elementos desta classe são numerais ordinais, podemos ser tentados a crer que estamos perante quantificadores e não determinantes. Tal ideia é, todavia, enganosa porque ao dizer, por ex., *o terceiro homem*, não nos estamos a referir a nenhum número de homens, mas sim a um homem através da posição que ele ocupa numa série. Quando muito, podemos afirmar que, ao dizer isto, o falante pressupõe um número de homens, mas não que se refere a ele.

É tempo de ver o que se passa, num grupo nominal, à direita do nome. Em português, esta posição é tipicamente preenchida pelo adjectivo:

(21) *Os cidadãos estrangeiros.*

Três livros emprestados.

Peixe assado.

Alguns cientistas jovens.

Essa rapariga encantadora.

Um escritor conhecido.

Em muitos casos o adjectivo só pode ocorrer à direita do nome. A sua colocação à esquerda dá origem a grupos nominais desviantes. É o que acontece com os três primeiros exemplos acima:

(22) * *Os estrangeiros cidadãos.*

* *Três emprestados livros.*

* *Assado peixe.*

Noutros casos o adjectivo pode ocorrer à esquerda, embora isso acarrete geralmente uma tonalidade diferente de significado; nos três últimos exemplos de (21) verifica-se isso:

(23) *Alguns jovens cientistas.*

Essa encantadora rapariga.

Um conhecido escritor.

Por vezes, a mudança de significado que se opera conforme o adjectivo surge à direita ou

à esquerda é sistemática e regulada por convenções bem definidas:

(24) *Um homem grande.*

Um grande homem.

O número de adjetivos que pode surgir num grupo nominal é indeterminado. São frequentes as construções com dois adjetivos:

(25) *A música portuguesa tradicional.*

Papel branco timbrado.

Uma pequena festa anual.

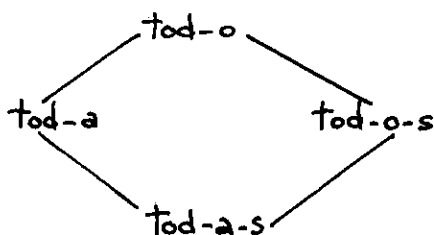
mas o seu número pode ser maior:

(26) *Um rapaz sério, inteligente, trabalhador, competente.*

Aquela vasta, plana, dourada praia.

Depois de esboçada a composição dos grupos nominais, cumpre-nos agora chamar a atenção para uma simplificação de que nos temos servido. Dissemos que *todos*, *estas*, *nossos*, etc., são pré-artigos, artigos, etc., sem nos preocuparmos com a sua segmentação em monemas. Contudo, ela é possível, como o revela a comparação das diferentes formas:

(27)



Isto significa que *o*, *a* e *s* são monemas que não fazem parte do pré-artigo. Este é, de facto, apenas *tod-* (foi seguindo esta ordem de ideias que, na Unidade 10, falámos nos verbos *procurar*, *merecer*, etc., e não nos verbos *procurar*, *merecer*, etc.). Os monemas *o*, *a* são morfemas de género (masculino e feminino), *s* é morfema de número (morfema de plural). Sendo assim, estamos agora em posição de listar as categorias integrantes do grupo nominal, sem mencionar os morfemas que delas dependem. (A categoria dos adjetivos não será apresentada agora, visto que ela será ainda objecto da nossa atenção nesta Unidade).

Pré-artigos, Artigos e Pós-artigos

PRÉ-ART { *tod-*, *amb-* }

ART { *o*, *a*, *est*, *ess*, *aquel-*, *um-*, *algum-*, *nenhum-* }

PÓS-ART { *me-* / *minh-*, *te-* / *tu-*, *se-* / *su-*, *noss-*, *voss-*, *tal*, *cert-*, *out-*, *pouc-*, *muit-*, *tant-*, *quant-*, *dois*, *três*, *primeir-*, *segund-*, *últim-*, ... }

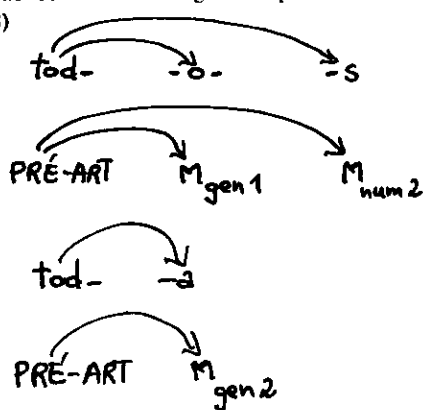
Na classe dos PÓS-ART, as barras (/) ligam variantes do mesmo pós-artigo, com significado comum: assim, tanto *me-* como *minh-* se reportam à 1.ª pessoa do singular embora a primeira variante se use com o morfema de masculino e a segunda com o de feminino (dando *meu* e *minha*).

Nomes

N { *livr-*, *alun-*, *escol-*, *ruíd-*, *lição*, *Inês*, *vizin-*, *liberdade*, *país*, *carr-*, *igrej-*, *subs-tânci-*, ... }

No que diz respeito aos morfemas, que designaremos por M, serão indexados com «gen 1» ou «gen 2», conforme nos queiramos referir ao género masculino ou feminino. Por sua vez, os índices «num 1» e «num 2» indicarão os números singular e plural:

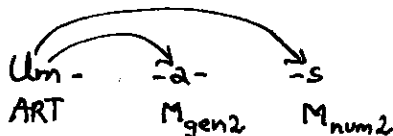
(28)



Pode perguntar-se por que razão, cabendo a *toda* o número singular, não está representado este facto através da presença de M_{num 1}. De facto, alguns linguistas diriam que, em *toda*, o morfema de singular está presente apesar de não ter forma fónica. Nestes casos, costuma falar-se de um morfema-zero, que se repre-

senta pelo símbolo $\emptyset$. Contudo, não é evidente que para procedermos às nossas análises linguísticas tenhamos inevitavelmente que postular morfemas sem forma fónica. Para explicar como um participante na comunicação entende *toda* como singular, basta dizer que ele infere isso da simples ausência de morfema de número plural. Sendo assim, não faremos uso do morfema-zero nas análises que se seguem. O artigo indefinido *um*, por ex., classificá-lo-emos como ART mas não consideraremos que dele dependem um morfema-zero de masculino e um morfema-zero de singular. Antes diremos que é a comparação possível com *umas* (onde estão de facto presentes os morfemas de feminino e plural) que permite ao indivíduo considerar *um* como masculino e singular. *Umas* tem a seguinte análise:

(29)



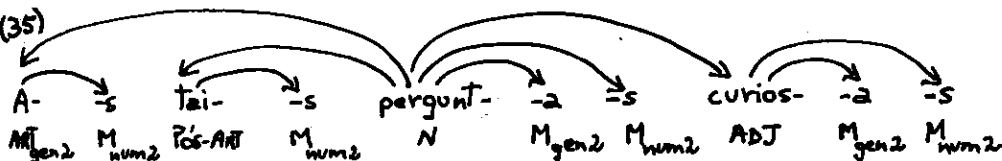
(Nesta figuração, reunimos as representações concreta e abstracta; de futuro, utilizaremos este tipo de esquema com frequência). *Um*, pelo contrário, representá-lo-emos simplesmente.

(30)

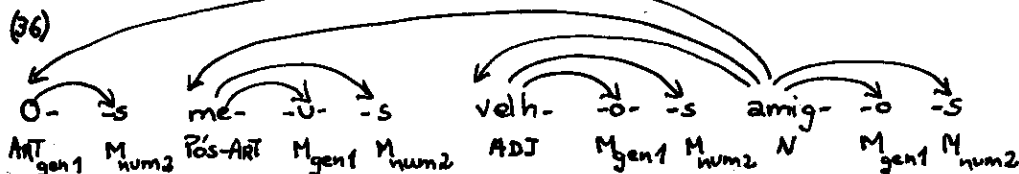
um
ART

Tal como já atrás vimos para os elementos da classe POS-ART (1), também os morfemas podem apresentar variantes. Diz-se que um morfema tem variantes quando há mais do que uma forma fónica que o representa. O M_{gen1} pode, por ex., ser representado por *o*,

(35)



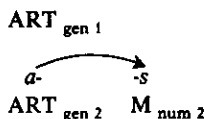
(36)



como em *todos*, mas também por *e*, como no caso dos demonstrativos:

 (31) *est -e -s*
ART M_{gen1} M_{num2}

Nem sempre a análise das relações entre artigos e morfemas é tão clara como nos casos até aqui comentados. Um caso interessante é fornecido pelo artigo definido *o*, *a*, *os*, *as*. Não há dúvida de que o morfema de plural está presente e é *s*. Resta, todavia, o problema de saber que dizer de *o* e *a*. Por um lado, são formas tão simples que não podem ser analisadas em partes. Contudo, sabemos que não basta chamar-lhes apenas artigos, porque a sua oposição mútua permite dizer que uma das formas é masculina e a outra feminina. Para captar esta ideia de que a forma do artigo pode revelar o seu género, indexaremos o símbolo ART com «gen 1» e «gen 2». Os artigos *o* e *as*, por ex., representar-se-ão:

 (32) *o*


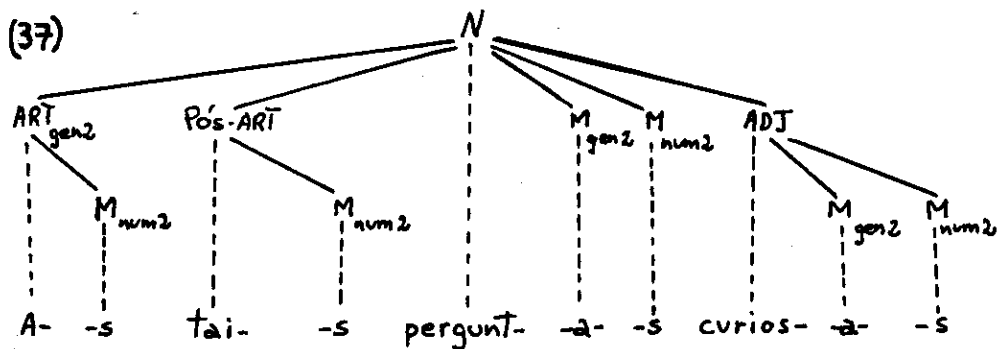
Dentro de um grupo nominal, os morfemas de género e número dependem dos pré-artigos, artigos e pós-artigos. Por sua vez, estes dependem dos nomes. O nome é a cabeça do grupo nominal, i. e., é ele o elemento de nível mais alto, que não depende de nenhum outro e do qual todas as relações de dependência partem. Exemplifiquemos:

 (33) *As tais perguntas curiosas.*

 (34) *Os meus velhos amigos.*

Estas representações são — como já referimos — simultaneamente concretas e abstractas. Consegue-se isso muito simplesmente ao colocar por baixo de cada monema o nome da categoria lexical a que pertence. Também a representação por árvores permite reunir o con-

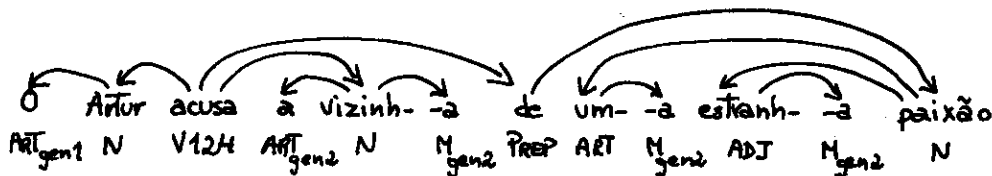
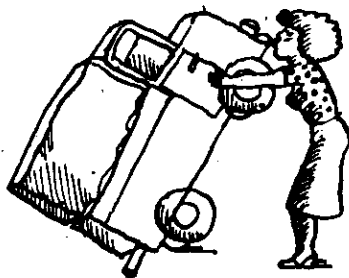
creto e o abstracto. Neste caso, apresenta-se uma árvore abstracta e projectam-se, a partir dos nós da árvore, linhas tracejadas que conduzem aos respectivos monemas. Uma árvore deste tipo para (33) seria:



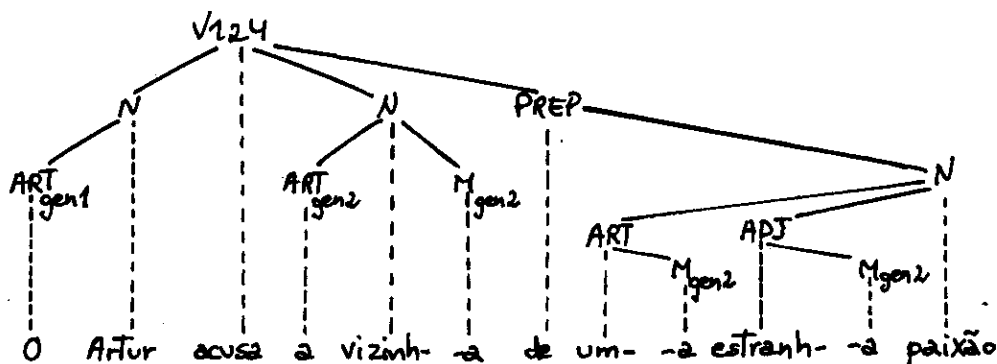
A representação abstracto-concreta pode também ser aplicada à análise das frases. Neste caso, a parte abstracta da representação serve para todas as frases que tenham a mesma estrutura da frase em análise.

Exemplos:

(38) O Artur acusa a vizinha de uma estranha paixão.

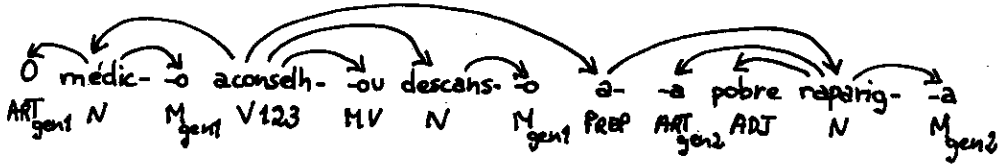


Em árvore:



Outra frase:

(39) O médico aconselhou descanso à pobre rapariga.



Neste exemplo, analisámos a forma *à* como a contracção da preposição *a* com o artigo *a*; só isso nos permitiu oferecer uma descrição dependencial completa.

Os grupos nominais até agora referidos, apesar do variado número de classes de palavras que deles pode fazer parte, são considerados simples. Outros há com estrutura mais complexa: pode acontecer que um grupo nominal seja constituído, por seu turno, por mais de um grupo nominal. O grupo nominal *A grande paixão da minha vizinha* é composto pelos grupos nominais *a grande paixão* e *a minha vizinha*, ligados por *de*. Esta preposição está dependente do nome do primeiro grupo nominal e, por sua vez, faz depender de si o nome do segundo grupo nominal. Assim se explica, por um lado, a sua função de ligação e, por outro, a dependência do segundo grupo nominal em relação ao primeiro. A estrutura geral de um

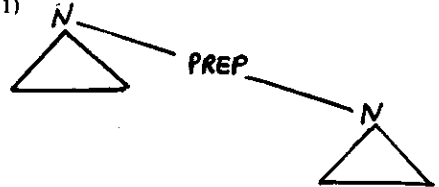
grupo nominal como este, composto por dois grupos nominais simples, é, portanto:

(40)



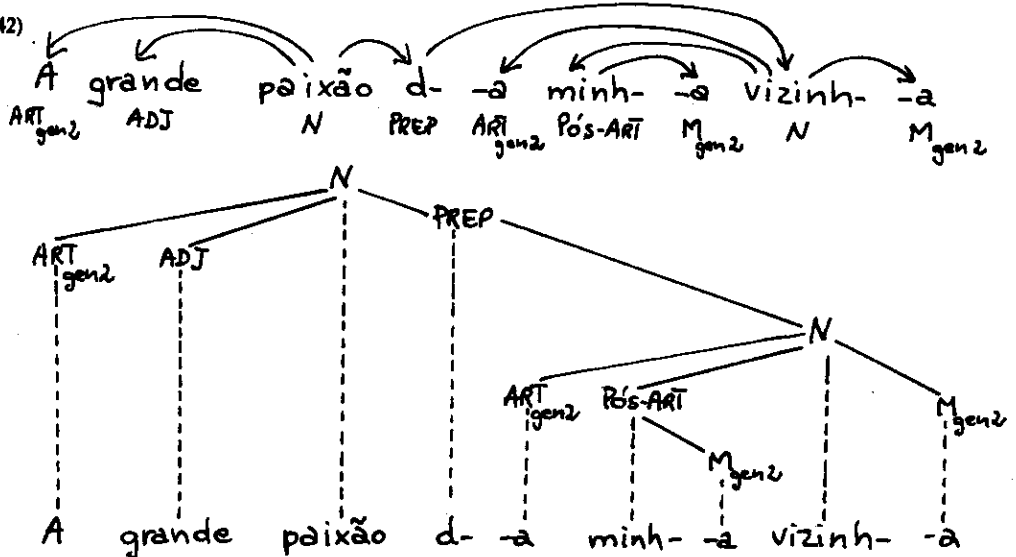
ou, de forma equivalente:

(41)

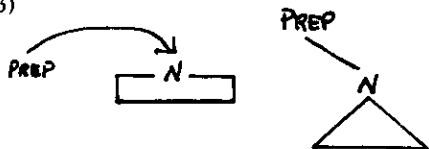


As caixas da representação por setas e os triângulos da representação por árvores simbolizam quaisquer grupos nominais, independentemente da sua estrutura interna. No caso que nos serve de exemplo, temos a seguinte estrutura dependencial:

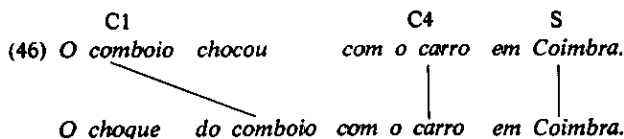
(42)



Um grupo nominal composto como este pode ser visto como a união de duas construções: um grupo nominal dominante (*a grande paixão*) e um grupo preposicional dele dependente (*da minha vizinha*). Um grupo preposicional é uma construção da qual fazem parte uma preposição e um grupo nominal (que a preposição domina). A sua estrutura geral é:

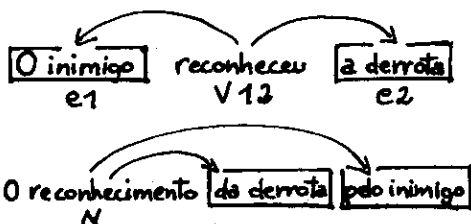


Num grupo nominal composto, os grupos preposicionais dependentes não são todos do mesmo tipo. Alguns têm um carácter de necessidade, a sua ausência pode provocar dificuldades na comunicação. Por ex., ao dizer simplesmente *O choque* não fica claro de que choque se trata. Tal informação é fornecida

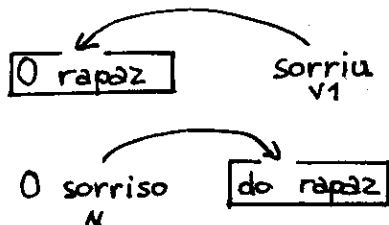


Outros nomes em relação aos quais se poderá falar de complementos são, por ex., *reconhecimento* e *sorriso*:

(47)



(48)



por dois grupos preposicionais dependentes: (44) *O choque do comboio com o carro*.

Na comunicação, estes grupos preposicionais são indispensáveis se os interlocutores quiserem saber do que se está a falar.

Pelo contrário, outros grupos preposicionais têm um carácter acessório; a sua presença serve apenas para precisar aquilo de que se está a falar. É o caso de *em Coimbra* em:

(45) *O choque do comboio com o carro em Coimbra*.

Se atendermos à distinção que fizemos entre complementos e suplementos, somos tentados a considerar *do comboio* e *com o carro* como uma espécie de complementos do nome *choque* e *em Coimbra* como um suplemento do mesmo nome. Esta nossa hipótese é fortalecida pelo facto de podermos relacionar o grupo nominal composto *o choque do comboio com o carro em Coimbra* com uma frase em que *o comboio* e *com o carro* são precisamente complementos e *em Coimbra* é um suplemento:

Quando um grupo nominal composto é constituído por dois ou mais grupos preposicionais, é preciso ter em conta que relações estes mantêm entre si. Geralmente, dois casos se podem dar. O primeiro — por nós já exemplificado — pode caracterizar-se assim:

(i) Os grupos preposicionais são independentes entre si. Isto pressupõe que um mesmo nome rege directamente os grupos preposicionais:

(49)



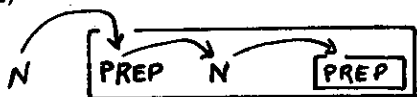
Neste caso, os grupos preposicionais são todos complementos ou suplementos do mesmo nome.

Pode ainda dar-se um segundo caso:

(ii) Um grupo preposicional inclui outro. Há, portanto, um nome que rege o grupo preposicional maior; a preposição deste grupo

maior rege um segundo nome, que rege, por sua vez, o grupo preposicional menor:

(50)



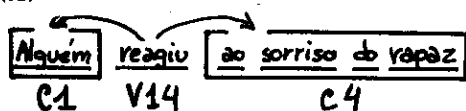
Neste caso, o grupo preposicional maior é complemento ou suplemento do nome mais alto; o grupo preposicional menor é complemento ou suplemento de um nome que depende indirectamente do primeiro.

Este segundo caso precisa ainda de ser exemplificado. Para isso, basta pensar na construção que resultaria da adjunção de *reação* a ao grupo nominal, já por nós comentado, o *sorriso do rapaz*:

(51) *A reação ao sorriso do rapaz.*

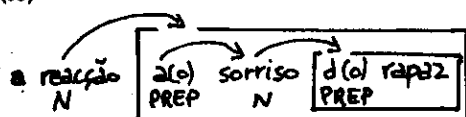
Nesta construção, o *sorriso do rapaz*, como um todo, é um complemento de *reação*. Isso comprova-se atentando na frase de que deriva este grupo nominal:

(52)



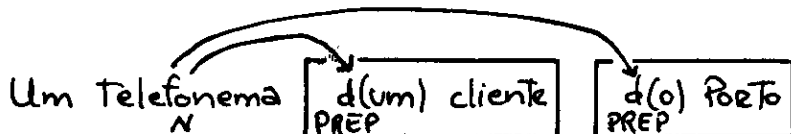
Este grupo nominal teria, assim, uma estrutura que corresponde ao caso (ii):

(53)



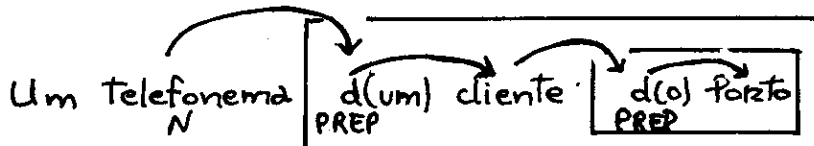
O grupo preposicional mais pequeno é complemento de *sorriso*, o grupo preposicional

(56a)



Para a interpretação (b) temos a estrutura:

(56b)



maior é complemento de *reação*. Este nome pode ainda apresentar um outro complemento, correspondente ao C1 da frase (52): (*A reação de alguém* (ao sorriso do rapaz)).

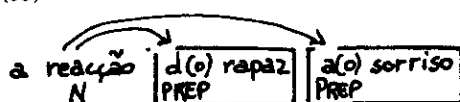
É interessante ver que a estrutura de *a reação ao sorriso do rapaz* é completamente diferente da de *a reação do rapaz ao sorriso*. Como a frase correspondente a este último grupo nominal é

(54)



a estrutura deste grupo nominal é portanto

(55)



que exemplifica, mais uma vez, o caso (i): os dois grupos preposicionais, independentes entre si, são os complementos de *reação*.

Sucede por vezes que se podem atribuir dois significados diferentes à mesma expressão nominal. Um exemplo é fornecido por

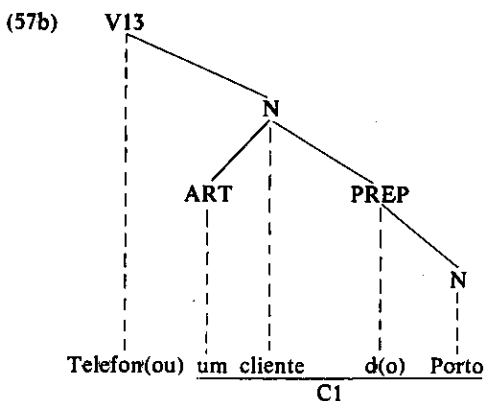
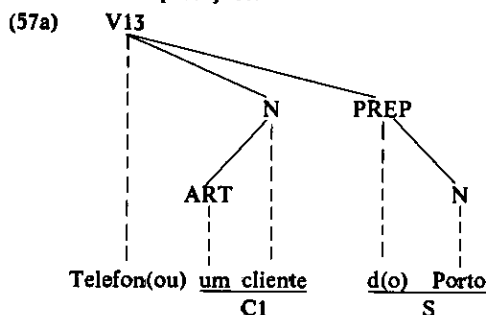
(56) *Um telefonema dum cliente do Porto.*

que é o grupo nominal que corresponde a uma frase já mencionada na Unidade 4 (página 37). As duas interpretações possíveis para (56) são: (a) um telefonema de um cliente, feito a partir do Porto; (b) um telefonema de um cliente que é do Porto. Em casos como este, as duas estruturas internas que referimos para o grupo nominal composto permitem reflectir cada uma das interpretações. A interpretação (a) corresponde a análise estrutural

As expressões como (56), que têm dois ou mais significados diferentes, aos quais correspondem outras tantas diferentes estruturas, chamamos expressões estruturalmente ambíguas. Não são só os grupos nominais que podem ser ambíguos. As frases também podem, como por ex. a que corresponde ao grupo nominal que temos estado a analisar:

(57) *Telefonou um cliente do Porto.*

A ambiguidade estrutural desta frase reside em lhe poderem ser atribuídas as mesmas interpretações (a) e (b) que vimos para o grupo nominal. Vejamos então — usando a representação arbórea, simplificada onde possível — quais as estruturas dependenciais que reflectem estas interpretações:

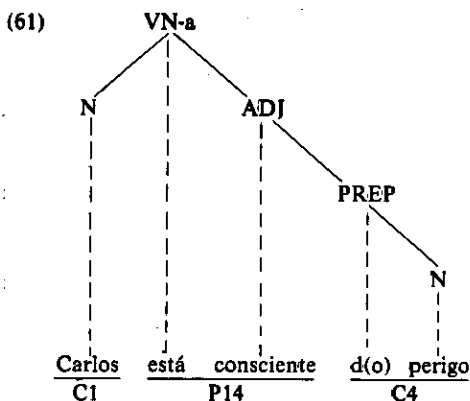
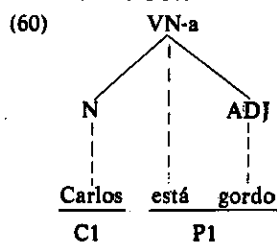


Levantámos a hipótese de os nomes serem susceptíveis de reger complementos. A mesma hipótese pode ser aventada em relação aos adjetivos. Comparemos, por ex., *gordo* e *consciente*:

(58) *Carlos está gordo.*

(59) *Carlos está consciente do perigo.*

O adjetivo *consciente* — ao contrário do que sucede com *gordo* — rege um grupo preposicional (*do perigo*), que tem carácter de complemento, já que é o próprio significado do adjetivo que determina a sua presença. Conforme os complementos que regem, os adjetivos influenciam a valência dos predicados de que fazem parte. Assim, enquanto o predicado *está gordo* é um P1, o predicado *está consciente* é um P14:



De acordo com a interpretação (a), *um cliente* é um C1 do predicado *telefonou* e *do Porto* é um suplemento espacial. Na interpretação (b), o C1 de *telefonou* é todo o grupo *um cliente do Porto* e, dentro desta expressão, *do Porto* é um suplemento do nome *cliente*.

Como em ambas as frases é o mesmo verbo nomino-adjectival que ocorre (*está*), a diferente valência destes dois predicados explica-se pela diferente valência dos adjetivos. Diremos portanto que *gordo* tem valência 1 (ou que é um ADJ1) e que *consciente* tem valência 14 (ou

que é um ADJ14). Estas duas categorias de adjectivos são sem dúvida as mais frequentes em português. Mas há outras, como mostra a lista seguinte.

Adjectivos

ADJ1 { grande, verde, rápido, estranho,
gordo, municipal, ... }

Ex.: Essa casa é grande

C1

ADJ13 { caro, querido, indiferente, agradável,
vel, penoso, ... }

Ex.: Tudo é indiferente a esse homem

C1

C3

A tua amizade é-me cara

C1

C3

(62) Ele considera o Carlos superior ao Manuel em velocidade.

C1

C2

C3

C4

Quando os adjectivos fazem parte do predicado e dependem de verbos como *ser*, *estar*, etc., dizemos que têm função predicativa. Nesta Unidade vimos também que os adjectivos podem ocupar uma posição diferente: como fazendo parte de grupos nominais e estando dependentes de nomes. Dos adjectivos que estão nestas condições diz-se terem função atributiva. Salvo algumas excepções, todos os adjectivos podem ter ambas as funções. Os adjectivos em função atributiva não alteram o padrão frásico das frases em que se incluem. Entre as frases com adjectivo predicativo e os grupos nominais correspondentes com adjectivo atributivo existe uma grande afinidade de significado:

(63) O touro é bravo: o touro bravo.

Isto não quer dizer que ambas as construções tenham o mesmo significado, o que não seria possível porque uma é uma frase e a outra apenas parte de uma frase. Enquanto que com o adjectivo como parte do predicado se afirma qualquer coisa, no caso do adjectivo pertencente ao grupo nominal não se afirma do touro que ele é bravo: o que se faz com o adjectivo atributivo é reduzir a classe das coisas a que nos queremos referir, passando de touros a

ADJ14 { consciente, capaz, pronto, digno,
merecedor, culpado, inocente, de-
pendente, ... }

Ex.: Tu és capaz disso

C1

C4

ADJ134 { grato, deveror, agradecido, supe-
rior, inferior, ... }

Ex.: O cliente ficou grato ao empregado

C1

C3

pela atenção

C4

Quando o verbo nomino-adjectival de que o adjectivo depende já rege ele próprio um complemento, isso pode dar lugar a novos padrões frásicos para além dos já estudados na Unidade 9. É o que se passa com o verbo *considera* junto de um adjectivo como *superior*: formam frases do tipo PF1234:

touros bravos. Pode acontecer não existir coisa alguma dentro de uma classe, como em *quadrado circular*. Por isso, não é correcto dizer que uma expressão destas é falsa. Falsa só pode ser a frase

(64) Este quadrado é circular.

Com um grupo nominal vazio, podem contudo construir-se frases verdadeiras:

(65) Nunca vi um quadrado circular.

A estreita relação de significado entre as construções com adjectivo predicativo e adjectivo atributivo poderia descrever-se por meio de uma — assim chamada — transformação. Uma transformação seria uma operação gramatical que, neste caso, permitisse relacionar a construção *o touro é bravo* com a construção *o touro bravo*. A forma a dar a esta operação dependeria daquilo que concebêssemos como sendo uma transformação. Poderíamos concebê-la como uma operação que relacionasse uma construção, considerada primitiva, com outra, tomada como derivada; ou então como uma operação que relacionasse uma estrutura sintáctica primitiva abstracta e comum às duas construções com estas mesmas construções. Seja como for, a introdução de um conceito de transformação numa gramática deve obede-

cer a critérios claros e depende muito do tipo de sistema ou modelo gramatical em que a queremos inserir. Por isso, o que num modelo de gramática pode ser descrito por transformação pode, noutro modelo, ser descrito sem ela. Relativamente a muitas transformações, as opiniões dos gramáticos divergem. Muitos deles, por ex., não estariam de acordo em relacionar construções como as de (63) por meio de uma transformação. Os motivos podem prender-se precisamente com o facto de uma ser uma frase e a outra não. Mas, por outro lado, também se poderia argumentar no sentido de ligar por transformação não só as construções de (63), mas ainda uma terceira, de significado semelhante às duas primeiras e muito típica do português:

(66) *O miúdo é teimoso* —> *o miúdo teimoso*
—> *o teimoso do miúdo.*

Chegaríamos assim a um grupo nominal em que o monema regente seria o adjectivo (*teimos-*) e não o nome, mas a eventualidade de construções deste tipo não nos deve espantar, pois já vimos, ao tratarmos da valência dos adjectivos, que estes podem reger grupos preposicionais.

A ideia de transformação pode servir para explicar de forma plausível construções nominais do tipo de

(67) *Alguns desses alunos.*

Uma das tuas colegas.

Nenhum desses homens.

em que entram expressões como *alguns de*, *uns de*, *nenhuns de*, ..., que são por vezes incluídas na classe dos quantificadores. E não há dúvida que elas têm função de quantificação, como se vê pelo paradigma que constituem com o quantificador *todos*, ...:

(68) *Todos* | *os objectos.*

Alguns d | *os objectos.*

Nenhum d | *os objectos.*

Contudo, não é claro por que razão as deveríamos incluir na classe dos quantificadores, ao mesmo nível dos nossos já conhecidos *todos*, *alguns* e *nenhuns*. Tal decisão acarretaria uma redundância desnecessária. Preferível seria talvez explicar a função quantificadora destas expressões como consequência de elas se poderem relacionar por transformação sintáctica

com outras construções em que entram os quantificadores (esses, sim, primitivos) *alguns*, *nenhuns*, ... Mais concretamente, o que queremos dizer é que, na base de uma construção como

(69) *Alguns desses alunos* (são excepcionais).

estaria estoutra, com o mesmo significado:

(70) *Alguns alunos_x desses alunos_x* (são excepcionais).

Para poder dizer que ambos os grupos nominais têm o mesmo significado, convém explicitar em que sentido tomamos (70): o nosso propósito ao enunciar (70) seria partirmos de uma totalidade de alunos (expressa por *desse alunos_x*) e escolhermos referir-nos a uma parte dela (com a expressão *alguns alunos_x*). O índice *x* serve precisamente para indicar que os alunos a que nos referimos com *alguns alunos_x* estão incluídos no conjunto dos alunos a que nos referimos com *desse alunos_x*. Sob esta interpretação, (70) equivale também à seguinte construção:

(71) *Desse alunos_x, alguns alunos_x* (são excepcionais).

O índice comum *x* é condição necessária para que a transformação se possa aplicar. E ela não faz mais do que permitir a elisão da primeira ocorrência de *alunos_x*, em (70), obtendo-se (69); por uma outra transformação, poder-se-ia elidir, também em (70), a segunda ocorrência de *alunos_x*, dando origem a

(72) *Alguns alunos desse* (são excepcionais).

É fácil de ver que um processo transformacional deste tipo explicaria também a construção (73) *Desse alunos, alguns* (são excepcionais). A transformação sintáctica que esboçámos pode ser aprofundada e tornada mais geral, de forma a contemplar casos em que a preposição *de* é precedida por um membro das classes dos PÓS-ART, como em:

(74) *Muitos desse alunos.*

Quatro desse alunos.

ou por mais de um elemento:

(75) *Nenhum outro desse alunos.*

Uns poucos desse alunos.

Formas do Complemento: Pronomes e Orações- -Complemento

Para além dos grupos nominais, também os pronomes e as orações-complemento podem funcionar como complementos. A referência às coisas por meio de pronomes está fortemente dependente da situação e do contexto em que o acto de fala toma lugar. Os pronomes pessoais são particularmente importantes para a comunicação: são eles que estruturam a situação comunicativa e permitem uma referência relativamente imediata, sem pressupostos.

Excerto de uma carta do marido à mulher:
«Querida Mariquinhas, sê boazinha e manda-me as tuas pantufas! É claro que o que eu quero dizer é as minhas pantufas e não as tuas. Mas se eu escrevesse «as minhas pantufas», tu ias pensar que eu queria as tuas pantufas. Por isso, eu escrevo: manda-me as tuas pantufas. Assim, tu lês «as tuas pantufas» e percebes logo que o que eu quero dizer é «as minhas pantufas» e mandas-me as minhas pantufas. Não te esqueças então de me mandar as tuas pantufas!»



A menina: «O papá ontem fez festinhas a mim».

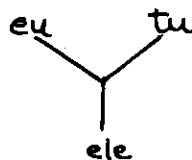
A empregada: «O papá ontem fez-me festinhas».

A menina: «O quê, a ti também?»



Estas piadas baseiam-se principalmente na possibilidade de um emprego desviante dos pronomes. Como os pronomes empregados têm muito a ver com a estrutura social da comunicação, esta também desempenha o seu papel nas anedotas. É sabido que explicar anedotas é caricato. Por isso, não faremos aqui nenhuma análise delas. Contudo, a essência destas piadas revelar-se-á se levarmos em conta os comentários que se seguem.

Com os pronomes pessoais, introduz-se em qualquer forma de comunicação uma tripartição básica: *eu* utiliza-se para designar o falante, *tu* para designar o interlocutor e *ele* (*ela*) para designar aquilo de que se fala. Esquemáticamente, pode representar-se assim tal facto:



A estrutura fundamental de qualquer comunicação espelha-se nesta representação: dois

interlocutores, que comunicam um com o outro, e um tema ou objecto sobre o qual comunicam.

O pronome *tu* (e as formas aparentadas *você, vocês*) possibilita o diálogo com um interlocutor na base de pressuposições mínimas. Ao utilizar estas formas, o falante — para que a referência ao interlocutor seja bem sucedida — não precisa de conhecer quaisquer características específicas deste interlocutor. Basta-lhe pressupor: (i) que ele é um indivíduo capaz de comunicar, (ii) que ele compreende a sua língua. O pronome *tu* dá assim a uma pessoa a possibilidade de comunicar com qualquer membro do seu grupo linguístico sem ter que atender com exactidão a quem o interlocutor é.

Uma outra peculiaridade do significado dos pronomes pessoais que se revela essencial para a comunicação humana é a seguinte: no caso dos pronomes pessoais *eu* e *tu*, a simples situação de locução torna claro qual a pessoa a que nos estamos a referir. Contudo, qualquer dos dois interlocutores pode ser referido com qualquer dos dois pronomes: eu refiro-me a mim com *eu* e a ti com *tu*; e tu referes-te a ti com *eu* e a mim com *tu*. Esta troca é a responsável pelas dificuldades que, na Unidade 4, dissemos surgirem no uso destes pronomes. Esta mudança sistemática naquilo que se quer dizer — e que tem apenas a ver com quem está no momento a falar — revela um outro fundamento importante da comunicação humana: o facto de qualquer um poder ser referido, sem quaisquer pressupostos, por meio de *eu* e de *tu* reflecte a posição de igualdade em que se encontram os interlocutores na comunicação, um face ao outro. Este facto indica a cada interlocutor que, na comunicação, ele é parceiro do outro e o outro seu parceiro: cada interlocutor, tal como o outro, é um Eu e um Tu. Esta igualdade está na base da própria ideia de comunicação. Assim, a possibilidade de compreender uma acção de A pressupõe que B, aquele que a deve compreender, também a pode compreender e realizar. O facto de eu poder fazer o mesmo que tu é um pressuposto para a aprendizagem de acções. Não admira por isso que todas as lín-

guas humanas tenham pronomes para o falante e para o destinatário. O facto de o meu parceiro falar de si próprio da mesma forma que eu falo dele indica-me que ele, tal como eu, julga objectos e acontecimentos do seu ponto de vista. E a troca de papéis ao usar os pronomes mostra-me que os nossos pontos de vista não podem ser completamente estranhos um ao outro nem impossíveis de comparar. Sou compelido a partir do princípio que me posso colocar na posição do meu parceiro e ele na minha. E o mesmo se passa com o meu parceiro.

A propriedade que faz com que o mesmo pronome se possa referir numa ocasião a uma coisa ou pessoa e, noutra ocasião, a outra coisa ou pessoa não implica que o significado do pronome se altera de ocasião para ocasião: o significado do pronome consiste precisamente na possibilidade que ele tem de mudar a referência. Isto não só é verdade para os pronomes da primeira e segunda pessoas e para os casos em que os interlocutores se encontram no mesmo local, mas também para os pronomes da terceira pessoa. Desta forma, podemos referir-nos, com *ele* ou *ela*, a um objecto previamente introduzido num texto. A referência destes pronomes pode portanto mudar conforme aquilo que vem antes:

(1)

Era uma vez um {homem
cão
laço
país
...} . Ele tinha...

A expressão por meio da qual se introduz o objecto de referência dá-se o nome de antecedente do pronome. Todavia, não é função do pronome — ao contrário do que a própria palavra «pronome» parece indicar — estar em vez deste antecedente, substituí-lo ou ser o seu representante. Mais correcto seria dizer que nós (i) com este pronome dependente do contexto, tal como com outros, nos referimos ao objecto respectivo (e não ao antecedente, que é apenas uma expressão linguística) e (ii) que esta referência só é bem sucedida no respectivo contexto. Para mostrar que os prono-

mes não são substitutos de outras palavras basta chamar a atenção para o facto de *eu* e *tu* não serem muitas vezes substituíveis por outras expressões. No caso particular da referência contextual, esta maneira de vez os pronomes é claramente falsa, porque em muitos casos não é pura e simplesmente possível colocar o antecedente no lugar do pronome:

(2)

Era uma vez um homem. { Um homem } tinha...
 { Ele }
 { : }
 { : }

Quando se repete o antecedente, está-se já a falar de um outro homem.

Atendendo à sua estrutura interna, podemos distinguir três tipos de complementos:

Complementos		
Grupo nominal	Grupo pronominal	Oração-complemento

A expressão *grupo pronominal* é uma designação geral, que engloba não só os pronomes como também outros sintagmas mais complexos dos quais fazem parte pronomes; nas frases seguintes, as expressões em itálico são grupos pronominais, pois incluem os pronomes *eles* e *algo* respectivamente:

(3) *Todos eles* regressaram a casa.

O guarda observou *algo de estranho*.

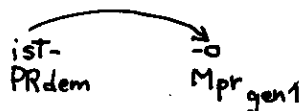
Cada um dos três tipos de complementos tem um uso diferente na comunicação: no caso dos pronomes, por ex., é possível conseguir uma referência satisfatória e a respectiva delimitação por meio de uma só palavra. Os pronomes são susceptíveis de ser classificados em pessoais, indefinidos, interrogativos, quantificativos, demonstrativos, relativos, espaciais e temporais.

Pronomes

PR _{pers}	{ eu, tu, ele, nós, se, ... }
PR _{indf}	{ alguém, ninguém, quem, outrem, algo, algures, nenhures, ... }
PR _{int}	{ quem, qual, onde, ... }
PR _{quant}	{ tudo, nada, ... }
PR _{dem}	{ isto, isso, aquilo, ... }
PR _{rel}	{ que, cujo, onde, ... }
PR _{resp}	{ onde, aqui, lá, ali, acolá, ... }
PR _{temp}	{ agora, hoje, ... }

Alguns destes pronomes surgem acompanhados de morfemas, enquanto outros não são flexionados (como *onde*). Os do primeiro grupo apresentam uma estrutura dependencial, que podemos ilustrar com isto:

(4)



Isto é portanto composto pelo pronome *ist-* e por uma forma que dele depende: um morfema pronominal (*Mpr*) do género masculino. Isto significa que a lista de pronomes acima apresentada assenta numa simplificação, já que, se quiséssemos ser muito rigorosos, teríamos que retirar dela todos os morfemas pronominais.

Em geral, os pronomes podem constituir diversos complementos; *tudo*, por ex., pode ser um C1, um C2 ou um C4:

(5) *Tudo encareceu*

C1

Deus vê tudo

C2

A mãe cuida de tudo

C4

Quando um pronome pode integrar diversos complementos, acontece por vezes que varia de forma consoante o complemento que integra. Isto é especialmente notório no caso dos pronomes pessoais: o pronome pessoal da 1.ª pessoa do singular, por ex., toma a forma *eu* quando é complemento sujeito, *me* quando complemento directo, *me* ou *mim* quando in-

tegra o complemento indirecto e *mim* ou *migo* quando integra o complemento preposicional:

(6) *Eu vejo-me ao espelho.*

C1 C2

A mim, isso não me interessa.

C3

Ela afastou o perigo de mim.

C4

Nisso, ele concorda comigo.

C4

A terceira forma que os complementos podem tomar é a das orações-complemento (OC). Podemos concebê-las como orações que ocupam o lugar de um dado complemento. Vejamos: o verbo *reconhece*, por ex., constitui um predicado P12, i.e., um predicado que exige um C1 e um C2, conforme mostra a frase seguinte:

(7) *Ela reconhece isso.*

C1 P12 C2

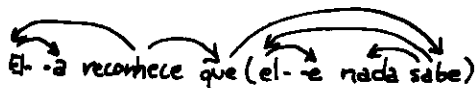
No entanto, em lugar de *isso* poderia estar uma oração-complemento, ou seja, uma oração que fosse o C2 de *reconhece*:

(8) *Ela reconhece que ele nada sabe.*

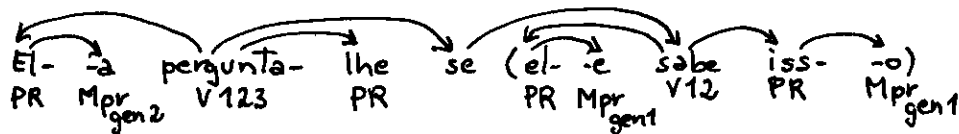
C1 P12 C2

A estrutura dependencial desta frase seria:

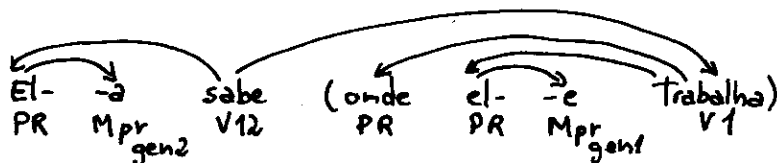
(9)



A oração *ele nada sabe* é o C2 do predicado *reconhece*, do qual depende indirectamente.



(13) *Ela sabe onde ele trabalha.*



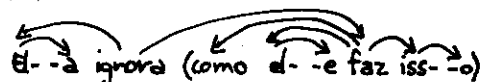
Esta dependência é mediatizada pela palavra *que*. Este monema tem como função introduzir a oração-complemento. Por isso, fizemo-lo depender de *reconhece*. Por outro lado, todavia, ele não faz parte da estrutura da oração-complemento, não é um C nem um S desta oração. Por esse motivo, representámo-lo fora dos parênteses. Acontece por vezes, porém, que certas partículas fazem parte da estrutura da oração-complemento, i.e., desempenham nela uma função. É o caso do monema *como* em

(10) *Ela ignora como ele faz isso.*

C1 P12 C2

Aqui, *como* é um suplemento modal na oração dependente. Por isso, ao representar a estrutura dependencial da frase, incluiremos *como* dentro dos parênteses e fá-lo-emos depender de *faz*:

(11)



Neste caso não há nenhuma partícula que introduza a oração-complemento. O predicado *ignora*, um P12, faz depender de si directamente o C1 *Ela* e o C2 *como ele faz isso*: as setas que dele partem ilustram isso.

Há outros monemas com comportamento semelhante ao destes *que* e *como*: por ex., *se* e *onde*, respectivamente. Eis duas representações abstracto-concretas de frases com estas duas partículas:

(12) *Ela pergunta-lhe se ele sabe isso.*

Se quiséssemos mostrar quais as estruturas destas duas frases em termos de complementos, suplementos e predicados, poderíamos servir-nos das representações seguintes:

C1 P123 C3 C2
(14) Ela pergunta-lhe se (ele sabe isso).
C1 P12 C2

C1 P12 C2
Ela sabe (onde ele trabalha).
S C1 P1

Os monemas que introduzem orações-complemento, como estes *que* e *se*, chamam-se subjunções-complemento (SUBcomp).

Subjunções-complemento

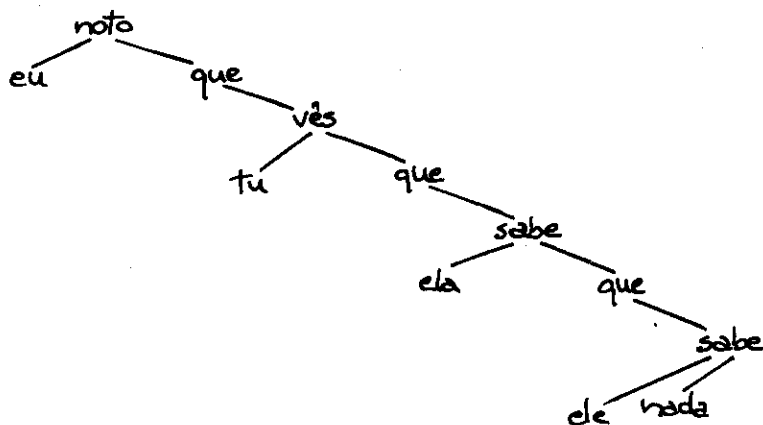
| SUBcomp {*que*, *se*}

Na Unidade 14 veremos que existem também subjunções-suplemento, i.e., uma categoria de monemas cuja função é introduzir orações-suplemento.

Uma oração-complemento pode incluir em si outra oração-complemento. Esta, por sua vez, incluir outra. E assim por diante, indefinidamente. Mais uma vez, estamos perante o fenómeno da recursividade, que mencionámos na Unidade 10. O exemplo seguinte apresenta três orações-complemento que exemplificam este tipo de construção. (Para simplificar, não analisámos os morfemas).

(15) *Eu noto que tu vês que ela sabe que (ele nada sabe).*

Eu noto que (tu vês que (ela sabe que (ele nada sabe)))

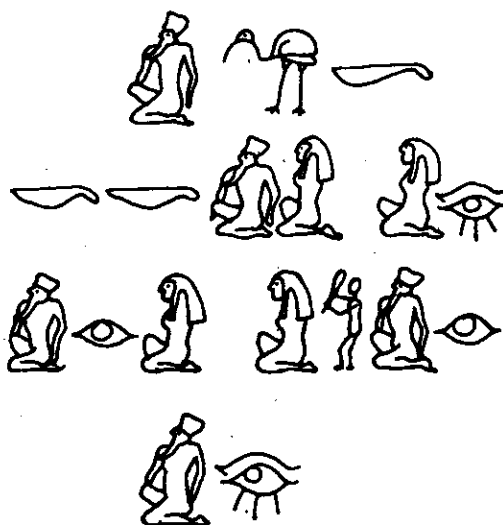


Uma ideia muito divulgada acerca da nossa língua é a seguinte: com as palavras designamos objectos. Ao pronunciarmos uma palavra, despertamos no espírito do nosso interlocutor uma imagem do objecto que a palavra designa. As frases são conjuntos de palavras. Com as frases representamos os estados de coisas da realidade.

Esta ideia acerca da linguagem é imperfeita. Se a admitíssemos sem mais explicações, não conseguiríamos mostrar todas as possibilidades de comunicação que a linguagem nos oferece. Vamos provar que isto é assim através de um exemplo: imaginemos uma linguagem por imagens que corresponda essencialmente aos requisitos da tal ideia muito divulgada acerca da nossa linguagem. Desta forma, veremos facilmente em que aspectos a nossa linguagem ultrapassa esta outra linguagem artificial.

Morfemas e outras Classes de Monemas

Uma língua humana não representa um estado de coisas como se fosse um quadro. Uma frase não consiste em palavras maciças, sem estrutura interna. Pelo contrário: as palavras são constituídas por elementos mais pequenos. De entre estes elementos têm especial importância os morfemas, que organizam as palavras em diversas categorias e que contribuem para que elas possam desempenhar diferentes funções sintácticas.



Esta emocionante história poderia traduzir-se assim em português:

Um homem encontra uma faca.

Com a faca o homem corta a mulher.

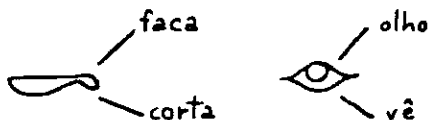
A mulher chora.

O homem vê-a.

A mulher dá um murro no olho do homem.

O homem chora.

É apenas na base da tradução para português que compreendemos a história e esse facto não nos deve induzir em erro relativamente ao que pode ser dito naquela língua e ao que pode ser dito na nossa. É fácil de ver, por ex., que, se quisermos fazer uma correspondência entre os signos das duas línguas, há várias expressões portuguesas que correspondem à mesma imagem:



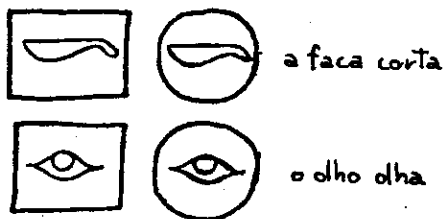
Os predicados *vê* e *corta* são representados naquela língua simplesmente por objectos. Concluimos estar um predicado onde apenas vemos o objecto correspondente — e isso pode, evidentemente, levar a confusões. Isto porque a uma faca poderia corresponder também *partir*, *afiado*, *matar*, etc. As nossas confusões, porém, não nos devem impedir de reconhecer que naquela língua não poderia haver nenhuma distinção entre complementos e suplementos. *Uma faca e uma faca* seria o mesmo que *a faca corta*. Sendo assim, uma língua como aquela não teria uma característica fundamental da nossa língua: as expressões dessa língua não seriam susceptíveis de uma análise do tipo «referimo-nos a objectos e deles predicamos algo». Também não se poderiam, nessa língua, fazer afirmações ou perguntas. Não se poderia dizer nada que fosse falso: pois uma frase falsa é uma imagem de quê?

Mas não será que a nossa língua apresenta certas semelhanças com aquela língua-de-imagens? Vejamos o caso da referência. Tal como na língua artificial, em que a mesma imagem pode aparecer repetida (de tal forma que a primeira ocorrência é traduzível por um complemento e a segunda por um predicado: é o caso de , traduzido por *a faca corta*), também na nossa língua nem sempre o nome que serve para a referência se distingue do verbo que serve para predicar. São exemplos disto frases como

(1) *O filósofo filosofava.*

(2) *O médico medicava.*

em que os mesmos elementos ocorrem tanto no complemento como no predicado, um processo à primeira vista semelhante ao que se passa com frases como  na primitiva língua-de-imagens. Contudo, na nossa língua, a diferença de categorias entre P e C é possibilitada pelos respectivos morfemas: a terminação *-va* caracteriza *medicava* como predicado e a terminação *-o* caracteriza *médico* como nome e destina-o a fazer parte de complementos. Estas terminações têm a mesma função que teriam os dois seguintes sinais, se os introduzíssemos na língua-de-imagens:



Mas introduzir estes sinais seria já sair da língua-de-imagens, porque quadrados e círculos não são imagens dos complementos e dos predicados. Os complementos não se caracterizam por serem quadrados, nem os predicados por serem redondos. Se utilizamos o círculo como sinal para os predicados, é porque já sabemos o que são predicados. E isso sabemos-lo nós porque a nossa língua tem predicados, não porque a língua-de-imagens os tenha.

Os morfemas são partes não independentes de palavras, de importância decisiva para a construção de frases. Dão à frase a sua estrutura, são, por assim dizer, a argamassa que a mantém unida: os morfemas indicam qual a categoria de outras partes-de-frase e respectivas relações. Nesta medida, os morfemas também são importantes para o significado de toda a frase, já que depende da construção desta se ela está bem formada e qual o seu

significado. A função mais notória dos morfemas consiste em possibilitar que distingamos, de entre todas as expressões, o predicado dos complementos, de tal forma que a predicação se encontra associada ao emprego de certos morfemas verbais. Na frase seguinte, por ex., ao verbo seguem-se morfemas verbais, que constituem o segmento *-vas*:

(3) *Tu casavas com ela.*



Para além da sua função de individualizar o predicado, os morfemas verbais têm também outras funções semânticas: com eles, designamos a pessoa (1.ª, 2.ª e 3.ª pessoas), o tempo (passado, presente, futuro), o número (singular, plural), o modo de enunciação (realidade ou possibilidade). Em português, não existem quatro classes de morfemas para estas quatro categorias gramaticais. Geralmente, a pessoa e o número encontram-se amalgamados num único morfema e, por outro lado, o tempo e o modo noutro. Na frase (3), por ex., o morfema verbal *-va* indica o tempo e o modo (pretérito imperfeito do indicativo) e o morfema verbal *-s*, a pessoa e o número (2.ª pessoa do singular). Desta forma, podemos estabelecer duas grandes categorias de morfemas verbais, consoante indiquem o tempo e o modo ou a pessoa e o número. Para a primeira destas categorias, usaremos a abreviatura geral $MV_{temp\ mod}$; para a segunda, o símbolo $MV_{pess\ num}$.

Morfemas verbais de tempo e modo

(Abreviatura geral: $MV_{temp\ mod}$)

$MV_{imp\ ind}$	{ <i>va / a</i> }
$MV_{m^{\circ}q^{\circ}p\ ind}$	{ <i>ra</i> }
$MV_{fut\ ind}$	{ <i>re / rá</i> }
$MV_{pres\ conj}$	{ <i>e / a</i> }
$MV_{imp\ conj}$	{ <i>sse</i> }
$MV_{fut\ conj}$	{ <i>r / re</i> }
MV_{cond}	{ <i>ria</i> }
MV_{inf}	{ <i>r / re</i> }
MV_{ger}	{ <i>ndo</i> }
MV_{part}	{ <i>do</i> }

Estes morfemas servem portanto os tempos e modos seguintes: imperfeito do indicativo, mais-que-perfeito do indicativo, futuro do indicativo, presente do conjuntivo, imperfeito do conjuntivo, futuro do conjuntivo, condicional, infinitivo, gerúndio e particípio passado. Mais uma vez, a barra (/) é usada para indicar variantes do mesmo morfema. O morfema de futuro do indicativo, por ex., tem as variantes *re* e *rá*:

(4) (nós) *canta-re-mos.*

(tu) *canta-rá-s.*

Morfemas verbais de pessoa e número

(Abr.: $MV_{pess\ num}$)

$MV_{pess\ 1\ num\ 1}$	{ <i>i</i> }
$MV_{pess\ 2\ num\ 1}$	{ <i>s</i> }
$MV_{pess\ 1\ num\ 2}$	{ <i>mos</i> }
$MV_{pess\ 3\ num\ 2}$	{ <i>m</i> }

Estes morfemas servem respectivamente: a 1.ª pessoa do singular, a 2.ª pessoa do singular, a 1.ª pessoa do plural e a 3.ª pessoa do plural. Há certas restrições ao uso destes morfemas; assim, o morfema *i* de 1.ª pessoa do singular só ocorre com o perfeito do indicativo ou o futuro do indicativo:

(5) (eu) *cante-i.*

(eu) *canta-re-i.*

Além destas duas categorias de morfemas verbais, existe uma terceira, de tipo misto, com que se indica simultaneamente o tempo, o modo, a pessoa e o número.

Morfemas verbais mistos

(Abr.: MV temp mod pess num)

MV	pres ind	pess 1 num 1	{o}
MV	perf ind	pess 2 num 1	{ste}
MV	perf ind	pess 3 num 1	{u}
MV	perf ind	pess 3 num 2	{ram}

Ao dizermos, por ex.,

(6) prometo.

estudaste.

os morfemas *o* e *ste* revelam ao nosso interlocutor não só a pessoa a que nos estamos a referir (a mim ou a ele respectivamente) mas também — visto não ocorrerem com outros morfemas — o tempo e o modo (presente do indicativo ou perfeito do indicativo).

As variantes dos morfemas verbais não ocorrem arbitrariamente. Para saber quando aparece uma ou outra variante, é muitas vezes importante ter em conta como termina o verbo de que dependem. Assim, por ex., para os verbos que terminam na vogal *a*, como *canta-*, o MV imp ind apresenta-se na variante *va*, mas para os verbos que terminam na vogal *i*, como *dormi-*, a variante do mesmo morfema é *a*:

(7)	V	MV imp ind
	(ele) <i>canta-</i>	<i>-va</i> .
	(ele) <i>dormi-</i>	<i>-a</i> .

As vogais com que terminam os verbos chamamos vogais verbais (também designadas por vogais temáticas). Estas vogais possibilitam uma classificação dos verbos em verbos da 1.ª conjugação (vogal *a*), 2.ª conjugação (vogal *e*) e 3.ª conjugação (vogal *i*):

(8)	V	MV pess 1 num 2
	<i>pergunta-</i>	<i>-mos</i> .
	<i>vende-</i>	<i>-mos</i> .
	<i>sorri-</i>	<i>-mos</i> .

As vogais verbais também apresentam variantes. A vogal verbal *e*, por ex., apresenta sistematicamente a variante *i* no imperfeito do indicativo:

(9)	(tu) <i>vende-</i>	<i>-s</i> .
	(tu) <i>vendi-</i>	<i>a -s</i> .

As relações de dependência que se verificam entre os morfemas verbais e o verbo ilustram-se nos quadros seguintes. Colocámos a vogal verbal, quando ocorre, entre parênteses. Ne-

nhuma seta liga a vogal verbal ao resto do verbo, porque ela não chega a ser um morfema; ela é apenas a terminação verbal *e*, como tal, parte integrante do verbo.

(10) *rema, partimos, achei, cresciam, entenda, estudavam, corriás, agradassem, cumprí-rás, entendendo.*

	V	MV temp mod	MV pess num
rem(a)			
part(i)-			-mos
ach(e)			-i
cresco(i)	-a-		-m
entend-	-a		
estud(a)-	-va-		-m
corr(i)-	-a-		-s
agrad(a)-	-sse-		-m
cumpr(i)-	-rá-		-s
entend(e)-	-ndo		

(11) *compreendo, conduziste, apagou, teceu, subiu, aumentaram.*

	V	MV temp mod pess num
compreend-	-o	
conduz(i)-	-ste	
apag(o)-	-u	
tec(e)-	-u	
sub(i)-	-u	
aument(a)-	-ram	

Para além dos morfemas verbais, existem morfemas de género e de número, dos quais já falámos na Unidade 11, e que são uma peça fundamental na distinção entre complementos e predicados, visto que, ao contrário dos morfemas verbais, dependem de categorias lexicais que fazem parte de complementos: estes morfemas surgem dependentes dos nomes, adjectivos, artigos, pré-artigos, pós-artigos e pronomes. Já demos exemplos destas dependências nas Unidades anteriores.

Morfemas de género e número

M _{gen 1}	{o / u / e}
M _{gen 2}	{a / esa / essa}
M _{num 2}	{s / es}

O morfema de género masculino (M_{gen 1}) apresenta três variantes, das quais *-o* é a mais

corrente; as variantes *-u* e *-e* surgem em palavras como *teu*, *este*, *infante*. As variantes *-a*, *-esa* e *-essa* do morfema de género feminino ($M_{gen\ 2}$) podem exemplificar-se pela lista: *infanta*, *duquesa*, *abadessa*.

Dissemos que os morfemas são, juntamente com os lexemas, as duas grandes categorias lexicais, das quais todas as outras são casos particulares. Assim, os verbos e os nomes são claramente lexemas; as terminações de pessoa e número, morfemas. Porém, nem sempre a classificação numa ou noutra categoria é tão fácil. Há certos monemas que apresentam simultaneamente características dos morfemas e dos lexemas. É o caso de *re-* e *-ari-*:

(12) *recomeçar*.

livraria.

Por um lado, aproximam-se dos morfemas porque (i) nunca aparecem sozinhos e dependem sempre de lexemas vizinhos (neste caso, *começa-* e *livr-*); (ii) a sua lista é, numa certa medida, fechada, porque o seu número, embora maior que o dos morfemas, é fixo e muito menor que o dos lexemas. Por outro lado, em certos aspectos, afastam-se dos morfemas. A sua ocorrência, por ex., não é sistemática nem constante: só os acrescentamos aos lexemas quando queremos formar novas palavras, por vezes até inéditas. Com *re-* podemos formar

(13) *reabrir*.

reinteressar.

realimentar.

etc.

Outra propriedade que os afasta dos morfemas é que o seu significado não é estrutural; aquilo que *re-* e *-ari-* significam tem pouco a ver com a estrutura gramatical e relaciona-se mais com certas realidades extra-linguísticas: *re-* pode parafrasear-se por «outra vez» e *-ari-* por «lugar onde se vende».

Por todas estas razões, é lícito considerá-los como categorias específicas: os que ocorrem antes do lexema de que dependem, como *re-*, constituem a classe dos prefixos (PRE) e os que surgem depois do lexema, como *-ari-*, formam a classe dos sufixos (SUF).

Prefixos e Sufixos

PRE { *contra-*, *des-*, *extra-*, *i-* / *in-* / *im-*, *pre-*,
co-, *sub-*, *sobre-*, *re-*, *anti-*, *ante-*, *hiper-*,
hipo-, ...

Exemplos: *contra-ordem*, *desfazer*, *extraordinário*, *ilegal*, *inorgânico*, *impossível*, *prever*, *sub-chefe*, *sobrevalorizar*, *reinício*, *antiterrorista*, *anteprojecto*, *hipersensível*, *hipotensão*.

SUF { *-ão*, *-aç-*, *-astr-*, *-inh-*, *-ec-*, *-et-*, *-it-*,
-ot-, *-ad-*, *-agem-*, *-ari-*, *-eir-*, *-ite-*, *-ic-*,
-it-, ...

Exemplos: *carrão*, *raparigaça*, *poetastro*, *velhinho*, *folheca*, *praceta*, *novito*, *entradote*, *dentada*, *roupagem*, *livraria*, *costureiro*, *apendicite*, *adocicar*, *saltar*.

A análise dependencial das palavras que incluem prefixos ou sufixos, as chamadas palavras derivadas, é problemática. Dois casos podem dar-se:

(i) o prefixo ou sufixo não transforma radicalmente o significado do lexema a que está associado; poderíamos dizer que vem apenas precisar o seu sentido ou acrescentar-lhe algo. É o que se pode ver pela comparação das seguintes palavras derivadas com as correspondentes palavras primitivas:

contra-ordem é uma ordem de um dado tipo.

carrão é um carro de um dado tipo.

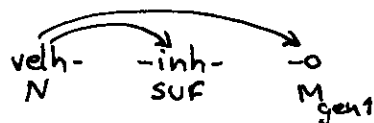
um *velhinho* é um velho.

praceta é uma praça de um dado tipo.

saltar é saltar de uma dada forma.

Quando perante prefixos ou sufixos deste tipo, parece aceitável considerá-los como monemas, separados dos lexemas e deles dependentes. *Velhinho*, por ex., teria a seguinte estrutura dependencial, que pode servir de paradigma para as outras palavras derivadas nestas condições:

(14)



(ii) o prefixo ou sufixo alteram substancialmente o significado do lexema, de tal forma que podemos dizer que de um nome se fez

outro nome, de um adjetivo um adjetivo diferente, etc. Em suma: de um lexema, surge um lexema diferente. Neste caso, as comparações anteriores não vigoram:

um movimento *antiterrorista* não é um movimento *terrorista*.

dentada não é um dente de um dado tipo.

livraria não é um livro de um dado tipo.

costureiro não é uma costura de um dado tipo.

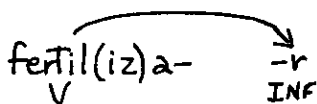
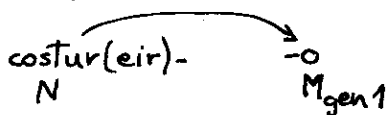
(embora haja certas relações de significado entre as palavras derivadas deste tipo e as respectivas palavras primitivas). A distância entre a palavra primitiva e a derivada pode ser tão grande que elas podem pertencer a categorias lexicais diferentes: passa-se, por ex., de um nome a um verbo ou de um adjetivo a um verbo:

(15) chuva ——— chuviscar

fértil ——— fertilizar

Como o significado da palavra assim derivada ultrapassa ou diverge radicalmente do da palavra primitiva, não é possível dizer que o todo é a simples soma das partes e, por isso, também é contestável separar o prefixo ou sufixo do resto. O que nós temos não é um lexema mais um prefixo (ou sufixo), mas um novo lexema. Na análise dependencial de palavras deste género, é portanto natural que o prefixo ou sufixo faça parte do lexema. Quando muito, podemos indicar a sua individualidade por meio de parênteses:

(16)



Formas do Suplemento

Os suplementos operam sobre frases nucleares. De acordo com a sua constituição, podem ser classificados em suplementos adverbiais, suplementos nominais e frases-suplemento. Há uma multiplicidade de suplementos adverbiais de diferentes significados. A expansão adverbial pode, por exemplo, — contrariamente à pura e simples frase nuclear — servir para exprimir a atitude do falante e para modificar o compromisso de verdade deste relativamente ao que diz.

Dr. Eduardo Novais	Uma jovem
(o telefone toca)	
aqui quatro-um-sete-sete-sete	bom dia estou a falar com o doutor novais?
sim, sim	bom dia, era só uma pergunta que lhe queria fazer
hm hm	é um caso que se passa comigo. um amigo meu arranjou uma casa
hm hm	na semana que vem já é dele
hm hm	bem, ele pediu-me para ir com ele ver a casa
sim	não há dúvida hm que é uma amizade muito boa. eu queria perguntar se acha que devo ir com ele visitar a casa ou não?
ahn não percebo por que razão não há-de ir com ele	bem, o meu pai diz que não se deve fazer uma coisa destas
não se deve fazer uma coisa destas ... porque não? há quanto tempo conhece esse jovem?	há quase um ano
e diz-me que são amigos?	somos
uma amizade superficial? sem compromissos?	sim
pois e o seu pai acha talvez que isso pode dar um ar de intimidade pode dar a entender coisas que não existem	pois
não é isso?	pois
é que doutra forma não entendo. por tanto ele é solteiro?	é é solteiro é

que idade tem?

inte e cinco anos e já proprietário de uma bela casa, ahn?

portanto para a semana o andar é dele e a questão é saber se deve ir ver a casa com ele?

ois hm só uma pergunta, tem confiança nele, na maneira de ele se comportar?

om então pode ir ver a casa. vai lá dá uma olhadela pode dar uma opinião dizer o que lhe agrada ou não dar uma ideia para mobilar a casa

suponho que ele lhe disse que gostava de saber a sua opinião?

claro e uma mulher também geralmente percebe mais dessas coisas, não?

isso vai criar-lhe certas expectativas penso eu

está a pensar casar-se em breve?

mm

im acho possível. seja como for e momento trata-se de facto da casa e não da pessoa, não é?

or quem é, até sempre

vinte e cinco anos

pois. por enquanto ainda vive com a mãe. mas como não se dá bem com ela, resolveu fazer um esforço e comprar o andar

é isso é

tenho

está bem

disse disse eu queria aconselhá-lo nessas pequenas coisas

pois

pois é

bem disso ainda não falámos, infelizmente

mas pode acontecer, não acha?

pois, portanto eu posso ir ver a casa muitíssimo obrigado senhor doutor novais

até sempre

O texto é a transcrição de uma conversa telefónica em que uma jovem procura conselho junto do dr. Novais. As circunstâncias da consulta não são privadas: ela é organizada e patrocinada por uma firma comercial e pode tomar a forma de um programa de rádio, por exemplo. É, portanto, uma consulta institucionalizada e não pessoal.

Os conselhos são um tipo de discurso normativo. Esta característica transparece das típicas formulações com a palavra «dever»: alguém sugere a alguém como deve proceder. A diferença entre o aconselhar, por um lado, e o ordenar, o exortar, etc., por outro, encontra-se no grau de comprometimento revelado em cada caso através da frase com «deve». Aquele a quem se aconselha permanece livre na sua decisão de seguir ou não o conselho; aquele a quem se ordena encontra-se sob coacção. Isto tem a ver com as diferentes condições que se exigem do indivíduo que aconselha e do indivíduo que ordena. Enquanto este, para levar a bom termo a sua ordem, tem de ter mais poder que o interlocutor, aquele tem de possuir mais experiência de vida ou mais saber. Num caso de conselho institucionalizado, o interlocutor A pede conselho ao interlocutor B e este último dá-o. Ao contrário do que se passa com os conselhos pessoais, os conselhos institucionalizados tratam de temas gerais como os impostos, as possibilidades de emprego ou de estudo, etc. O conselho pessoal pressupõe outro tipo de relações entre os interlocutores: A não tem apenas de julgar que B percebe mais da questão, ele tem também de confiar de certo modo em B, para poder prontificar-se a revelar-lhe os seus problemas. O carácter delicado dos conselhos pelo telefone, do tipo apresentado no nosso exemplo, consiste no facto de, por um lado, ser tema do conselho uma questão pessoal e de, por outro, não existir entre os interlocutores uma relação pessoal mínima (o que pode, naturalmente, também ter certas vantagens).

O primeiro passo daquele que procura conselho é dar uma explanação do seu problema. Logo aqui surgem dificuldades, particularmente agudas nos casos de conselhos institu-

cionalizados: (i) A não consegue talvez desvelar completamente o seu problema. Ele está esperançado em que B demonstre compreensão e tacto, sem que ele tenha de se abrir totalmente. (ii) Para o próprio A, o problema não é tão claro e evidente que lhe permita explicar-se satisfatoriamente. Muitas vezes, o que A e B começam por fazer na consulta é tentar precisamente esclarecer qual é o problema.

No exemplo, a pessoa que procura conselho principia com uma apresentação do seu problema. Mas este problema revela-se como uma insignificância. O próprio objectivo da jovem — arranjar argumentos contra o pai — não parece ser motivo para ela se dar a tanto trabalho. É provável, portanto, que o verdadeiro problema seja outro: a relação com o amigo. Esta tese é confirmada por uma evidente insegurança da rapariga na forma de caracterizar esta relação. Ela parece contradizer-se: primeiro diz tratar-se de «uma amizade muito boa», depois, quando interrogada sobre se a amizade é superficial, não desmente. O consultor, experimentado, deve ter notado isto e tirado as suas conclusões. O dr. Novais já estava aliás desconfiado, porque a pergunta acerca da amizade ser ou não superficial é uma provocação: ou ele confessa que não tinha tomado atenção anteriormente, ou então é porque quer mesmo levar a conversa no sentido de saber qual a relação entre os jovens. Embora ele não vá logo direito ao assunto, a contradição da rapariga não deixa de ter consequências. É devido a ela que o dr. Novais aparece no fim a falar — aparentemente sem



razão — da relação e de casamento. Chegados a este ponto, a jovem abre o jogo e deixa transparecer o verdadeiro problema: «bem, disso ainda não falámos, infelizmente».

O emprego do advérbio *infelizmente* comprova que era de facto esse o problema. Os advérbios como *infelizmente* são muitas vezes considerados traiçoeiros. Traem-nos porque são sintoma do nosso estado de alma ao enunciá-los. Ou então são vistos como uma espécie de descrição do estado de alma. Tanto uma opinião como outra são incorrectas. É certo que um advérbio destes pode sair da boca de um falante quando ele teria preferido evitá-lo. Contudo, ele não é um sintoma: não é efeito de uma causa que seria o estado de alma. Tão-pouco é uma descrição que pudesse estar correcta ou não. Quando uma pessoa diz *infelizmente*, exprime com a palavra que lamenta algo. Estamos portanto perante uma acção comunicativa, com a qual damos algo a entender ao nosso interlocutor. Talvez não de forma tão explícita como se disséssemos *lamento que* ... Mas dizemo-lo apesar de tudo, embora o interlocutor muitas vezes preferisse não ouvir, porque certas emoções são um pouco «tabu» ou porque evitamos fazer dos problemas e relações pessoais assunto de conversa.

Mas é exactamente por isso que tais advérbios são particularmente importantes para a comunicação. Eles exprimem a atitude do falante em relação ao que disse. Pode estar em causa a atitude emocional, como por ex. em *infelizmente*, *felizmente*, *bem*, ou então uma graduação do valor de verdade do que foi dito, como em *talvez*, *certamente*, *provavelmente*.

O ouvinte compreende assim que posição o falante toma em relação ao estado de coisas expresso e até que ponto o considera fidedigno. Como partimos do princípio de que o falante sabe do que está a falar, é problemático contestar esta parte da afirmação: fazê-lo é o mesmo que acusar o falante de desonestidade. É por isso que normalmente não é possível negar estes advérbios e, caso o ouvinte conteste o falante, esta contestação refere-se à frase nuclear e não ao advérbio.

Os advérbios como *infelizmente*, *talvez*, *certamente* assemelham-se a determinadas formas verbais (geralmente da 1.ª pessoa) como *lamento*, *suponho*, *asseguro*. Tanto uns como outras servem ao falante para tomar posição sobre o estado de coisas expresso pela frase nuclear. Se, por ex., o estado de coisas é eu ter chegado atrasado e a minha posição é que lamento isso, então posso indiferentemente dizer

(1) *Infelizmente* cheguei atrasado.

Lamento ter chegado atrasado.

A tomada de posição sobre a verdade do que se afirma permite mesmo uma escala gradativa de advérbios e uma outra de formas verbais, paralela à primeira:

(2) *certamente* ————— *asseguro-te de que*
provavelmente ————— *creio que.*

talvez ————— *é possível que.*

aparentemente ————— *parece que.*

Ao relatarmos o que um falante disse, devemos prestar atenção a este aspecto. Uma boa interpretação das afirmações de alguém tem de levar em conta a atitude expressa por esse alguém: donde se conclui que, aos jornalistas muito especialmente, não devia passar despercebido o uso que destes advérbios fazem os políticos e os juristas. Não nos esqueçamos, porém, que não é a verdade do que se diz que muda consoante o advérbio: este pretende apenas ser expressão da atitude do falante perante uma verdade que é independente dele. Um estado de coisas *E* não se torna seguramente verdadeiro apenas porque dissemos *Certamente que E* ou *Asseguro-te de que E*. Muito pelo contrário. Tais afirmações fazem-se para convencer o interlocutor e pressupõem precisamente que a verdade de *E* é controversa: logo, incerta. O mesmo se passa com um advérbio muito em voga: *objectivamente*. Um indivíduo que diga

(3) *Objectivamente*, isto é mesmo assim.

nem por isso torna verdadeiro o que diz, como se a palavra *objectivamente* fosse uma varinha-de-condão para fazer verdades e dar razão a quem a dissesse. *Objectivamente* é um modesto advérbio que qualquer pode usar. Assim, o interlocutor do falante acima pode sempre ripostar:

(4) *Não, não, objectivamente isto é o contrário.* e está no seu direito. Isto significa que todos os usos de *objectivamente* são, afinal, subjectivos; que é como quem diz: dependentes dos sujeitos falantes. Significa também que as questões de objectividade têm de ser resolvidas em diálogo entre sujeitos: isto é, intersubjectivamente. É bom estar alerta perante estas armadilhas da comunicação, para que não nos deixemos convencer por teorias que, se apenas

têm argumentos do tipo de (3) a favor delas bem pouco devem valer.

Em português podemos distinguir quatro tipos de suplementos, quanto à sua estrutura interna:

Suplementos			
Advérbios	Grupos nominais e preposicionais	Pronomes e grupos pronominais	Orações-suplemento

Como o próprio nome indica, os advérbios relacionam-se com o verbo, ou melhor, com o predicado. Temos um exemplo disto na frase *O dr. Novais responde depressa*, em que o advérbio (ADV pred) *depressa* vai delimitar o âmbito do predicado *responde*, de tal forma que se predica do dr. Novais algo de mais específico do que na frase nuclear (*O dr. Novais responde*). Tal não acontece com uma segunda classe de advérbios (ADV fras), como *infelizmente* em *Ela vai-se embora infelizmente*. Neste caso, o advérbio modifica a frase toda, o que permite que os advérbios desta classe possam ser parafraseados por frases começadas por formas verbais da 1.ª pessoa, como *lamento*, *creio*, ou por formas verbais impessoais, como *é pena que*, *é possível que*, etc. A frase *Ela vai-se embora infelizmente*, por ex., pode ser parafraseada por *Lamento que ela se vá embora* ou *É pena que ela se vá embora*. Os advérbios desta classe, porque se aplicam a toda a frase, chamam-se advérbios frásicos; os outros, advérbios predicativos.

Advérbios

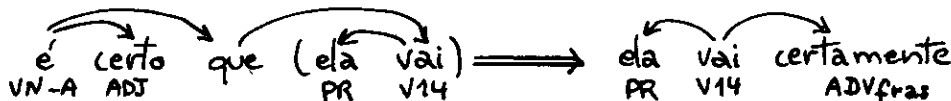
ADV pred	<i>depressa, bem, mal, novamente, parcialmente, muito, mais, de mais, pouco, regularmente, ...</i>
ADV fras	<i>provavelmente, infelizmente, felizmente, certamente, necessariamente, ...</i>

Há uma afinidade grande entre advérbios e adjectivos, que se revela de forma sistemática no caso dos chamados advérbios de modo em *-mente*:

- (5) *difícil* ————— *difficilmente*.
apressada ————— *apressadamente*.
oportuna ————— *oportunamente*.

De facto, estes advérbios podem ser considerados palavras derivadas por meio do sufixo *-mente*, que cria advérbios a partir de adjectivos. Esta visão das coisas poderia espelhar-se numa transformação que relacionasse construções que incluem adjectivos com construções que incluem os advérbios em *-mente* que lhes correspondem:

- (6) *É certo que ela vai: Ela vai certamente.*

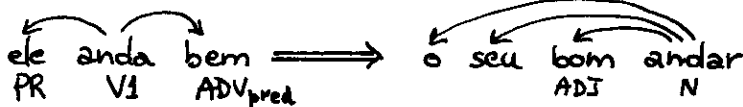


Uma outra transformação, paralela a algumas apresentadas no final da Unidade 11, poderia permitir passar de suplementos adver-

biais (como *mal*, *bem*, etc.) a adjectivos atributivos (como *mau* / *má*, *bom* / *boa*, etc.):

- (7) *Ele trabalha mal: o seu mau trabalho.*
Ele corre mal: a sua má corrida.

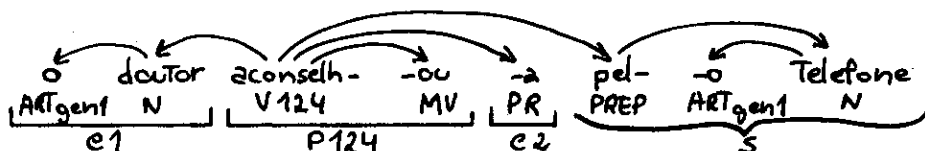
Ele reage bem: a sua boa reacção.
Ele anda bem: o seu bom andar.



Para além da forma adverbial, uma segunda forma que os suplementos podem tomar é a de grupos nominais e preposicionais:

- (8) *Vou ao cinema uma vez por mês.*
Esta manhã, apareceram visitas.

O condutor travou por causa do cão.
Ele viu o homem sem gravata.
Ele preparou as coisas para a viagem.
O doutor aconselhou-a pelo telefone.



Os grupos preposicionais são — como vimos na Unidade 11 — um caso especial de grupos nominais cujo primeiro elemento é uma preposição (PREP).

Preposições

PREP { sobre, sob, por / pel-, contra, co- / com, entre, d- / de, sem, para, a, perante, n- / em, desde, após, até, ante, atrás de, apesar de, por baixo de, além de, por causa de, ... }

Contámos como fazendo parte da classe das preposições as chamadas expressões ou locuções preposicionais, como *atrás de*, *por causa de*, etc., que contêm uma preposição simples. Isto justifica-se porque estas locuções desempenham o mesmo papel sintáctico e significativo que as preposições simples e não são analisáveis, i.e., os elementos que as constituem formam um bloco e só em bloco fazem sentido: os seus elementos não comutam e não se lhes pode acrescentar nada.

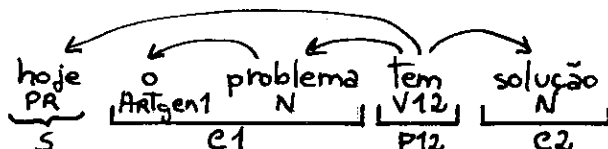
Há uma relação estreita entre suplementos adverbiais e suplementos que são grupos preposicionais. Muitas vezes podemos encontrar equivalências de significado entre uns e outros. Isso acontece de forma sistemática entre os advérbios em *-mente* e certos grupos preposicionais:

- (9) { Ele comporta-se *estranhamente*.
 { Ele comporta-se *de forma estranha*.
 { Eu respondo-te *delicadamente*.
 { Eu respondo-te *de forma delicada*.
 { As duas coisas foram feitas *simultaneamente*.
 { As duas coisas foram feitas *ao mesmo tempo*.

Convém não esquecer que os grupos preposicionais, para além de suplementos, também podem ser C4. A sua estrutura dependencial interna, contudo, não varia de uma função para outra.

A terceira forma de suplementos são certos grupos pronominais ou pronomes, como *hoje*:

- (10) *Hoje, o problema tem solução.*



Também os suplementos pronominais se podem fazer equivaler a suplementos sob a forma de grupos preposicionais. *Hoje*, por ex., é substituível por *no nosso tempo*. Este é, aliás, um argumento para considerarmos *hoje* um pronome. As substituições de suplementos pronominais por suplementos adverbiais são igualmente viáveis: *actualmente* pode ocupar o lugar de *hoje*. Concluamos:

(11) *Hoje*, o problema tem solução.

No nosso tempo, o problema tem solução.

Actualmente, o problema tem solução.

O quarto tipo de suplementos é constituído pelas orações-suplemento (O-S). Tal como as orações-complemento, também elas são introduzidas por monemas que não desempenham qualquer função sintáctica adentro da oração-suplemento, mas que servem, por assim dizer, como elemento de ligação entre a oração principal e a oração-suplemento.

A estes monemas, chamamos subjunções-suplemento (SUB sup).

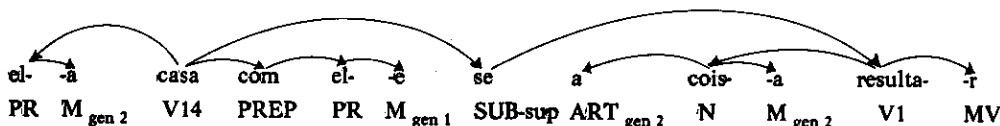
Subjunções-suplemento

SUB sup { *se, quando, embora, enquanto, porque, pois, como, caso, conforme, visto que, já que, ainda que, mesmo que, salvo se, desde que, para que, à medida que, antes que, logo que, ...*

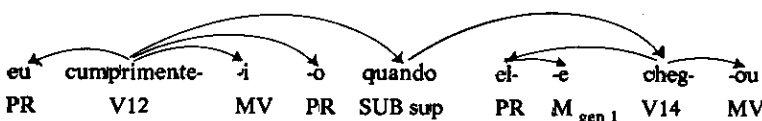
Também como já tínhamos feito para as preposições — e pelos mesmos motivos —, incluímos, na classe das subjunções-suplemento, não só monemas, mas também expressões mais complexas (as locuções subjuncionais).

No que se refere à análise dependencial, as subjunções-suplemento têm um tratamento paralelo ao de *que* e *se* nas orações-complemento:

(12) *Ela casa com ele se a coisa resultar.*



(13) *Eu cumprimentei-o quando ele chegou.*



Nestes exemplos, *ela casa com ele* e *eu cumprimentei-o* são frases nucleares; *se a coisa resultar* e *quando ele chegou* são suplementos delas sob a forma de orações, i.e., são orações-suplemento. As orações-suplemento também

podem ser postas em paralelo com suplementos de outros tipos. As acima, por ex., têm correspondentes semânticos aproximados no advérbio *condicionalmente* e no grupo preposicional *à chegada*:

(14) *Ela casa com ele se a coisa resultar*

Ela casa com ele condicionalmente

C1 P14 C4 S

Eu cumprimentei - o quando ele chegou

Eu cumprimentei - o à chegada

C1 P12 C2 S

Os tipos de suplementos que diferenciámos na Unidade 8 fornecem uma base para diferenciar também vários tipos de subjunções-suplemento. O mesmo é válido para as preposições, porque os significados das preposições que introduzem suplementos estão intimamente relacionados com diversos tipos destes suplementos: os suplementos espaciais, por

ex., são geralmente introduzidos por preposições com significado espacial, como *sobre*, *dentro de*, etc.; os suplementos causais, por seu turno, começam muitas vezes por uma preposição como *por causa de*. O quadro seguinte ilustra os mais importantes paralelismos entre tipos de suplementos, preposições e subjunções-suplemento:

Tipo de suplemento	Preposição	Subjunção-suplemento
Suplemento espacial	<i>em, sobre, sob, ao lado de, por trás de, até, desde, antes de, depois de</i>	<i>onde</i>
Suplemento temporal	<i>a, em, até, desde, antes de, depois de</i>	<i>quando, até que, desde que, antes que, depois que</i>
Suplemento causal	<i>por, por causa de, devido a, para</i>	<i>porque, visto que, dado que, para que, a fim de que</i>
Suplemento condicional	<i>sob, sem, em caso de, salvo</i>	<i>se, sem que, caso, desde que, a não ser que, salvo se, excepto se</i>
Suplemento de atitude	<i>apesar de</i>	<i>apesar de que, embora</i>

Atributos

Os atributos são meios para sermos mais precisos ao comunicar. Eles restringem a extensão da referência e asseguram o êxito desta, porque permitem ao ouvinte procurar o objecto de que se fala adentro de um campo mais reduzido. Outra função dos atributos é a de serem comentários acerca do objecto de que se fala.

Na loja de chapéus

Empregada	Valentim
Bom dia. Faz favor, o que deseja?	Era um chapéu.
E que chapéu?	Um chapéu para ter na cabeça.
Com certeza, um chapéu não é para ter calçado, é sempre para ter na cabeça.	Sempre, não. Na igreja, por exemplo, não o posso ter na cabeça.
Na igreja não. Mas também não está sempre na igreja.	Pois não, só uma calha quando vez.
Quer dizer, só uma vez quando calha.	Pois, o que eu queria era um chapéu de pôr e tirar.
Os chapéus são todos de pôr e tirar. Quer um chapéu redondo ou em bico?	Quero um cinzento.
Eu pergunto de que formato.	Um formato de cor apagada.
Discreto, quer o senhor dizer. Temos chapéus muito chiques e de todas as cores.	De todas as cores? Então quero amarelo claro.
Amarelo claro só há no Carnaval. Com certeza não quer andar com um chapéu amarelo claro.	Não é para andar, é para pôr na cabeça.
Com um amarelo claro toda a gente se vai rir.	Mas os chapéus de palha são amarelo claro.
Ah, o que o senhor quer é um chapéu de palha.	Não, não, um chapéu de palha não. Arde com muita facilidade.
É pena, mas de amianto ainda não se fabricam. Temos é chapéus de feltro e bons.	Com os chapéus de feltro o problema é que não se ouvem cair.
Arranje um capacete de aço. Assim já o ouve cair.	Eu sou civil, não posso usar capacete de aço.
Mas tem que se decidir e saber que chapéu é que quer.	Quero um chapéu novo.
Claro, também nós só vendemos chapéus novos.	Está bem. O que eu quero é um novo.
Mas que chapéu é que quer?	Um chapéu de homem.
Não vendemos chapéus de senhora.	Mas eu não quero um chapéu de senhora.
O senhor é difícil. Vou-lhe buscar alguns.	Alguns? Mas eu só quero um, só tenho uma cabeça.

Trago alguns para o senhor poder escolher.	Não quero escolher, quero é um chapéu que me sirva.
Claro, o chapéu há-de servir-lhe. Diga-me a medida da cabeça que eu vou buscar um que lhe sirva.	A medida da cabeça? Mais pequena do que julga. E 55 mas eu queria um chapéu 60.
Fica-lhe grande.	Mas fica seguro. E se for mais pequeno não se segura.
Isso não tem pés nem cabeça. Quando se tem 55, compra-se 55. Sempre assim foi.	Sempre. E isso é que é triste. Os lojistas não sabem mudar de hábitos, não querem acompanhar os tempos modernos.
Mas o que é que os tempos têm a ver com a medida da cabeça?	Há-de desculpar, mas as cabeças dos homens mudam muito! Sempre a variar!
Por dentro, por fora não! E depois isso levava-nos a uma discussão desmedida.	Pois, a medida, não era isso que queria saber?
Mas não é a dos tempos, é a da cabeça.	O que eu queria explicar é que nos bons tempos, como se costuma dizer, as cabeças das pessoas não eram o que são hoje ...
Que estupidez! Desde que o mundo é mundo cada qual tem a sua cabeça. Mas não me interessa como a sua é, o que interessa é a medida. Leve este 55, que custa 150 escudos e é um belo chapéu; moderno e de boa qualidade. E sei o que estou a dizer.	E vou pelo que me diz, porque estou a lidar com uma especialista. Então o chapéu é moderno?
Sim, mas o que é que isso quer dizer, moderno? Há para aí cavalheiros que quer chova quer faça sol andam sem chapéu, uns originais, e dizem que isso é que é moderno.	Ah, o que é moderno é andar sem chapéu? Já que assim é, não compro. Adeus, minha senhora!

Este diálogo fictício é um bom exemplo de uma comunicação em que o objectivo de ambos os interlocutores é porem-se de acordo em relação a um dado objecto, ou seja, delimitarem o objecto de que estão a falar. Um determinado objecto deve ser escolhido de entre um conjunto limitado. Isto é, pelo menos em parte, um problema de referência ou um problema análogo ao da referência. Tem a ver com uma pergunta que já vimos ser funda-

mental para a referência: *Que espécie de?* ou, simplesmente, *Que?* pergunta esta que aparece explicitamente no diálogo. A particularidade aqui reside no facto de o objecto ainda estar para ser descoberto pelos interlocutores: i.e., o próprio falante A também ainda não o conhece. À parte isto, a determinação do objecto decorre segundo os trâmites de qualquer acto de referir em que o ouvinte não sabe qual o objecto que o falante tem em

mente. Na comunicação corrente, um processo de determinar o objecto de forma satisfatória consiste em restringir o campo de coisas a que ele pode pertencer: por outras palavras, consiste em indicar propriedades que ele tenha. Para que a atribuição destas propriedades seja eficaz é contudo necessário que nos conduza gradualmente mais próximo do nosso objectivo. Esta é uma condição que advém da máxima comunicativa da informatividade: Sê informativo, não digas nada de supérfluo, mas tudo o que é necessário!

A comicidade do comportamento de Valentim prende-se com esta máxima. A resposta *Um chapéu para ter na cabeça*, por exemplo, dada por Valentim à empregada, é perfeitamente trivial, pois que todos os chapéus são deste tipo. A graça das respostas, porém, não reside apenas no facto de Valentim infringir a máxima comunicativa da informatividade ao nomear propriedades que o objecto por definição já tem («o próprio significado de *chapéu* implica que um chapéu é para ter na cabeça»). A graça está principalmente no facto de nós sermos levados a pensar que o interlocutor V se guia pela máxima comunicativa, mas que é tão estúpido que supõe ser informativo dizer o que diz. (É claro que isto não se aplica à pessoa histórica de Karl Valentim, que era tão esperto que conseguiu inventar este diálogo, mas sim à personagem «Valentim» do texto). Naturalmente que não se pode saber à primeira vista se numa comunicação como esta o interlocutor segue a máxima e acredita em algo tão fora do vulgar ou se infringe a máxima. Essa é aliás a razão por que a loucura se encontra na fronteira entre a infracção das máximas comunicativas e a crença em estados de coisas inusitados, improváveis. Quem não quer ganhar fama de pouco esperto ou provocador, deverá portanto ater-se à seguinte máxima:

Não apresses, para a determinação do objecto a referir, qualquer propriedade da qual tu penses que o teu interlocutor já sabe que o objecto em questão a possui! Muito especialmente: não apresses propriedades que o interlocutor é suposto conhecer em virtude de qualquer regra geral de significado!

Um outro tipo de infracção às regras da restrição do campo de referência compete a Valentim quando a empregada — já desconfiada — lhe dá duas alternativas em relação ao formato que o chapéu pode ter. Valentim recusa as alternativas e exige um chapéu cinzento. A infracção consiste em desrespeitar um procedimento comum: o de restringir o campo de referência gradualmente, por dimensões (cor, formato, situação, etc.). Um salto de uma dimensão para outra é considerado como um desvio comunicativo quando a dimensão em questão ainda não foi explorada (i.e., quando as propriedades da dimensão ainda não foram determinadas) ou quando ainda não se mostrou a inadequação da dimensão. Por isso: Ao determinares com o teu interlocutor o objecto de referência, mantém-te na dimensão que está a ser discutida!

Um último apontamento sobre o problema da restrição do campo de referência. Embora nada a esse respeito tivesse sido dito, a empregada parece não estar a pensar em chapéus de palha quando ajuda Valentim a escolher. É este que os introduz ao insistir no amarelo. Isto é um reflexo de um fenómeno corrente: o assumir, ao comunicar, um objecto de referência mais determinado do que o devido. Esta tendência dá frequentemente azo a mal-entendidos porque os interlocutores têm em mente diferentes objectos e, consequentemente, compreendem coisas diferentes pelas mesmas palavras. Numa instância de comuni-



cação, o objecto de referência só tem existência na exacta medida das propriedades que dele são conhecidas por ambos os interlocutores. Estas podem ser conhecidas por expressa declaração, mas também devido às regras do significado, ou ainda quando se está na posse de um saber vulgar. A insegurança ou imprecisão relativamente ao objecto de referência reside no facto de cada um dos interlocutores definir diferentemente este saber vulgar. Por isso: Não assumas implicitamente que o teu interlocutor atribui ao objecto as mesmas propriedades que tu!

A resposta à pergunta *Que espécie de?* é dada geralmente por meio de um atributo. Só perguntas muito vagas, como *Que espécie de coisas?*, podem ser respondidas com nomes, que — evidentemente — têm nestes casos a mesma função. Aos atributos que desempenham este tipo de função chamamos restritivos. Todos os atributos podem ser usados restritivamente, com excepção do aposto. A outra função dos atributos é a chamada função comentativa, que é mais rara e aliás irrelevante para o acto de referir. Falaremos seguidamente de todos estes conceitos.

De acordo com o que até aqui afirmámos, um atributo é uma expressão que pode servir para restringir aquilo de que estamos a falar ou que pode ser usada como comentário a esse objecto. Sendo assim, é lógico considerar os adjectivos como atributos, bem como os grupos nominais, quando satisfazem certas condições. Nas frases

- (1) *Valentim quer um chapéu cinzento.*
- (2) *O meu chapéu, uma obra-prima de confecção, foi-me oferecido.*

o adjectivo *cinzento* é um atributo restritivo (restringe a classe de coisas a que nos queremos referir: da classe dos chapéus para a dos chapéus cinzentos) e o grupo nominal *uma obra-prima de confecção* é um atributo comentativo (esta expressão serve apenas de comentário acessório; o objecto de referência já foi

determinado anteriormente por *o meu chapéu*). Mas não são só os adjectivos e os grupos nominais que podem estar em função de atributos. De uma forma geral, quatro tipos de atributos são possíveis quanto à sua estrutura:

Atributos			
Grupos nominais	Adjectivos	Orações- -atributo	Advérbios

Como os atributos podem integrar diversas partes-de-frase e surgir em diversas posições, uma teoria sintáctica tem de reservar-lhes muitos lugares do que os habituais para outras categorias. Assim sendo, é concebível uma outra classificação dos atributos, nomeadamente consoante a categoria lexical que os rege: o primeiro grupo são então os atributos regidos por nomes ou pronomes, i.e., atributos em grupos nominais. Tal como os adjectivos, os grupos nominais ou preposicionais dependentes reduzem o campo dos objectos aos quais não queremos referir com o complemento:

- (3) Um chapéu bonito *dessa medida* agrada-me.
- (4) Um chapéu bonito *de feltro* agrada-me.
- (5) Um chapéu bonito, *uma coisa elegante* agrada-me.
- (6) Um chapéu bonito, *um coco original* , agrada-me.

Os grupos preposicionais ou nominais em itálico são atributos dependentes do grupo nominal *Um chapéu bonito*. Os dois primeiros são atributos preposicionais e os dois últimos são os chamados apostos. Os apostos caracterizam-se geralmente na língua escrita por virem entre vírgulas e, na língua oral, pela possibilidade de pausas no discurso ou uma mudança no tom de voz. Outra propriedade dos apostos é que mantêm muitas vezes a estrutura do grupo nominal de que dependem: se este é um C3, por ex., introduzido pela preposição *a* o aposto pode começar por *a*; se o grupo regente é um C4, introduzido por uma dada preposição, o aposto pode começar pela mesma preposição:

- (7) Ela deu uma limpeza a um bonito chapéu, *a um coco original* .

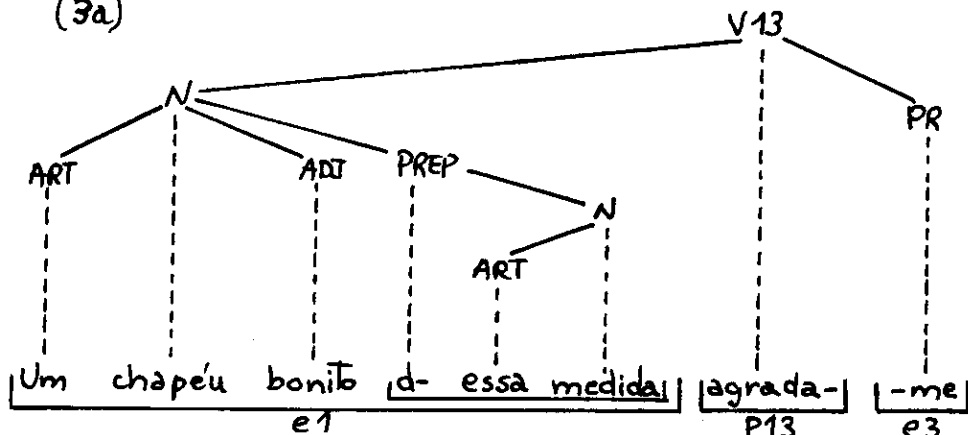
(8) Ela trocou o colete por um bonito chapéu, por um coco original.

Para além dos nomes, também os pronomes podem ter função de atributo:

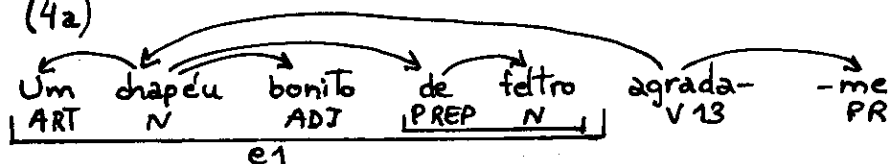
(9) Um chapéu bonito para mim não há.

Exemplifiquemos agora, com base nas frases (3) — (6), as dependências típicas dos atributos preposicionais e dos apostos (escolhemos, alternadamente, a representação por árvores e a representação por setas; não descemos ao nível dos morfemas):

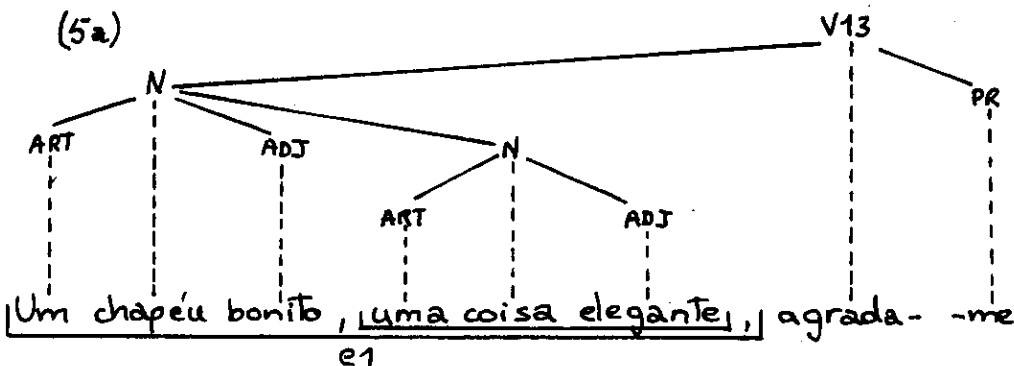
(3a)



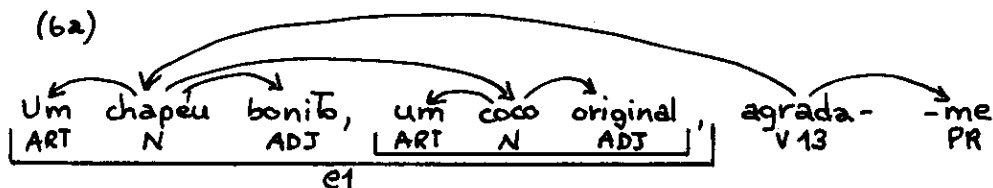
(4a)



(5a)



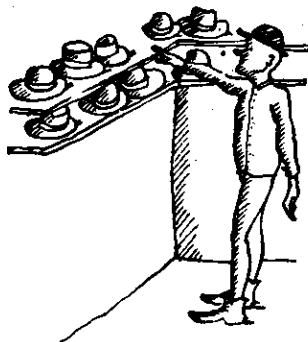
(6a)



Nos exemplos dados, os atributos fazem todos parte dos C1 das frases. E analogamente com qualquer atributo: ele é sempre parte de um qualquer complemento ou suplemento da frase ou oração; não constitui uma terceira dimensão, a par com as de complemento e suplemento.

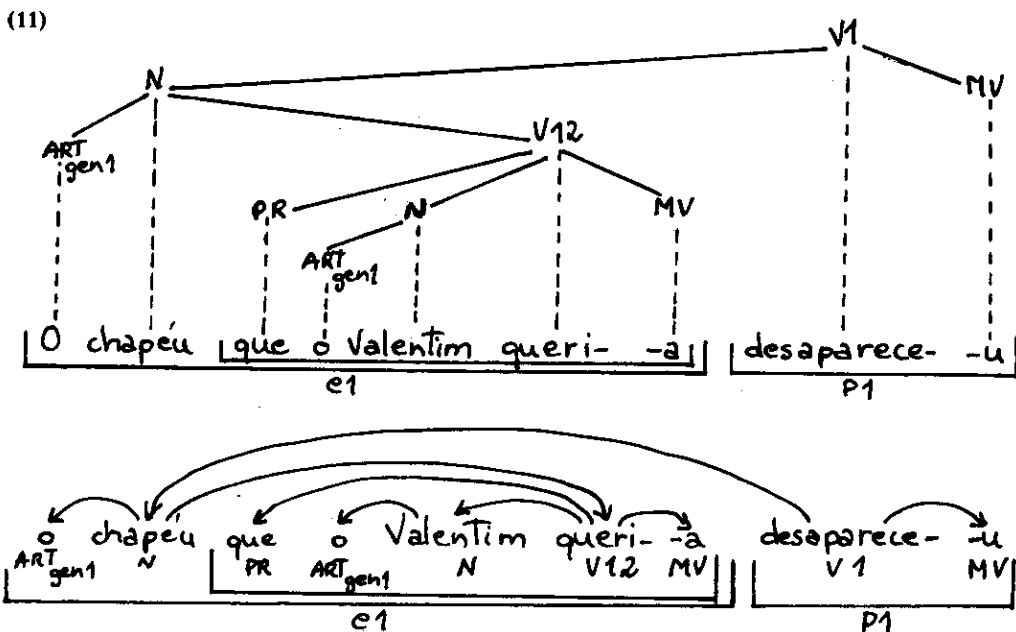
A este primeiro grupo pertencem igualmente as chamadas orações relativas, orações subordinadas a grupos nominais, que dependem de nomes ou pronomes:

- (10) O chapéu *que o Valentim queria* desapareceu.



Enquanto que nos exemplos anteriores aparecem N recorrentes — ou seja, N que dependem doutros N, ilustrando o fenómeno da

recursividade —, aqui surge um V recorrente (dependente indirectamente de outro V):



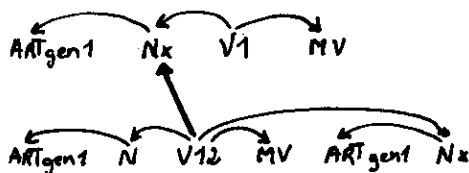
O pronome relativo *que* aparece neste exemplo como C2 da oração relativa:

- (12) *que* o Valentim queria
C2 C1 P12

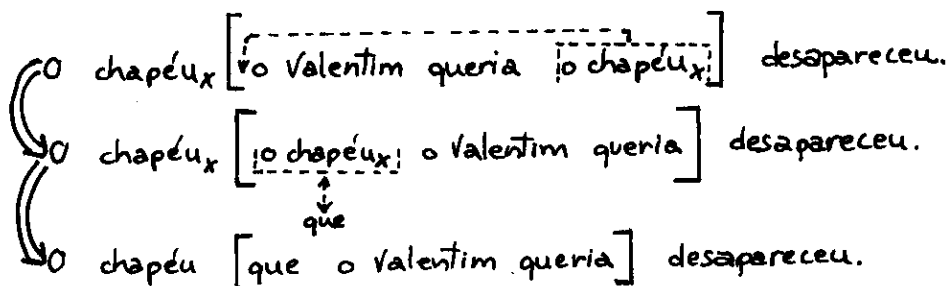
As orações relativas podem ser encaradas como resultando de duas orações, as quais sofreram certas transformações:

(13) O chapéu_x desapareceu.

O Valentim queria o chapéu_x.



(14)



Até agora, temos partido do princípio de que todos estes atributos servem para determinar a referência e, portanto, para restringir o campo dos objectos de que queremos falar. É por esta razão que se pode falar de atributos restritivos. Mas nem todos os usos destes atributos têm esta função. A par do uso restritivo, existe o chamado uso comentativo, em que o atributo não serve para qualquer restrição do campo de referência, mas tem tão-só a função de um comentário a um objecto que, na opinião do falante, já está suficientemente determinado. É o que se verifica com o atributo *boa* na frase

(15) A minha boa mãe ensinava-me tudo o que sabia.

Aqui, o adjectivo *boa* é normalmente um atributo em função comentativa: o falante não está a distinguir uma sua mãe, boa, de outras suas mães, mas, pelo contrário, parte do princípio de que a pessoa a que se quer referir já está inequivocamente determinada por *a minha mãe* e a palavra *boa* serve apenas para comentar a pessoa referida. A interpretação restritiva e a interpretação comentativa de (15)

As transformações só podem aplicar-se caso haja um elemento na oração relativa e outro na oração principal que se refiram à mesma coisa: neste caso trata-se do grupo nominal *o chapéu*, que, por este motivo, recebe nas duas orações o mesmo índice *x*. Satisfeitas estas condições, o processo transformacional vai (i) mudar o grupo *o chapéu* da frase relativa para o princípio desta e (ii) substituir esse grupo pelo pronome relativo *que*:

podem dar-se em paráfrases, das quais geralmente só a primeira é aceitável: interpretação restritiva:

(15a) Das minhas mães, a que era boa ensinava-me tudo o que sabia.

interpretação comentativa:

(15b) A minha mãe era boa e ensinava-me tudo o que sabia.

Um outro exemplo de atributo comentativo é o do adjectivo *bravos* na frase

(16) Os bravos portugueses de quinhentos descobriram novos mundos.

Também aqui só a interpretação comentativa é aceitável, pelo menos atendendo à forma como a frase é vulgarmente usada: interpretação restritiva:

(16a) Dos portugueses de quinhentos, os que eram bravos descobriram novos mundos.

interpretação comentativa:

(16b) Os portugueses de quinhentos eram bravos e descobriram novos mundos.

As frases acima apresentadas como interpretações comentativas de (15) e (16) são, portanto, paráfrases aceitáveis de (15) e (16). Isso

não quer dizer que sejam óptimas. O que com elas se diz difere um pouco daquilo que se diz com as frases (15) e (16). Exemplifiquemos com (16) e (16b). Enquanto que, com (16b), eu faço duas afirmações independentes — (i) que os portugueses de quinhentos eram bravos e (ii) que descobriram novos mundos —, com (16) eu não afirmo que os portugueses de quinhentos eram bravos, mas pressuponho que o meu ouvinte já sabe isso e apenas lhe recorro o facto. Os atributos comentativos baseiam-se geralmente nestas pressuposições do falante sobre o que ele e o ouvinte já sabiam ou sobre o que seriam opiniões comuns. Por isso eles são tão utilizados quando se quer manipular alguém. A manipulação por meio de atributos comentativos é um tipo de discurso desonesto em que um indivíduo fala como se pressupusesse partilhados por si e pelo ouvinte certos conhecimentos ou opiniões que afinal sabe não serem partilhados pelo ouvinte ou, pelo menos, não sabe se o são; o atributo comentativo é dito como se se tratasse de um comentário passageiro, cuja verdade fosse evidente, embora não seja isto o que se passa:

(17) *O primeiro-ministro, que passa tão pouco tempo entre nós, ...*

O Porto, que é a melhor equipa do momento, ...

O uso comentativo dos atributos é mais patente no caso dos nomes próprios, em que o simples emprego do nome próprio permite já a referência exacta a uma dada pessoa. Uma restrição suplementar só é necessária quando o falante sabe que há mais do que uma pessoa com o mesmo nome e sabe que o ouvinte tam-

bém sabe isto. As condições para o uso dos atributos pelo falante, correspondem condições análogas para a compreensão dos atributos pelo ouvinte: este tem de compreender sem a ajuda dos atributos qual é o objecto a que o falante se pretende referir. Só assim pode interpretar o atributo como comentativo. E tem de pressupor que o falante pressupõe que ele sabe que o objecto em questão tem a propriedade designada pelo atributo. A recusa pelo ouvinte da pressuposição do falante toma a forma característica *mas (até) não*:

(18) *Mas os portugueses de quinhentos até não eram muito bravos.*

Esta maneira de retorquir não faz sentido se o atributo é restritivo.

A distinção restritivo/comentativo é muito importante para a comunicação. Um jornalista apressado dizia uma vez que não se devia empregar a expressão *vítimas inocentes de bombas* porque quem a empregasse estaria a dar a entender que também haveria vítimas culpadas. Contudo, o jornalista interpretava mal: quem diz estas palavras fá-lo para manifestar a sua repulsa, usa portanto o adjectivo atributivo comentativamente. Da mesma forma, ao começar uma carta por *Querida Maria*, não é função do atributo distinguir aquela Maria das outras. Mais uma vez, trata-se de um uso comentativo. A piada seguinte também se baseia numa confusão entre os dois usos:

(19) — *Já lhe apresentei a minha simpática noiva?*

— *O quê? Tem duas?*

Outros exemplos:

	uso restritivo	uso comentativo
Adjectivo atributivo	<i>o chapéu amarelo</i>	<i>querida Maria; a minha boa mãe</i>
Oração relativa	<i>o chapéu que tu trazes</i>	<i>Napoleão, que foi imperador dos franceses</i>
Aposto		<i>um português, um homem bravo</i>
Atributo Preposicional	<i>um chapéu de abas largas</i>	<i>Os Jerónimos de Lisboa</i>

Uma maneira de diferenciar o restritivo do comentativo, no que respeita às orações relativas, consiste em pôr as orações relativas em função comentativa sempre entre vírgulas e nunca as orações relativas em função restritiva. Este procedimento é corrente em algumas línguas, como o inglês.

(20a) *O meu colega, que foi para férias, deixou o trabalho para mim.*

(20b) *O meu colega que foi para férias deixou o trabalho para mim.*

As paráfrases que testam respectivamente o uso comentativo e o restritivo das duas frases relativas acima são:

(21a) *O meu colega foi para férias e deixou o trabalho para mim.*

(21b) *Dos meus colegas, o que foi para férias deixou o trabalho para mim.*

Os atributos adverbiais do grupo nominal, como só na frase seguinte, levantam problemas específicos:

(22) *Eu quero só aquele chapéu cinzento.*

Este tipo de atributos adverbiais pode, por vezes, consoante a acentuação sobre uma ou ou-

tra palavra do grupo nominal, aplicar-se apenas a essa palavra, provocando assim alterações no significado do grupo nominal. Um outro grupo de atributos adverbiais são os que dependem de adjetivos ou outros advérbios, como *muito* nos exemplos seguintes:

(23) *Isso é muito simples.*

(24) *Uma solução muito simples.*

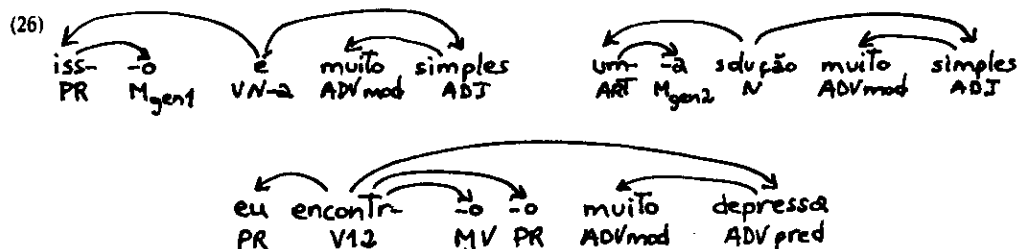
(25) *Eu encontro-o muito depressa.*

Todos estes advérbios atributivos podem ser classificados como uma categoria lexical própria, porque nem todos os advérbios considerados ADVpred ou ADVfras podem ser usados atributivamente. Chamar-lhes-emos advérbios modificativos (ADVmod).

Advérbios

ADVmod { *muito, totalmente, particularmente, absolutamente, perfeitamente, nem, só, tão, até, não, ...* }

As estruturas dependenciais dos nossos exemplos de construções com advérbios atributivos podem representar-se assim:

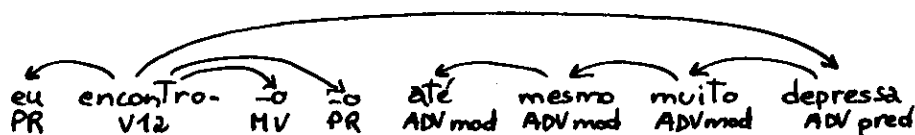


Os elementos recorrentes também são típicos destas construções:

(27) *Eu encontro-o muito depressa.*

Eu encontro-o mesmo muito depressa.

Eu encontro-o até mesmo muito depressa.



Os grupos nominais que incluem atributos adverbiais podem ser ambíguos. O grupo nominal da frase (28), por ex.,

(28) *(Eu quero) só aquele chapéu cinzento.* é ambíguo porque, com ele, o falante pode querer dizer três diferentes coisas, consoante

a situação. É possível, portanto, oferecer três diferentes paráfrases do grupo nominal, que tornam claro o que o falante quer dizer:

(29a) «Eu quero,» *dos chapéus cinzentos, só aquele.*

(29b) «Eu quero,» *daquelas coisas cinzentas, só o chapéu.*

(29c) «Eu quero,» *daqueles chapéus, só o cinzento.*

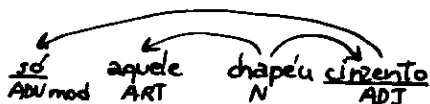
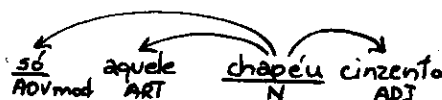
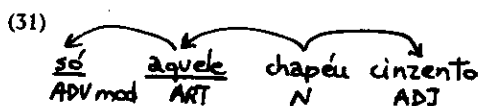
Através destas paráfrases, ressalta que o atributo adverbial *só* se aplica ora a *aquele*, ora a *chapéu*, ora a *cinzento*:

(30a) «Eu quero» *só aquele* chapéu cinzento.

(30b) «Eu quero» *só aquele* chapéu cinzento.

(30c) «Eu quero» *só aquele* chapéu cinzento.

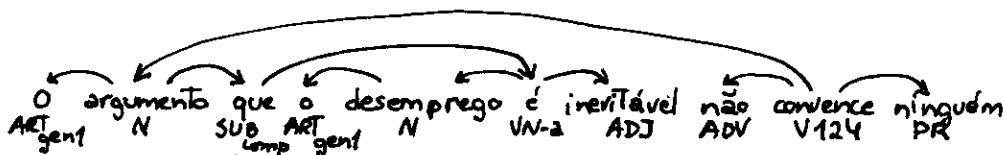
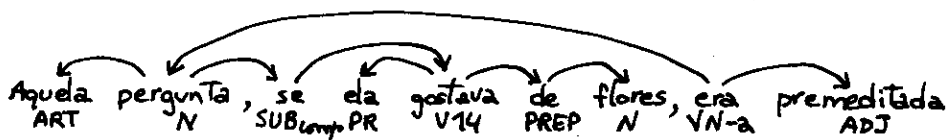
Isto significa que este grupo nominal deve poder receber três diferentes análises sintáticas, conforme a categoria de que depende o atributo adverbial:



Finalmente, resta-nos focar ainda certas orações atributivas que, contudo, não são relativas. Daremos dois exemplos delas; uma em função comentativa e a outra em função restritiva:

(32) *Aquela pergunta, se ela gostava de flores, era premeditada.*

O argumento *que o desemprego é inevitável* não convence ninguém.



Conversões e Alterações de Valência

São frequentemente usadas no discurso as formas impessoais, bem como as omissões de partes-de-frase. Estes processos podem ser manipuladores se com eles se priva o interlocutor do saber necessário para uma correcta compreensão. Se a relação entre a frase explícita e a frase omissa assenta em características constantes do significado do predicado, então esta relação deve ser descrita na gramática. Esta descrição faz-se por meio de operadores semânticos, como, por exemplo, as conversões, o aumento da valência, a redução da valência, o passivo e o causativo.

- (1) **A polícia feriu mortalmente vários manifestantes.**
- (2) **Vários manifestantes foram mortalmente feridos.**
- (3) **Vários manifestantes encontraram a morte.**
- (4) **Os manifestantes feriram vários polícias.**
- (5) **Hoje houve eleições.**
- (6) **A guerra alastra.**
- (7) **Continuam a cair bombas.**

Títulos deste género lêem-se diariamente nos jornais. A maior parte das vezes passam despercebidos, mas outras chamam-nos a atenção. Se compararmos os três primeiros, podemos notar o seguinte: a primeira formulação poderia à primeira vista parecer a mais completa. Tudo é nomeado: o que se passou, quem foi o agente e quem o paciente. Na segunda formulação falta uma das componentes e na terceira faltam duas. Contudo, esta maneira de ver as coisas parte dum falso pressuposto, nomeadamente, que em qualquer dos casos se está a falar do mesmo acontecimento e que é evidente de que acontecimento se trata. Mas uma pessoa que diga ou escreva

o segundo título pode estar a dar a entender que não há a certeza sobre quem feriu mortalmente os manifestantes. Nesta instância comunicativa seria correcto dizer:

(i) A não sabe quem foi o agente.

Assim sendo, A também não sabe exactamente que acontecimento de facto ocorreu e é necessário — se quiser conservar um certo rigor — que não faça muitas afirmações. O mesmo se pode dizer do título (3).

Tudo isto mostra claramente que os três títulos têm usos e significados diferentes. Seria precipitado dizer que o significado de (2) está incluído no de (1), ou o de (3) nos dois primeiros! E se os títulos têm significados dife-

rentes, isso implica que quem os usa deve levar em conta essas diferenças. Enquanto o primeiro título apresenta o acontecimento de forma relativamente fechada, o segundo já permite uma maior abertura de interpretação, na medida em que apenas dá a entender, por falta de um complemento frásico, que houve alguém que feriu mortalmente os manifestantes. O autor do texto acredita pelo menos nisto. Pode ser que não saiba mais e que vá continuar as suas investigações ou pode ser que saiba e utilize este título só para criar um certo «suspense»: o autor dos disparos é mencionado no artigo a que o título diz respeito. A terceira formulação, por seu lado, diz apenas que alguns manifestantes faleceram; não diz às mãos de quem, nem que tipo de morte tiveram. Em última análise, poder-se-ia até pensar que foram eles que procuraram a morte e a encontraram. Não há referência a quaisquer outros participantes. Mas são só estes os problemas que se levantam perante estes títulos?

Certamente que não. Os verdadeiros problemas surgem quando o leitor se sente insuficientemente informado. Com isto não se quer dizer que a culpa é do jornalista porque não investigou o caso condignamente, mas sim que a culpa é dele por outro motivo: o leitor supõe que o jornalista sabe mais do que aquilo que diz. É o caso em que suspeitamos de manipulação, como sucede se encontrarmos a cada passo títulos do tipo de (4) mas só raramente títulos como (1). Suspeitamos que o jornalista obedece à seguinte regra: se a polícia ferir mortalmente um manifestante, então diz-se que este encontrou a morte. A razão para a nossa suspeita reside no facto de considerarmos ser um princípio indispensável da objectividade: (a) dizer apenas aquilo que se sabe com certeza.

Mas também:

(b) não omitir nada que saibamos interessar ao interlocutor, que seja relevante para ele. Estas duas exigências podem entrar em conflito uma com a outra: um informador, ao querer respeitar uma delas, pode ser levado a desrespeitar a outra. Se ele quiser a todo o custo respeitar a primeira e dizer apenas aquilo que com absoluta certeza sabe, pode não fazer

referência a muitas coisas que seriam relevantes para o interlocutor. Se, pelo contrário, quiser respeitar a segunda exigência e dizer tudo o que pensa relevante, então pode ser que faça afirmações de cuja verdade não está absolutamente certo. A segunda exigência revela que também o silêncio pode ser uma forma de mentira, razão pela qual, ao fazermos certos juramentos (nos tribunais, etc.), juramos não só dizer a verdade como também nada ocultar. Isto significa evidentemente: nada ocultar daquilo que se supõe interessar ao interlocutor ou ao tribunal. Porque nada ocultar, neste contexto, não significa: dizer absolutamente tudo o que se sabe. Se assim fosse, ocultaríamos sempre qualquer coisa.

O quinto título permite-nos pensar em que condições um complemento pode ser dispensado, em que condições o agente, por ex., não precisa de ser mencionado:

(ii) A crê que a nomeação do agente é superflua para B.

(iii) A supõe que B sabe quem foi o agente. É claro que A pode enganar-se a respeito de (ii) ou (iii). Mas isso não é razão bastante para considerar que está a agir hipocritamente. Hipocritamente agirá ele se disser (2) e for verdade que:

(iv) A sabe (ou suspeita) quem foi o agente e crê ser importante que B o saiba.

Será que um indivíduo cumpre sempre a máxima (b) se conhecer o agente e se se verificar (iii)? Ou haverá colisões em certos casos? Imaginemos, por exemplo, que alguém diz: «Tivemos que emigrar de um dia para o outro. A segunda guerra mundial tinha rebentado». Se A supuser que é evidente para B que foi Hitler quem tramou a guerra, então não é necessário dizer isto a B. Não seria relevante para B e, portanto, não estaríamos perante um caso de infracção de (b). A não diz com efeito tudo o que tem a ver com os acontecimentos históricos (coisa que, aliás, não se lhe poderia exigir) mas diz tudo o que é necessário para uma boa compreensão. Se a história das causas da guerra fosse relevante, não teria dito nada que não correspondesse à verdade ou que pudesse levar o seu interlocutor a conclusões erradas.

Mas será que esta análise está correcta? Será que A de facto não disse algo mais do que teria dito se a frase usada tivesse sido *A segunda guerra mundial tinha começado*, ou seja, uma afirmação que se poderia considerar mais geral, que não contradiz certos factos? Parece que A, na verdade, disse qualquer coisa mais. Na expressão *A guerra começou* não há qualquer elemento que indique o facto de poderem ter sido certas pessoas a causar a guerra ou a começá-la. Outros exemplos mostram que *começar* é neutral neste aspecto: *O mau tempo começou. A luta começou*. O que se diria com *A guerra começou* seria insuficiente se o interlocutor não soubesse o que é que tinha levado à guerra e fosse importante para ele sabê-lo. A expressão *A guerra rebentou*, pelo contrário, já não é neutral. Com ela, está-se a dar a entender que a guerra é qualquer coisa de semelhante a um acontecimento natural, que desaba sobre nós sem a intervenção das acções nem das responsabilidades dos homens. Basta ver que *reventar* entra frequentemente em frases que designam processos naturais: *O dique rebentou, A veia rebentou*. O mesmo se pode dizer do título (6) do começo desta Unidade: *A guerra alastra* é também uma frase com um verbo não neutral, no sentido em que dá a entender que a guerra seria, digamos, uma espécie de acontecimento natural. O verbo *alastrar* é mesmo um exemplo mais extremo porque só é possível com C1 que designam processos naturais (é impossível com C1 que designam acções):

(8) O que é que *alastra*?

{ Uma epidemia
Uma doença
*Uma luta }

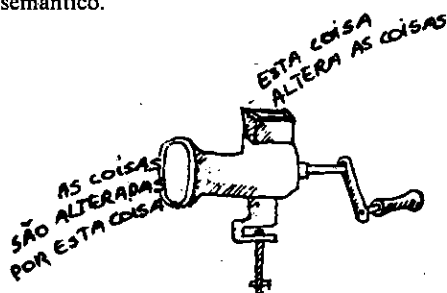
Ver a guerra como um acontecimento natural pode efectivamente traduzir bem a sensação de impotência face à guerra, mas é uma visão das coisas que não está de acordo com tudo o mais que nós sabemos sobre a guerra. Se A implícita, ao dizer *A guerra rebentou*, que o despoletar da guerra é algo como um processo natural e ao mesmo tempo considerar que a condição (iii) se verifica por achar ser do conhecimento geral que foi Hitler quem

tramou a guerra, então A está a ser contraditório, mesmo que não seja desonesto.

Até agora, analisámos nesta gramática principalmente frases isoladas e tentámos mostrar a sua estrutura interna. Mas, ao efectuarmos permutações de certas partes-de-frase, já entrámos no domínio do estudo das relações entre frases. As relações de significado entre duas ou mais frases, por ex., tiveram um papel quando se tratou de determinar as categorias sintácticas. As relações entre frases constituem um objecto de estudo privilegiado em gramática: o significado de uma frase só se pode descrever através da demonstração das relações entre essa frase e outras. Uma relação muito geral entre duas frases reside na transformação de uma frase noutra. É, contudo, uma relação tão geral que não nos permite dar indicações mais precisas sobre o seu significado. É uma espécie de «passe-partout» para todas as relações significativas mais específicas, que podem ser representadas por meio daquilo a que chamamos operadores.

Operador semântico

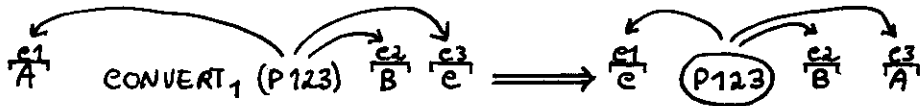
Um operador semântico é um símbolo teórico para uma operação a efectuar sobre uma frase de forma a originar outra frase. Entre as duas frases existe uma relação de significado, cuja caracterização cabe ao operador semântico.



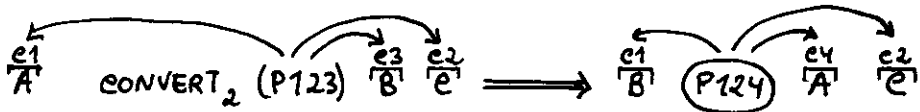
Ao nível das partes-de-frase, muitas línguas dispõem de operações que consistem em permutar

tar os complementos de uma frase e, eventualmente, alterar-lhes o tipo:

- (9) Ela ajuda-o.
Ele é ajudado por ela.
- (10) Ela entregou-me um livro.
Eu recebi dela um livro.
- (11) Ele vende-me uma coisa.
Eu compro-lhe uma coisa.
- (12) A vende B a C.
C compra B a A.



E, para o exemplo (10), teríamos:



Os índices 1 e 2 sob os símbolos CONVERT são necessários porque há, como os próprios exemplos mostram, vários tipos de conversões. Arbitariamente, designámos por 1 e 2 os tipos a que pertencem os casos (12) e (10). A representação que apresentamos de CONVERT₁ mostra que o C1 inicial passou a C3, o C3 inicial a C1 e o C2 não foi alterado pela operação. No caso de CONVERT₂, o C1 passou a C4 e o C3 a C1 e, mais uma vez, o C2 manteve-se inalterado. Nestes casos, a estrutura interna do predicado manteve-se. A operação de conversão limitou-se a substituir um verbo por outro. É também isto o que se passa com todos os outros exemplos à

Dizemos, nestes casos, que estamos perante conversões.

Conversão

Uma conversão é uma operação que a partir de uma frase faz outra frase, trocando apenas os complementos e os seus nomes. O operador respectivo chama-se CONVERT e escreve-se portanto

CONVERT (F1) —> F2

em que F1 e F2 são duas frases ligadas por esta operação.

Uma representação mais perfeita dos exemplos (9) - (12) necessita de certos meios de descrição. São nomeadamente precisos símbolos que nos permitam identificar, antes e depois da conversão, aquilo a que nos referimos com cada um dos complementos. As variáveis A, B e C do exemplo (12) mostram já como se poderá fazer essa identificação. Assim, para esse exemplo, uma representação geral da operação de conversão teria o seguinte aspecto:

excepção do (9): aqui, a par de mudanças ao nível dos números dos complementos, houve também uma alteração na estrutura interna do predicado. Onde antes da conversão tínhamos um predicado simples passámos a ter depois dela um predicado com um verbo de ligação. Numa teoria gramatical, as conversões como esta, com alteração da estrutura do predicado, são particularmente importantes porque ocorrem sistematicamente na língua e obedecem a convenções gramaticais.

A operação de conversão altera o tipo dos complementos mas não o seu número: se uma frase tiver, por ex., três complementos antes

da conversão, ela continuará a ter três complementos depois dela. Há todavia duas outras operações que alteram o número dos complementos: chamam-se aumento de valência do predicado e redução de valência.

(13) *Ela pára o carro* (PF12):

O carro pára (PF1).

(14) *A loja fechou* (PF1):

Ele fechou a loja (PF12).

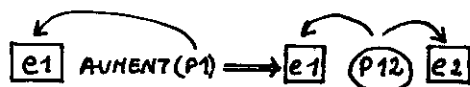
Aumento de valência

O aumento de valência é uma operação que faz de um predicado um novo predicado de valência mais alta. Entre ambos os predicados tem de haver uma relação de semelhança. O símbolo para o operador respectivo é AUMENT.

Redução de valência

A redução de valência é uma operação que faz de um predicado um novo predicado de valência mais baixa. Entre ambos tem de haver uma relação de semelhança. O símbolo para o operador respectivo é REDUZ.

A operação AUMENT, aplicada a frases como as de (13) e (14), actua do seguinte modo:



A relação de semelhança entre os predicados envolvidos nestas operações é de tipo semântico e morfológico. O seu significado deve ser estruturalmente aparentado, de forma a que o significado de frases contendo um deles possa ser explicado por meio de frases contendo o outro; ou então o significado de frases contendo um deles é parte do significado de frases contendo o outro; etc. Sob o ponto de vista morfológico, a relação de semelhança revela-se, por ex., no facto de ambos os predicados conterem a mesma forma verbal. Os predicados de (13) e (14) satisfazem estas condições. Os operadores AUMENT e REDUZ actuam, por assim dizer, em sentidos

opostos. Esta oposição traduz-se pela seguinte regra: se AUMENT (F1) $\rightarrow$ F2, então também REDUZ (F2) $\rightarrow$ F1; e vice-versa. É frequente o aumento da valência estar associado a uma conversão:

(15) *A minha resposta ofendeu-te.*

Eu ofendi-te com a minha resposta.

(16) *O barril rola.*

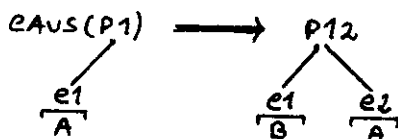
Ele rola o barril.



As alterações nos complementos podem representar-se, para os dois exemplos acima, pelas seguintes fórmulas: de C1 a C4, de C2 a C2, + C1; de C1 a C2, + C1. Este último caso ilustra o fenómeno da causatividade.

Causativo

Um predicado P é causativo relativamente a um predicado P' se e só se P exige um C2 mais que P' e este C2 for obtido do C1 de P', i.e., através da respectiva conversão. O símbolo para o operador causativo é CAUS. No exemplo (16), este operador trabalha como segue:



A relação de significado entre duas frases tais que o predicado de uma é o causativo da outra é geralmente descrita como uma relação de causatividade; isto quer dizer que o predicado causativo pode ser parafraseado por expressões como *causa*, *leva a*, *faz com que*:

- (17) O balão rebenta.
Ele rebenta o balão.
 (ou *Ele causa o rebentamento do balão*).
 (18) O poder de compra enfraqueceu.
A inflação enfraqueceu o poder de compra.
 (ou *A inflação levou ao enfraquecimento do poder de compra*).
 (19) O galho quebrou.
Ele quebrou o galho.
 (ou *Ele fez com que o galho quebrasse*).
 (20) O cão passeia.
Ela passeia o cão.
 (ou *Ela faz com que o cão passeie*).

Contudo, as parafrases com *causa*, *leva a*, etc. não devem ser consideradas perfeitas, i.e., como reflectindo exactamente o significado das frases com predicados causativos. No caso de (20), por ex., B podia perfeitamente fazer com que o cão passeasse sem ter que passear o cão. Para além da possibilidade de um mesmo verbo poder, com uma valência diferente, ser usado como causativo, há ainda em português certas outras construções sintácticas de tipo causativo:

- (21) A sorri: B *leva A a sorrir*.
 (22) A trabalha: B *deixa A trabalhar*.
 O primeiro destes exemplos é precisamente com a expressão *leva a*, que já tínhamos visto poder parafrasear predicados causativos.

As conversões e alterações de valência podem ser paradigmaticamente comentadas com base nas chamadas construções passivas. O exemplo (9) acima é uma instância típica da passagem de uma frase activa a uma frase passiva, bem como o seguinte:

- | | | | |
|------|-----------|------------|---------------|
| | C1 | P12 | C2 |
| (23) | O inimigo | feriu | o João. |
| (24) | O João | foi ferido | pelo inimigo. |
| | C1 | P14 | C4 |

Passiva

A passiva (PASS) é uma operação de conversão (ou de conversão e redução) de valência que se aplica a uma frase, chamada activa, e cujo resultado é uma frase passiva. Em geral, costuma considerar-se que uma frase Fp é passiva quando é possível relacioná-la com outra frase ou construção sintáctica Fa (a activa de Fp) da forma seguinte:

- (i) A um C de Fa, que não é o C1, corresponde o C1 de Fp.

Ex.: nas frases acima, ao C2 de (23) corresponde o C1 de (24).

- (ii) Ao C1 de Fa corresponde em Fp: (a) um C que não é um C1 e tem carácter facultativo; ou (b) nenhum C.

Ex.: a frase (24) satisfaz o critério (ii) (a): ao C1 de (23) corresponde o C4 de (24), que tem carácter facultativo, pois também é possível elidi-lo:

- (25) O João foi ferido.

- (iii) O predicado de Fp é uma forma derivada do predicado de Fa, i.e., dele fazem parte o mesmo verbo do predicado de Fa e, além disso, um verbo de ligação.

Ex.: o predicado de (24) é uma forma derivada do predicado de (23), que resulta deste pela adição do verbo de ligação *ser*, o qual toma a forma conjugada, passando o verbo simples ao participio passado.

- (iv) Sob o ponto de vista semântico, o significado de Fp é: (a) equivalente ao de Fa; (b) parte do significado de Fa; (c) relacionável com o significado de Fa de forma sistemática: por ex., Fa pode representar uma acção e Fp o seu resultado, etc.

Ex.: a frase (24) satisfaz o critério (iv) (a) pois é equivalente a (23), na medida em que ambas descrevem o mesmo estado de coisas.

- (v) Ainda sob o ponto de vista semântico, temos que o significado de Fp é de molde a que dele se conclui sobre: (a) uma entidade que possa estar na origem do estado de coisas descrito por Fp; ou (b) uma entidade que possa estar na origem do estado de coisas que torna inviável o estado de coisas descrito por Fp.

Ex.: a frase (24) satisfaz o critério (v) (a): a partir do seu significado conclui-se que há uma entidade que originou o estado de coisas descrito, pela simples razão de que essa entidade é referida em (24) através do C4 *pelo inimigo*. Mas a frase passiva (25), com o C4 elidido, obedece também a este critério, porque da afirmação de (25) conclui-se necessariamente que há alguém ou algo que feriu o João.

A passagem da frase (23) a (24) ilustra a operação chamada passiva vulgar ou passiva de *ser*. Esta operação, que designaremos por *PASS ser*, pode ser encarada com uma conversão que se aplica a certos predicados que exigem um C1 e um C2 como complementos e cujo resultado é a passagem do C1 a C4

- (27) C1 C3 C1 C4
PASS ser (O indivíduo obedeceu-me) $\rightarrow$ Eu fui obedecido pelo indivíduo.

Para além da passiva com *ser*, há ainda em português mais três tipos de passivas. Vamos comentar cada uma delas e verificar que nem todas satisfazem no mesmo grau os critérios acima apontados.

A segunda construção passiva é a que se observa em frases como as de (28)

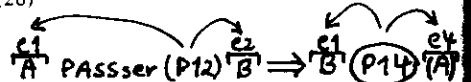
- (29) *PASSse* ($\frac{e1}{x}$ aluga $\frac{e2}{\text{'barcos'}}$) $\Rightarrow$ Alugam-se $\frac{e1}{\text{'barcos'}}$.

A formulação geral é, portanto:

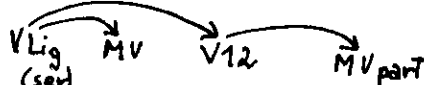
- (30)
- $$\frac{e1}{x} \quad \text{PASSse} (P12) \quad \frac{e2}{A} \Rightarrow \frac{e1}{A} \quad P1$$

A operação *PASS se* é uma operação composta de conversão e redução de valência: é um tipo de *CONVERT-REDUZ*. As frases passivas dela resultantes — ao contrário das passivas com *ser* — já não satisfazem a dois dos critérios acima. Não satisfazem, por um lado, o critério (iii) porque não apresentam verbo au-

(que se torna facultativo) e a do C2 a C1 (26)



(Os parênteses curvos no segundo A indicam que este elemento é facultativo). Uma representação geral da estrutura dos predicados resultantes desta operação pode ser:



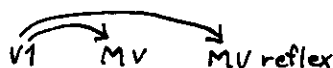
Uma forma do *V Lig ser* rege o particípio passado de um verbo simples. Em certos casos há, naturalmente, mais regências: *Ele tendo sido ferido*. O operador *PASS ser*, porém, pode por vezes actuar sobre frases com C1 e C3 passando nestes casos o C3 a C1 da frase passiva:

- (28) *Dão-se alvissaras.*

Barcos alugam-se,
 que podem ser vistas como resultando da actuação de uma operação, chamada passiva de *se* (*PASS se*), sobre construções activas cujo C2 passa a C1 nas frases passivas:

xiliar; todavia, pode dizer-se que satisfazem este critério de uma forma mais fraca, visto que há uma modificação na estrutura interna do predicado na passagem da activa à passiva: o predicado passivo difere do activo pela presença da partícula verbal reflexa *se*, uma espécie de morfema verbal, que designaremos

por MV reflex. A estrutura geral destes predicados pode ser assim dada por



Por outro lado, estas frases passivas não satisfazem o critério (v), pois quando alguém diz, por ex.,

(31) *As coisas alteraram-se.*

não se pode concluir daí que há alguém ou algo que está na origem da alteração das coisas. A frase (31) apresenta o estado de coisas apenas como um processo. Não há necessariamente pressuposição de uma entidade agente. Que isto é assim vê-se claramente se atendermos à negativa de (31):

(31a) *As coisas não se alteraram.*

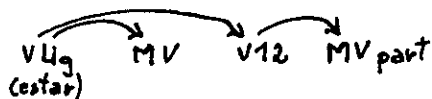
Seria sofisticação demasiada pensar que dizer (31a) é pressupor necessariamente alguém ou

(34) $\text{PASS result } \left(\overset{e1}{\text{X}} \text{ fere } \overset{e2}{\text{o João}} \right) \Rightarrow \overset{e1}{\text{O João}} \text{ está ferido.}$

As frases passivas resultativas caracterizam-se pelo seguinte: para cada frase passiva, há uma frase activa tal que o que se descreve na frase

(35) $\overset{e1}{\text{X}} \text{ PASS result (P12) } \overset{e2}{\text{A}} \Rightarrow \overset{e1}{\text{A}} \text{ P1}$

e não difere da que vimos para a PASS se ao nível dos complementos. A diferença reside nas modificações da estrutura interna do predicado. No caso das frases passivas resultativas, o predicado é constituído por uma forma conjugada do verbo de ligação *estar*, do qual depende o verbo simples no particípio passado:



Sob o ponto de vista semântico, a passiva resultativa satisfaz o critério (iv) (c), mas — tal como a passiva de *se* — também não satisfaz o critério (v). A frase

(33) *O candeeiro está apagado,*

algo que está na origem da não alteração das coisas. Nos casos em que tal pressuposição parece estar presente — como em *alugam-se barcos*, *vendem-se terrenos*, etc. —, isso deve-se ao próprio significado dos verbos usados e não à construção passiva com *se*. Foi devido a esta ausência de entidade «originadora» nas passivas de *se* que, na formulação geral da operação, inscrevemos um X como C1 da frase activa (e não um A, por ex.), para indicar que este C1 tem realidade sintáctica, mas não necessariamente semântica.

Uma terceira construção passiva é a chamada passiva de estado ou passiva resultativa: (32) *O João está ferido.*

(33) *O candeeiro está apagado.*

Estas frases resultam de uma operação, a que chamaremos PASS result sobre construções activas:

passiva pode ser encarado como o resultado daquilo que se descreve na frase activa. A formulação para esta operação é

por ex., apresenta apenas um estado ou situação e não acarreta consigo a pressuposição de uma entidade originadora de tal situação. Definimos a operação da passiva resultativa como dando origem a predicados com o verbo *estar*, mas ela pode ser alargada de modo a contemplar predicados com verbos que são variantes semânticas de *estar*, como *ficar* ou *continuar*: (36) *A mãe deita o bebé* → *o bebé fica deitado / o bebé continua deitado.*

A quarta construção passiva do português, que se apresenta em frases do tipo de

(37) *A cama está por fazer.*

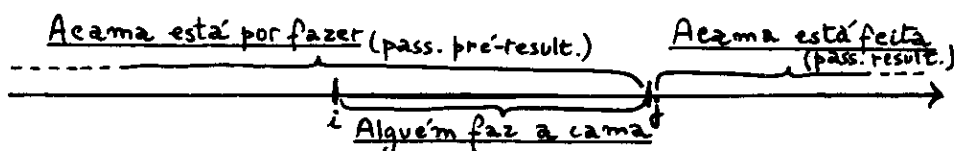
(38) *O elixir da juventude está por descobrir,* é a passiva pré-resultativa. O operador respectivo (PASS pré-result) relaciona pares de construções sintácticas como as seguintes:

(39)

$$\begin{aligned} \text{PASS}_{\text{pré-result}}(\overbrace{A}^{c1} \text{ faz } \overbrace{a \text{ cama}}^{c2}) &\Rightarrow \overbrace{A \text{ cama está por fazer}}^{c1} \\ \text{PASS}_{\text{pré-result}}(\overbrace{A}^{c1} \text{ descobre } \overbrace{o \text{ elixir da juventude}}^{c2}) &\Rightarrow \overbrace{o \text{ elixir da juventude está}}^{c1} \text{ por descobrir} \end{aligned}$$

A frase passiva pré-resultativa é uma frase (que descreve um estado) para a qual existe uma frase activa (que descreve um processo ou acção) tal que o estado descrito na frase passiva pré-resultativa vigora necessariamente só no tempo anterior à conclusão do processo ou acção descrito na frase activa (a cama só está por fazer antes de alguém a fazer). Logo que o processo ou acção descrito na frase activa está concluído, i.e., logo que se produz um resultado, o estado descrito na frase passiva pré-resultativa deixa de vigorar (a cama deixa de estar por fazer logo que alguém a faça). Há assim uma relação íntima entre a frase pas-

siva pré-resultativa e a frase passiva resultativa de que já falámos, porque, quando a primeira é verdadeira, a segunda é falsa e, quando a segunda é verdadeira, a primeira é falsa: se é verdade que *a cama está por fazer*, então é falso que *a cama está feita*; se é verdade que *a cama está feita*, então é falso que *a cama está por fazer*. Além disso, ambas se relacionam com uma mesma frase activa. Se representarmos por uma seta o decorrer do tempo, a relação entre os estados, por um lado, e o processo ou acção, por outro, descritos por estes três tipos de frases pode representar-se assim:



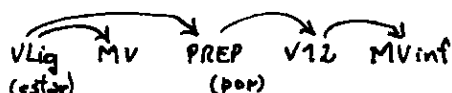
O ponto i marca o início do processo ou acção que a frase activa descreve; o ponto j, a sua conclusão, i.e., o ponto a partir do qual se

pode falar de um resultado. A formulação geral para a operação $\text{PASS}_{\text{pré-result}}$ é:

(40)

$$\overbrace{A}^{c1} \text{ PASS}_{\text{pré-result}}(P12) \overbrace{B}^{c2} \Rightarrow \overbrace{B}^{c1} P1$$

O predicado da frase passiva pré-resultativa é constituído por uma forma conjugada do verbo de ligação *estar* (mas, tal como para a passiva resultativa, outros verbos de ligação, como *ficar*, são possíveis), pela preposição *por* e pelo infinitivo do verbo simples:



Sob o ponto de vista semântico, as frases passivas pré-resultativas satisfazem o critério (iv) (c) e, além disso, também o critério (v) (b), o que as torna, juntamente com as passivas de *ser*, as únicas a satisfazerem todos os critérios. É fácil ver que afirmar *A cama está por fazer* implica poder falar de um indivíduo ou grupo de indivíduos dos quais não é verdade dizer que qualquer deles tenha feito a cama até ao momento da afirmação. A ideia de entidade originadora de um estado de coisas está por-

tanto presente nos enunciados pré-resultativos: não pelo lado positivo (*alguém* está na origem de ...) mas, digamos assim, pelo lado negativo (*alguém* tal que não é verdade dizer dele que levou ao seu termo a acção que tornaria falsa a frase pré-resultativa).

As quatro operações passivas são casos particulares de operações de conversão. A passiva de *ser* é uma conversão simples. As outras três são instâncias de conversão e redução de valência (CONVERT-REDUZ).

Resta-nos justificar por que razão chamá-mos à partícula *se* de passivas como *vendem-se terrenos* morfema verbal reflexo e não pronome reflexo. Para tal, basta comparar o comportamento desta partícula com o do verdadeiro pronome reflexo *se*, tal como ele se apresenta na frase

(41) *O João lava-se.*

Aqui, este *se* comuta com outras partes-de-frase, o que nos permite atribuir-lhe uma função sintáctica; é um C2:

(42)

C1	C2
<i>O João lava</i>	$\left\{ \begin{array}{l} \text{-se} \\ \text{as mãos} \\ \text{o carro} \end{array} \right\}$

Por outro lado, *se* em (41) tem um carácter referencial: com ele, referimo-nos ao João ou a uma parte do seu corpo. Nenhuma destas condições é satisfeita pelo *se* de *vendem-se terrenos*, o que nos permite considerá-lo uma parte integrante do predicado *vendem-se*, dependente do verbo *vende*.

Operadores Semânticos: Implicação

O significado de uma frase consiste na sua relação com outras frases. Esta relação apresenta duas variedades fundamentais: a implicação e a incompatibilidade. Ambas são representáveis como operadores. A implicação, que está na base das nossas deduções e argumentações quotidianas, encontra-se portanto condicionada linguisticamente: certos factos só implicam outros graças ao significado das frases usadas para os descrever.

Uma Sentença

Excerto da justificação da sentença:

O relógio encontrado no pulso do falecido dr. Carlos Pereira permite uma determinação temporal mais exacta e, simultaneamente, uma comprovação da declaração da testemunha Manuela Lopes. Como já foi dito, o vidro do relógio quebrou-se em virtude da queda do dr. Pereira. O relógio estava parado quando a polícia o retirou do pulso do morto no dia 13 de Abril de 1960 e o entregou ao dr. Pereira Júnior. O relógio marcava nessa altura 08.45 h. É o que se depreende da verosímil declaração do dr. Pereira Júnior, que seguidamente guardou o relógio numa caixa. Em princípios de 1961, entregou-o, a pedido da polícia, ao tribunal de instrução criminal, para fins de investigação. Aqui, o especialista, dr. Mário Soveral, chegou à conclusão de que — devido à queda da vítima — a ponta do ponteiro pequeno (o ponteiro das horas) tinha ficado dobrada para cima no comprimento de 1 mm, impedindo assim o ponteiro grande (o ponteiro dos minutos) de passar. Foi a esta circunstância que se ficou a dever o relógio ter parado e não a uma falta de tensão da corda, visto que posteriormente se verificou que o relógio, depois de levantado o ponteiro grande, ainda trabalhou mais 15 horas aproximadamente.

Se se pensar que, após a danificação acima referida, o ponteiro dos minutos ainda poderia ter andado cerca de uma hora até ser detido no seu movimento pelo ponteiro das horas, calcula-se — subtraindo essa hora — que no momento do crime o relógio tenha marcado as 07.45 h, exactamente a hora que está de acordo com as observações da testemunha Manuela Lopes sobre os dois tiros (19.45 h).

O especialista, dr. Soveral, partilha também desta opinião, desde que o relógio tenha parado de facto às 08.45 h. Porque quando ele foi apresentado ao especialista marcava 09.48 h. O dr. Pereira declarou a este propósito que foi na sua presença que a polícia, no dia 13 de Abril de 1960, reti-

rou o relógio ao seu falecido pai e de imediato lho entregou, sem ter passado por outras mãos. Os ponteiros indicavam então 08.45 h. Logo em seguida, conservou o relógio numa caixa, a qual levou à polícia passado quase um ano. Ele próprio se admirou por ver que o relógio marcava nessa ocasião 9.48 h. A única explicação que podia achar era que o ponteiro grande teria passado por cima do pequeno devido à trepidação durante o transporte e o relógio teria andado cerca de mais uma hora. O tribunal não viu qualquer motivo para duvidar da declaração do dr. Pereira Júnior.

Excerto da resposta ao pedido de revisão:

As objecções apresentadas contra a sentença no pedido de revisão, embora juridicamente legítimas, não têm fundamento. A sentença não apresenta qualquer contradição ou outros erros de raciocínio.

Os indícios constituem provas problemáticas. A partir de certos factos tidos como irrefutáveis, inferem-se outros. Diz-se também que os primeiros implicam os segundos. São condições necessárias para a validade deste método que (i) todas as frases consideradas verdadeiras, as chamadas premissas, estejam corroboradas e que, por seu turno, (ii) as inferências que se fazem com base nessas frases estejam correctas, i.e., que se conclua com certeza ou, por outras palavras ainda, que se saiba o que é que implica o quê. Da condição (i) não trataremos aqui. É assunto demasiado complexo, sobretudo quando já passou muito tempo sobre os acontecimentos. Envolve perguntas como:

- O relógio apresentado ao tribunal era de facto o que o dr. Pereira tinha no pulso?
- Estaria fora de causa uma alteração posterior da posição dos ponteiros?
- Não poderia o autor do crime ter substituído o relógio?

Mas a segunda condição é ainda hoje comprovável, com base no material apresentado. E a comprovação mostra que o que se afirma na revisão da sentença é falso: foram feitas falsas inferências ou, o que é equivalente, foram tiradas falsas conclusões. Seja como for: cometeram-se erros de raciocínio. De acordo com a justificação da sentença considerou-se como premissa verdadeira:

(1) *O relógio marcava 08.45 h.*

E disto inferiu-se que o crime tinha tomado lugar às 19.45 h. Esta inferência é falsa porque há pelo menos duas alturas do dia que satisfazem as premissas: 07.45 h e 19.45 h. Além disso, nada se infere a partir de (1) sobre a data em que o relógio parou.

A diferença entre a suposta hora do crime e a hora que o relógio marcava explica-se pelo facto de o relógio, depois de danificado, ainda poder andar. Para calcular a hora do crime haveria portanto que tomar em conta o seguinte facto:

(2) *Depois de danificado, o relógio poderia ainda andar 1 h 5 m e 27 s.*

Contudo, mesmo tomando (1) e (2) simultaneamente, não podemos concluir com certeza que o crime se tenha dado exclusivamente ou às 07.45 h (melhor: 07.39 h) ou às 19.45 h (melhor: 19.39 h). É que a danificação do relógio não teve que tomar lugar necessariamente no ponto em que o ponteiro grande passa sobre o pequeno. Quando muito, podemos concluir de (1) e (2) que o crime se deu antes das 08.45 h e depois das 07.39 h. Visto que o tribunal considerou provada a verdade de (1) e (2), podia ter tirado esta conclusão. Mas será que podia? Para isso, seria ainda preciso que fosse verdade o seguinte:

(3) *A danificação do relógio deu-se na hora do crime.*

O falecido podia ter trazido o relógio no pulso já avariado ou alguém poderia ter danificado o relógio posteriormente. Vemos portanto que seria necessário provar, primeiro que tudo, a verdade de (1), (2) e (3). Feito isto, deduzir-se-ia de (1), (2) e (3) apenas que o crime tinha sido cometido entre as 07.39 h e as 08.45 h ou as 19.39 h e as 20.45 h de um dia qualquer. Mas, infelizmente, nem mesmo isto se

pode concluir. Nomeadamente porque na justificação da sentença se esquece o facto de os relógios nem sempre andarem certos e de a hora que o relógio marca nem sempre corresponder à hora real. Assim, para chegar à conclusão acima, teria ainda que se provar a seguinte premissa:

(4) *No momento em que parou, o relógio marcava a hora certa.*

De outra forma, nada se conclui sobre a verdadeira hora em que o relógio parou. Como não foram apresentadas quaisquer provas da verdade de (3) e (4), temos de admitir que foram tiradas conclusões abusivas, a partir de premissas não demonstradas explicitamente. A prova da hora do crime oferecida na justificação da sentença não é, afinal, prova nenhuma.

É vulgar supor que as conclusões são consequências de factos, resultantes, por assim dizer, de uma dada situação histórica. Mas isto não é correcto: as conclusões inferem-se de frases, estando portanto condicionadas linguisticamente. As conclusões só são legítimas quando as premissas são verdadeiras. Para tirar conclusões é indiferente que as premissas sejam verdadeiras ou falsas. Mas só se obtêm conclusões verdadeiras se as premissas de que se parte forem verdadeiras. A possibilidade de concluir uma ou outra coisa a partir de uma frase está também condicionada linguisticamente: depende do significado da frase. Quando a partir de uma frase verdadeira se pode concluir outra, então é porque há uma parte da primeira frase e uma parte correspondente da segunda frase que se encontram numa relação de semelhança de significado muito especial. A saber: o significado da primeira parte tem de conter o significado da segunda ou equivaler-lhe. Desta forma, tentando esgotar todas as conclusões possíveis a tirar de uma parte de frase ou palavra, podemos chegar a uma descrição aproximada do significado dessa parte de frase ou palavra. A partir da frase verdadeira *Carla é uma mulher*, por ex., podemos concluir *Carla é um ser*. Como vemos, há uma parte da primeira frase (*mulher*) e uma parte correspondente da segunda frase (*ser*) das quais se pode dizer

que o significado da primeira contém o significado da segunda: o significado de *mulher* contém o significado de *ser* (ou, em termos de substância: se uma coisa é uma mulher, então ela é sempre um ser). Mas há outras conclusões possíveis a partir de *Carla é uma mulher*; por exemplo: *Carla é humana*, *Carla é feminina*, *Carla é adulta*. E por este processo de tentativa de esgotar as conclusões, chegamos a uma descrição aproximada do significado de *mulher*: *ser humano feminino adulto*.

Até aqui temos falado livremente de *conclusões*, *inferências* e *implicações* sem indicarmos com precisão o que significam. Podemos agora fazê-lo com base em duas frases anteriores, por ex.: *Carla é uma mulher* (que abreviaremos por F1) e *Carla é humana* (abreviadamente: F2). Diremos assim que:

De F1 *conclui-se* F2.

Tendo F1 como premissa, F2 é uma das possíveis *conclusões*.

De F1 *infer-se* F2.

F2 é uma *inferência* a partir de F1.

F1 *implica* F2.

Com qualquer uma das três expressões nos podemos referir à mesma relação entre frases.

Contudo, a expressão mais usada é *implica* e é essa que vamos adoptar. A relação de implicação é uma das mais fundamentais relações de significado entre duas quaisquer frases F1 e F2, que consiste em poder dizer-se que F1 implica F2. Tal relação pode encerrar-se como uma operação, cujo operador denominaremos IMPLIC.

Implicação

Quando uma frase F1 implica uma frase F2, isso significa que, se F1 é verdadeira, então F2 também tem de ser verdadeira. Escreve-se então:

IMPLIC(F1) $\rightarrow$ F2

Caso F1 não implique F2, escrevemos:

IMPLIC(F1) $\nrightarrow$ F2

Exemplos:

IMPLIC(*Carla é uma mulher*) $\rightarrow$ *Carla é um ser*.

IMPLIC(*Carla é uma mulher*) $\rightarrow$ *Carla é humana*.

IMPLIC(*Carla é uma mulher*) $\rightarrow$ *Carla é feminina*.

IMPLIC(*Carla é uma mulher*) $\rightarrow$ *Carla é adulta*.

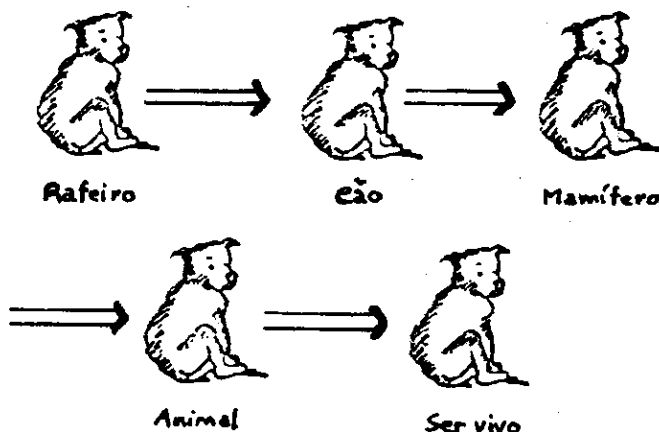
IMPLIC(*Carla é adulta*) $\nrightarrow$ *Carla é humana*.

IMPLIC(*A é um cão*) $\rightarrow$ *A é um animal*.

IMPLIC(*A é um alazão*) $\rightarrow$ *A é um cavalo*.

IMPLIC(*A é um cavalo*) $\rightarrow$ *A é macho*.

IMPLIC(*A é macho*) $\nrightarrow$ *A é um cavalo*.



Este tipo de implicação, puramente linguístico, deve distinguir-se da implicação temporal ou causal, que é a que está presente quando dizemos, por ex., que a doença de uma pessoa implicou a sua morte ou que as acções de um homem implicaram a sua prisão. Contrariamente à implicação causal, a nossa implicação tem de ser sempre e necessariamente verdadeira.

Com o operador IMPLIC podem descrever-se uma série de relações de significado que até aqui não focámos. Uma análise semântica dos operadores que já conhecemos mostra, por ex., que os operadores CONVERT e, mais particularmente, o operador PASS_{ser} (sem complementos elididos) não alteram as relações de implicação de uma frase:

Se: PASS_{ser}(F1) → F2,

então também: IMPLIC(F1) → F2

e igualmente: IMPLIC(F2) → F1.

A frase activa é verdadeira se e só se a frase passiva com *ser* correspondente for verdadeira e vice-versa. A diferença de significado entre ambas não reside portanto na possível verdade ou falsidade. As condições de verdade são iguais para as duas. O operador CAUS também pode ser melhor explicado com o auxílio de IMPLIC. Exemplos:

CAUS(O cão passeia) → Ele passeia o cão

IMPLIC(Ele passeia o cão) → O cão passeia

CAUS(A rola) → B rola A

IMPLIC(B rola A) → A rola.

De uma forma geral, pode afirmar-se que a frase com o predicado causativo implica a frase com o predicado não causativo:

Se CAUS(F1) → F2,

então IMPLIC(F2) → F1

Como o operador IMPLIC se aplica a frases e produz novas frases, podemos aplicá-lo a frases compostas e obter partes destas frases como resultado, ou seja, frases mais simples:

(5) IMPLIC(O relógio parou, quando ele caiu)

→ O relógio parou.

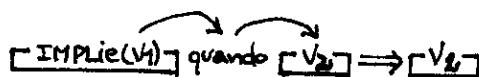
(6) IMPLIC(O relógio parou, quando ele caiu)

→ Ele caiu.

Usando a representação por setas, temos:



mas também:



Mostra-se desta maneira que a verdade da frase *O relógio parou quando ele caiu* depende de dois factos: o relógio ter parado e ele ter caído. A importância do operador IMPLIC para a descrição do significado das frases (e das suas partes) pode ainda ser demonstrada por outros exemplos. A divergência nas implicações que se tiram de frases com as expressões *sabe que* e *supõe que* indica-nos uma diferença de significado importante entre os verbos *saber* e *supor*:

(7) IMPLIC(A sabe que está a chover) →
→ Está a chover.

(8) IMPLIC(A supõe que está a chover) +>
+> Está a chover.

+> Não está a chover.

Isto quer dizer que, do facto de ser verdadeiro que A sabe que está a chover, pode concluir-se que está a chover. Mas do facto de A supor que está a chover não pode concluir-se nem que está a chover nem que não está. O que se passa com *supor* passa-se também com outros verbos, como *crer*, *pensar*, *imaginar*, *sonhar*. É curioso ver que, relativamente ao estado de chuva, a implicação é a mesma se substituirmos *sabe que* por *não sabe que*:

(9) IMPLIC(A não sabe que está a chover)
→ Está a chover.

E isto diz-nos muito sobre o significado da expressão *sabe que*. Este significado torna-se-á mais explícito ainda se o compararmos com o de *sabe se*. Vamos ver que, partindo desta última expressão, voltamos a não poder concluir nada relativamente ao estado de chuva:

(10) IMPLIC(A sabe se está a chover) +>
+> Está a chover.

+> Não está a chover.

(11) IMPLIC(A sabe se não está a chover) +>
+> Está a chover.

+> Não está a chover.

Do simples facto das não-implicações em (8) e (10) serem as mesmas para *saber(se)* e *supor* não se deve concluir que ambas as expressões

têm o mesmo significado; se o tivessem não se verificariam as seguintes não-implicações:

(12) IMPLIC(*A sabe se está a chover*) $\rightarrow$ $\rightarrow$ *A supõe que está a chover.*

(13) IMPLIC(*A supõe que está a chover*) $\rightarrow$ $\rightarrow$ *A sabe se está a chover.*

Mas não há dúvida de que existe uma séria semelhança semântica entre *saber* e *supor*. Se a *supor* acrescentarmos o advérbio *acertadamente*, por ex., a implicação é igual à de *saber* que em (7):

(14) IMPLIC(*A supõe acertadamente que está chover*) $\rightarrow$ *Está a chover.*

Mais uma vez, porém, não é lícito inferir que as duas expressões são sinónimas, porque do facto de uma pessoa *supor* *acertadamente* uma coisa não se pode concluir que a *sabe*:

(15) IMPLIC(*A supõe acertadamente que está a chover*) $\rightarrow$ *A sabe que está a chover.*

Não esgotámos ainda as possibilidades de aplicação do operador IMPLIC às expressões *saber* *que*, *saber* *se* e *supor* *que*. Mas é claro que, se o fizéssemos, ficaríamos com uma boa explanação do significado das três expressões.

O operador IMPLIC também é útil para estudarmos actos linguísticos, como afirmar, perguntar, prometer, etc.:

(16) IMPLIC(*A afirma sinceramente que está a chover*) $\rightarrow$ *A crê que está a chover.*

(17) IMPLIC(*A pergunta sinceramente se está a chover*) $\rightarrow$ *A não sabe se está a chover.*

(18) IMPLIC(*A promete sinceramente que virá amanhã*) $\rightarrow$ *A tem a intenção de vir amanhã.*

Finalmente, IMPLIC pode revelar-nos que tipo de afirmação é a mentira:

(19) IMPLIC(*A afirma que está a chover e A crê que não está a chover*) $\rightarrow$ *A mente.*

Este operador contribui decisivamente para uma caracterização mais aprofundada da relação entre um predicado e os seus complementos e, assim, para a descrição do significado do predicado. Fornece-nos uma categorização semântica dos predicados. Com os complementos, referimo-nos a objectos, dos quais dizemos algo com o predicado. O âmbito a que esses objectos podem pertencer

altera-se consoante o predicado e pode, para um mesmo predicado, ser diferente para os diferentes complementos desse predicado. O âmbito depende do significado do predicado. É por isso que a frase seguinte é desviante:

(20) *A árvore ri.*

O âmbito dos objectos aos quais podemos aplicar o predicado *ri* limita-se ao dos seres humanos. Por outro lado, também é desviante dizer, com o predicado *ceifa*,

(21) *Ele ceifa a tia.*

porque o âmbito do C2 de *ceifa* limita-se a certos objectos não humanos.

Âmbito

Chama-se âmbito do lugar de um predicado ao conjunto de todos os objectos aos quais o predicado se pode aplicar relativamente a esse lugar. Isto é: uma frase só não se torna desviante se cada um dos lugares de um predicado for preenchido por uma expressão designatória de um objecto (ou objectos) pertencentes ao âmbito.

Os âmbitos podem determinar-se com regras da seguinte forma:

(22) IMPLIC(*Ele ceifa A*) $\rightarrow$ *A não é um ser humano.*

É evidente que esta descrição é demasiado lata, porque o âmbito dos objectos que podem ceifar-se é muito mais limitado que o dos seres não humanos. Se tomarmos como exemplo os predicados *pensa*, *cumprimenta*, *come*, *bebe*, *crece*, poderemos mais facilmente estabelecer algumas das mais importantes propriedades do significado destes predicados, bem como das diferenças entre eles:

(23) IMPLIC(*A pensa em B*) $\rightarrow$ *A é humano.*
IMPLIC(*A cumprimenta B*) $\rightarrow$ *A é humano.*

IMPLIC(*A bebe B*) $\rightarrow$ *A é humano ou animal.*

IMPLIC(*A come B*) $\rightarrow$ *A é humano ou animal (ou uma planta).*

IMPLIC(*A cresce*) $\rightarrow$ *A é humano, animal ou vegetal.*

IMPLIC(*A pensa em B*) $\rightarrow$ *B é qualquer coisa.*

IMPLIC(*A cumprimenta B*) $\rightarrow$ *B é humano*.

IMPLIC(*A come B*) $\rightarrow$ *B não é uma bebida*.

IMPLIC(*A bebe B*) $\rightarrow$ *B é líquido*.

A série de predicados *emprega*, *doma* e *cultiva* também beneficia da aplicação de IMPLIC, se quisermos saber os âmbitos dos lugares destes predicados.

(24) IMPLIC(*A emprega B*) $\rightarrow$ *A é humano*.

IMPLIC(*A doma B*) $\rightarrow$ *A é humano*.

IMPLIC(*A cultiva B*) $\rightarrow$ *A é humano*.

IMPLIC(*A emprega B*) $\rightarrow$ *B é humano*.

IMPLIC(*A doma B*) $\rightarrow$ *B é animal*.

IMPLIC(*A cultiva B*) $\rightarrow$ *B é vegetal*.

Estas descrições indicam certas semelhanças: entre *pensa* e *cumprimenta*, por ex., no que respeita a A (âmbito do C1) ou entre *emprega*, *doma* e *cultiva*, também no que concerne A (mais uma vez âmbito do C1); mas indicam também certas diferenças entre estes mesmos predicados relativamente a B (âmbito do C2). Seja como for estas relações semânticas não podem ser encaradas rigidamente. Utilizando a língua metaforicamente podemos dizer, por ex., que uma mulher doma o marido ou que um indivíduo cultiva problemas, ou ainda, como nas fábulas, que um animal cumprimenta outro. Mas a graça destes usos da língua assenta precisamente na infracção destas implicações: o que prova que elas são regras da língua. As infracções aos âmbitos são um dos meios preferidos na construção de metáforas.

Certas relações semânticas que podemos captar com o operador IMPLIC revelam-se quando certos complementos, normalmente exigidos pelo predicado, são elididos. (Este caso não deve confundir-se com o da redução de valência!). Exemplos:

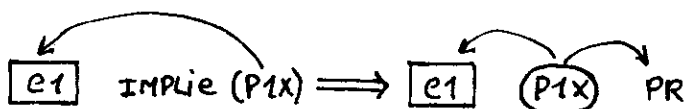
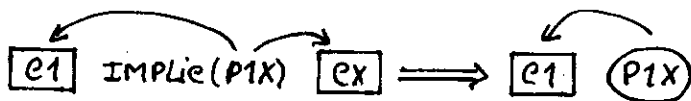
(25) IMPLIC(*A lê um livro*) $\rightarrow$ *A lê*.

(26) IMPLIC(*A lê*) $\rightarrow$ *A lê algo*.

Porque razão não devemos confundir este caso com o da redução de valência? É que, ao dizermos *A lê*, o predicado *lê* continua a ser um predicado de dois lugares (P12), embora tenhamos omitido o C2, i.e., não o tenhamos pronunciado: o C2 continua a existir, como o prova (26). Pela mesma ordem de ideias, a passagem de *A lê* a *A lê algo* também não significa um aumento de valência.



Assim, se escrevermos o símbolo X para representar qualquer dos números dos complementos e o símbolo PR para representar pronomes como *algo*, *alguém*, *algures*, etc., deverá verificar-se em geral:

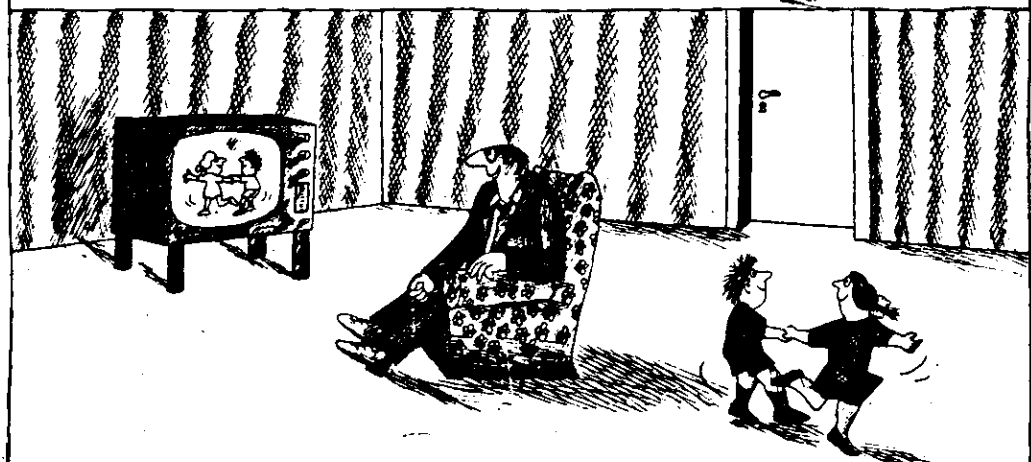
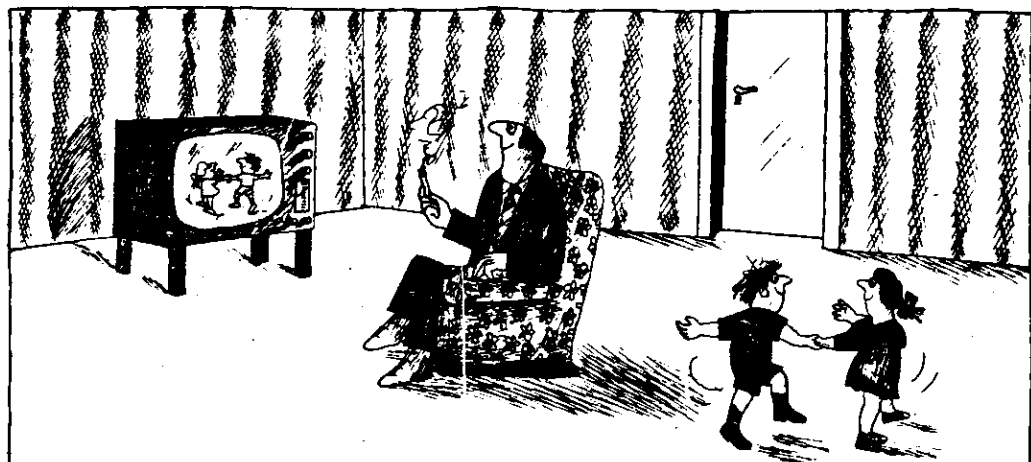


Estas relações só se verificam, contudo, quando a elisão de um complemento é possível, ou seja, quando essa elisão não leva a uma frase desviante: a partir de uma frase como *Ele*

mora algures, por ex., não se pode aplicar IMPLIC e obter **Ele mora*, porque esta frase é desviante.

Operadores Semânticos: Incompatibilidade

A par da implicação, uma segunda relação de significado fundamental é a incompatibilidade. É contemplada na gramática pelo operador INC. Este operador possibilita por um lado a explicitação de certos aspectos do significado das frases e por outro o esclarecimento de determinados problemas elementares de comunicação que têm a sua raiz em contradições e paradoxos.



Filho

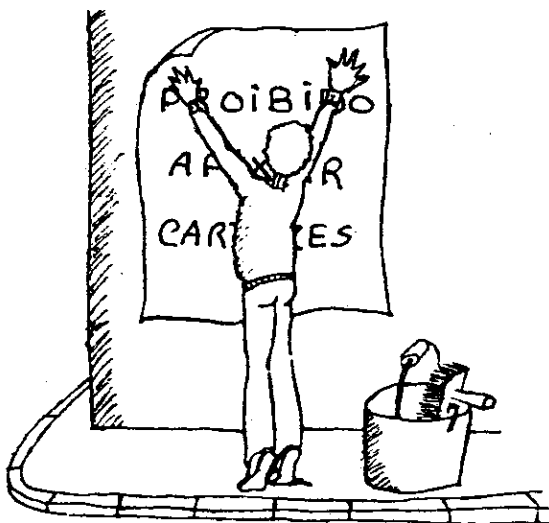
Pai

Fui sempre egoísta e mal agradecido. Não tenho respeito nenhum por mim próprio.

Tens, pois. Então não hás-de ter respeito por ti próprio?

Podia ter, se os outros tivessem respeito por mim: mas ninguém me respeita; todos se riem de mim.

Mas eu tenho respeito por ti, meu filho ... Até porque eu respeito um homem que tem respeito por si próprio.



Os três exemplos que apresentamos parecem-nos paradoxais. Os paradoxos comunicativos como o do segundo exemplo têm sido muito discutidos em psicoterapia nos últimos anos por se ter descoberto serem a fonte de certas esquizofrenias e outros distúrbios comportamentais. Provou-se que a estrutura comunicativa e os papéis comunicativos que vigoram em muitas famílias assentam numa teia de paradoxos como este e em mal-entendidos sistemáticos. São como labirintos complexos que não deixam chegar a boas relações humanas, perante os quais o indivíduo isolado se sente impotente ou então não chega sequer a reconhecê-los como paradoxos. O nosso segundo exemplo recebeu de Laing uma repre-

sentação quase poética: aparentemente, um pai tenta convencer o filho de que o respeita. A estrutura desta instância comunicativa pode representar-se assim:

- (1) Não tenho respeito por mim próprio. ←
- Porque:
- (2) Ninguém me respeita.
- ↑
- (3) Eu respeito-te.
- Porque:
- (4) Tu tens respeito por ti próprio. ←

Como temos que admitir que o pai ouve a frase (1) e não a contesta, é evidente que o filho não pode aceitar a justificação que o

pai dá e o pai deve sabê-lo. Além disso, o filho sem dúvida supõe que o pai o sabe. Não pode, portanto, levar a sério as afirmações do pai nem considerá-las uma tentativa honesta de o convencer, embora aparentemente o sejam. Quando numa família surge um paradoxo como este, é vulgar ouvir dizer ao filho: «O meu pai não me compreende». Esta falta de compreensão é profunda: é uma falta de compreensão geral, que atinge a própria visão do mundo que o filho tem. A sua gravidade revela-se no seguinte: ela começa logo ao nível da linguagem (pai e filho não se entendem, quando falam), mas é uma falta de entendimento que não resulta de um desconhecimento da língua, i.e., do significado das palavras pronunciadas. Esse conhecem-no ambos. A falta de entendimento reside em diferentes pressupostos sobre o mundo. E é isso que é dramático. Por outro lado, como estamos perante um paradoxo, também o pai pode afirmar: «O meu filho não me compreende». E ambos acabam onde tinham começado.

A resolução de paradoxos constitui um desafio para os lógicos desde há muitos séculos. Um dos mais famosos é o paradoxo do mentiroso, que se pode formular assim: um cretense afirma «Todos os cretenses mentem sempre». Se esta afirmação é verdadeira, então tem de se concluir que é falsa, porque foi feita por um cretense.

Os paradoxos caracterizam-se por, de uma forma ou doutra, conterem duas frases incompatíveis. Estas frases podem apresentar-se sob a forma de afirmações explícitas ou então são deduzíveis de outras frases, como se vê na exortação *Sê espontâneo!*, máxima cujo cumprimento é sempre uma infracção a essa máxima; abreviadamente: cumprir a máxima é não a cumprir. Reagir espontaneamente a uma exortação é precisamente não ser espontâneo. A incompatibilidade das duas frases em questão resulta de apenas uma delas poder ser verdadeira. Se um falante afirma ambas, o ouvinte deixa de saber o que fazer, porque não é possível supor que o outro queira afirmar as duas coisas simultaneamente. É por isto que os paradoxos podem ter consequências graves na nossa vida. Quando têm a ver

com as acções humanas, a consequência é incapacidade de agir. Como exemplo podemos dar o caso do professor que quer educar os alunos segundo um método democrático e acha por isso necessário que sejam os alunos a decidir o que devem aprender. Mas para que uma pessoa decida se o que deve aprender é X ou Y, ela tem de saber o que são X e Y. Contudo, se ainda vai aprender o que são X ou Y, não pode de antemão saber o que são X e Y. O professor, porém, tem de partir do pressuposto que os alunos já sabem o que são X e Y. Por consequência, nunca poderá agir segundo este princípio.

A solução para estas situações paradoxais consiste muitas vezes em alterar uma das duas frases incompatíveis de tal forma que elas deixem de o ser. No nosso terceiro exemplo, o afixador de cartazes pode excluir-se a si mesmo da proibição alterando a frase *Ninguém pode afixar cartazes aqui* para *Ninguém excepto eu pode afixar cartazes aqui*. No primeiro exemplo, deixa de haver incompatibilidade se o pai não considerar a «bailação» da televisão igual à «bailação» das crianças no mundo real.

Os paradoxos não devem ser encarados apenas negativamente. O facto de poderem ser resolvidos mostra-nos que já contêm em si as raízes da sua própria alteração. Esta alteração processa-se comunicativamente. Porque, tal como os paradoxos têm carácter linguístico — factos paradoxais é coisa que não existe —, assim também é linguística a possibilidade de serem localizados e solucionados.

Convém notar que o uso de frases incompatíveis nem sempre conduz a paradoxos. Há que distinguir dois casos: (i) um interlocutor afirma uma frase e o outro interlocutor uma outra, i.e., A contradiz B. (ii) Um interlocutor afirma as duas frases simultaneamente, i.e., contradiz-se, caso não mude de opinião. Só neste segundo caso se pode falar de paradoxo.

Paralelamente à implicação, há uma outra relação fundamental para a descrição do significado das frases: é a incompatibilidade entre frases.

Incompatibilidade

Duas frases F1 e F2 são incompatíveis se e só se é impossível que ambas sejam verdadeiras simultaneamente. O operador para esta relação é INC e escreve-se:

INC (F1) $\rightarrow$ F2

Exemplos:

INC (Tu lês um livro) $\rightarrow$ Tu não lês nada.

INC (Tu lês um livro) $\rightarrow$ Tu dormes.

INC (Era a minha avó) $\rightarrow$ Era um homem.

INC (Carlos respeita-se a si próprio) $\rightarrow$ Carlos não se respeita a si próprio.

INC (Sim) $\rightarrow$ Não.

O operador INC é simétrico, i.e., sempre que INC (F1) $\rightarrow$ F2, então também INC (F2) $\rightarrow$ F1. Esta possibilidade de inversão também surge com IMPLIC mas só em certos casos (no caso da passiva de *ser*, por ex.). Isto quer dizer que IMPLIC não é simétrico: o facto de se verificar IMPLIC (F1) $\rightarrow$ F2 não acarreta necessariamente IMPLIC (F2) $\rightarrow$ F1 e vice-versa. Um caso particular da incompatibilidade é a contradição.

Contradição

Duas frases F1 e F2 são a contradição uma da outra (ou são contraditórias), se e só se quando uma é verdadeira a outra é falsa e vice-versa. O operador simboliza-se por CONTRADIZ e escreve-se:

CONTRADIZ (F1) $\rightarrow$ F2

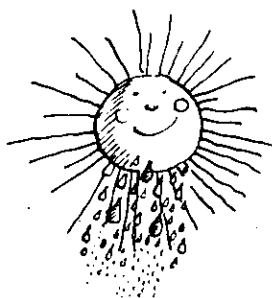
Exemplos:

CONTRADIZ (Carlos respeita-se a si próprio) $\rightarrow$ Carlos não se respeita a si próprio.

CONTRADIZ (O carro era todo verde) $\rightarrow$ O carro não era todo verde.

CONTRADIZ (Ele tinha 1,70 m) $\rightarrow$ Ele não tinha 1,70 m.

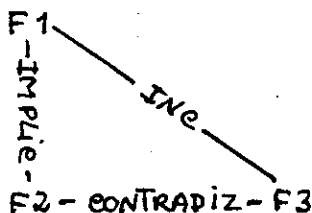
CONTRADIZ (Isso é finito) $\rightarrow$ Isso é infinito.



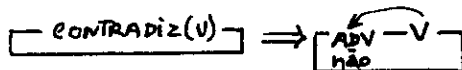
Enquanto que no caso da contradição uma das frases tem de ser verdadeira e a outra falsa, isto não é necessário para a incompatibilidade. No caso da incompatibilidade há outras possibilidades. Uma coisa não pode ser, por ex., ao mesmo tempo toda verde e toda vermelha. Temos, portanto, uma incompatibilidade: INC (O carro era todo verde) $\rightarrow$ O carro era todo vermelho. Contudo, não tem que se dar necessariamente um caso ou outro: o carro podia também ser azul, castanho, vermelho e branco, etc. Logo, esta incompatibilidade não é uma contradição: não é necessário que uma das frases seja verdadeira e a outra falsa — podem ser ambas falsas. A incompatibilidade INC (O carro era todo verde) $\rightarrow$ O carro não era todo verde, essa, sim, é uma contradição — conforme já listámos acima — porque ou a primeira frase é verdadeira e a outra falsa, ou vice-versa: não há outras possibilidades. Quando temos várias frases incompatíveis com uma dada frase, é evidente que só uma dentre elas é a contraditória. Tomando a frase já apresentada acima, *Ele tinha 1,70 m*, podemos listar muitas frases incompatíveis com ela mas só a primeira é a contraditória: INC (Ele tinha 1,70m) $\rightarrow$ Ele não tinha 1,70m.
 $\rightarrow$ Ele tinha 1,80m.
 $\rightarrow$ Ele tinha 1,60m.
 $\rightarrow$ Ele tinha 1,71m etc.

O facto de a incompatibilidade ser mais lata e a contradição mais restrita advém de, no caso de uma frase F1, as contraditórias das frases implicadas por F1 serem incompatíveis

IMPLIE (Ela comprou um anel) $\Rightarrow$ Ela comprou algo
 CONTRADIZ (Ela comprou algo) $\Rightarrow$ Ela não comprou nada
 INC (Ela comprou um anel) $\Rightarrow$ Ela não comprou nada



Uma maneira frequente de, por meios sintáticos, construir a contraditória de uma frase consiste no acrescentamento do suplemento adverbial *não*. Uma representação para esta regra geral seria:



Com as relações da implicação e da incompatibilidade, estamos na posse dos meios linguísticos necessários para descrever e explicar situações paradoxais e problemáticas a que nos leva o simples facto de usarmos uma língua. Estas duas relações são fundamentais para a representação das relações entre os significados das expressões de uma língua. Só por si devem bastar para a descrição semântica, na medida em que o significado de uma expressão linguística determina-se inevitavelmente pela posição que ela ocupa relativamente às outras expressões que constituem o sistema da língua. A explicação do significado de uma expressão linguística, que se realiza sempre por meio de outras expressões linguísticas, não é mais do que a explicitação de relações de significado como estas.

É verdade que, quando se trata de resolver certos problemas comunicativos, o estudo das relações de significados é menosprezado a fa-

vor da chamada explicação pelas causas. Mas há trabalhos empíricos recentes que mostram que no princípio está sempre a questão *O que é?*, ou seja, a questão da interpretação e da compreensão, e que a questão *Porquê?* é secundária. Muitas vezes, a questão do porquê deixa de se pôr quando a questão da interpretação está resolvida. Por outro lado, as respostas aos porquês não são frequentemente mais do que explicações do significado. Quando, por ex., uma criança pergunta *Porque é que ele é um cão?* e recebe como resposta *Porque ladra*, estamos perante um caso destes. A resposta faz apelo apenas a uma relação de significado e não a uma causa:

IMPLIC (Ele ladra) $\rightarrow$ Ele é um cão.

Um fenómeno linguístico complexo que as relações de implicação e incompatibilidade ajudam decisivamente a explicar é a negação. Para mostrar o que é a negação não basta recorrer ao advérbio *não* e ao operador CONTRADIZ aplicado a uma frase afirmativa, como acima fizemos. Isto é, não basta mostrar que se verifica, por exemplo, a seguinte relação entre afirmativa e negativa:

CONTRADIZ (Ele emprestou a casa grande a esse sobrinho) $\rightarrow$ Ele não emprestou a casa grande a esse sobrinho.

E isto não basta para explicar a negação porque com a frase

(1) *Ele não emprestou a casa grande a esse sobrinho.*

fica indeterminado o que é que o falante quer negar. E aquilo que ele quer negar com a frase (1) podem ser diferentes coisas, como mostram as formulações seguintes:

(i) Não foi ele quem emprestou a casa grande a esse sobrinho.

(ii) O que ele fez não foi emprestar a casa grande a esse sobrinho. (Ele deu-lha, por ex.).

(iii) Não foi a casa grande que ele emprestou a esse sobrinho.

(iv) Não foi a esse sobrinho que ele emprestou a casa grande.

As formulações (i) — (iv) revelam que nós, ao incluirmos o advérbio *não* numa frase, queremos normalmente negar uma certa parte daquilo que dizemos, parte essa a que corresponde muitas vezes uma parte-de-frase. É possível pôr isto em evidência acentuando o advérbio *não* e a parte-de-frase em questão ou (no caso da língua escrita) sublinhando-os. Assim, as formulações (i)-(iv) correspondem às frases:

(2) **Ele não** emprestou a casa grande a esse sobrinho.

(3) **Ele não emprestou** a casa grande a esse sobrinho.

(4) **Ele não emprestou a casa grande** a esse sobrinho.

(5) **Ele não emprestou a casa grande a esse sobrinho.**

A parte-de-frase ou expressão linguística atingida pela negação chamamos escopo da negação. Em (2), por ex., o escopo da negação é *ele*, em (3) é *emprestou*, etc. Para explicar o fenómeno da negação, um passo importante a dar é encontrar uma frase que seja neutra relativamente ao escopo, i.e., uma frase em que — ao contrário do que se passa com as frases (2)-(5) — fique indeterminado que parte da frase ou expressão está a ser negada. A frase (1) é, como já vimos, uma frase deste tipo. Mas os lógicos apresentam com esta finalidade um modelo de frase que, embora estilisticamente deselegante, é visto como o mais básico possível para a explicação da negação. É o seguinte:

(6) *Não é verdade que ...*

No lugar das reticências coloca-se grande parte da frase de que se parte. O traço de significado comum às frases (2)-(5) pode ser assim captado pela frase

(7) *Não é verdade que ele tenha emprestado a casa grande a esse sobrinho.*

que é neutra relativamente a qualquer escopo. Isto quer dizer que ela é implicada por qualquer frase com o escopo marcado; verificam-se portanto as seguintes relações de implicação:

IMPLIC (Ele não emprestou a casa grande a esse sobrinho) $\rightarrow$ Não é verdade que ele tenha emprestado a casa grande a esse sobrinho.

IMPLIC (Ele não emprestou a casa grande a esse sobrinho) $\rightarrow$ Não é verdade que ele tenha emprestado a casa grande a esse sobrinho.

IMPLIC (Ele não emprestou a casa grande a esse sobrinho) $\rightarrow$ Não é verdade que ele tenha emprestado a casa grande a esse sobrinho.

IMPLIC (Ele não emprestou a casa grande a esse sobrinho) $\rightarrow$ Não é verdade que ele tenha emprestado a casa grande a esse sobrinho.

A relação de incompatibilidade também contribui para explicar o que é a negação na medida em que — como é fácil ver — as frases com diferentes escopos são incompatíveis entre si (para abreviar, escrevemos os números das frases em vez das próprias frases):

INC (2) $\rightarrow$ 3

4

5

INC (3) $\rightarrow$ 2

4

5

INC (4) $\rightarrow$ 2

3

5

INC (5) $\rightarrow$ 2

3

4

As frases (2)-(5) mostram que o advérbio de negação *não* pode aplicar-se a várias categorias sintáticas: pronomes (frase 2), verbos (frase 3), grupos nominais (frase 4), grupos preposicionais (frase 5). As frases (4) e (5) podem fazer crer que, quando se trata de grupos nominais ou preposicionais, a negação só

se pode aplicar a estes na sua totalidade. Mas tal não é o caso: ela pode aplicar-se também a partes deles, como por ex. um nome, um adjectivo ou um artigo. Vê-se isso nos exemplos seguintes:

- (8) *Ele não emprestou a casa grande a esse sobrinho.*
 (9) *Ele não emprestou a casa grande a esse sobrinho.*
 (10) *Ele não emprestou a casa grande a esse sobrinho.*

Com (8), quer o falante dizer que aquilo que ele emprestou não foi a casa grande mas um carro grande, por ex.; com (9), que a casa emprestada não foi a grande, mas outra mais pequena; finalmente, com (10), que o sobrinho a quem emprestou a casa não foi esse, mas outro. Estas verdades podem ser explicitadas mediante relações de implicação entre as frases (8)-(10), por um lado, e outras frases, por outro:

IMPLIC (*Ele não emprestou a casa grande a esse sobrinho*) → *Ele emprestou*

uma (outra) coisa grande a esse sobrinho.

IMPLIC (*Ele não emprestou a casa grande a esse sobrinho*) → *A casa que ele emprestou a esse sobrinho não foi a grande.*

IMPLIC (*Ele não emprestou a casa grande a esse sobrinho*) → *O sobrinho a quem ele emprestou a casa grande não foi esse.*

Para efectivar a negação, é possível usar outros advérbios para além de *não*. Um muito frequente é *nem*, que tem a particularidade de anteceder sempre a expressão que nega, i.e., vem sempre antes do seu escopo, como o mostram os exemplos seguintes:

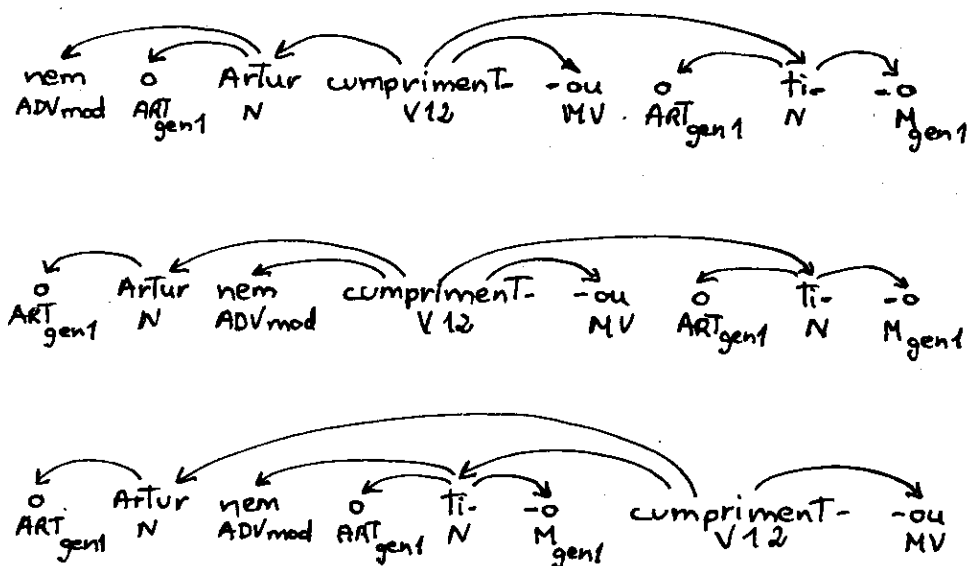
(11) *Nem o Artur cumprimentou o tio.*

(12) *O Artur nem cumprimentou o tio.*

(13) *O Artur nem o tio cumprimentou.*

A diferença de escopo do advérbio de negação leva a diferentes estruturas dependenciais, conforme o elemento que rege o advérbio.

Para as frases (11)-(13), elas são:



Os advérbios de negação *nem* e *não* têm diferentes significados. Isso revela-se no facto de haver certas implicações que seguem de um e não seguem do outro. O estudo sistemático

dessas implicações dar-nos-ia a diferença de significado entre *nem* e *não*. Eis algumas:

IMPLIC (*Nem o Artur cumprimentou o tio*) → *Ninguém cumprimentou o tio.*

IMPLIC (O Artur não cumprimentou o tio)

—> Alguém cumprimentou o tio.

IMPLIC (O Artur nem o tio cumprimentou)

—> O Artur não cumprimentou ninguém.

IMPLIC (O Artur não cumprimentou o tio)

—> O Artur cumprimentou alguém.

Estas últimas fórmulas mostram que a negação também pode residir em pronomes, como *ninguém*. Um outro pronome de carácter negativo é *nada*. O significado destes pronomes negativos pode estudar-se contrapondo-os aos seus correspondentes afirmativos, os pronomes *alguém* e *algo*. Verifica-se que entre *ninguém* e *alguém* subsiste a relação de contradição, bem como entre *nada* e *algo*. Também se costuma contrapor *nada* a *tudo*. Mas entre estes dois pronomes a relação já não é de contradição mas somente de incompatibilidade, precisamente por causa da possibilidade intermédia representada por *algo*.

CONTRADIZ (*Ninguém cumprimentou o tio*)

—> *Alguém cumprimentou o tio.*

CONTRADIZ (*Nada vi*) —> *Vi algo.*

INC (*Nada vi*) —> *Vi tudo.*

Actos Linguísticos e Tipos de Frases

Ao enunciarmos uma frase, praticamos outras acções para além da própria acção de a enunciar: nós afirmamos, perguntamos, juramos, acusamos, pedimos, etc. Cada frase presta-se portanto à execução de um certo número de actos linguísticos. A situação de enunciação e o contexto tornam compreensível qual o acto intendedo pelo falante. Os diversos actos linguísticos têm um reflexo na estrutura frásica, mais concretamente no facto de existirem vários tipos de frases. A gramática deve por isso mostrar quais as relações entre os actos linguísticos e os tipos de frases. Um estudo destas relações revela que a classificação tradicional das frases em quatro tipos é insuficiente e inadequada para explicar a multiplicidade dos actos linguísticos.

Quer subir um bocadinho?

O Senhor Veneranda estava na varanda.

«Eh... O senhor... desculpe!», gritou ele para um cavalheiro que passava na rua naquele momento.

O cavalheiro parou.

«É comigo que está a falar?», perguntou o senhor.

«Sim, é com o senhor...», disse o Sr. Veneranda. [1] «Quer subir um bocadinho?»

«Eu?», perguntou o outro espantado.

«Sim, o senhor, claro!», disse o Sr. Veneranda.

O cavalheiro encolheu os ombros, entrou na casa e subiu a escada até à porta do Sr. Veneranda, onde este o esperava. «Cá estou eu», disse o cavalheiro, «que quer de mim?»

«Eu, nada», disse o Sr. Veneranda.

«Nada? Como nada?», balbuciou o cavalheiro, que pensou não ter ouvido bem, «então porque é que me chamou cá acima?»

«Eu chamei-o cá acima?», disse o Sr. Veneranda espantado, «eu não o chamei cá acima. [2] Eu só lhe perguntei se queria subir um bocadinho. Se subiu, é porque quis. Quando uma pessoa não quer subir, não sobe, não é assim? Principalmente, se não tem nenhuma razão».

[3] «O sr. desculpe mas o sr. disse para eu subir», protestou o cavalheiro energicamente.

«Eu disse-lhe para subir se quisesse», disse o Sr. Veneranda, «mas se não quisesse, eu ter-me-ia obrigado a mim próprio a não o forçar a subir. E aliás por que razão o faria?»

«Pois sim... bem... eu... c'os diabos...», exclamou o cavalheiro, que já não sabia o que havia de pensar.

«Escute-me bem», disse o Sr. Veneranda, «veja se não começa agora a insultar-me. Esta questão resolve-se num abrir e fechar de olhos. Basta o sr. descer as escadas e fica tudo O.K.»

«Mas eu quero...», tartamudeou o cavalheiro; chegou ao fim das suas forças.

«Por quem é, meu amigo», disse o Sr. Veneranda, «eu gostava de deixar bem claro que de forma alguma o quero forçar a descer as escadas: se quer ficar, fique. Não tenho absolutamente nada contra».

O Sr. Veneranda deu meia-volta, voltou para dentro de casa e fechou a porta atrás de si.

Carlo Manzoni

Um crítico de um jornal escreveu sobre o texto anterior o seguinte comentário: «A lógica tem luz verde, os travões do empírico e da realidade não são accionados. O efeito é extraordinariamente cómico, desde que se tenha um dedo para as tropelias da fineza de espírito». E não há dúvida de que o comportamento do Sr. Veneranda é, num dado sentido, lógico. Contudo, este comentário afasta-se em dois pontos da essência do «truque» do Sr. Veneranda. Em primeiro lugar, o crítico tem uma concepção muito particular da lógica: acha que o empírico é qualquer coisa como um travão para a lógica e não sabe que tudo o que é empírico, toda a realidade, só é possível como parte do logicamente possível. A lógica nunca pode estar em situação de oposição aos factos. Em segundo lugar, o nosso crítico não vê que a artimanha do Sr. Veneranda não tem tanto a ver com a lógica no sentido normal da palavra, pois esta ocupa-se apenas de frases, como as de que temos vindo a tratar, das suas relações e estrutura. A lógica não contempla as acções linguísticas que nós podemos executar ao enunciarmos as frases.

Mas é precisamente na questão das acções linguísticas que se baseia o truque do Veneranda: com [1], ele enuncia uma frase interrogativa que, de acordo com as regras do português, é compreendida como uma solicitação, pois não é usual perguntar a alguém sem mais nem menos se quer fazer isto ou aquilo. O cavalheiro reage portanto de forma perfeitamente normal ao considerar a pergunta uma solicitação, conforme diz em [3]. Como o Sr. Veneranda, porém, insiste em afirmar que não o solicitou a subir, o cavalheiro deixa de saber o que deve fazer, certamente por não ser capaz de argumentar que, dadas as cir-

cunståncias, a enunciação desta frase interrogativa deve ser normalmente entendida como uma solicitação. Quando o Sr. Veneranda, com [2], dá a crer que apenas fez uma pergunta, está simplesmente a querer impor como correcto aquilo que é afinal um desvio semântico.

O curioso no comportamento do Sr. Veneranda é que ele sabe muito bem que a enunciação da pergunta deve ser compreendida como solicitação, mas refugia-se naquilo que poderia ser considerado como o significado literal do enunciado, embora a interpretação do enunciado como pergunta não seja mais literal do que a sua interpretação como solicitação, a não ser que uma falsa teoria gramatical determine que por estarmos perante uma frase na forma interrogativa temos obrigatoriamente com ela que fazer uma pergunta. O Sr. Veneranda lembra-nos aquelas pessoas que, intencionalmente, interpretam à letra expressões com sentido figurado e depois insistem que compreenderam muito bem o que se disse. É por isso que muita gente diria que o Sr. Veneranda está dentro da razão e que o problema subsiste apenas por ele ser um perfeccionista no uso da língua. Segundo estas pessoas, estas situações só são possíveis em virtude da nossa língua ser imperfeita e imprecisa.

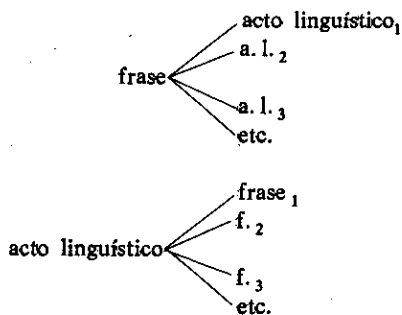
Mas esta opinião não tem fundamento. As regras do português são claras a este respeito: a enunciação do Veneranda deve ser compreendida nesta situação como uma solicitação. De facto neste caso não há qualquer razão plausível para fazer uma pergunta se a ela não estiver associada uma solicitação para subir. O Veneranda não tem portanto razão. Infringe uma máxima comunicativa que se deve sempre seguir:

— Tenta interpretar as enunciações do teu interlocutor de acordo com o que ele quis dizer!

Além disso, o seu comportamento é associial, pois ele age como se a interpretação normal lhe fosse estranha e ele conhecesse outra, correcta, embora jogue secretamente com o facto de conhecer as duas e conte com o seu poder de persuasão para convencer o interlocutor com o argumento da chamada interpretação

literal. É exactamente esta duplicidade hipocrita que, na vida diária, nos choca em tais pessoas.

Com a introdução do estudo dos actos linguísticos na gramática justificamos a definição de frase anteriormente dada (Unidade 3) que apelava precisamente para o conceito de acto linguístico. A relação entre actos linguísticos e frases, porém, não é simples: não se pode dizer que a cada frase corresponda um e um só acto linguístico e também não é verdade o inverso. A relação é, em geral, de um para muitos em ambos os sentidos:



O nosso texto mostra que à frase *Quer subir um bocadinho?* pode corresponder um acto de solicitação para o interlocutor subir um bocadinho. Mas, numa outra situação — certamente menos vulgar — esta mesma frase poderia ser enunciada para de facto perguntar a alguém se queria subir um bocadinho. Por outro lado, as frases *O Veneranda está em casa* e *Está em casa* podem ser ambas usadas para a prática do mesmo acto linguístico, nomeadamente responder a uma pergunta sobre o paradeiro do Veneranda. Da não existência de uma correspondência simples entre acto e frase, podemos inferir duas consequências importantes para a comunicação:

(i) o acto linguístico que um falante está a praticar ao enunciar uma dada frase não é reconhecível pelo interlocutor apenas pela estrutura gramatical e entoacional da frase.

(ii) o acto linguístico que um falante quer praticar não obriga este à escolha de uma só frase, com uma dada estrutura gramatical. (Embora, em certas situações, o obrigue à es-

colha de certas frases em detrimento de outras).

A estrutura gramatical não é, portanto, suficiente indício para interpretarmos o acto linguístico dum interlocutor, nem, por consequência, para compreendermos este. Nem tão-pouco o tipo de frase pode levar-nos a conclusões sobre o tipo de acto linguístico. Contudo, a classificação tradicional das frases em tipos parecia acreditar nessa possibilidade. A própria terminologia usada para designar os tipos de frase o revela: temos, de acordo com ela, a frase afirmativa, a frase interrogativa, a frase imperativa e a frase exclamativa. Mas os actos linguísticos não são só afirmações, perguntas, pedidos e exclamações. Há muitos mais e alguns deles, como a seguir veremos, pertencem a tipos não previstos na tipologia das frases.

A classificação das frases em tipos é motivada pelo facto de se ter verificado existirem entre certas frases fortes semelhanças: dir-se-ia que lhes é comum algo como uma mesma substância e que apenas diferem nos tipos a que pertencem. Exemplo:

- (1) *O Carlos abre a sessão.*
- (2) *O Carlos abre a sessão?*
- (3) *Carlos, abre a sessão!*
- (4) *Como o Carlos abre a sessão!*

O que as frases acima têm em comum é o facto de em todas elas se levantar a mesma questão, a saber: a de o Carlos abrir a sessão. Esta questão é levantada em qualquer delas por meio dos mesmos passos: o falante refere-se ao Carlos e a uma sessão e deles predica a abertura da segunda pelo primeiro. Costuma assim dizer-se que, em qualquer das frases (1)-(4), se exprime a mesma proposição. Para materializar esta ideia, bem como para acentuar que uma proposição não é nem uma frase nem um facto — como vimos já na Unidade 6 —, convencionaremos representar a proposição comum por meio de parênteses quebrados:

- (5) <O Carlos abre a sessão>

Por outro lado, o que distingue as frases é — diz-se também — o modo como esta proposição é expressa e que permite classificá-las em cada um dos quatro tipos frásicos tradicionais:

- frase (1): tipo afirmativo
- frase (2): tipo interrogativo
- frase (3): tipo imperativo
- frase (4): tipo exclamativo

Contudo, que significa dizer que uma dada frase pertence a um dado tipo? A teoria dos tipos de frases fundamenta-se simultaneamente num critério formal e num critério funcional: de acordo com o primeiro, as frases são distribuídas pelos diferentes tipos consoante a sua entoação e/ou estrutura gramatical: a entoação da frase afirmativa não é a mesma da da frase interrogativa, a estrutura gramatical da frase imperativa distingue-a da da frase exclamativa, etc. Ao critério funcional, por seu lado, está subjacente a ideia de que frases de diferentes tipos servem diferentes usos e que os tipos de frases indicam já quais os grandes tipos de actos linguísticos: com as frases afirmativas, fazemos afirmações; com as interrogativas, fazemos perguntas; com as imperativas, damos ordens; com as exclamativas, exclamamos.

Na medida em que a teoria dos tipos de frases se baseia num critério formal e reflecte assim certas características entoacionais e sintácticas da nossa língua, ela justifica-se e deveria (ainda que numa forma renovada) ser contemplada na gramática. Porém, ela não nos deve impedir de reconhecer as suas limitações, porque não é adequada nem como proposta de classificação das frases sob o ponto de vista da estrutura, nem como proposta de classificação dos actos linguísticos. No que diz respeito à classificação das frases, esta teoria não é completa: se o fosse, ela integraria, para qualquer conjunto de frases que exprimem a mesma proposição, todos os tipos de estrutura gramatical que elas podem revestir. Tal, porém, não se verifica. É fácil, por ex., encontrar frases que exprimem a mesma proposição que (1)-(4) e que têm contudo uma estrutura sintáctica e entoação que não se enqua-

dram em nenhum dos quatro tipos:

(6) *Abrisse o Carlos a sessão!*

(7) *Se o Carlos abrisse a sessão!*

Também como teoria fundamentadora de uma classificação dos actos linguísticos ela é insatisfatória. Em primeiro lugar, porque há muitos actos linguísticos que não se podem incluir em nenhum dos quatro tipos previstos. As frases (6) e (7), por ex., são usadas tipicamente para a prática do acto linguístico que podemos designar por expressão de um desejo; ora exprimir um desejo não é nem afirmar, nem perguntar, nem ordenar, nem exclamar. Também relativamente a uma frase como

(8) *Eu prometo abrir a sessão* (dita pelo Carlos),

onde mais uma vez se exprime a proposição (5), se verifica a insuficiência da teoria dos tipos de frases. Segundo esta, estamos perante uma frase afirmativa, mas o acto praticado pelo Carlos na sua enunciação nada tem a ver com a afirmação: trata-se, sim, de uma promessa, acto este não contemplado pela teoria. É talvez o campo das chamadas frases afirmativas que se presta a maior confusão. Outro exemplo: a frase

(9) *Está aberta a sessão.*

seria também classificada pela teoria como frase afirmativa, o que só é correcto como indicação da forma: no que toca ao uso, o falante que diz (9) não faz uma afirmação, mas sim uma declaração (outro acto estranho à teoria dos tipos). A diferença principal entre as duas coisas reside em que a afirmação pode ser encarada como uma descrição de um possível estado de coisas e é susceptível portanto de ser verdadeira ou falsa), enquanto a declaração não tem um carácter descritivo, mas equivale antes à criação de um novo estado de coisas: ao dizer (9), o presidente de uma assembleia não afirma que uma sessão está a decorrer, mas *cria* a própria sessão de trabalho onde até ali havia apenas um grupo de pessoas na mesma sala.

Vemos assim que na comunicação os tipos de actos linguísticos excedem de longe os limites estreitos da tétrade afirmar — perguntar — ordenar — exclamar. Será portanto razoável partir de uma classificação mais abran-

gente e adequada destes actos e considerar depois a teoria dos tipos frásicos como uma hipótese sobre as estruturas gramaticais de que os falantes dispõem para os realizar. Em geral, podem considerar-se seis tipos de actos linguísticos: assertivos, directivos, compromissivos, expressivos, declarativos e avaliativos. Vamos comentar cada um deles em particular. No que segue, colocámos entre parênteses, depois do nome de cada tipo de acto, o nome de um acto exemplar do tipo.

Actos Assertivos (Afirmar)

Ao enunciar uma frase F, um interlocutor A pratica um acto assertivo — como, por ex., afirmar — quando tem o propósito de dar a compreender a um interlocutor B que acredita que o que F expressa é verdade.

Os actos assertivos são portanto todos aqueles em cuja prática se empregam frases susceptíveis de serem verdadeiras ou falsas. Exemplos são: afirmar, informar, negar, responder, descrever, admitir, confessar, retorquir, acrescentar, concordar, discordar, acusar, contestar, levantar a hipótese de, concluir, deduzir, inferir.

As frases usadas em actos assertivos são geralmente do tipo afirmativo, como por exemplo todas as da sequência seguinte:

(10) A: A professora de Geografia faltou.

Afirmar

B: Pois faltou. E já tinha faltado na segunda-feira.

Concordar

Acrescentar

Todos os actos praticados por A e B são assertivos, pois têm a ver com aquilo em que A e B acreditam e podem ser analisados segundo o parâmetro verdade/falsidade. Note-mos que há muitas semelhanças entre os vários assertivos, podendo por isso considerar-se que alguns deles são casos particulares de outros: assim, concordar e acrescentar podem ser vistos como espécies de afirmações que só podem ser feitas em certos contextos. O mesmo se passa com admitir e responder. *Grasso modo*, admitir é afirmar que se fez

algo que desagrada ao interlocutor (ou, noutros casos, afirmar algo depois de um período mais ou menos longo em que não se acreditava no que depois se admite) e responder é afirmar algo como satisfação de uma pergunta:

(11) A: *De certeza foste tu quem partiu o vidro ...*

B: *Sim, fui eu ...*

Admitir

A: *Que tens feito?*

B: *Tenho estado de férias.*

Responder

Actos Directivos (Pedir, Perguntar)

Ao enunciar uma frase F, um falante A pratica um acto directivo — como, por ex., pedir ou perguntar — quando tem o propósito de dar a compreender a B que quer que ele pratique uma acção determinada por F.

A acção que A quer que B pratique pode ser determinada por F de dois modos.

(i) F exprime a acção que A quer que B pratique. É o que se passa com os pedidos.

(ii) F exprime algo que A não sabe. A quer, neste caso, que B pratique uma acção que lhe permita ficar a saber, i.e., que lhe responda. É o que se passa com as perguntas.

Vemos assim que a classe dos actos directivos pode ser subdividida em duas grandes sub-classes, consoante a frase F usada concorda com a condição (i) ou (ii). Estas duas sub-classes designamo-las respectivamente por solicitações e interrogações. Exemplos de solicitações são: pedir, ordenar, suplicar, sugerir, aconselhar, mandar, solicitar (*stricto sensu*), convidar, exigir, rogar, implorar, requerer, exortar. Como exemplos de interrogações temos: perguntar, interrogar (*stricto sensu*), indagar, inquirir, questionar, examinar.

A frase

(12) *Telefona-me às três!*

é tipicamente enunciada para praticar o acto directivo de pedir, porque A quer que B, em virtude de a compreender, lhe telefone às três.

O pedido de A está determinado pela frase enunciada segundo o modo (i) apontado acima, pois a frase (12) exprime a acção que A quer que B pratique: telefonar-lhe às três. Mas nem sempre a acção que nós pretendemos ver praticada é determinada deste modo pela frase que enunciamos. Por exemplo, ao enunciar a frase

(13) *Compras este jornal todas as semanas?*, o falante A também pratica um acto directivo (uma pergunta), visto que pretende que B faça algo. Contudo, o que A pretende que B faça não é expresso por (13): ele não quer, com (13), que B compre o jornal todas as semanas! O modo como a frase determina a acção a praticar por B é diferente: (13) exprime algo que A não sabe(i.e., se B compra o jornal todas as semanas) e A conta com B para compreender isto e praticar a acção pretendida: fazer com que A passe a saber, ou seja, responder-lhe. A frase (13) determina a acção de B segundo o modo (ii) acima indicado e, como tal, estamos perante um acto da subclasse das interrogações. Se quiséssemos definir estes actos de uma forma não explícita diríamos que são aqueles directivos que exigem uma resposta.

Considera-se que as solicitações se apresentam caracteristicamente em frases imperativas, como (12). Não devemos porém esquecer que elas podem ser veiculadas por frases de outros tipos, como a frase interrogativa do Sr. Veneranda. Outros exemplos de frases afirmativas e interrogativas tipicamente usadas em actos de solicitação são:

(14) *Queria um arroz de marisco
e meia de Gaeiras branco.
As senhoras sentam-se à direita
e os cavalheiros à esquerda.
Podia fechar a janela?
É capaz de falar mais alto?*

Também para as interrogações se considera haver um tipo frásico específico: a frase interrogativa. Esta apresenta dois subtipos fundamentais: (i) as chamadas interrogativas de sim/não; (ii) as interrogativas de Q.

As interrogativas de sim/não são aquelas com as quais se pretende do ouvinte uma confirmação ou refutação daquilo que se expressa

na frase interrogativa: quer-se um *sim* ou um *não* como resposta (na pior das hipóteses, um *talvez*). A frase (13) é um exemplo deste subtipo. As interrogativas de *sim/não* caracterizam-se por expressarem proposições. No caso de (13), por ex., a proposição expressa pode representar-se por

(15) <tu compras este jornal todas as semanas>

Com o *sim* ou o *não* do interlocutor, o falante deve passar a saber se esta proposição é, respectivamente, verdadeira ou falsa. Estas interrogativas também são designadas por interrogativas globais, porque o juízo que, com a resposta, o interlocutor expressa sobre a verdade da proposição se aplica a toda a proposição na sua globalidade e não a parte dela. Contudo, isto não significa que o falante não saiba absolutamente nada sobre aquilo que pergunta: normalmente, o falante já sabe algo e a verdade que pretende saber é apenas relativa a uma parte da frase que enuncia. Um falante que use (13), por ex., pode já saber que o interlocutor compra o jornal e apenas quer saber se ele o faz todas as semanas. Ou então já sabe que o interlocutor recebe o jornal todas as semanas e quer saber se ele o compra ou lhe é oferecido. Ou, ainda, sabe que alguém compra o jornal todas as semanas, mas não se é o interlocutor. Etc. Seria até um uso um pouco desviante da frase (13) aquele em que o falante não soubesse nada antes de perguntar. Isto significa que a resposta *sim* a uma interrogativa como (13) é normalmente sobre-informativa. Há processos que permitem a quem pergunta chamar a atenção do interrogado para o foco da interrogativa, i.e., para a parte da interrogativa relativamente à qual se quer uma confirmação. Um deles é a acentuação do foco, por ex.:

(16) *Compras este jornal todas as semanas?*

Outro processo é o uso de uma estrutura sintáctica que põe em relevo o foco:

(17) *É este o jornal que compras todas as semanas?*

As chamadas interrogativas focalizadas, como (16) e (17), são também interrogativas de *sim/não*. Contudo, distinguem-se das não-focalizadas porque, no caso de se lhes seguirem

respostas negativas, proporcionam a quem as fez inferir mais informações. A partir de um *não* como resposta a uma interrogativa de *sim/não* não-focalizada, o interrogador só pode inferir uma refutação, mas o mesmo *não* como resposta a uma interrogativa focalizada permite ao interrogador inferir não só uma refutação como também uma confirmação. Se A enunciar a não-focalizada (13) perante B e B responder *não*, A pode apenas inferir que não é verdade que B compra o referido jornal todas as semanas. Se A, porém, enunciar uma focalizada como (17) e B responder *não*, então A pode não só inferir o anterior, mas também que há um jornal que B compra todas as semanas, só que não é aquele. Outros exemplos de interrogativas focalizadas:

(18) *Es tu quem compra este jornal todas as semanas?*

(19) *É este jornal que tu compras todas as semanas?*

(20) *É todas as semanas que tu compras este jornal?*

A diferença entre as interrogativas não-focalizadas e as focalizadas pode ser ilustrada dizendo que, com qualquer delas, o falante dá a entender que há algo que quer saber, mas no caso das segundas dá além disso a entender que há algo que pressupõe saber. Exemplificando com (13) e (17), isto poderia representar-se respectivamente assim:

(13') Quero saber: se tu compras este jornal todas as semanas.

(17') Pressuponho: que tu compras um jornal todas as semanas.

Quero saber: se é este.

O segundo grande subtipo de frases interrogativas, as interrogativas de Q, tem este nome porque nelas surgem pronomes interrogativos e estes, na sua maior parte, começam pela letra *q*. Um exemplo seria a frase:

(21) *Que jornal compras todas as semanas?*

É fácil ver que estas interrogativas apresentam semelhanças com as interrogativas focalizadas. Tal como nestas, há uma separação clara entre aquilo que se pressupõe e aquilo que se quer saber. Relativamente a (21), por ex., temos a seguinte representação:

- (21') Pressuponho: que tu compras o jornal todas as semanas.

Quero saber: qual é.

A diferença entre as interrogativas focalizadas e as de Q torna-se evidente se compararmos as representações (17') e (21'). Nota-se que é ao nível da forma de exprimir o que se quer saber que elas se distinguem. Enquanto nas interrogativas focalizadas o falante adianta já uma possível resposta para o que quer saber (É este o jornal ...?), nas interrogativas de Q o falante limita-se a exprimir uma incógnita, representada pelo pronome interrogativo (*Que* jornal ...?). Sendo assim, o que se exprime por uma interrogativa de Q não chega a ser uma

- (23) A: *Que jornal compras todas as semanas?*

<tu compras o jornal X todas as semanas>

B:

O «Expresso».

Para além de *que*, usam-se frequentemente neste subtipo de interrogativas os seguintes pronomes interrogativos ou expressões que os contêm: *quem*, *o que* (é *que*), *a quem*, *de quem*, *qual*, *quando*, *onde*, *aonde*, *como*, *quanto*, *porque*, *porquê*. Mais exemplos de interrogativas de Q e das respectivas funções proposicionais:

- (24) *Quem compra este jornal todas as semanas?*

<X compra este jornal todas as semanas>

- (25) *O que é que tu compras todas as semanas?*

<tu compras X todas as semanas>

- (26) *Quando é que tu compras este jornal?*

<tu compras este jornal na altura X>

Actos compromissivos (Prometer)

Ao enunciar uma frase F, um falante A pratica um acto compromissivo — como, por ex., prometer — quando tem o propósito de dar a entender a B que ele (A) se compromete por esse meio a praticar uma acção determinada por F.

A enunciação da frase

- (27) *Prometo levar o miúdo à escola.*

proposição completa, mas é antes uma função proposicional, dado que nela existe uma incógnita. A função proposicional expressa pela interrogativa (21), por ex., pode representar-se do seguinte modo, em que X está pela incógnita:

- (22) <tu compras o jornal X todas as semanas>

Ao X da função proposicional corresponde na frase o pronome interrogativo (*que*, neste caso). As respostas possíveis a uma interrogativa de Q são as expressões pelas quais a incógnita X se pode substituir, transformando a função proposicional em proposição:

serve em circunstâncias habituais para a prática de uma promessa. A acção que o falante se compromete a praticar é determinada por (27) na exacta medida em que encontra uma correspondência na proposição expressa por esta frase:

- (28) <eu levarei o miúdo à escola>.

Outros actos compromissivos são jurar, comprometer-se, dar a palavra de honra, aceitar, exprimir intenção, ameaçar. É preciso ter especial cuidado com palavras como *prometer* e *aceitar* porque elas são ambíguas, podendo designar tanto actos compromissivos como assertivos. Quando uma pessoa diz, por ex.,

- (29) *Aceito trabalhar no sábado.*

está a praticar um acto compromissivo porque ao enunciar (29) exprime a sua intenção de praticar futuramente uma acção e parte do princípio que essa expressão de intenções o compromete perante o interlocutor. Mas com a frase

- (30) *Aceito que este rio é afluente desse.*

já se pratica um acto assertivo, visto que o falante tem o propósito de que os outros ajuzem (30) como a expressão de uma verdade em que se acredita.

Os actos compromissivos têm em comum com os directivos o facto de apontarem para

(31) Volta para casa ou desendo-te.

Actos Expressivos (Agradecer, Exprimir espanto)

Com a frase

(33) *Parabéns por teres sido promovido!*

1 2

Lamento não te ter podido ajudar.

Todos os actos expressivos que até agora mencionámos são institucionais. Mas há outros que o não são: expressar espanto, desejo, horror, amor, etc. No caso deste subtipo de actos expressivos, a sua prática exige a presença do estado psicológico respectivo. As

expressões de espanto e de desejo merecem referência especial porque as regras do português destinam-lhes estruturas sintácticas peculiares. No que toca às expressões de espanto, a estrutura sintáctica que se lhes adequa é a da chamada frase exclamativa, exemplificada na frase (4) ou nas frases seguintes, em que os monemas *que* e *tão* são marcas do estado psicológico:

(34) *Que grande vitória!*

(35) *Que ponte tão comprida!*

As expressões de desejo podem caber, como já vimos, estruturas sintácticas do tipo das de (6) e (7).

Actos Declarativos (Despedir)

Ao enunciar uma frase F, um falante A pratica um acto declarativo ou declaração — como, por exemplo, despedir alguém — quando tem o propósito de dar a compreender ao interlocutor B que a enunciação de F cria um novo estado de coisas.

As declarações são actos linguísticos de um tipo muito especial, que se distinguem dos outros pela relação que mantêm com a reali-

dade. Enquanto os outros actos não nos permitem, por si sós, alterar a realidade (com os assertivos, por ex., constatamos como ela é; com os directivos, exprimimos a nossa intenção de que ela se altere), com os actos declarativos criamos realidades novas pela simples enunciação de certas frases. Quando um patrão diz a um empregado

(36) *Está despedido!*,

este cessa, em virtude de (36), as suas funções na firma: um estado de coisas acabou (X ser empregado de Y) e um novo estado de coisas surgiu (X não ser empregado de Y). Outros exemplos de actos declarativos são: nomear (alguém para um cargo), baptizar, casar (alguém com alguém), casar-se, excomungar, abrir uma sessão, declarar a guerra.

Estes actos partilham com certos expressivos o facto de serem institucionais. São mesmo os actos institucionais por excelência porque exigem das pessoas que os praticam que se encontrem em posições sociais bem definidas: nem toda a gente está em situação de poder baptizar alguém ou declarar a guerra. Na tabela seguinte esboçamos as situações, as frases típicas e as alterações nos estados de coisas que definem certos actos declarativos:

		Antes:	Depois:
O director diz a A:	<i>Nomeio-o chefe da secção S</i>	A era empregado de carteira	A é chefe da secção S
A diz perante o padre e perante B:	<i>Sim</i>	A não era casado	A é casado com B
O papa diz a A:	<i>Excomungo-te</i>	A era membro da comunidade católica	A não pertence à comunidade católica

Actos Avaliativos (Dizer que algo é bom)

Ao enunciar uma frase F, um falante A pratica um acto avaliativo — como por exemplo dizer que algo é bom — quando tem o propósito de dar a compreender a B que a

sua atitude (de A) é favorável/desfavorável relativamente a algo determinado por F.

Um acto avaliativo é o que se pratica com uma frase como

(37) *Esse filme é bom.*

Os actos avaliativos confundem-se frequentemente com os expressivos. Isso acontece quan-

do, por ex., se pensa que enunciar (37) é exprimir que se gosta do filme. A frase (37) seria assim usada com expressão do estado psicológico do agrado. Mas isto não é inevitavelmente assim, como o mostra a possibilidade de nós dizermos

(38) *O filme é bom, mas pessoalmente não gostei.*

O que se passa ao dizer (37) é algo de mais abstracto: o falante exprime apenas que é favorável àquele filme. Mas as razões por que é favorável podem ser as mais diversas. Uma delas pode precisamente ser porque gosta do filme. Mas há outras: porque o filme satisfaz certos critérios de qualidade ou estéticos, porque é instrutivo, porque ilustra certos princípios morais, etc. Tudo depende dos valores que guiam o falante. É exactamente porque estes actos são expressão de valores que se chamam avaliativos. Outros exemplos de actos avaliativos são: dizer que algo é mau, dizer que algo é bonito/feio, criticar, dar opinião, censurar, louvar, galantear.

Os actos avaliativos aproximam-se de certo modo dos compromissivos na medida em que criam certas expectativas no ouvinte relativamente às futuras acções do falante. Tal como se espera de quem promete algo que aja futuramente de acordo com o prometido, também se espera de quem diz (37) que faça certas coisas e não outras, como por exemplo que: (i) se tiver de aconselhar um filme, aconselhe aquele de preferência a outros; (ii) se tiver de ver um filme pela segunda vez, veja aquele de preferência a outros; (iii) se tiver de falar sobre cinema, escolha falar daquele filme em detrimento doutros; etc. Isto não quer dizer que ele tenha de fazer todas estas coisas ou sequer uma só entre elas, mas apenas que são necessariamente deste tipo as acções futuras que se associam ao locutor de frases como (37).

A avaliação é habitualmente posta em oposição à descrição, porque enquanto as descrições podem ser verdadeiras ou falsas, as avaliações não são analisáveis nesses parâmetros. Não faz sentido inquirir da verdade de (37). Quando dois interlocutores dizem, da mesma coisa, um que ela é boa e o outro que é má,

nenhum deles está errado: têm apenas opiniões distintas. Mas a oposição entre avaliar e descrever não é tão grande que não permita a existência — a par de palavras que são essencialmente avaliativas, como *bom* ou *mau*, e de outras essencialmente descritivas, como *municipal* ou *circular* — de muitas outras com as quais simultaneamente se avalia e descreve. Exemplos:

(39) *Ela é uma rapariga sossegada / cumpridora / genial / corajosa.*

(40) *O mar está calmo / sujo.*

Na realidade, na maior parte dos casos nós não fazemos nem puras descrições nem avaliações sem conteúdo descritivo, mas um misto das duas coisas, como na frase seguinte, em que as letras A e D situam os aspectos avaliativo e descritivo:

(41) *Bebi ontem um bellissimo vinho do Porto,*

D A D
reconfortante, velho, bem fermentado.

A+D D A D

O estudo que até agora desenvolvemos dos actos linguísticos pode levar a pensar que a sua prática envolve sempre a enunciação de uma frase que expressa uma proposição ou função proposicional. Mas tal não é o caso. Eu posso, por ex., agradecer a alguém por me ter cedido o lugar no autocarro dizendo apenas

(42) *Obrigado.*

porque a expressão da proposição <você cedeu-me o lugar> torna-se, *supérflua*, face à situação em que se encontram falante e ouvinte. O mesmo se passa em muitas ocasiões em que dizer *sim* equivale só por si a actos perfeitos de resposta, concordância, confissão, declaração, etc. (A verdade é que todas as frases de palavra única, como lhes chamámos na Unidade 6, são usadas para a prática de actos linguísticos em que não há expressão de proposições). Eis alguns exemplos, seguidos da indicação de qual o tipo de acto que servem:

(43) *Tchhh!* (expressivo)

Hurra! (expressivo)

Bolas! (expressivo)

Ai! (expressivo)
Psst! (directivo)
Chiu! (directivo)
Upa! (directivo)
Sim. (assertivo)
Exacto. (assertivo)
Pois. (assertivo)
Culpado. (declarativo)
Rua! (directivo)
Ahn? (directivo)
Então? (directivo)
Combinado! (compromissivo)
Prometo! (compromissivo)
Lamento. (expressivo)
Desculpe. (expressivo)
Parabéns! (expressivo)
Ótimo! (avaliativo)
Lindo! (avaliativo)

Interjeições

INT { *oh, ah, ui, ai, alô, tch, hum, eia, psst, chiu, caluda, apre, ...* }



(Algumas destas expressões podem ainda ser usadas noutros tipos de actos; deixamos ao leitor o cuidado de verificar). De entre todas as palavras que podem ocorrer sozinhas na prática de actos linguísticos há que distinguir dois grupos. O primeiro é o daquelas que podem ocorrer também em construções sintácticas maiores, como *obrigado*, *então*, *prometo*, *parabéns*, *culpado*. O que se quer dizer com estas palavras quando ocorrem sós pode explicitar-se na construção sintáctica complexa, onde estas palavras entram e que expressam proposições:

(44) *Obrigado por me ter cedido o lugar.*

(45) *Então não vens?*

(46) *Parabéns por teres sido admitido!*

(47) *O júri declara o réu culpado de extorsão.*

O segundo grupo é o das palavras que só podem ocorrer sozinhas. Se tentarmos incluí-las em construções maiores, em que se expresse uma proposição, obtemos frases desviantes. Estão neste caso *tchhh*, *psst*, *chiu*:

(48)* *Tchhh por ter sido um desastre tão grande!*

(49)* *Psst para o senhor vir aqui!*

(50)* *Chiu para te calares!*

São palavras como estas que integram a categoria das chamadas interjeições: contudo, sob a condição de terem um carácter directivo ou expressivo.

Nas seis classes de actos linguísticos que distinguimos estão contempladas em traços gerais todas as possibilidades do agir verbal. Mas isto só a um certo nível, porque a outros níveis há ainda outras acções relacionadas com a linguagem. Uma delas, que está na base de todos os actos que estudámos e sem a qual estes não seriam possíveis, é a própria acção de enunciar palavras ou frases. O acto de enunciar é condição *sine qua non* para podermos afirmar, perguntar, ordenar, prometer, felicitar, etc. Temos assim dois níveis a que se situam os actos linguísticos: um nível básico — o da enunciação — e um nível que só pode existir em virtude do básico, onde se incluem todos os actos dos seis tipos estudados. Mas este segundo nível, por sua vez, pode, em certos casos, servir de base a um terceiro, onde se situam actos como ofender, irritar, convencer, dissuadir, encorajar, etc. A relação entre os três níveis pode ilustrar-se atentando no modo como nós descrevemos os nossos actos linguísticos ou os de outrem. Des-

crições destas podem revestir uma forma onde se tornam claros os actos dos três níveis:

— Ao dizer *Não engraxa os sapatos?*,

1

perguntei-lhe se não engraxava os sapatos.

2

Ao perguntar-lhe isso, ofendi-o.

3

— Ao dizer *Só este carro gasta 5 l aos cem*,

1

informei-o de que só aquele carro gastava 5 l

2

aos cem. Ao informá-lo disso, convenci-o a

3

comprar o carro.

— Ao dizer *Faz só mais um esforço!*, pedi-lhe

1

2

que fizesse só mais um esforço. Ao pedir-lhe isso, encorajei-o.

3

Os actos do nível 1 são actos de enunciação; os do nível 2 — onde se incluem os das seis classes estudadas — são os chamados actos ilocucionários; os do nível 3 denominam-se actos perlocucionários.

Os actos ilocucionários ocupam sem dúvida o lugar mais importante quando se querem estudar as regras de uma língua. Por um lado, porque a sua realização depende do significado e da estrutura gramatical das frases enunciadas numa forma que é alheia à execução do acto de enunciação. Por outro, porque são actos que em princípio só recorrendo à língua podem ser praticados, ao contrário do que se passa com os perlocucionários. Quando uma pessoa quer afirmar algo, perguntar, prometer, louvar, etc., tem necessariamente que o fazer por meio do uso da língua. Mas actos perlocucionários como ofender, irritar, etc., podem ser praticados sem qualquer manifestação verbal. Pode ofender-se uma pessoa através de

uma pergunta, como no exemplo acima, mas também se pode ofender alguém fechando-lhe a porta na cara. Irritamos facilmente um indivíduo por via linguística se lhe perguntarmos as horas de cinco em cinco minutos, mas também é possível irritá-lo usando meios não linguísticos: imitando até ao pormenor e diariamente a sua forma de vestir, por ex.

Os actos ilocucionários distinguem-se também dos perlocucionários pelos efeitos que o falante procura despertar no ouvinte. Um acto ilocucionário tem a ver com o propósito de dar a compreender algo a um ouvinte por meio de uma frase F e o único efeito pretendido é que o ouvinte compreenda: quando digo *Paga-me o que me deves!*, pretendo que o outro entenda que quero que ele me pague o que me deve e o acto ilocucionário (pedir, neste caso) surte efeito quando ele entende isso. No caso do acto perlocucionário há ainda um efeito suplementar que eu pretendo alcançar: neste exemplo, que o outro — em virtude do que compreendeu — se sinta ofendido. E só se pode dizer que pratiquei o acto perlocucionário de ofender se ele ficar de facto ofendido. Caso contrário, o mais que posso dizer é que tentei ofendê-lo, mas não consegui.

Se o leitor não se esqueceu do que dissemos na Unidade 6, notará que — por motivos de uma exposição mais clara — simplificámos esta classificação por níveis: entre o acto de enunciação e o acto ilocucionário situa-se ainda por vezes o acto de exprimir uma proposição, o acto proposicional, com as suas componentes de referência e predicação. Com todos estes dados, estamos agora em posição de sistematizar:

Actos de enunciação, proposicional, ilocucionário e perlocucionário

Enunciar palavras ou frases é praticar o acto de enunciação. Quando, ao enunciar uma frase F, um falante A exprime uma proposição, pratica um acto proposicional, constituído pelos actos parciais da referência e da predicação. Quando F é enunciada por A com o propósito de dar a compreender algo a um

interlocutor B, de uma forma determinada por F, então A pratica um acto ilocucionário. Quando F é enunciada por A não só com o propósito de que B compreenda, o que ele quis dar a compreender com F, mas também com o propósito de que essa compreensão motive um dado efeito em B e esse efeito é alcançado, então A pratica um acto perlocucionário.

O estudo dos actos linguísticos não tem feito parte do que tradicionalmente se considera ser uma gramática. Isto explica-se por um lado pelo facto de eles parecerem de facto independentes das estruturas morfológica ou sintáctica da língua e destas poderem aparentemente ser estudadas sem referência a eles. Mas também — e talvez seja esta a razão principal — porque a investigação dos actos linguísticos (até mesmo a própria ideia de acto linguístico) é uma coisa muito recente em filosofia da linguagem e em linguística. Contudo, não é hoje ainda claro até que ponto as descrições sintácticas podem ser completamente independentes do conceito de acção linguística. É sabido que na base de todas as explicações e generalizações sintácticas está uma motivação semântica — mesmo que mínima — e se a semântica tem a ver com aquilo que um falante quer dizer ao enunciar frases, não há dúvida que então também a sintaxe e a gramática em geral não podem ser dissociadas do conceito de acto linguístico. Esta posição já nós a tínhamos adoptado na Unidade 3, quando definimos frase como a mais pequena unidade linguística com a enunciação da qual se pode praticar um acto linguístico completo: o acto linguístico a que nos estamos a referir é precisamente o acto ilocucionário. Como os actos linguísticos são tão importantes para uma correcta compreensão do funcionamento da língua, voltaremos ainda a falar deles com um certo pormenor na Unidade 21.

Junção de Orações: A Coordenação

Na prática da comunicação, as frases compostas desempenham um papel fundamental. As orações que as integram mantêm entre si vários tipos de relações. Uma destas relações é a coordenação. O estudo das estruturas de coordenação faz-se com base nos operadores IMPLIC e INC, bem como numa investigação sistemática do comportamento das conjunções que ligam as orações. Deste estudo, é defensável concluir que a chamada parataxe é um recurso linguístico tão importante como a hipotaxe, apesar desta ser por vezes mais considerada.

Um fragmento de Fernão Lopes

E alguns se metiam às vezes em batéis e passavam de noite escondidamente para as partes de Ribatejo e, metendo-se em alguns esteios, ali carregavam de trigo que já achavam prestes por recados que antes mandavam. E partiam de noite remando mui rijamente, e algumas galés quando os sentiam vir remando, também remavam à pressa sobre eles. E os batéis para lhes fugir e elas para os tomar eram postos em grande trabalho.

Os que esperavam por tal trigo andavam pela ribeira da parte de Xabregas, aguardando quando viesse, e os que velavam, se viam as galés remar para lá, repicavam logo para lhes acorrerem. Os da cidade, logo que ouviam o repique, deixavam o sono e tomavam as armas e saía muita gente e defendiam-se com bestas, se cumpria, ferindo-se às vezes de uma parte de outra. Porém nunca foi vez que tomassem algum batel, salvo uma, em que certos batéis estavam no Ribatejo com trigo e foram denunciados por um homem natural de Almada e tomados pelos castelhanos. E ele foi depois apanhado e preso e arrastado e decepado e enforcado.

(Crónica de D. João I; itálicos nossos)

Quem escreve um texto vê-se inevitavelmente confrontado com duas grandes opções de estilo: uma é a de justapor frases ou construções do mesmo nível sintáctico, independentes entre si (parataxe); a outra, a de construir frases complexas, que incluam orações sintácticas e semanticamente subordinadas a uma oração principal (hipotaxe). Fernão Lopes revela muitas vezes uma acentuada tendência para a primeira destas opções: neste fragmento sobre o cerco de Lisboa, a palavra e ocorre dezoito vezes como elemento de coordenação de frases ou de construções menores. A preferência por este estilo tem sido

apontada como indício de simplicidade e até mesmo de um certo primitivismo. Segundo uma velha tradição do pensamento ocidental, a possibilidade de construir períodos longos e complicados era apanágio de certas línguas e dos que as falavam. Quando mais recentemente uma teoria tentou mostrar que os indivíduos de diferentes classes seguem regras linguísticas diferentes e, em especial, que os das classes mais baixas usam frases menos complexas, esta tradição tomou novas formas e passou a afirmar-se que o uso de frases complexas era consequência de um maior nível intelectual.

Esta ideologia está de acordo com a tradição presunçosa que tende a impor como norma certos hábitos linguísticos, afinal relativos, e que encara o agir linguístico alheio como defeituoso e incorrecto. Segundo ela, detectam-se três séries de insuficiências naquelas que não empregam frases complexas:

- (i) Capacidade intelectual reduzida.
- (ii) Insuficiência na análise lógica da experiência.
- (iii) Captação e reprodução defeituosa das inferências lógicas.

A argumentação em que esta posição se baseia é insustentável. Parte dos dois pressupostos seguintes:

- 1. As construções hipotácticas são mais complexas que as paratácticas.
- 2. As frases complexas são a manifestação de um pensamento complexo.

O primeiro pressuposto peca por superficialidade, pois é apenas de ordem sintáctica e — mesmo dentro deste campo — só reflecte o que algumas teorias sintácticas descrevem. A frase (1), por ex., encontra paralelo numa série de expressões que — embora de estrutura sintáctica diferente — lhe são equivalentes, visto que, sob o ponto de vista do significado, todas servem para exprimir razões:

- (1) *Ele tem um ar triste porque tem fome.*
- (2) *Ele tem fome. Por isso tem um ar triste.*
- (3) *Ele tem um ar triste devido à fome.*
- (4) *Ele tem um ar triste por causa da fome.*
- (5) *Ele tem fome. Tem um ar triste por essa razão.*
- (6) *Ele tem fome. Tem um ar triste.*

(7) *Tem um ar triste. Tem fome.*

O significado destas frases é o mesmo ou semelhante e, se uma teoria sintáctica, nas suas descrições estruturais, não der conta da função de *por isso* ou *devido* da mesma forma que dá conta de *porque*, a insuficiência é da teoria, que não poderá assim provar que uma das expressões é mais complexa que as outras.

O segundo pressuposto, por seu lado, é falso ou pelo menos precipitado. Se os significados das frases acima são os mesmos ou semelhantes, então as potencialidades intelectuais de quem as produz ou compreende também deve ser igual ou semelhante. Além disso, as relações entre a fala e o pensamento são um assunto muito controverso. As discussões que a este respeito têm surgido apresentam um carácter paradoxal. Nunca se conseguiu mostrar até hoje com clareza se há algum modo de aceder ao pensamento de um homem que não seja através das suas produções linguísticas (no seu sentido mais lato) e se existe algum processo de comparar esse pensamento com outra coisa que não sejam posteriores expressões linguísticas.

Contrariamente a estes pontos de vista especulativos, dever-se-ia partir do princípio que a estruturação de um texto não é independente do facto de ele só poder ser compreendido pelo interlocutor como um todo conexo. O que faz de um texto um texto é esta conexão. Mas esta não deve confundir-se com os processos sintácticos da coordenação e subordinação, nem com a presença ou ausência de conjunções e subjunções. Tudo isto são apenas manifestações materiais da conexão, que consiste nas relações de significado entre as frases do texto.

Até agora, ao falarmos dos operadores semânticos, ocupámo-nos principalmente de um certo tipo de relações entre frases, que poderíamos designar por relações verticais: uma frase está, por ex., implicitamente contida

noutra, como no caso das implicações. Mas também já tratámos de casos em que certas construções sintácticas mais pequenas estão contidas ou são parte de uma frase, mas de forma explícita: as construções mais pequenas apresentam-se, na cadeia frásica, claramente justapostas ou uma dentro de outra. Quando isto acontece podemos dizer que estas construções sintácticas — as chamadas orações — mantêm relações de tipo horizontal. Uma frase explicitamente constituída por duas ou mais orações exemplifica um fenómeno gramatical corrente: o da junção de orações. Há diversos tipos de junções entre orações, a que correspondem diversos significados. Para o estudo destas junções são úteis os operadores semânticos que temos vindo a focar.

Uma possibilidade importante da junção de orações consiste em coordená-las. A coordenação frásica é um processo de junção de orações que tem a particularidade seguinte: nenhuma das orações coordenadas é parte de outra oração coordenada. As orações apresentam-se a par, de tal forma que, sendo independentes entre si, cada uma delas pode ser usada isoladamente (como frase) para a execução de outro acto linguístico. Um exemplo de junção de orações por coordenação seria

(8) *O automóvel parou e os passageiros saíram,*

onde é fácil ver que cada uma das orações coordenadas é auto-suficiente, no sentido em que pode, só por si, ser usada como frase noutros actos de afirmação, a saber:

(9) *O automóvel parou.*

(10) *Os passageiros saíram.*

A coordenação opõe-se a subordinação, processo de junção em que precisamente pelo menos uma das orações que sofre este processo é parte de outra. Um caso típico de junção por subordinação é o das orações relativas:

(11) *O teu primo, que já tinha visto o filme, saiu.*

Aqui temos uma oração que é parte de outra e que, isoladamente, não pode servir para a prática de um acto linguístico. Com a cadeia

(12) *Que já tinha visto o filme,*

não se pode, por ex., afirmar nada.

Coordenação frásica

Duas ou mais orações estão coordenadas quando se encontram justapostas numa cadeia frásica, sem que nenhuma seja parte de outra. Exemplos:

- (13) *Este cronista tem bom estilo e o estilo é importante.*
 (14) *Ou bebes ou conduzes.*
 (15) *Ele abriu a sessão mas ninguém tomou a palavra.*

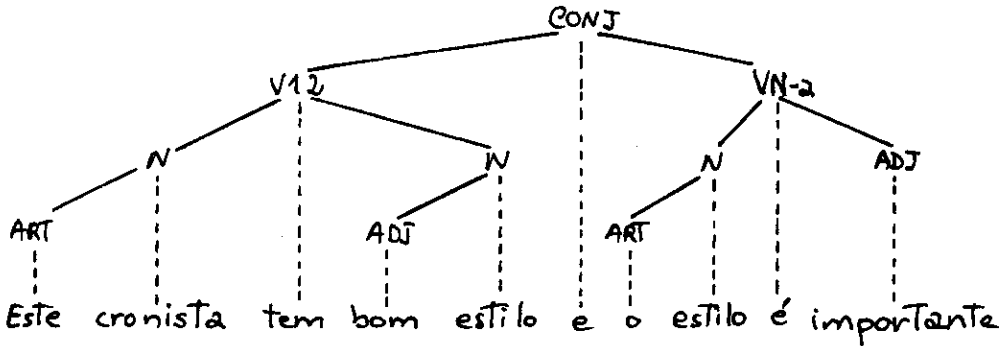
As orações coordenadas são geralmente ligadas por monemas de uma categoria lexical própria. Chamam-se conjunções. Abreviatura: CONJ.

Conjunção

As conjunções são monemas que ligam dois elementos da mesma categoria sintáctica. Há dois tipos de conjunções: unitárias, como *e*, e bipartidas, como *ou... ou*.

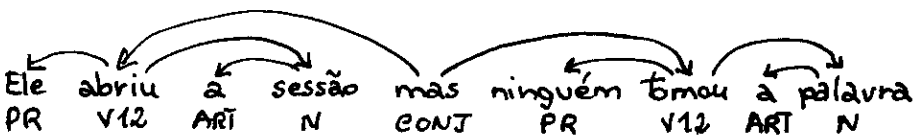
CONJ { *e, ou, nem, mas, tanto ... como, mas sim, bem como, assim como, ou ... ou, ora ... ora, seja ... seja, quer ... quer, já ... já, nem ... nem, ...* }

Na representação por árvore de duas orações coordenadas, a conjunção ocupa a posição mais alta e faz depender directamente de si dois elementos da mesma categoria:



Na representação por setas, a conjunção que liga as duas orações é aquele elemento de que partem duas setas, conduzindo a dois elemen-

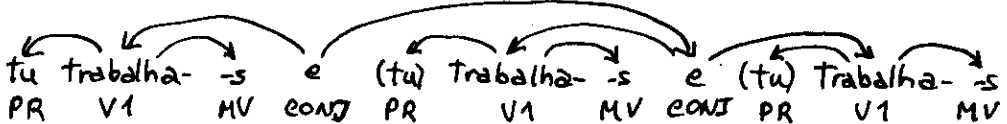
tos da mesma categoria, e que não é ponto de chegada de nenhuma seta:



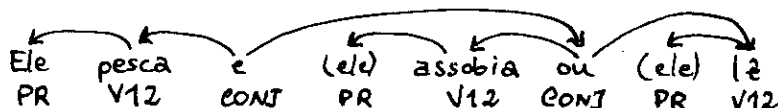
A forma como definimos conjunção deixa em aberto: (i) a possibilidade de a coordenação ser recursiva, i.e., de haver conjunções das quais dependem outras conjunções; (ii) a possibilidade de outras categorias sintácticas para além das orações serem passíveis de coordenação.

A recursividade relativamente à coordenação surge sempre que numa mesma frase uma conjunção se repete ou quando nela ocorrem duas (ou mais) conjunções diferentes:

- (16) *Tu trabalhas e trabalhas e trabalhas.*
 (17) *Ele pesca e assobia ou lá.*



Geralmente a coordenação recursiva procede da esquerda para a direita, i.e., dadas duas conjunções, a da esquerda rege a da direita, como no exemplo acima. Há portanto um paralelismo entre a ordem por que são enunciadas as conjunções e as relações estruturais entre elas: a primeira a ser enunciada é a que rege as outras, a segunda depende da primeira e rege as seguintes, etc. Quando é assim, a presença de mais de uma conjunção na mesma frase não causa dificuldades de compreensão no ouvinte ou no leitor. Mas a coordenação recursiva também pode proceder da direita para a esquerda. O exemplo (17)



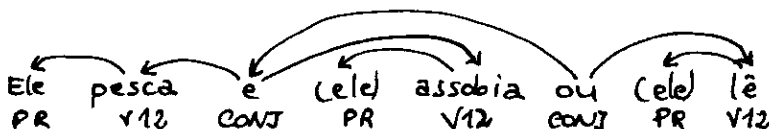
Segundo a interpretação (17b), ele costuma escolher entre duas actividades: uma delas é pescar assobiando, a outra é ler. A estrutura

pode ser interpretado deste modo. É susceptível de ser entendido como (17a) ou como (17b):

(17a) *Ele pesca e (assobia ou lê).*

(17b) *Ele (pesca e assobia) ou lê.*

Os parênteses servem para indicar uma mais estreita relação entre as partes que estão dentro deles. Segundo a interpretação (17a), ele tem uma actividade bem definida: a pesca; para além disso, ele acompanha-a, ora do assobio, ora da leitura. A estrutura dependencial desta frase apresenta coordenação recursiva da esquerda para a direita:

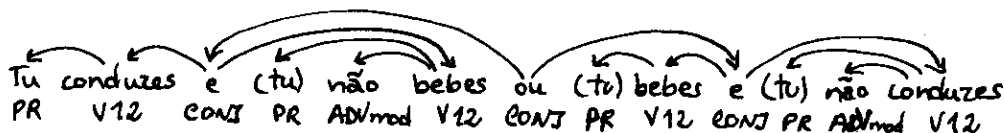


dependencial desta frase ilustra o caso da coordenação recursiva da direita para a esquerda:

Também há casos em que, na mesma frase, temos simultaneamente coordenação recursiva da direita para a esquerda e da esquerda para a direita, como em

(18) *Tu conduzes e não bebes ou bebes e não conduzes,*

cujas únicas interpretações não contraditórias são (18a) *Tu (conduzes e não bebes) ou (bebes e não conduzes).*



(Omitimos a representação individualizada dos morfemas verbais).

A coordenação de orações pode ser vista num certo sentido como coordenação de verbos (ou predicados). Mas não são só os verbos que podem ser ligados por coordenação. Os nomes, por ex., também, assim como os adjectivos:

(19) *Nós estudamos gramática e literatura.*

(20) *Ela não era bonita mas simpática.*

Também a coordenação de nomes ou adjectivos está intimamente relacionada com a coordenação frásica. As frases (19) e (20), por ex., evocam duas outras em que a coordenação é entre frases:

(19a) *Nós estudamos gramática e nós estudamos literatura.*

(20a) *Ela não era bonita mas ela era simpática.*

A possibilidade de estabelecer estas paráfrases indica que (19) e (19a), por um lado, e (20) e (20a), por outro, tem sensivelmente o mesmo significado. Existem contudo casos em que uma coordenação parcial não encontra uma coordenação frásica que lhe corresponda:

(21) *A e B são iguais.*

(21a) **A é igual e B é igual.*

E pode ainda acontecer que a coordenação frásica tenha um significado muito diferente do da coordenação parcial:

(22) *Muitos foram e regressaram.*

(23) *Muitos foram e muitos regressaram.*

A	B
<i>A minha mulher e a tua são diferentes.</i>	<i>A minha infelizmente não é.</i>

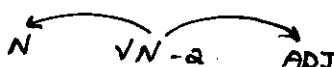
Para darmos conta destes factos e de eventuais ambiguidades, temos portanto que admitir, a par da coordenação verbal, a coordenação de outras categorias:

Coordenação

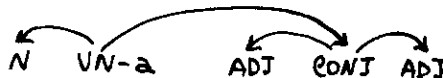
Numa representação dependencial, um elemento pertencente a uma dada categoria lexical pode geralmente ser substituído por uma conjunção da qual dependam dois elementos dessa mesma categoria lexical. Ao conjunto da conjunção e dos elementos dela dependentes (directa e indirectamente) chama-se coordenação.

Isto quer dizer apenas que se existir na

nossa língua, por ex., uma estrutura abstracta do tipo



então também deve existir:



O que é verdade e pode ser comprovado por frases como

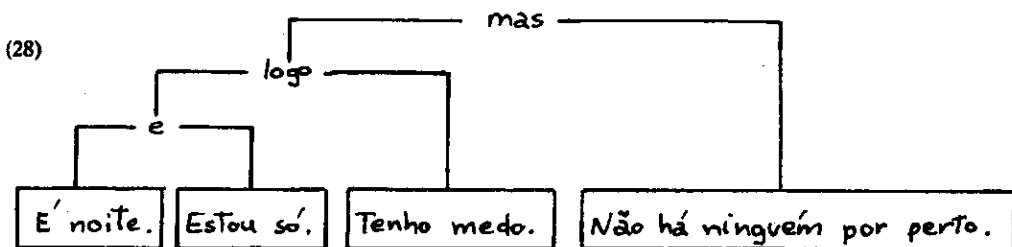
(25) *Carlos é alto.*

(26) *Carlos é alto e forte.*

Até agora temos considerado a coordenação como um fenómeno indissociavelmente ligado à ideia de conjunção. Mas há quem admita a possibilidade de coordenação sem conjunção: a chamada coordenação assindética, em que as frases se encontram meramente justapostas, constituindo um texto. Um exemplo:

(27) *Eles ficaram. Os outros saíram.*

Define-se por vezes texto como uma sequência de frases; mas a definição é incompleta, porque tem que ser uma sequência de frases interligadas. Em que consiste, porém, esta interligação se as conjunções estiverem ausentes? Desta forma não é possível definir texto satisfatoriamente. É todavia possível explicitar toda a estrutura de um texto por meio da coordenação. O que implica apesar de tudo o recurso a conjunções que, não estando presentes no texto, são, por assim dizer, reconstruídas pelo espírito. Esta forma de expressão pode levar a aberrações, mas não há dúvida que ela indica razoavelmente o que é um texto.



Convém não esquecer que a reconstrução de conjunções é hipotética e que as aberrações surgem quando se afirma peremptoria e defi-

nitivamente que o texto significa isto ou aquilo. Quando se afirma, por ex., que (27) significa: *Eles ficaram mas os outros saíram.* Uma

reconstrução é sempre o resultado de uma dada interpretação entre as várias possíveis que o significado do texto permite.

Se se encarar um texto como uma grande coordenação, esta será muitas vezes da esquerda para a direita. Mas também pode ser da direita para a esquerda, como no exemplo (28). Pode também conter zonas mistas, com os dois tipos de coordenação formando estruturas de complexidade variável. A interpretação dada ao conjunto depende das conjunções escolhidas para ligar cada par de frases. Uma interpretação de (27) é a que resulta da junção das duas frases por meio de *mas*; porém, outras interpretações adviriam caso escolhêssemos *pois* ou *e*.

A estrutura de uma interpretação relaciona-se assim com o significado da conjunção ou conjunções escolhidas. Os significados das diversas conjunções são tão importantes para a comunicação que alguns deles foram sistematizados pela lógica e, por esta via, reintroduzidos na gramática. Um meio útil de os explicitar reside na aplicação de certos operadores a frases com conjunções:

IMPLIC (*A escreve bem e B escreve mal*)—>
—> *A escreve bem.*

IMPLIC (*A escreve bem e B escreve mal*)—>
—> *B escreve mal.*

Generalizando, podemos dizer que se verifica para orações ligadas por *e* o seguinte:

IMPLIC (O1 e O2)—> O1.

IMPLIC (O1 e O2)—> O2.

Portanto, quando uma pessoa afirma que viu Fulano e Cicrano, está a afirmar as duas coisas.

A conjunção *ou* comporta-se de forma diferente, pois as duas regras acima não são válidas para ela:

IMPLIC (*A escreve bem ou B escreve bem*)
—> *A escreve bem.*

IMPLIC (*A escreve bem ou B escreve bem*)
—> *B escreve bem.*

Se quisermos contudo descrever mais precisamente o significado de *ou*, será útil recorrer ao operador INC, ao advérbio *não* e à conjunção *e*, já comentada:

INC (*A escreve bem ou B escreve bem*)—>
—> *A não escreve bem e B não escreve bem.*

Esta última regra indica apenas que, se eu afirmo que A ou B escrevem bem, não posso estar simultaneamente a querer dizer que nenhum deles escreve bem.

Em geral, temos assim as seguintes regras para *ou*:

IMPLIC (O1 ou O2) $\nrightarrow$ O1.

IMPLIC (O1 ou O2) $\nrightarrow$ O2.

INC (O1 ou O2)—> não-O1 e não-O2.

As mesmas regras são válidas para a conjunção bipartida *ou ... ou*. Há ainda uma particularidade assinalável do significado destas conjunções. Se um indivíduo disser

(29) *A noite, ouço rádio ou leio o jornal,*
não temos dúvida que não pode estar a querer dizer que não faz nenhuma das coisas. Mas em relação às outras possibilidades, a frase é indeterminada. O indivíduo pode estar a querer dizer

(i) que faz uma qualquer das duas coisas, mas não as duas simultaneamente.

(ii) que faz uma qualquer das duas coisas, ou ou então as duas simultaneamente.

É a situação de comunicação que vai permitir ao ouvinte determinar se deve compreender (29) segundo a leitura (i) ou a (ii). Ao uso da conjunção *ou* de acordo com (i) chama-se uso exclusivo; ao uso de acordo com (ii), uso inclusivo. Em geral, quando alguém faz uma afirmação da forma (*ou*) O1 ou O2, ela é verdadeira no seu uso exclusivo se (i) ou O1 é verdadeira, ou O2 é verdadeira, mas não O1 e O2; e é verdadeira no uso inclusivo se

(ii) ou O1 é verdadeira, ou O2 é verdadeira, ou O1 e O2.

Exemplos do uso exclusivo destas conjunções são

(30) *Conduzir ou beber, há que escolher.*

(31) *Ou passas o ano ou reprovias.*

O uso inclusivo está ilustrado em

(32) *Pode comparecer à reunião quem for ex-aluno da escola ou professor.*

(33) *O curso de enfermagem destina-se a quem tiver o 12.º ano ou 10 anos de prática.*

Que (32) e (33) devem ser interpretados de forma inclusiva evidencia-se pelo facto de um professor que tenha sido aluno da escola também poder comparecer à reunião e pelo facto de poder frequentar o curso de enfermagem quem reúna não só uma, mas as duas condições: o 12.º ano e os 10 anos de prática.

Uma outra conjunção, cujo significado permite uma explicação por meio de *e* e *não*, é *nem ... nem*:

IMPLIC (*Nem ele é meu cunhado nem ela é minha irmã*) —> *Ele não é meu cunhado e ela não é minha irmã.*

IMPLIC (*Ele não é meu cunhado e ela não é minha irmã*) —> *Nem ele é meu cunhado nem ela é minha irmã.*

Contudo, esta conjunção também pode explicar-se — e mais facilmente — se estivermos de posse do significado de (ou)... ou:

INC (*Nem ele é meu cunhado nem ela é minha irmã*) —> *Ou ele é meu cunhado ou ela é minha irmã.*

Portanto, são válidas para *nem ... nem* as seguintes regras gerais:

IMPLIC (Nem O1 nem O2) —> não-O1 e não-O2.

IMPLIC (Não-O1 e não-O2) —> Nem O1 nem O2.

INC (Nem O1 nem O2) —> Ou O1 ou O2.

Conforme temos visto, a conjunção *e* relaciona-se de perto com várias outras, de tal forma que o significado destas últimas se pode explicar parcialmente por meio das relações que mantém com *e*. A conjunção *logo* não foge à regra. De facto, pode dizer-se que parte do significado de *logo* corresponde ao de *e*, como mostra a validade da implicação:

IMPLIC (*Tinha chovido; logo, as ruas estavam molhadas*) —> *Tinha chovido e as ruas estavam molhadas.*

Mas o significado de *logo* ultrapassa o de *e* porque (para retomar o exemplo anterior) quem afirma

(34) *Tinha chovido; logo, as ruas estavam molhadas.*

não quer apenas dizer que tinha chovido e as ruas estavam molhadas, mas também possivelmente que as ruas estarem molhadas é consequência de ter chovido, que é a causa. Es-

taríamos portanto tentados a explicar o resto do significado de (34) com base nas ideias de consequência e causa e a utilizar por isso a expressão *porque*, que liga geralmente estas ideias, na explicação de *logo*. Diríamos assim que o esquema frásico O1 *logo* O2 implica O2 *porque* O1, em que *porque* liga a consequência à causa. Não há dúvida que isto parece ser verdade para (34): aparentemente, (34) implica

(35) *As ruas estavam molhadas porque tinha chovido.*

Mas a hipótese revela-se falsa se pensarmos que nós também dizemos

(36) *As ruas estavam molhadas; logo, tinha chovido.*

e que é absurdo supor que, com (36), se quer dizer que ter chovido é consequência de as ruas estarem molhadas! Isto é, ao contrário do previsto pela nossa hipótese, (36) não implica

(37) *Tinha chovido porque as ruas estavam molhadas.*

Se escolhermos mais frases, veremos que a hipótese de explicar *logo* pelas ideias de consequência e causa, fazendo uso de *porque*, é arriscada. Perante

(38) *O tempo estava de chuva; logo, ele foi buscar o chapéu.*

(39) *Ele foi buscar o chapéu; logo, o tempo estava de chuva.*

(40) *Eu vi-os saírem juntos; logo, conhecem-se.*

esta hipótese satisfaz, quando muito, a frase (38). Para as outras, ela é paradoxal: o facto de alguém ir buscar o chapéu não pode ter como consequência um tempo chuvoso, nem ver duas pessoas saírem juntas pode ter como consequência elas conhecerem-se!

Portanto, o falante que usa frases da forma O1 *logo* O2 não aponta necessariamente O1 como causa e O2 como consequência. De uma forma geral, apenas se pode dizer que ele dá O1 como uma razão para concluir O2. Sendo assim, podemos explicar mais cabalmente O1 *logo* O2 partindo das ideias de conclusão e razão; ou, em termos linguísticos, pela expressão *concluo que* O2 *porque* O1, em que a expressão *porque* tem como função introduzir uma razão do falante. O leitor pode facil-

mente verificar que esta hipótese satisfaz todas as frases apresentadas.

Há agora que determinar qual a relação que a expressão *O1 logo O2* mantém com *concluo que O2 porque O1*. Não é claro que se trate de uma implicação, visto que um falante que diga *O1 logo O2* não está, desse modo, igualmente a dizer (no sentido forte da palavra) que conclui *O2* porque *O1*: está, antes, a dar a entender ou a implicar isso. Podemos, portanto, sugerir que, ao afirmar *O1 logo O2*, um falante implícita *concluo que O2 porque O1*. A esta relação entre as duas frases damos o nome de implicação semântica. Chamamos-lhe semântica porque é o próprio significado da palavra *logo* que indica ao interlocutor a presença de uma implicação para lá daquilo que, materialmente, foi dito.

Não é só *logo* que acarreta a implicação semântica: outras conjunções também e ainda monemas de outras classes, como os advérbios (*até, nem, mesmo*, por ex.).

Implicação semântica

Uma implicação semântica surge quando numa frase há um monema, parte do significado do qual consiste em indicar ao ouvinte que deve deduzir algo para além do que é expresso pela frase. Monemas deste tipo são, por ex., algumas conjunções e advérbios.

Diz-se, portanto, que um interlocutor A, ao enunciar uma frase da forma *O1-CONJ-O2*, implícita semanticamente *O3* perante um interlocutor B quando o significado de *CONJ* indica a B que deve deduzir *O3* a partir de *O1-CONJ-O2*. Abreviatura para a implicação semântica: *IMPLICIT*. Fórmula geral: *IMPLICIT (O1-CONJ-O2) —> O3*.

Esta fórmula deve ser particularizada para *logo*, se quisermos dar uma descrição mais adequada do significado desta conjunção; acrescentamos assim uma segunda regra à já apresentada para *logo*:

IMPLIC (O1 logo O2) —> O1 e O2.

IMPLICIT (O1 logo O2) —> concluo que O2 porque O1.

Convém distinguir sistematicamente a implicação (*IMPLIC*) da implicitação (*IMPLICIT*). Uma das diferenças entre as duas reside em que, no caso de *IMPLIC*, podem determinar-se com exactidão quais as frases implicadas por uma dada frase, mas o mesmo não se passa para *IMPLICIT*: a frase ou frases implicadas ao dizer uma dada frase variam na sua formulação consoante a situação e os interlocutores.

Isto parece ser uma característica geral da implicação. Ela não se verifica só na implicação semântica, mas também naquilo a que se pode chamar implicação conversacional. A implicação conversacional é a que um falante faz sem recorrer a qualquer monema indicador de implicação, mas servindo-se apenas do que crê serem conhecimentos comuns a si e ao ouvinte. A pode dizer

(41) *São dez e dez, Sr. B!*

e com esta frase implicar

(42) *Já perdeu o comboio*.

Como pode ele fazer esta implicação, quando nenhum monema de (41) indica a B a sua presença? A acredita existirem conhecimentos mútuos, partilhados por ele e por B. Pensa, por ex., que se verifica o seguinte:

O sr. B toma todos os dias o comboio das dez. Quando aparece na estação, é para apanhar esse comboio, que parte sempre à hora. Eu, como chefe da estação, sei sempre se um comboio partiu ou não e a que horas, porque sei sempre as horas certas. O sr. B sabe tudo isto. E sabe que eu sei que ele sabe.

Com base nestes conhecimentos, A assume que lhe basta dizer (41) para que B facilmente deduza a implicação (42). Para tanto é suficiente que os conhecimentos expostos sejam realmente mútuos: isto é, que tudo o que qualquer dos dois sabe, o outro saiba que ele o sabe.

Saber mútuo

A e B têm um saber mútuo relativamente a uma coisa C, quando:

A sabe que C

B sabe que C

A sabe que B sabe que C

B sabe que A sabe que C
A sabe que B sabe que A sabe que C
B sabe que A sabe que B sabe que C
etc.
etc.

Implicação conversacional

Com a frase F1, A pode implicar conversacionalmente perante B que F2, se existir um saber mútuo entre A e B relativamente às coisas que permitem concluir F2 a partir de F1.

Abreviatura para a implicação conversacional: IMPLICIT-C. Fórmula geral:

IMPLICIT-C(F1) —> F2.

Tal como para a implicação semântica, também não se podem determinar à partida quais as frases implicadas conversacionalmente por uma dada frase. Isso depende dos interlocutores e, como se costuma dizer, da situação. Falar de situação é, contudo, como vimos, bastante vago. Melhor seria dizer: do estado do saber mútuo dos interlocutores. Ou, mais precisamente ainda, do estado das suas crenças mútuas. Porque para a implicação conversacional surgir não é necessário que A e B saibam de facto algo: basta que creiam sabê-lo e que as suas crenças sejam mútuas.

Dada a natural indeterminação das frases conversacionalmente implicadas por outra frase, segue-se que, consoante os interlocutores e os diversos saberes mútuos, a frase (41), por ex., poderia dar azo às mais díspares implicações:

IMPLICIT-C (São dez e dez, sr. B!) —>

- Já perdeu o comboio.
- Vem muito cedo hoje!
- Hoje por acaso foi pontual.
- Já não o posso atender.
- São horas de telefonar à sua mulher.
- Partamos!
- etc.

A última conjunção de que nos vamos ocupar é *mas*. Também existe um parentesco estreito entre esta conjunção e *e*, de tal modo que se verifica geralmente

IMPLIC (O1 mas O2) —> O1 e O2, como se pode demonstrar aplicando a regra, por ex., a

(43) *Ele estava doente, mas foi ao emprego.*
O significado de *mas* apresenta, porém, um acréscimo relativamente a *e* que se costuma descrever dizendo que *mas* indica um contraste entre as frases que liga: em (43), o facto de ele ter estado doente contrasta com o facto de ter ido ao emprego. Dizer contudo que *mas* tem função contrastiva não esgota a análise do seu significado porque, ao enunciar *mas*, o falante implica além disso qual a razão do contraste. Isto é: tal como para *logo*, também *mas* dá origem a implicações semânticas. No caso de (43), por ex., o falante pode implicar que o facto de ele ter ido ao emprego contrasta com as suas expectativas:

IMPLICIT (*Ele estava doente mas foi ao emprego*) —> *Dado que ele estava doente, não seria de esperar que fosse ao emprego.*

IMPLICIT (*Ele estava doente mais foi ao emprego*) —> *Dado que ele foi ao emprego, não seria de esperar que estivesse doente.*

O uso de *mas* anda frequentemente associado à implicação de expectativas frustradas. Podíamos chamar-lhe o uso expectativo de *mas*. Assim, embora não seja possível chegar à exacta determinação de uma frase implicada semanticamente, podemos estar tentados a pensar que todos os usos de *mas* têm um carácter expectativo e que será pelo menos possível chegar à determinação de uma forma geral das frases implicadas por *mas*; por exemplo: *Dado que O, não seria de esperar que O.*

IMPLICIT (O1 mas O2) —> *Dado que O1, não seria de esperar que O2.*

IMPLICIT (O1 mas O2) —> *Dado que O2, não seria de esperar que O1.*

Esta forma satisfaz de facto muitas implicações de *mas*. Porém, não é tão geral que satisfaça todas, como o comprova o exemplo seguinte. Imaginemos que a frase

(48) *Esse candidato tem menos de trinta anos, mas vive em Coimbra.*

é dita num encontro de gerentes de uma empresa, cuja finalidade é admitir um empregado que reúna preferencialmente as condições: ter menos de trinta anos e viver em Lisboa. Neste caso, as implicações da forma que pretendia-

mos não se verificam, o que nos autoriza a usar o símbolo $+>$:

IMPLICIT (*Esse candidato tem menos de trinta anos, mas vive em Coimbra*) $+>$ *Dado que esse candidato tem menos de trinta anos, não seria de esperar que vivesse em Coimbra.*

IMPLICIT (*Esse candidato tem menos de trinta anos, mas vive em Coimbra*) $+>$ *Dado que esse candidato vive em Coimbra, não seria de esperar que tivesse menos de trinta anos.*

Isto mostra que, ao usar *mas* em (48), o falante não implícita expectativas frustradas; antes, sim, dá a entender qual a sua atitude face às coisas: é favorável à primeira e adverso à segunda. Estamos perante o uso adversativo de *mas*, que se deixa geralmente captar em implicações com o advérbio *infelizmente*:

IMPLICIT (*Esse candidato tem menos de trinta anos, mas vive em Coimbra*) $\rightarrow$ *Esse candidato tem menos de trinta anos; infelizmente, vive em Coimbra.*

IMPLIC (O1 mas O2) $\rightarrow$ O1 e O2

{	IMPLICIT (O1 mas O2)	$\rightarrow$ Dado que O1, não seria de esperar que O2	
		$\rightarrow$ Dado que O2, não seria de esperar que O1	
	{	IMPLICIT (O1 mas O2)	$\rightarrow$ O1; infelizmente, O2
			$\rightarrow$ O1; felizmente, O2
		:	
		:	

O significado de *mas* é, porém, um assunto complexo e este monema presta-se a usos que ainda não contemplámos. Comentemos um destes, que podemos designar por uso condicional:

(44) *Caso, mas pelo Registo Civil.*

(45) *Vou, mas acompanhado.*

Estas frases com *mas* condicional são do tipo O1 mas O2 em que O2 é uma oração elíptica. Se tornarmos esta oração mais explícita, verificamos que ela difere de O1 apenas porque apresenta mais uma expressão (um suple-

Notemos que o falante pode também apresentar o elemento adverso antes de *mas* e o favorável depois. Neste caso, concebe-se que o advérbio *felizmente* se adegue melhor à frase implícitada:

IMPLICIT (*Ela teve um acidente, mas está a recuperar*) $\rightarrow$ *Ela teve um acidente; felizmente, está a recuperar.*

Temos assim para o uso adversativo de *mas*:

{	IMPLICIT (O1 mas O2)	$\rightarrow$ O1; infelizmente, O2.
		$\rightarrow$ O1; felizmente, O2.

A chaveta indica que as duas regras não podem ser válidas ao mesmo tempo para a mesma frase.

Conclui-se do que observámos ser inútil procurar uma forma geral para todas as frases implícitadas através de *mas*. Quando muito, é possível formular subformas gerais alternativas, cada uma das quais dá conta de um tipo de uso (expectativo, adversativo, ...). Resumindo, podemos apresentar uma caracterização de *mas* através do conjunto seguinte de regras, que abarca alguns dos usos mais correntes desta conjunção:

mento, normalmente). Exemplificando com (45):

(45a) *Vou, mas vou acompanhado.*

A expressão presente em O2 e ausente em O1 (neste caso, *acompanhado*) especifica uma condição sem a qual o estado de coisas ou a acção designada por O1 não se pode realizar: com (45), por ex., o falante indica que a condição para ir é que o acompanhem. O1 indica um estado de coisas futuro possível; O2 indica, além disso, a condição necessária para a sua concretização. As frases com *mas* con-

dicional não são explicitáveis por meio de *e* e as implicações que caracterizam os usos expectativo e adversativo também não se verificam. Todavia, este *mas* parece encontrar explicação satisfatória e simples através de *ou* e *não*; verifica-se nomeadamente:

IMPLIC (*Vou, mas acompanhado*) —> *Não vou, ou vou acompanhado.*

E, de uma forma geral, para este uso de *mas*:

IMPLIC (O1 *mas* O2) —> não-O1 ou O2

O comportamento das conjunções também varia consoante os actos linguísticos em que são empregues. Vejamos o que acontece a *e* e *ou* no caso das perguntas, das ordens e das promessas (indicamos as perguntas por «?» e as ordens por «!»):

IMPLIC (O1 e O2?) —> O1?

IMPLIC (O1 e O2?) —> O2?

IMPLIC (O1 ou O2?) —> O1?

IMPLIC (O1 ou O2?) —> O2?

IMPLIC (O1 e O2!) —> O1!

IMPLIC (O1 e O2!) —> O2!

IMPLIC (O1 ou O2!) +> O1!

IMPLIC (O1 ou O2!) +> O2!

IMPLIC (Prometo que O1 e que O2) —>
—> Prometo que O1

IMPLIC (Prometo que O1 e que O2) —>
—> Prometo que O2

IMPLIC (Prometo que O1 ou que O2) +>
+> Prometo que O1

IMPLIC (Prometo que O1 ou que O2) +>
+> Prometo que O2

Se é verdade que a interpretação de um texto pode ser reconstruída através da coordenação, as explicitações que demos para o significado das conjunções são a base para tal interpretação. Como os textos, por sua vez, se caracterizam por uma sucessão de actos linguísticos e estas mesmas explicitações se podem aplicar também a esses actos, temos deste modo a possibilidade de representar uma parte significativa da estrutura de qualquer comunicação, nomeadamente a parte que diz respeito às acções que justificam a coerência de uma interpretação.

Junção de Orações: As Orações- -Complemento

Os relatos das acções linguísticas de outras pessoas exigem que indiquemos qual a acção praticada e o seu conteúdo. A acção é indicada pelo predicado e o conteúdo por uma oração-complemento. O conjunto reflecte a estrutura básica de todo o acto linguístico. Sob o ponto de vista comunicativo é especialmente relevante a relação entre o predicado e a oração-complemento: por vezes o indivíduo que relata tem de exprimir a sua própria posição relativamente ao estado de coisas relatado; pode acontecer que o faça sem se aperceber disso, mas também sucede fazê-lo intencionalmente.



A CRIAÇÃO. No princípio, Deus criou o Céu e a Terra. E a Terra era informe e vazia. As trevas cobriam o abismo e o Espírito de Deus movia-se sobre a superfície das águas. E Deus disse: Faça-se luz! E a luz fez-se.

Excerto de um comentário ao Antigo Testamento:

Na medida em que uma só frase engloba todas as obras da criação, dá-se a entender que é sempre o mesmo processo que, repetido, constitui a criação: aquilo que acontece é essencialmente o mesmo para as diversas obras da criação. Mas que acontecimento é este, por que partes é constituído e quais as relações que mantêm entre si?

Se observarmos as frases que ocorrem constantemente ao longo do Capítulo e nos interrogarmos sobre a sua função, veremos que se trata das fases fundamentais de um processo conhecido: as fases de uma ordem. Descreve-se aqui o desenrolar de uma ordem. A descrição começa pelas palavras «E Deus disse» (I); a ordem propriamente dita é formulada em linguagem imperativa (II); por último, descreve-se o cumprimento da ordem (III), tal como também é usual na linguagem militar.

Deus praticou — diz-se — acções extraordinárias aquando da criação do mundo. Ele não só criou o mundo, como o fez de forma invulgar: através do verbo, da palavra. É nisto que tem origem uma discussão que, através dos séculos, veio até aos nossos dias: no princípio, havia a palavra ou a acção? A discussão põe a nu uma falsa alternativa: palavra ou acção? Falar ou Agir? A alternativa é falsa porque não se trata aqui da palavra, mas sim do enunciar da palavra e este é certamente também uma acção. A alternativa deveria ser: uma acção puramente linguística ou uma outra acção? Mas também esta versão é demasiado simplificadora. Os actos linguísticos são complexos. Um indivíduo não se limita a enunciar uma frase: ele afirma (por ex.) algo, ao enunciá-la, e convence (por ex.) o interlocutor, ao afirmar esse algo. Todo o acto linguístico tem, assim, muitas componentes: pelo menos, as chamadas componentes locucionária (o enunciar), ilocucionária (o afirmar, o ordenar, o perguntar, o prometer, etc.) e perlocucionária (o convencer, o provocar, o aborrecer, o encorajar, etc.).

O que há de tão extraordinário no acto de criação de Deus é que ele, ao enunciar uma frase, realiza uma acção que não é linguística, que transcende o âmbito do linguístico (ao contrário dos actos que, conforme vimos acima, podem acompanhar o acto de enunciar uma frase e que são todos de tipo linguístico): Deus, ao enunciar *Faça-se luz!*, cria a luz! Esta acção assemelha-se ao que, em linguística, se designa por acto performativo. Um acto performativo é, por ex., prometer qualquer coisa através do enunciar de *Prometo que...* ou baptizar alguém através do enunciar de *Baptizo-te...* O curioso nestes actos é que, ao enunciar a frase, está-se já a praticar o acto respectivo. Ao dizer *Baptizo-te...*, eu não estou a descrever um baptismo, mas a praticar o acto do baptismo: estou a baptizar. Como, nos actos performativos, o dizer das palavras não é a descrição do acto que as palavras designam mas a sua própria prática, não faz sentido perguntar, nestes casos, se aquilo que se disse é verdadeiro ou falso.

É o próprio acto performativo que cria o facto.

Por tudo isto, o comentário que apresentámos ao Génesis 1, 1-4 é menos correcto quando interpreta a palavra de Deus como uma ordem. Afirmar isto é desvirtuar a essência peculiar do acto divino e contradiz a ideia de que se trata de um acto de criação. Para começar, uma ordem tem de ser destinada a alguém. Mas este alguém não podia, por definição, existir ao tempo das palavras de Deus. Por outro lado, se alguém executasse a ordem, o acto deixava de ser um acto divino. E Deus não deu certamente a ordem a si próprio. Além disso, a concepção segundo a qual existiriam fases temporais no acto divino (ordem e execução da ordem) também não é correcta. É verdade que, no relato bíblico, se nomeiam sucessivamente as palavras de Deus e depois o aparecer da luz, mas também é de supor que o dizer das palavras *constitui* a criação da luz. As duas coisas são uma só. É esta particularidade da acção divina que nós, homens, não podemos imitar. Uma casa, por ex., não nos aparece feita à nossa frente pelo simples facto de dizermos *Faça-se uma casa*. Entre mortais, as duas acções apresentam-se sempre separadas: por um lado, construímos a casa, por outro, dizemos as palavras.

Os actos performativos desempenham na fé cristã (e noutras religiões) um papel importante. A sua má compreensão acarreta consequências religiosas de monta. Como exemplo, duas conhecidas formulações:

- (1) *N., eu te baptizo em nome do Pai e do Filho e do Espírito Santo.*
- (2) *Deus, Pai de misericórdia, que pela morte e ressurreição de Seu Filho, reconciliou o mundo consigo e injundiu o Espírito Santo para remissão dos pecados, te conceda, pelo ministério da Igreja, o perdão e a paz. E eu te absolvo dos teus pecados, em nome do Pai e do Filho e do Espírito Santo.*

Enunciar estas frases conta (dada a prática de certas outras acções) como o acto do baptismo ou da absolvição, respectivamente. Não se trata de um tipo de descrição, susceptível de ser verdadeira ou falsa. É algo de diverso:

os fiéis podem estar certos de que o acto foi praticado (se outras condições circunstanciais também estiveram satisfeitas). Quem participa no ritual não pode duvidar da verdade do enunciado, até porque a questão da verdade não faz sentido neste contexto: um acontecimento é um acontecimento, nem verdadeiro nem falso.

As diversas componentes dos actos linguísticos podem apresentar-se mais ou menos explícitas. Pode-se, ao enunciar *eu vou*, estar a prometer, ou a afirmar, ou a fazer uma previsão, etc. Estas mesmas acções são, contudo, igualmente realizáveis por meio do enunciar de:

- (3) *Prometo que vou.*
- (4) *Afirmo que vou.*
- (5) *Prevejo que vou.*

A enunciação destas frases com vista à execução dos actos respectivos seria um acto performativo. O próprio enunciado torna explícito qual o acto que está a ser praticado.

Contudo, esta definição não deve ser tomada demasiado à letra, porque o enunciado só por si não nos pode indicar com absoluta certeza qual o acto que está a ser praticado. É preciso além disso — como já referimos entre parênteses — que certas condições, que geralmente apenas se implicam, se verifiquem. A enunciação de *Baptizo-te*, por ex., não vale sempre como acto do baptismo. Se o falante não for sacerdote, não estaremos normalmente perante um baptismo. Tão-pouco constitui o enunciar desta frase um verdadeiro baptismo quando dita por actores numa representação teatral — mesmo que o actor que a dissesse fosse um padre. O que nos leva a concluir que uma explicitação total (i.e., uma frase tão explícita que substituísse todo o contexto) é impossível.

Esta forma de ver as coisas tem consequências fundamentais no que diz respeito à descrição de acções linguísticas. Uma descrição objectiva não pode ser a que repete textualmente o fraseado no chamado discurso directo e que não faz menção da acção linguística. Pela simples razão de que o destinatário da descrição não pode deduzir do fraseado qual a acção linguística praticada. É por isso que

não dizemos: Ele disse «baptizo-te...», mas sim: Ele baptizou-o. Por outro lado, ao descrevermos uma acção, temos que incluir nela a nossa compreensão da acção feita. Se compreendermos mal uma acção, faremos também uma má descrição. Em todas as descrições está presente o ponto de vista da pessoa que descreve. Não existem descrições objectivas.

As orações-complemento são, como o próprio nome indica, complementos. Isto significa que ocorrem na mesma posição que os complementos nominais e que são regidas por verbos. Nos exemplos seguintes, o verbo *quiere* rege três diferentes tipos de C2:

- (6) *O João quer um futuro melhor.*
- (7) *O João quer que tu vás à festa amanhã.*
- (8) *O João quer sair.*

C2

Em (6), o C2 é um grupo nominal; em (7) e em (8), os C2 são orações-complemento, tendo o último a particularidade de ser uma oração-complemento infinitiva. As orações-complemento são construções integradas em frases ou orações maiores e que não apresentam independência sintáctica, i.e., não podem geralmente ocorrer sozinhas. A oração-complemento de (7), por ex., não surge isolada:

- (9) *Que tu vás à festa amanhã.*

Isto porque, assim, é desviante. O desvio não é só sintáctico mas principalmente comunicativo: com (9), o falante não é capaz de praticar um acto linguístico. Contudo, esta oração apresenta uma estrutura em que se podem distinguir predicado e complementos, o que já não acontece com *sair*, que é constituída por uma simples forma verbal. As orações-complemento infinitivas como esta afastam-se muito de uma noção intuitiva de oração. Por que razão se deverá então considerar *sair* em (8) uma oração-complemento e não tomar o conjunto *quer sair* como um predicado complexo? A justificação está em que *sair* comuta com

outras construções que são complementos, como o prova a série (6)-(7)-(8). Um outro argumento está em que é possível incluir a frase *O João quer sair* como membro lógico de uma série de frases, as quais apresentam todas a mesma oração-complemento:

- (10) *eu quero que o João saia.*
 tu queres que o João saia.
 o João quer sair.
 nós queremos que o João saia.

Mostra-se assim que não há razão para não considerar *sair* uma oração-complemento, se que *o João saia* for considerada como tal.

Como as orações-complemento são complementos, nós com elas referimo-nos a objectos. Contudo, o tipo de objecto referido pode variar. Devemos por isso distinguir entre: (i) as orações-complemento com as quais nos referimos a estados de coisas; (ii) as orações-complemento com as quais nos referimos a outros objectos. As frases seguintes ilustram cada um dos casos:

C2

- (11) *Sei (que o Pedro regressou).*

C1

- (12) *(Quem inventou isso) era muito esperto.*
 No primeiro caso referimo-nos a um estado de coisas (o regresso de Pedro) e dizemos dele que é objecto do nosso conhecimento; no segundo caso, referimo-nos a um indivíduo e dele afirmamos que era muito esperto.

Estado de coisas

Estados de coisas são coisas que podem ser verdadeiras ou falsas. Aquilo em que acreditamos, de que duvidamos, em que pensamos, que afirmamos, que prometemos, que negamos, etc., são estados de coisas.

Facto

Um estado de coisas que se verifica na realidade, i.e., que é verdadeiro, é um facto.

A forma normal de nos referirmos a um estado de coisas é por meio de uma oração começada por *que*: *É certo que os elefantes são herbívoros, É falso que eu tenha falado com ela ontem.* De acordo com a ideia segundo a

qual os estados de coisas são objectos, deve ser possível referir-mo-nos a eles por meio de pronomes ou nomes, o que de facto acontece: *Isso é verdade, Esse pensamento é-me familiar.*

Esta distinção entre dois tipos de orações-complemento (as que se referem a estados de coisas e as que se referem a outros objectos) encontra paralelo em certas particularidades sintácticas.

A particularidade fundamental é que as orações-complemento do primeiro tipo são introduzidas por um *que* ou um *se* (eventualmente, por nenhum monema) que não desempenham qualquer papel nem na oração principal, nem na oração-complemento: i.e., não são por si sós nem complemento nem suplemento de qualquer das orações. (A este tipo de *que* e *se* já tínhamos feito referência na Unidade 12). Pelo contrário, as orações-complemento do segundo tipo são introduzidas por monemas que são parte constitutiva dessas orações-complemento: o pronome *quem*, em (12), por ex., é o C1 da oração-complemento *quem inventou isso*.

As orações-complemento do primeiro tipo, chamadas orações-complemento proposicionais, e as suas relações com o predicado de que dependem são objecto básico de estudo na gramática de qualquer língua natural. Elas oferecem a possibilidade de falarmos sobre estados de coisas e não apenas de os exprimirmos. É uma peculiaridade típica das línguas humanas permitirem a tematização de justificações, crenças, desejos, argumentos, dúvidas, promessas, etc.; por outras palavras: permitirem que nos revelemos seres responsáveis.

Quando com estas orações se descreve o conteúdo de actos linguísticos de outrem, elas possibilitam diferenciar o ponto de vista de quem as pronuncia do ponto de vista de quem, em primeiro lugar, exprimiu o estado de coisas descrito. Neste contexto, é possível agrupar os predicados em quatro grandes grupos, para cada um dos quais damos desde já um exemplo: (i) *É verdade que* O1; (ii) *É falso que* O1; (iii) *A confessa que* O1; (iv) *A afirma que* O1. As propriedades semânticas

destes predicados são interessantes na perspectiva comunicativa porque diferentes designações dos actos linguísticos acarretam diferentes implicações e estas diferenças nem sempre são respeitadas pelos falantes, podendo até dar-se o caso de serem intencionalmente deturpadas.

A diferença entre cada um dos quatro grupos reside nas diversas relações de implicação entre a oração principal O e a oração-complemento O1, que dela faz parte. Por outras palavras: o ponto de vista relativamente à oração-complemento e a perspectiva do falante que enuncia O diferem consoante o predicado da oração principal. No caso dos predicados do primeiro grupo, O implica O1 e a frase contraditória de O implica a contraditória de O1. Chamamos-lhes predicados constantes.

Predicados constantes

Os predicados constantes são aqueles para os quais as seguintes regras são válidas:

$IMPLIC(O) \rightarrow O1$

$IMPLIC-CONTRADIZ(O) \rightarrow CONTRADIZ(O1)$

O predicado é verdade, por ex., é constante, pois a oração

(13) *É verdade que estou desempregado.*

implica

(14) *Estou desempregado.*

e a contraditória de (13),

(13a) *Não é verdade que estou desempregado,*
implica a contraditória de (14),

(14a) *Não estou desempregado.*

Um outro predicado que se considera constante é *conseguiu*. O uso de predicados constantes diz-nos que o falante que os pronuncia toma uma posição relativamente ao estado de coisas expresso pela oração-complemento: nomeadamente, que este é um facto quando toda a frase é verdadeira e, caso contrário, não. No caso dos predicados do segundo grupo, passa-se exactamente o contrário, ou melhor, o contraditório. Se a oração maior é verdadeira, o estado de coisas expresso na oração-complemento não é um facto; e se for falsa, a oração-complemento exprime um facto. Isto significa que, para estes predicados, que desig-

nares por anti-constantes, O implica o contraditório de O1 e o contraditório de O implica O1.

Predicados anticonstantes

Os predicados anticonstantes são aqueles que verificam as regras:

$IMPLIC(O) \rightarrow CONTRADIZ(O1)$

$IMPLIC-CONTRADIZ(O) \rightarrow O1$

Como exemplo, temos o predicado *é falso*, pois (15) implica (16):

(15) *É falso que ele regressou.*

(16) *Ele não regressou.*

E (15a) implica (16a):

(15a) *Não é falso que ele regressou.*

(16a) *Ele regressou.*

Predicados factivos

Os predicados factivos são aqueles aos quais se aplicam as regras:

$IMPLIC(O) \rightarrow O1$

$IMPLIC-CONTRADIZ(O) \rightarrow O1$

Confessa é um predicado factivo porque (17) implica (18):

(17) *A confessa que fuma.*

(18) *A fuma.*

E, por sua vez, (17a) implica (18):

(17a) *A não confessa que fuma.*

(18) *A fuma.*

Outro predicado factivo é *admite*, visto que tanto (19) como (19a) implicam (20):

(19) *A admite que os tempos mudaram.*

(19a) *A não admite que os tempos mudaram.*

(20) *Os tempos mudaram.*

Um caso particular deste grupo é o predicado *sabe*, quando acompanhado da partícula *que*. Para

(21) *A sabe que o Rui está em casa.*

(21a) *A não sabe que o Rui está em casa.*

são válidas as regras definidoras dos predicados factivos. Tanto (21) como (21a) implicam (22) *O Rui está em casa.*

A expressão *sabe que* tem, portanto, carácter factivo. São também predicados factivos: *tamenta*, *aceita*, *lastima*. Com estes predicados, o falante pressupõe sempre que o estado de

coisas expresso pela oração-complemento é um facto. Desta forma, deixa sempre transparecer aquilo em que acredita. O falante pode assim servir-se destes predicados para fazer vingar a sua opinião, porque esta não é apresentada como objecto de discussão, mas, subrepticamente, como algo que se pressupõe verdadeiro. A opinião do falante vinga quando o ouvinte não contesta esta pressuposição, independentemente de contestar ou não a oração maior.

Finalmente, no que respeita ao quarto grupo de predicados, a verdade de O não nos compõe a concluir nada sobre a verdade ou a falsidade de O1. São os chamados predicados neutros.

Predicados neutros

São neutros os predicados para os quais as seguintes regras valem:

IMPLIC(O) $\not\rightarrow$ O1

IMPLIC-CONTRADIZ(O) $\not\rightarrow$ O1

O predicado *afirma* é neutro, já que (23) não implica (24)

(23) *A afirma que B fuma.*

(24) *B fuma.*

e (23a) também não implica (24):

(23a) *A não afirma que B fuma.*

O predicado *acha* também é neutro. Tanto

(25) como (25a) não implicam (26):

(25) *A polícia acha que ela é a criminosa.*

(25a) *A polícia não acha que ela é a criminosa.*

(26) *Ela é a criminosa.*

Defende é igualmente neutro. Nem de (27), nem de (27a) se pode concluir (28):

(27) *A defende que o aumento dos salários vai causar mais inflação.*

(27a) *A não defende que o aumento dos salários vai causar mais inflação.*

(28) *O aumento dos salários vai causar mais inflação.*

Vimos já que a expressão *sabe* que era de tipo factivo. Podemos agora verificar que o mesmo predicado *sabe*, quando seguido da partícula *se*, tem carácter neutro; seja (29), seja (29a) não implicam (30):

(29) *A secretária sabe se o director esteve cá.*

(29a) *A secretária não sabe se o director esteve cá.*

(30) *O director esteve cá.*

São também predicados deste grupo: *é provável, pensa, supõe, imagina, espera*. Ao contrário dos predicados do terceiro grupo — que são comunicativamente interessantes porque, com eles, o falante consegue fazer vingar certas opiniões suas sem discussão —, aqui o problema reside mais do lado do ouvinte: o falante assume uma posição neutra relativamente ao que se diz na oração-complemento, mas corre o risco de o ouvinte não reconhecer esta neutralidade. Pode acontecer assim que o ouvinte impute ao falante opiniões que ele não tem, i.e., que o predicado neutro seja interpretado como constante ou factivo.

Junção de Orações: As Orações- -Suplemento

As orações - suplemento mantêm uma relação accidental com o predicado da oração principal. Isto equivale a dizer que o significado deste predicado não exige necessariamente a sua presença. Podemos acrescentá-las a uma oração ou não, consoante os nossos objectivos ao comunicarmos. Um desses objectivos é a justificação. Muitas vezes, não pretendemos apenas dizer uma coisa mas também justificar o que dizemos. A subjunção - suplemento que normalmente serve para o acto linguístico da justificação é *porque*. Esta subjunção liga, portanto, uma oração principal a uma oração-suplemento, constituindo todo o conjunto uma oração maior. Há ainda outras subjunções que introduzem orações-suplemento. As relações de implicação entre as orações maiores e as respectivas orações parciais variam conforme o significado da subjunção usada. O desrespeito pelo significado destas subjunções leva a problemas comunicativos: o uso desviante de *porque*, por exemplo, acarreta justificações defeituosas ou justificações que verdadeiramente não o são.

- (1) A: Eu, quando for grande, vou para a TAP.
 B: E porque é que vais para a TAP?
 A: Porque ganho muito dinheiro.
 B: Porque é que ganhas muito dinheiro?
 A: Porque vou para a TAP.
 B: Há aqui qualquer coisa errada ...
- (2) A: Em muitos países, as crianças não têm que ir à escola.
 B: Porque é que não têm que ir à escola?
 A: Por não há escolas.
 B: Porque é que não há escolas?
 A: Porque eles não têm dinheiro.
 B: E porque é que eles não têm dinheiro?
 A: Porque são pobres.
 B: E porque é que essas pessoas são tão pobres?
 A: Porque não têm que comer.
 B: Porque é que não têm que comer?
 A: Porque são pobres.
 B: Porque é que são pobres?
 (Silêncio).
- (3) A: Este meu carro é muito bom.
 B: Porquê?
 A: Porque anda depressa.
 B: E porque é que um carro que anda depressa é bom?
 A: Com um carro que anda depressa, chega-se ao destino mais depressa.
 B: E porque é que você quer chegar ao destino mais depressa?
 A: Se chegar mais depressa, chego antes dos outros; e se chegar antes dos outros, faço melhores negócios.
 B: Porque é que você quer fazer melhores negócios?
 A: Para ganhar mais dinheiro.
 B: E porque é que você quer ganhar mais dinheiro?
 A: Para ter um carro bom, que ande depressa.

Os textos aqui apresentados são exemplos de um jogo comunicativo a que se poderia chamar o jogo-dos-porquês. As regras do jogo-dos-porquês são fáceis de deduzir a partir dos textos. É um facto que, na vida diária, este tipo de comunicação raramente surge, como aqui, na sua forma pura. Mas apresenta-se frequentemente em combinação com outros enunciados e constitui uma característica específica de toda a comunicação humana. É por meio de perguntas com *porquê*, ou *porque é que*, e respostas com *porque* que solicitamos dos outros — e deles recebemos — explicações e justificações. As explicações são a base da interpretação humana do mundo, porque nos dão as relações entre os fenómenos naturais. As justificações são a base da vida social, porque fornecem os motivos das nossas acções e possibilitam a atribuição de responsabilidades. Por estas razões, o jogo-dos-porquês é um elemento essencial da comunicação humana. Um domínio imperfeito deste jogo, assim como a sua prática defeituosa ou desviante, têm sérias consequências para o praticante.

Os três textos exemplificam aquilo a que poderíamos chamar circularidades, ou seja, justificações que, numa dada altura, se baseiam precisamente naquilo que se pretendia justificar, constituindo um círculo vicioso e sendo, por isso, desviantes. As justificações circulares são frequentes na vida diária e, por isso, é importante diagnosticar os erros de quem as dá. Geralmente, as circularidades surgem quando se trata de estados de coisas que, no fim de contas, não têm justificação, mas que são dados constitutivos de uma determinada forma de vida social.

O primeiro caso de circularidade que apresentamos é motivado pelo desconhecimento ou não observação duma particularidade do significado de *porque*. Há aqui uma confusão entre *porque é que* e *porque*, por um lado, e *porque é que* e *para*, por outro. Quando alguém diz que vai para a TAP porque ganha muito dinheiro, então a oração com *porque* tem de ser já verdadeira quando se diz isto, ou seja, esse alguém tem de ganhar já nessa altura muito dinheiro. Só assim é que a oração

com *porque* apresenta uma razão. Mas se, por outro lado, ele disser que vai para a TAP para ganhar muito dinheiro, então refere, não uma razão, mas um fim, que quer tornar verdadeiro futuramente. As regras semânticas que permitem captar esta distinção podem formular-se assim:

IMPLIC (O1 porque O2) $\rightarrow$ O2

IMPLIC (O1 para O2) $\nrightarrow$ O2

Normalmente, esta diferença de significado é tão grande que não dá origem a uma confusão das duas coisas. Contudo, ela pode facilmente surgir se ao mesmo tempo outros erros forem cometidos, como, por ex., a elisão de *quero*. Pode referir-se o fim que se pretende atingir como razão para a acção, se referirmos esse fim como aquilo que *queremos* atingir. Sendo assim, o diálogo (1) deveria ser modificado na terceira fala, para a qual existem duas formulações possíveis:

(4) A: Eu, quando for grande, vou para a TAP.

B: E porque é que vais para a TAP?

{ A: (a) Para ganhar muito dinheiro.

{ A: (b) Porque quero ganhar muito dinheiro.

* B: Porque é que ganhas muito dinheiro?

* A: Porque vou para a TAP.

Vê-se agora claramente que é a elisão de *quero* na formulação (b) que abre as portas à circularidade espelhada nas duas últimas falas, visto que a ausência de *quero* dá azo a que se possa fazer a segunda pergunta com *porque* e que a ela se responda com a frase inicial. Todavia, preferindo a formulação (b), ou seja, usando *quero*, evitar-se-ia a circularidade porque as duas últimas falas deixariam de poder ocorrer. Do mesmo modo, a seguir à formulação (a) não poderiam vir as duas últimas falas porque, ao dizer (a), o falante não está a afirmar que ganha muito dinheiro. Dado que tanto (b) como (a) tornam imperitinentes as duas últimas falas, antepusemos a estas o asterisco (*), que neste caso não indica desvio sintáctico ou semântico mas sim conversacional.

O texto (2) apresenta um outro erro no processo de justificação, que conduz igualmente a uma circularidade. Infringe-se aqui o carac-

ter assimétrico de *porque*; esta peculiaridade semântica pode ser descrita do seguinte modo: se O2 é a razão de O1, então O1 não pode ser a razão de O2. De forma abreviada, podemos representar assim esta regra:

IMPLIC (O1 porque O2) $\rightarrow$

$\rightarrow$ CONTRADIZ (O2 porque O1)

A circularidade ilustrada pelo diálogo (3) é ainda de um outro tipo. Enquanto, em (1), era um emprego inadequado de *porque* que estava em causa, aqui sucede que o falante A não atentou devidamente no uso de *para* na última fala. De facto, *para* introduz uma oração-suplemento que indica um fim ou objectivo que o interlocutor quer atingir, i.e., geralmente uma acção ou um estado que, no momento em que se fala, não se verifica ainda. Em (3), porém, o estado que o interlocutor na última fala indica como sendo o seu fim (ter um carro bom) tinha sido pressuposto como um dado adquirido na primeira fala. Neste texto, vai-se portanto contra uma regra que preside a muitos usos do *para* final. Contudo, em situações normais, os interlocutores tendem a assumir que as circularidades são apenas aparentes e a reinterpretá-las de modo a que desapareçam. Assim, no diálogo (3), B pode reinterpretar a última fala de A como querendo dizer que ele pretende um carro ainda melhor do que o que tem: desta forma, deixa de haver circularidade, mas note-se que a reinterpretação só é lícita se ela de facto corresponde ao que A quis dizer.

As formulações destas três regras semânticas mostram que muitos problemas elementares que surgem no agir linguístico podem ser descritos e explicados apelando para simples relações de significado e que, simultaneamente, se explicitam assim as diferenças mais importantes entre as diversas conjunções e orações-suplemento.

Tal como já vimos para a oração-complemento, também a oração-suplemento é geralmente parte de uma frase, da qual a oração principal é a outra parte. Mas (ao contrário do que

se passava com a oração-complemento), no caso da oração-suplemento, a oração principal que a ela se encontra ligada constitui por si só, mesmo se lhe retirarmos a oração-suplemento, uma frase independente. Nos exemplos seguintes, a oração principal (*Ele vai para a TAP*) pode ocorrer sozinha na prática de um acto linguístico:

- (5) *Ele vai para a TAP* por isso.
 (6) *Ele vai para a TAP* porque quer ganhar muito dinheiro.
 (7) *Ele vai para a TAP* para ganhar muito dinheiro.

S

Nestas frases, a par de um suplemento que tem a forma de grupo preposicional (*por isso*), temos dois outros que são orações-suplemento (*porque quer ganhar muito dinheiro* e *para ganhar muito dinheiro*), a última das quais é uma oração-suplemento infinitiva.

Visto que a oração principal é, nestes casos, independente, podemos utilizar, para frases que incluem orações-suplemento a abreviatura «O1 SUBsup O2», em que O1 está pela oração principal, SUBsup pela subjunção-suplemento de que já falámos na Unidade 14, e O2 pela oração-suplemento. Esta abreviatura tem contudo o inconveniente de não indicar que a oração-suplemento está dependente do predicado de O1. Conforme o tipo de suplemento, assim temos diferentes subjunções, de modo que a abreviatura pode ser especificada em «O1 se O2», «O1 quando O2», «O1 porque O2», «O1 para que O2», «O1 conforme O2», «O1 embora O2», etc.

Como seria de esperar, o significado do predicado de O1 não tem nestes casos as mesmas consequências sobre as relações de significado entre O1 e O2 que teria se se tratasse de orações-complemento, porque os complementos estão intimamente ligados ao predicado, enquanto que os suplementos mantêm com ele uma relação mais livre e menos necessária. Contudo, também existem diversos tipos de relações entre O2 e a frase total e, consequentemente, entre O2 e O1. Esta diversidade é motivada pelos diferentes significados das subjunções-suplemento. Como estas relações de

semprenham um papel muito sério na prática da comunicação, vamos comentar o uso de algumas das subjunções-suplemento mais correntes.

O1 se O2 (= se O2, O1) só O1 se O2 (= O1 se e só se O2) O1 a não ser que O2

Estas subjunções são designadas por condicionais porque introduzem uma oração-suplemento (O2) que exprime uma condição da qual depende a possibilidade de verificação do estado de coisas expresso pela oração principal (O1). *Se* é uma subjunção simples, só ... *se* é bipartida, *se e só se* e *a não ser que* são expressões subjunccionais. Justifica-se estudá-las em sucessão porque, como veremos, o uso de *se* pode explicar o uso de *só ... se* e o uso destas duas, por sua vez, explica *a não ser que*. Começemos por observar o comportamento de *se* na frase

(8) *Vou à praia se estiver bom tempo.*

A primeira coisa a notar é que, nas chamadas frases condicionais, não se afirma nem a oração principal nem a oração-suplemento. A frase (8) não implica

(9) *Vou à praia.*

nem tão-pouco

(10) *Estará bom tempo.*

Isto tem importância para os actos linguísticos porque, curiosamente, quem afirma que vai à praia se estiver bom tempo não está a afirmar nem que vai à praia nem que estará bom tempo. Em geral, portanto, são válidas para *se* as regras seguintes:

IMPLIC (O1 se O2) $\nrightarrow$ O1

IMPLIC (O1 se O2) $\nrightarrow$ O2

Mas *se*, com uma frase condicional como (8), não se afirma nenhuma das duas orações, que razão há para lhe atribuirmos carácter afirmativo? Para responder a isto, devemos investigar melhor o que entendemos por afirmação. Dizemos que alguém usa uma frase afirmativamente quando se pode, em princípio, verificar a frase enunciada, i.e., vir a saber se ela é verdadeira ou falsa. E isto aplica-se precisamente à frase (8). Se alguém disser (8), nós esperamos dessa pessoa que vá

à praia, caso esteja bom tempo. Verificaremos que a pessoa fez uma afirmação falsa caso esteja bom tempo e ela não for à praia. E diremos que fez uma afirmação verdadeira se, estando bom tempo, a encontrarmos na praia. Isto basta para considerarmos (8) uma afirmação: há uma situação (bom tempo) dada a qual podemos verificar se a frase (8) é verdadeira ou falsa. Mas, e se não estiver bom tempo? Poderemos, dada esta situação, verificar (8)? Deveremos dizer, por ex., que o falante fez uma afirmação falsa se não estiver bom tempo e, apesar disso, o encontrarmos na praia? Se não estiver bom tempo não podemos, infelizmente, fazer qualquer verificação. Se nos mostrarmos espantados perante o nosso amigo por ele estar na praia com mau tempo, temos que admitir que ele nos responda assim: (11) *Meu amigo: eu só lhe disse que iria à praia se estivesse bom tempo. Acerca do do que faria se o tempo não estivesse bom, nada lhe disse. Podia ficar em casa, ir à praia ou até ir à lua. Você não tem nada com isso.*

Igualmente, também não devemos pensar que a frase se verifica verdadeira se não estiver bom tempo e o falante não estiver na praia. Resumindo: se não estiver bom tempo, não faz sentido falar nem da verdade nem da falsidade de (8). Consoante o tempo (bom ou não) e a acção do falante (ir ou não à praia), temos assim quatro situações possíveis. Para duas delas, a frase (8) é verificável. Para as outras duas, não. Seria útil, para visualizarmos melhor este aspecto do significado de se, conseguir representar num quadro as quatro situações e, para cada uma delas, ver se a frase condicional é verdadeira, falsa ou não verificável. Cada uma das situações pode ser representada combinando os símbolos v (verdadeira) ou f (falsa) com O1 (que, neste caso, está pela oração *vou à praia*) e O2 (que se lerá *estará (estiver) bom tempo*). A situação em que o falante vai à praia e está bom tempo, por ex., é a situação em que O1 é verdadeira e O2 também. Pode representar-se por

O1	O2
v	v

As outras três situações possíveis são: o falante vai à praia e não está bom tempo; o falante não vai à praia e está bom tempo; o falante não vai à praia e não está bom tempo. Têm a seguinte representação:

O1	O2
v	f
f	v
f	f

Para cada uma destas quatro situações, a frase condicional «O1 se O2» (*Vou à praia se estiver bom tempo*) verifica-se verdadeira ou falsa — ou é inverificável. Chegamos assim ao quadro definitivo, em que na coluna da esquerda representamos as quatro situações e na coluna da direita o resultado da verificação da frase condicional:

O1	O2	O1 se O2
v	v	v
v	f	—
f	v	f
f	f	—

Como se vê, a frase condicional é verdadeira se o falante vai à praia e está bom tempo, falsa se o falante não vai à praia embora esteja bom tempo e, se o tempo não estiver bom, a frase condicional é inverificável, o que representamos pelo traço «—». Ao quadro acima costuma chamar-se tabela de verdade para «O1 se O2».

As tabelas de verdade foram uma invenção dos lógicos modernos, que as têm usado com óptimos resultados. Pensou-se que resultados idênticos poderiam ser alcançados no estudo das línguas humanas, já que se considerava que certas palavras (como as conjunções e as subjunções) tinham equivalentes em certos símbolos lógicos, bastando por isso procurar as equivalências. Esta opinião é reforçada pelo facto de os lógicos utilizarem palavras correntes quando querem ler os seus símbolos. Dizem *ou*, por ex., para ler o símbolo «v», dizem *e* para ler «^» e *se* para ler «→». É natural, portanto, a tentação de explicar o significado destas palavras apelando para o significado que os símbolos «v», «^», «→», etc., têm em lógica. E mais ainda: supôs-se que tal explanação do significado

seria exacta, porque a lógica é, num certo sentido, exacta. Mas as coisas não são assim tão simples. Em primeiro lugar, porque não existe correspondência perfeita entre o significado de qualquer palavra e o significado de qualquer símbolo lógico. Em segundo lugar, porque não há que confundir a exactidão da lógica com exactidão na descrição de uma língua humana. Quando se diz que a lógica é exacta, isso quer dizer que o significado de qualquer dos seus símbolos está completamente determinado pelas regras da lógica, não havendo significados vagos. Ora uma das características mais típicas das línguas humanas é precisamente a vagueza dos significados das suas palavras. Querer descrever a vagueza destes significados com os significados exactos da lógica equivale a estipular normativamente como exactos significados que, por natureza, não o são. Uma descrição o mais exacta possível de uma língua humana não é, pois, uma descrição mediante significados exactos; é, sim, uma descrição que respeita o carácter vago dos significados das línguas humanas e onde essa vagueza se reflecte da forma mais adequada possível.

A diferença que vai da lógica à língua natural pode ser ilustrada com a diferença que separa a subjunção *se* do símbolo lógico $\rightarrow$. Este símbolo liga duas quaisquer frases, x e y , de modo a constituir uma frase composta, $x \rightarrow y$, que se lê: «se x , então y ». O nosso esquema «O1 se O2» (ou o equivalente «se O2, O1») deveria encontrar paralelo no esquema lógico $\rightarrow$. Porém, a tabela de verdade que em lógica é atribuída a este esquema é diferente da que acima vimos vigorar na língua corrente para «O1 se O2»:

O1	O2	O2 $\rightarrow$ O1
v	v	v
v	f	v
f	v	f
f	f	v

Aqui não há lugar para a inverificabilidade; mesmo que a condição representada por O2 não se verifique (i.e., quando O2 é falsa), a frase «O2 $\rightarrow$ O1» tem sempre um valor determinado: a saber, ela é considerada

verdadeira. Fazer equivaler «O1 se O2» a «O2 $\rightarrow$ O1» levaria portanto a uma distorção do uso que fazemos de frases como (8) *Vou à praia se estiver bom tempo*.

porque nos obrigaria a considerar que o indivíduo que tivesse dito (8) teria sempre falado verdade caso se verificasse mais tarde não estar bom tempo. Não é assim, porém, que interpretamos (8) na linguagem corrente: se não estiver bom tempo, não levantaremos sequer a questão da verdade ou falsidade de (8). Vemos assim como as regras da nossa língua se afastam das da lógica: no caso em análise, não por *se* ser vago, mas por lhe caber uma propriedade que $\rightarrow$ não tem, a da inverificabilidade.

Como as regras da lógica não cobrem as da nossa língua e vice-versa, não devemos esperar que ela forneça uma explicação de uma língua natural, ou que possa ser um modelo para a interpretação desta. Preferível seria tomá-la como uma língua artificial como muitas outras, com os seus fins próprios. Tal como recorrer a uma língua estrangeira nos pode elucidar acerca da nossa própria língua, também o recurso à lógica pode ser útil para esclarecer certas questões parciais relativas ao significado de certas palavras: mas a lógica deve ser encarada como um objecto de comparação, não de veneração.

O significado de *se* fica razoavelmente abarcado pelo que se conclui da sua tabela de verdade. Contudo, com base nela, é pertinente formular algumas regras. Dissemos já que a frase (8) é falsa caso eu não vá à praia e esteja bom tempo. Isto significa que é válida a regra:

INC (O1 se O2) $\rightarrow$ não-O1 e O2

Outras regras para *se* obtêm-se verificando qual a relação entre «O1 se O2» e cada uma das três outras possíveis formas frásicas:

não-O1 se O2

O1 se não-O2

não-O1 se não-O2.

Chega-se facilmente à conclusão de que, em relação à primeira forma, temos

CONTRADIZ (O1 se O2) $\rightarrow$ não-O1 se O2 porque não há dúvida que um indivíduo que diga (8) e outro que afirme

(12) *Não vou à praia se estiver bom tempo.* se contradizem, pois a situação que torna verdadeira esta frase torna falsa (8) e vice-versa. A segunda e terceira formas põem, como condição para que possam ser verificáveis, que O2 não se realize. Como a condição para a verificabilidade de «O1 se O2» é precisamente que O2 se realize, temos que nada se pode concluir a partir de «O1 se O2» sobre as outras duas frases: elas não mantêm relações de implicação nem de incompatibilidade. São, portanto, válidas, se quisermos, as seguintes regras negativas:

IMPLIC (O1 se O2) $\nrightarrow$ O1 se não-O2

INC (O1 se O2) $\nrightarrow$ O1 se não-O2

IMPLIC (O1 se O2) $\nrightarrow$ não-O1 se não-O2

INC (O1 se O2) $\nrightarrow$ não-O1 se não-O2

Uma última regra para se pode ser estabelecida se atentarmos melhor na ideia de expectativa. Já dissemos que quem ouve (8) espera que o falante vá à praia, se estiver bom tempo. Mas o dizer de (8) acarreta também expectativas legítimas acerca do tempo: quem ouve (8) espera que não esteja bom tempo se o falante não for à praia.

A subjunção *só... se* é útil para resolver certos problemas comunicativos levantados pelo uso de *se*. Um deles, como vimos, advém de interpretarmos *se* de forma absolutamente restritiva, i.e., de pensarmos erradamente que a afirmação (8), por ex., compromete o falante a duas coisas — (i) ir à praia, se estiver bom tempo, e (ii) não ir à praia, se não estiver bom tempo — quando afinal ela só o compromete à primeira destas coisas. Tais problemas evitar-se-iam se atentássemos no uso de *só... se*, subjunção para a qual são precisamente válidas (i) e (ii). Temos, portanto:

IMPLIC (*Só vou à praia se estiver bom tempo*) $\rightarrow$ *Vou à praia, se estiver bom tempo, e não vou à praia, se não estiver bom tempo.*

Bem como:

CONTRADIZ (*Só vou à praia se estiver bom tempo*) $\rightarrow$ *Não vou à praia, se estiver bom tempo, e vou à praia, se não estiver bom tempo.*

Em geral, são válidas para «só O1 se O2» (ou para a variante equivalente «O1 se e só se O2») as fórmulas:

IMPLIC (*Só O1 se O2*) $\rightarrow$ O1, se O2, e não-O1, se não-O2.

CONTRADIZ (*Só O1 se O2*) $\rightarrow$ não-O1, se O2, e O1, se não-O2.

A subjunção *só... se* tem portanto uma interpretação que não admite a inverificabilidade. Já a terceira das subjunções condicionais de que queremos tratar, a *não ser que*, tem em comum com *se* o facto de ser inverificável em certas situações. Quando uma pessoa diz

(13) *Telefone-te sem falta, a não ser que tenha de sair,*

a sua afirmação só é restritiva se ela não tiver de sair: neste caso, é lícito esperar que telefone. Se tiver de sair, a afirmação é inverificável e ela pode telefonar ou não. Como isto é em tudo paralelo ao que se passa para *se*, esta última subjunção pode explicar a significado de a *não ser que* por meio da fórmula seguinte:

IMPLIC (*Telefone-te sem falta, a não ser que tenha de sair*) $\rightarrow$ *Telefone-te sem falta, se não tiver de sair.*

E, em geral, vale para «O1 a não ser que O2» a regra:

IMPLIC (O1, a não ser que O2) $\rightarrow$ O1, se não-O2.

Uma característica que tanto «só O1 se O2» como «O1 a não ser que O2» partilham com «O1 se O2» é que afirmar qualquer frase destes tipos não implica ter afirmado nem O1 nem O2. Portanto, também são válidas para elas as duas primeiras regras que vimos vigorem para *se*:

IMPLIC (*só O1 se O2*) $\rightarrow$ O1

IMPLIC (*só O1 se O2*) $\rightarrow$ O2

IMPLIC (O1 a não ser que O2) $\rightarrow$ O1

IMPLIC (O1 a não ser que O2) $\rightarrow$ O2

No caso das perguntas, porém, o comportamento destas subjunções é um pouco diferente (escreveremos apenas as regras para *se*, já que as regras para as outras duas subjunções são formalmente iguais):

IMPLIC (O1 se O2?) $\rightarrow$ O1?

IMPLIC (O1 se O2?) $\rightarrow$ O2?

Relativamente a casos de ordens, pedidos e outras solicitações, a situação volta a ser semelhante à das afirmações, porque dar uma ordem sob uma condição não é o mesmo que dar essa ordem sem mais rodeios:

IMPLIC (O1 se O2!) $\rightarrow$ O1!

Quando se dá uma ordem sob condição, também não se está a ordenar a condição:

IMPLIC (O1 se O2!) $\rightarrow$ O2!

É frequente, na comunicação diária, infringirmos estas regras, o que tem consequências para a compreensão. Reações cómicas como a seguinte, por ex., não são raras:

(14) Vendedor de automóveis	Cliente
<i>Se arrancar com este carro agora, chega ao Porto ainda antes das 7.</i>	<i>E o que é que eu vou fazer ao Porto?</i>

Aqui, o cliente infringe a regra

IMPLIC (O1 se O2) $\rightarrow$ O2.

É natural que surjam estes desvíos, porque há subjunções-suplemento que se regem por regras que tornariam um diálogo deste tipo aceitável. Uma delas é *porque*:

O1 porque O2

As chamadas orações causais, ou seja, às orações-suplemento introduzidas por *porque*, pois ou outras subjunções de significado semelhante, aplicam-se as seguintes regras relativamente a O1 e O2:

IMPLIC (O1 porque O2) $\rightarrow$ O1

IMPLIC (O1 porque O2) $\rightarrow$ O2

Exemplo: quem afirmar

(15) *Vou à praia porque o tempo está bom.* está a afirmar também (16) e (17):

(16) *Vou à praia.*

(17) *O tempo está bom.*

Quando o acto de afirmação é realizado por meio de uma frase com *porque*, ele reparte-se assim por dois actos parciais de afirmação. No caso das perguntas, contudo, já não se passa a mesma coisa. Quem pergunta

(18) *Foste à praia porque ela também foi?*

não está com isso a perguntar

(19) *Foste à praia?*

nem tão-pouco

(20) *Ela também foi?*

porque, ao usar (18), o falante dá já inevitavelmente a entender que pressupõe que o outro foi à praia e que ela também foi. O objectivo de (18) é, antes, vir a saber se ela ter ido à praia é a razão pela qual o outro foi à praia. Todas estas verdades acerca do uso de *porque* em perguntas podem condensar-se em regras gerais que mostrem que quem pergunta «O1 porque O2?»: (i) não pergunta nem O1 nem O2, (ii) pressupõe que O1 é verdade e O2 também, e (iii) quer saber se O2 é a razão para O1. Tais regras são as seguintes:

IMPLIC (O1 porque O2?) $\rightarrow$ O1?

IMPLIC (O1 porque O2?) $\rightarrow$ O2?

IMPLIC (O1 porque O2?) $\rightarrow$ O1.

IMPLIC (O1 porque O2?) $\rightarrow$ O2.

IMPLICIT (O1 porque O2?) $\rightarrow$ A razão pela qual O1 é O2?

A última destas regras leva-nos a concluir que também no caso das afirmações vigora uma regra paralela:

IMPLICIT (O1 porque O2) $\rightarrow$ A razão pela qual O1 é O2.

As regras para o uso de *porque* em actos de solicitação são um pouco mais complicadas. Tentaremos analisá-las com base em

(21) *Faz tu o almoço, porque tens mais experiência!*

A primeira coisa a notar é que quem pede por meio de (21) não faz dois pedidos parciais: i.e., pede que o outro faça o almoço, mas não pede a razão do pedido, ou seja, não pede que o outro tenha mais experiência (o que, aliás, seria impossível). É, portanto, válido para (21) o seguinte:

IMPLIC (Faz tu o almoço, porque tens mais experiência!) $\rightarrow$ Faz tu o almoço!

IMPLIC (Faz tu o almoço, porque tens mais experiência!) $\rightarrow$ *Tam mais experiência!

Em geral, verifica-se com solicitações do tipo «O1 porque O2!» que se solicita O1 mas não O2:

IMPLIC (O1, porque O2!) $\rightarrow$ O1!

IMPLIC (O1, porque O2!) $\rightarrow$ O2!

Inversamente: ao pedirmos por meio de (21) pressupomos que o outro tem mais experiên-

cia, mas não necessariamente que vai fazer o almoço, donde:

IMPLIC (Faz tu o almoço, porque tens mais experiência!) $\rightarrow$ Tu fazes o almoço.

IMPLIC (Faz tu o almoço, porque tens mais experiência!) $\rightarrow$ Tu tens mais experiência.

Desta forma, nas solicitações com *porque*, pressupõe-se que a razão (O2) é verdadeira, mas não se pressupõe a verdade do que se solicita (O1):

IMPLIC (O1, porque O2!) $\rightarrow$ O1.

IMPLIC (O1, porque O2!) $\rightarrow$ O2.

Ao contrário do que se passa com as perguntas — em que enunciar «O1 porque O2?» era perguntar se O2 seria a razão para O1 —, no caso das solicitações, enunciar «O1 porque O2!» não é perguntar se O2 é a razão para pedir O1, mas sim pedir O1, dando O2 como a razão do pedido. Por isso, verifica-se para (22) o seguinte:

IMPLICIT (Faz tu o almoço, porque tens mais experiência!) $\rightarrow$ A razão pela qual te peço que faças o almoço é tu teres mais experiência.

No segundo membro desta operação, não se explicita só a razão para a solicitação (*tu teres mais experiência*) mas também se refere o tipo de solicitação para o qual se julgou importante dar uma razão: neste caso, o acto de pedir, referido por *te peço*. Dar-se-á o mesmo com outras solicitações com *porque*? Para o acto de ordenar, por ex., as coisas apresentam-se diferentes logo à partida, pela simples razão de que quem ordena não precisa, em princípio, de dar razões para as suas ordens. Contudo, nos casos em que o falante adianta razões, parece verificar-se o mesmo que para os pedidos. Exemplo:

IMPLICIT (Acompanhe-me à esquadra, porque quero interrogá-lo) $\rightarrow$ A razão pela qual lhe ordeno que me acompanhe à esquadra é querer interrogá-lo.

Aqui o acto de solicitação explicita-se pela expressão *lhe ordeno*. E o mesmo se verifica para os outros tipos de solicitação (*suplicar, rogar, exortar, etc.*).

Com estas regras, descreveram-se alguns dos traços mais importantes do uso de *porque*. O significado desta subjunção-suplemento não difere muito — como se notará — do da conjunção *logo*, estudada na Unidade 19, porque tanto uma como outra têm a ver com a expressão de razões. Mas é fácil (e importante) encontrar paralelismos entre outras subjunções-suplemento e conjunções: assim, a subjunção-suplemento *embora*, por ex., tem bastantes afinidades com a conjunção *mas*.

Bosquejo Histórico da Gramática Dependencial

O que temos dito sobre comunicação e estrutura gramatical tem raízes em duas tradições: a chamada gramática dependencial por um lado e, por outro, a lógica e a filosofia analítica da linguagem. A gramática dependencial fornece os métodos para uma análise operacional e estrutural da língua e possibilita representações estruturais. A filosofia analítica da linguagem conduz-nos aos fundamentos da comunicação humana e da estrutura das línguas naturais, bem como aos métodos da análise comunicativa.

Alguns poderiam ser tentados a dizer que às descrições propostas neste livro falta cientificidade. Ele não apresenta certos sinais que estamos habituados a associar com a ciência, como por exemplo as notas de pé de página, os apêndices, etc. Mas será que a cientificidade se mede apenas por sinais exteriores? Certamente que não. Os sinais exteriores devem ser consequência de necessidades inerentes à natureza das coisas em discussão. E o que é que constitui a natureza da ciência? De uma forma definitiva, absolutamente nada. Não existe uma definição universalmente aceite do que possa ser cientificidade, embora algumas tenham sido sugeridas. Mas o que todas fazem é apenas fixar o que, num dado momento histórico, se considera ser a realidade das coisas.

Para ajuizar da validade dos resultados científicos aqui apresentados parecem-nos importantes três critérios:

(i) A forma e a pertinência da argumentação. Já que todo o discurso científico é essencialmente argumentativo.

(ii) O êxito prático e a aplicabilidade das teorias apresentadas. Porque a ciência visa, de uma forma ou de outra, a vida prática.

(iii) A inserção nas tradições de uma corrente de investigação. Porque a actividade científica, como qualquer outra actividade humana, é parte dum processo histórico.

No que diz respeito ao primeiro critério, deixamos a cada leitor o direito a julgar por si próprio: a justeza de uma argumentação é algo que se patenteia, mais do que algo sobre que se raciocina. A satisfação de um critério como o segundo, por sua vez, também não depende apenas do trabalho dos autores. Para estes é claro qual o objectivo pretendido e orientaram-se por ele ao elaborar a obra. Mas o alcançar desse objectivo é já uma questão de recepção, que os ultrapassa. É em relação ao terceiro critério que se pode ainda fazer qualquer coisa. Um leitor alertado para a dimensão histórica das coisas gostaria certamente de poder situar numa tradição os conceitos teóricos apresentados. Tentaremos ajudá-lo com o texto que segue.

O que dissemos sobre comunicação e estrutura gramatical tem as suas raízes em duas tradições: uma tradição estritamente linguística de elaboração de gramáticas dependenciais e, por outro lado, uma tradição surgida da filosofia da linguagem, que tem influenciado profundamente a semântica linguística. Caracterizemos brevemente estas duas tradições.

O primeiro a tentar desenvolver uma gramática dependencial foi o francês Lucien Tesnière. A sua obra principal, «*Eléments de syntaxe structurale*» («*Elementos de sintaxe estrutural*») foi publicada postumamente em 1959. É o trabalho de uma vida, a que ele se dedicou infatigavelmente desde os anos 30, uma obra imponente de mais de seiscentas páginas. Tesnière foi, num certo sentido, um marginal. Não se preocupava com as discussões intelectuais que estavam em moda no seu tempo, preferindo trabalhar calmamente com uma metodologia prática e que servisse a prática. Era no contacto com os alunos que elaborava e testava a sua teoria sintáctica.

Não admira portanto que os seus colegas de academia não tivessem visto nele um teórico particularmente dotado. Neste ambiente científico não era fácil publicar a sua obra. Tesnière, pelo menos, não o conseguiu em vida. Depois de publicado, o livro foi de facto objecto de recensão, mas raramente de estima, não havendo quem continuasse sistematicamente a investigação. Por vezes, a actividade censória dos críticos — não dando a certas obras o merecido relevo — aparece passados anos como caprichosa e historicamente insensata. Tesnière não era um homem do seu tempo — ou, pelo menos, pensava-se que o não era. A cegueira dos recensores impediu-os mesmo de ver em Tesnière as próprias características típicas do horizonte intelectual da época. Uma delas era a ideia de descrição estrutural, que na linguística do tempo chegou a atingir as raízes do dogma ideológico. Esta ideia baseia-se na suposição de que todo o objecto pode ser descrito através de uma rede de relações. O seu carácter objectivo esgota-se mesmo no conjunto de relações de que é argumento. Esta concepção foi desenvolvida em

linguística até às suas consequências algébricas pelo dinamarquês. Louis Hjelmslev, fundador da chamada escola de Copenhaga. Na sua obra «Prolegómenos a uma Teoria da Linguagem» (publicado em 1943; edição inglesa: Madison, 1963) descreveu assim a análise linguística: «É de supor que todo o processo pode ser encarado como composto de um número limitado de elementos, que voltam constantemente a aparecer em novas combinações. Com base na análise do processo, deveria ser possível agrupar estes elementos em classes, cada uma das quais definida pela homogeneidade das suas possibilidades combinatórias. E deveria, nesta base, ser ainda possível estabelecer um cálculo exaustivo e geral das combinações possíveis». Hjelmslev elaborou um sistema formal com o qual podiam ser descritos todos os fenómenos linguísticos relevantes. A teoria de Tesnière surge, sob esta perspectiva, como mais limitada, contemplando apenas a sintaxe. Mas atesta certos progressos, porque, por um lado, desenvolveu meios empíricos de revelar as estruturas que operam na língua e, por outro, permite um método intuitivo de representação destas estruturas.

A recepção e o aprofundamento da gramática de Tesnière deu-se bastante tarde. Conheceu duas orientações diferentes: por um lado, a gramática dependencial foi desenvolvida no seu aspecto formal, chegando a ser usada como base de traduções automáticas. Estão ligados a esta corrente os nomes de D. G. Hays e C. Gaifman, nos Estados Unidos, e o do (mais tarde) dissidente A. Melcuk, na União Soviética. Por outro lado, tentou-se aplicar certas áreas da gramática dependencial à análise das línguas naturais. Destas áreas, a mais conhecida é a chamada teoria das valências, que teve um desenvolvimento especialmente notório nas duas Alemanhas. Foram decisivas a este respeito as obras de J. Erben, «Abriss der deutschen Grammatik» («Esboço da Gramática Alemã»), Berlim, 1959, e de G. Helbig — W. Schenkel, «Wörterbuch zur Valenz und Distribution deutscher Verben» («Dicionário de Valência e Distribuição dos Verbos Alemães»), Leipzig, 1969. Nesta última, a gramática dependencial é encarada fundamen-

mente sob o ponto de vista prático, como instrumento para a aprendizagem de uma segunda língua. Os princípios teóricos da gramática dependencial, bem como o seu desenvolvimento, encontram-se descritos de forma sistemática em H. J. Heringer, B. Strecker, R. Wimmer, «Syntax» («Sintaxe»), Munique, 1978. Nos últimos anos também têm surgido contributos importantes para a teoria dependencial em textos de língua inglesa. Devem mencionar-se a este respeito a antologia de W. Abraham (ed.) «Valence, Semantic Case and Grammatical Relations» («Valência, Caso Semântico e Relações Gramaticais»), Amsterdão, 1978, o livro de D. J. Allerton, «Valency and the English Verb» («A Valência e o Verbo Inglês»), Londres, 1982, e a obra de R. Hudson, «Word Grammar» («Gramática da Palavra»), Oxford, 1984. Por fim, no que concerne à língua portuguesa, o leitor poderá ter interesse em consultar o trabalho de W. Busse e M. Vilela, «Gramática de Valências», Coimbra, 1986. Também o livro de J. Andrade Peres, «Elementos para uma Gramática Nova», Coimbra, 1984, embora já se insira num modelo diferente do aqui apresentado, partilha com este de algumas concepções.

A segunda tradição que aqui tentámos fundir com a gramática dependencial é difícil de delimitar. Trata-se de uma corrente da filosofia que no nosso século conheceu um grande incremento nos países anglo-saxónicos. O seu objectivo é atacar os problemas filosóficos tradicionais com os métodos da análise linguística e, para isso, tem tentado fundamentar a sua concepção da linguagem humana e do significado dos signos linguísticos. Desenvolveu assim uma teoria da comunicação e do agir humanos que ultrapassa largamente as visões tradicionais. Um representante desta corrente é o austríaco Ludwig Wittgenstein, que nos seus anos de juventude foi para Cambridge, onde estudou lógica com o já então conhecido Bertrand Russell. Desses estudos e da sua preocupação com a linguagem resultou uma obra, o «Tractatus Logico-Philosophicus» (publicado em 1921; ed. inglesa: Londres, 1961), que foi a única que saiu à lume durante a sua vida: Wittgenstein considerava que a

discussão das suas ideias com os alunos e colegas de Cambridge era forma suficiente de publicação. As suas preocupações giraram sempre à volta dos fundamentos de uma teoria da linguagem, bem como da relação íntima entre língua e forma de vida. A este propósito é importante o seu livro «Philosophische Untersuchungen» («Investigações Filosóficas»; ed. inglesa: «Philosophical Investigations», Londres, 1953). A língua é a base de toda a vida social. Por isso, a análise linguística não pode ser normativa, porque ela reflecte sempre uma dada interpretação ou compreensão dos outros e do que eles fazem com a língua. Ela deve partir do princípio de que a nossa língua é como uns óculos que constantemente usamos e que nós próprios não vemos. Aquilo que um indivíduo pode querer dizer a outro ao falar não é independente das palavras que enuncia e estas determinam, por seu turno, a forma como o interlocutor vai compreender. Muito do trabalho de Wittgenstein tem por finalidade analisar precisamente estes dois pólos: querer dizer algo e compreender algo. Estes conceitos não foram esquecidos em filosofia da linguagem depois da sua morte. O primeiro deles começou por ser objecto de um estudo aprofundado por parte do filósofo H. P. Grice no seu artigo «Meaning» («Querer Dizer») — publicado em J. Searle (ed.) «The Philosophy of Language» («A Filosofia da Linguagem»), Oxford, 1971 — e continuou depois a merecer a atenção deste autor e de outros, como S. Schiffer, que o analisou detalhadamente num livro com o mesmo nome: «Meaning», Oxford, 1973. É aqui que também se dá especial relevo à noção já nossa conhecida de saber mútuo e à sua importância para explicar a comunicação. Muito do que se compreende numa situação de diálogo depende do que cada um dos interlocutores sabe (ou crê saber) acerca do outro. Partindo deste princípio, alargou-se a análise da comunicação aos casos em que há uma clivagem entre aquilo que se diz e aquilo que se quer dizer. Um dos autores que o fez foi, mais uma vez, H. P. Grice em «Logic and Conversation» («Lógica e Conversa»), texto publicado em P. Cole e J. L. Morgan

(eds.) «Speech Acts» («Actos Linguísticos»), Nova Iorque, 1975.

Todos estes trabalhos tiveram grande influência em linguística, mas, para o desenvolvimento da chamada pragmática como novo ramo da ciência da linguagem, contribuiu também em larga medida o trabalho de J. L. Austin «How to Do Things with Words» («Como Fazer Coisas com Palavras»), Oxford, 1962, e os de J. R. Searle «Speech Acts», Cambridge, 1969 (ed. portuguesa: «Os Actos de Fala», Coimbra, 1984) e «Expression and Meaning» («Expressão e significado»), Cambridge, 1979. Neles, o nosso agir linguístico é visto em relação com o conjunto de todas as nossas acções. O significado de um acto linguístico consiste essencialmente nesta relação. Os autores analisam especialmente actos linguísticos básicos, como o chamado acto proposicional, que subjaz a outros actos como afirmar, perguntar, etc. Consideram-se a referência e a predicação como as duas partes constituintes do acto proposicional, que é a pedra de toque de toda a nossa actividade verbal. Dado que os actos linguísticos se realizam através da enunciação de frases, a possibilidade de os praticar faz parte do significado das frases. Mais: certos actos parciais estão associados à enunciação de certas partes da frase. Os actos parciais melhor estudados são a predicação (relacionada com o predicado) e a referência (relacionada com os complementos). A problemática dos actos linguísticos, na perspectiva dos autores citados, foi já objecto de uma antologia em língua portuguesa: J. Pinto de Lima (org.), «Linguagem e Acção», Lisboa, 1983.

A corrente da filosofia da linguagem que temos vindo a comentar nunca esteve afastada da lógica moderna, sendo, por um lado, sua impulsionadora e beneficiando, por outro, dos êxitos dela, de tal modo que é difícil por vezes estabelecer uma demarcação nítida entre as duas disciplinas. Pode dizer-se contudo que foi a partir de 1870 que a lógica fez grandes progressos. Libertou-se então de um psicologismo momentâneo e descobriu a via das linguagens formais, que lhe concederam um alto grau de precisão. A formalização, porém, teve

o inconveniente de desviar temporariamente a lógica dos seus objectivos práticos e da sua aplicação às línguas naturais, mas por outro lado forneceu modelos para o tratamento das línguas naturais, porque, sendo a construção das suas linguagens artificiais exacta e metódica, ela constituía um exemplo a adoptar.

A lógica teve assim um impacto grande em linguística, principalmente na representação formal da gramática de uma língua. Para além da reconstrução formal das línguas, a lógica teve frequentemente a pretensão de representar na sua linguagem a estrutura geral da forma frásica. Tinha, para isso — o que, aliás, já ia ao encontro da sua tradição —, de se ocupar da construção funcional das frases da linguagem humana e encontrou assim no seu caminho o problema da divisão frásica, bem como o da correspondência entre as partes da frase e as acções básicas da referência e da predicação.

A conexão entre estes actos e a divisão gramatical das frases foi discutida em lógica por Peter Geach e Willard Quine: P. T. Geach, «Reference and Generality» («Referência e Generalidade»), Ithaca — Londres, 1970; W. v. O. Quine, «Word and Object» («Palavra e Objecto»), Cambridge, Mass., 1964. Ambos os autores se debruçam sobre a questão da estrutura lógica das frases da língua natural e com as possibilidades da referência. Dão especial ênfase à categorização das expressões linguísticas sob um ponto de vista lógico ideal, mas apoiam-se também nas categorias em que a nossa linguagem corrente assenta.

Ao contrário do que aconteceu com os trabalhos de Austin e Searle, que tiveram uma aceitação rápida e geral na linguística, esta última perspectiva não teve até agora nesta disciplina grande repercussão. Isto explica-se talvez pelo facto de os lógicos serem mais facilmente motivados pela ideia de ordem do que pela ideia de adequação empírica: pretendem criar e fundamentar linguagens artificiais ou linguagens lógicas ideais. Os seus objectivos são essencialmente normativos. A linguística moderna, pelo contrário, define-se como ciência descritiva. Não quer regulamentar o discurso, mas acima de tudo analisar.

Só uma análise reflectida pode levar a uma melhor comunicação. E a reflexão por si só, a compreensão do problema comunicativo, basta. Porque na medida em que eu compreenda qual é o problema, compreendo imediatamente o que antes não compreendia. Todas as regulamentações posteriores se tornam desnecessárias.

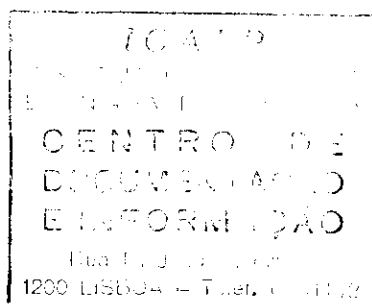
As teorias lógicas não devem portanto ser aplicadas na sua forma puramente sistemática e dedutiva. Fazê-lo seria pressupor que existiria uma única língua, ideal, susceptível de ser descrita completa e definitivamente. Todavia, a formalização pode ser útil como processo heurístico na análise das línguas. Ela fornece uma metodologia que deve estar à disposição de qualquer gramática.

Abreviaturas

ADJ	Adjectivo
ADV pred	Advérbio predicativo
ADV fras	Advérbio frásico
ADV mod	Advérbio modificativo
ART	Artigo
AUMENT	Aumento de valência (operador)
C	Complemento
C1	Complemento sujeito
C2	Complemento directo
C3	Complemento indirecto
C4	Complemento preposicional
CAUS	Causativo (operador)
CONJ	Conjunção
CONTRADIZ	Contradição (operador)
CONVERT	Conversão (operador)
DET	Determinante
F	Frase
IMPLIC	Implicação (operador)
IMPLICIT	Implicação semântica (operador)
IMPLICIT-C	Implicação conversacional (operador)
INC	Incompatibilidade (operador)
INT	Interjeição
M	Morfema
M _{gen 1}	Morfema de género masculino
M _{num 2}	Morfema de número plural; etc.
MV	Morfema verbal
MV _{part}	Morfema verbal de particípio passado
MV _{ger}	Morfema verbal de gerúndio
MV _{inf}	Morfema verbal de infinitivo
MV _{temp mod}	Morfema verbal de tempo e modo; etc.
N	Nome
O	Oração
O-C	Oração-complemento
O-S	Oração-suplemento
P	Predicado
P12	Predicado que exige um C1 e um C2; etc.
PASS <i>ser</i>	Passiva de <i>ser</i> (operador)
PASS <i>se</i>	Passiva de <i>se</i> (operador)
PASS result	Passiva resultativa (operador)
PASS pré-result	Passiva pré-resultativa (operador)
PF	Padrão frásico
PÓS-ART	Pós-artigo

PR pess
 PR indef
 PR quant
 PR int
 PR dem
 PR rel
 PR esp
 PR temp
 PRD
 PRE
 PRÉ-ART
 PREP
 QUANT
 REDUZ
 S
 SUB comp
 SUB sup
 SUF
 V
 VLig
 VN-a

Pronome pessoal
 Pronome indefinido
 Pronome quantificativo
 Pronome interrogativo
 Pronome demonstrativo
 Pronome relativo
 Pronome espacial
 Pronome temporal
 Predicativo
 Prefixo
 Pré-artigo
 Preposição
 Quantificador
 Redução de valência (operador)
 Suplemento
 Subjunção-complemento
 Subjunção-suplemento
 Sufixo
 Verbo
 Verbo de ligação
 Verbo nomino-adjectival



A comunicação quotidiana levanta problemas: nem sempre é fácil dar-mo-nos a entender ou entendermos os outros. Nestes casos, urge interpretar o episódio comunicativo que está na origem do mal-entendido.

Este livro pretende auxiliar nesta interpretação, na medida em que reflecte sobre os fenómenos da comunicação linguística e sobre a gramática em que esta assenta.

Introduzindo o modelo dependencial da gramática, a obra tem lugar entre professores e alunos de português (como língua materna ou estrangeira) e em cursos de linguística. Mas oferece-se igualmente a todos aqueles que queiram aprofundar um pouco a sua concepção de como funcionam comunicação e língua, de modo a melhorarem a sua própria prática comunicativa.

OS AUTORES

